



BES'06

RELATÓRIO E CONTAS
Volume I



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

Incontornável na história da arte contemporânea, a fotografia é hoje uma forma de expressão artística notável.

Um vasto e rico universo de linguagens e recursos que questionam e alteram os conceitos tradicionais da expressão plástica, permitindo, novos olhares, novas visões, novas formas de sentir.

O Grupo BES, tem vindo a assumir um papel central no desenvolvimento desta realidade, assumindo-se, cada vez mais, como Mecenaz da Fotografia em Portugal. Tal estratégia, constitui uma aposta no futuro e o reflexo da orientação pela modernidade que caracteriza o posicionamento da marca BES e a cultura do Grupo.

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

Este Relatório está também ilustrado com algumas imagens de campanhas publicitárias.

BES'06

RELATÓRIO E CONTAS

Coleção BESart • Hannah Collins
"True Stories (Lisbon 3)", 2006 • Fotografia em impressão digital • 175 x 235 cm • Edição: 1/3 • "Courtesy the Artist"



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

BES'06

RELATÓRIO E CONTAS

VOL. I

01'	RELATÓRIO DE GESTÃO	07
1.0	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	08
2.0	O Grupo BES	10
3.0	Estratégia e Modelo de Negócio	22
4.0	Enquadramento Macroeconómico	33
5.0	Gestão Financeira e Mercado de Capitais	38
6.0	Gestão dos Riscos	41
7.0	Análise Financeira	50
8.0	Nota Final	68
02'	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS	71
1.0	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	73
2.0	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	166
3.0	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	242
4.0	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais	244
5.0	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	246

VOL. II

03' RELATÓRIO DE CORPORATE GOVERNANCE

1.0	Introdução	04
2.0	Princípios de Governo do BES e Declaração de cumprimento das Recomendações da CMVM	05
3.0	O modelo de Corporate Governance no BES	06
4.0	Accionistas e Acção BES	27
5.0	Informação ao Mercado	38

04' RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	06
1.0	A agenda da Sustentabilidade	10
2.0	A sustentabilidade na actividade do Grupo BES	20
3.0	Um Grupo de confiança	38
4.0	Um Grupo responsável	55
5.0	Anexos	69

BES'06

RELATÓRIO E CONTAS

01'	RELATÓRIO DE GESTÃO	07
1.0	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	08
2.0	O Grupo BES	10
2.1	Órgãos Sociais	10
2.2	Perfil do Grupo BES	12
2.3	Acções BES	15
2.4	Marcos Históricos e Principais Acontecimentos de 2006	20
3.0	Estratégia e Modelo de Negócio	22
3.1	Banca de Retalho	23
3.2	Private Banking	26
3.3	Banca de Empresas e Institucionais	26
3.4	Banca de Investimento	29
3.5	Gestão de Activos	30
3.6	Actividade Internacional	31
4.0	Enquadramento Macroeconómico	33
4.1	Situação Económica Internacional	33
4.2	Situação Económica no Brasil	35
4.3	Situação Económica em Angola	36
4.4	Situação Económica em Espanha	36
4.5	Situação Económica em Portugal	36
5.0	Gestão Financeira e Mercado de Capitais	38
6.0	Gestão dos Riscos	41
6.1	A Função de Risco no Grupo BES	41
6.2	O Novo Acordo de Capital (Basileia II)	41
6.3	Risco de Crédito	42
6.4	Risco de Mercado	47
6.5	Risco de Taxa de Juro	47
6.6	Risco de Liquidez	48
6.7	Risco Operacional	48
7.0	Análise Financeira	50
7.1	Análise Financeira do Grupo BES	50
7.2	Análise Financeira do BES Individual	57
7.3	Análise Financeira das Principais Unidades de Negócio	60
8.0	Nota Final	68

02'	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS	71
1.0	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	73
1.1	Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2006	73
1.2	Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006	74
1.3	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	75
2.0	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	166
2.1	Demonstração de Resultados Individual em 31 de Dezembro de 2006	166
2.2	Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2006	167
2.3	Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais	168
3.0	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	242
4.0	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais	244
5.0	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	246





Colecção BESart • Cândida Höfer
"Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra III", 2006 • C-Print 152x171 cm

01'

RELATÓRIO DE GESTÃO

O DETALHE E O TODO.
O RIGOR, AO MESMO TEMPO FIRME E FLEXÍVEL.
BES'06

1.0 Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Senhores Accionistas,

O ano de 2006 confirmou as expectativas de uma recuperação da economia portuguesa baseada numa melhoria da procura externa. As exportações beneficiaram do maior dinamismo na Zona Euro e de uma maior ligação das empresas portuguesas a áreas económicas com crescimento forte, entre as quais se destacam os países asiáticos, norte de África (Marrocos) e em particular Angola e Brasil. De realçar também a maior integração das economias portuguesa e espanhola com impacto muito positivo nos fluxos de comércio externo e de investimento.

Internamente, a procura manteve-se condicionada pelos níveis elevados dos preços dos bens energéticos e pelo crescimento moderado do rendimento disponível. No entanto, foi visível ao longo do ano uma melhoria dos principais índices de confiança das famílias e das empresas, permitindo antecipar uma nova aceleração da actividade económica em 2007.

O ano de 2006 foi caracterizado por realizações importantes para o Grupo BES, nomeadamente o reforço da operação multi-especialista, o aprofundamento das iniciativas de captação de Clientes tendo em atenção as novas realidades demográficas e o fortalecimento da presença no exterior.

O desempenho conseguido, materializado nos resultados alcançados, é fruto de uma estratégia consolidada ao longo dos anos e consistente com valores transversais a todo o Grupo e a todos os Colaboradores. A dinâmica que o Grupo BES tem demonstrado consubstancia uma trajectória de crescimento com reflexo no desempenho operacional e na criação de valor para os seus Accionistas.

Nesta perspectiva, foi decisiva a operação de aumento de capital (aprova-da em Assembleia Geral de 17 de Abril), realizada no mês de Maio, que se traduziu num encaixe de 1 380 milhões de euros, o que permitirá a prossecução de um ambicioso plano de reforço do posicionamento do Grupo a nível doméstico e internacional no médio prazo. O Conselho de Administração definiu e oportunamente divulgou um conjunto de objectivos estratégicos a atingir até 2009: (i) reforço do posicionamento competitivo em Portugal através do aumento da quota de mercado média para 20%, (ii) crescimento do resultado líquido em média 20% por ano entre 2006 e 2009, com um aumento da contribuição dos resultados da actividade internacional para 35% do resultado consolidado, (iii) rentabilidade

média dos capitais próprios de 15%, (iv) melhoria da eficiência medida pela redução do *Cost to Income* para níveis inferiores a 50% em 2009.

Para o reforço do posicionamento doméstico deverá contribuir a aquisição de 50% da BES Vida, o que deverá permitir ao Grupo BES beneficiar de uma das mais elevadas taxas de crescimento na área financeira, tirando maior partido da convergência entre produtos bancários e de seguros, e simultaneamente beneficiar da grande experiência do *Crédit Agricole* nesta área.

Ao longo dos últimos anos, o Grupo BES tem vindo a consolidar uma abordagem comercial diferenciada para os diversos segmentos de particulares e empresas. Com a integração do BIC, o Grupo BES dispõe actualmente de uma rede de retalho de 630 balcões complementada por 28 Centros Private e 27 Centros de Empresas.

A actividade da banca de afluentes, *private banking* e gestão de activos, banca de empresas e banca de investimento têm sido as áreas de negócio onde o Grupo tem desenvolvido competências distintivas que lhe permitem expandir selectivamente o *know-how* para mercados com elevadas perspectivas de crescimento. Neste contexto, a actuação no exterior tem sido pautada por critérios de selectividade para os mercados considerados de maior afinidade económica e cultural com Portugal (Espanha, Brasil e Angola) mas também para os mercados onde as perspectivas de crescimento sejam potenciadoras de negócio e onde se encontram os principais centros de emigração (Reino Unido, Estados Unidos e França).

Merece especial destaque a contribuição da actividade internacional para os resultados do exercício, fruto da expansão internacional. De facto, o respectivo produto bancário apresentou um expressivo crescimento de 28%, tendo o resultado líquido totalizado 93,2 milhões de euros, o que representa um peso de 22% no resultado consolidado.

O Banco Espírito Santo de Investimento apresentou em 2006 uma performance muito positiva, traduzida no resultado líquido de 60,0 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 20% comparativamente a 2005. A actividade foi muito favorável na generalidade das áreas de negócio, sendo de referenciar um aumento significativo do número de transacções, com crescente peso das operações desenvolvidas nos mercados internacionais. Destaca-se a consolidação da liderança no mercado português, nomeadamente na corretagem, bem como o reforço do posicionamento desta área de negócio em Espanha, evoluindo da 10ª para a 5ª posição no ranking da Bolsa de Madrid. Do ponto de vista qualitativo, destacam-se as distinções como “*Best Investment Bank in Portugal – Real Estate Investment Banking*”, pela *Euromoney* e “*Transportation Deal of the Year 2006*” pela *Project Finance International*.

A execução metódica da estratégia produziu em 2006 resultados particu-

larmente positivos. O crescimento da actividade caracterizou-se por uma forte dinâmica comercial tanto no crédito concedido como na captação de recursos de Clientes, que evoluíram de forma equilibrada: 14,4% e 13,9% respectivamente, traduzindo-se ainda na captação de 150 mil novos Clientes particulares, dos quais 27 250 foram canalizados pela rede de agentes *Assurfinance*, e 700 novos Clientes empresa.

A evolução do crédito a particulares orientou-se para os segmentos de maior valor e menor risco com consequências directas na redução do perfil de risco da carteira. O crédito à habitação aumentou 8,3%, sendo o segmento 360 (afluentos) responsável por 47% da produção do ano. O outro crédito a particulares registou um crescimento de 28,1% que resultou de um conjunto de iniciativas associadas ao crédito ao consumo e cartões de crédito, bem como a produtos de poupança (Planos BES).

Por outro lado, beneficiando da retoma da actividade económica, nomeadamente no sector exportador, o crédito a empresas evoluiu 16,7% permitindo um reforço do posicionamento do Grupo particularmente significativo no segmento de médias empresas, onde o crédito cresceu 22%.

No que respeita à captação de recursos, os recursos de Clientes de balanço aumentaram 14,8%, enquanto os recursos de desintermediação apresentaram uma variação anual de 12,4%, suportada pela dinamização da oferta de produtos banca seguros vida (em particular PPR's), fundos de investimento e gestão de carteiras.

A actividade do Grupo resultou no crescimento de 10,9% do produto bancário, o que aliado a uma contenção do aumento dos custos operativos de 3,5% permitiu reforçar a eficiência medida pelo *cost to income* que decresceu de 56% em 2005 para 52% em 2006. Neste particular, destacam-se os acentuados progressos verificados na racionalização e integração dos serviços do Grupo BES, nomeadamente na área de informática e na integração do BIC e da Crediflash.

Fruto da melhoria sistemática das metodologias, processos e sistemas de suporte inerentes à gestão do risco, a par de uma rigorosa política de concessão de crédito e de um reforço das recuperações, verificou-se uma redução significativa dos níveis de sinistralidade da carteira. O rácio de crédito vencido há mais de 90 dias diminuiu para 1,1%, com a respectiva cobertura por provisões a aumentar para 218%. Neste contexto, foi possível reduzir o esforço de provisionamento de 69 pb em 2005 para 51 pb em relação à carteira de crédito.

O resultado do exercício totalizou, assim, 420,7 milhões de euros, o que representa um crescimento homólogo de 50%. Excluindo o efeito da provisão extraordinária constituída em 2005 para a integração do BIC, ainda assim o resultado consolidado aumentaria 30%.

A rentabilidade dos capitais próprios (ROE) atingiu 14,7%, negativamente influenciada pelo aumento substancial dos capitais próprios decorrente do aumento de capital realizado. Por outro lado, verificou-se uma melhoria substancial da rentabilidade do activo para 0,81% (0,61% em 2005).

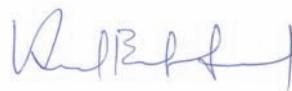
Os rácios de Solvabilidade foram significativamente reforçados, com a operação de aumento de capital: o *Core Tier I* evoluiu para 7% (4,7% em 2005) e o *Tier I* para 8,4% (6,2% em 2005). As maiores exposições accionistas da carteira de "activos disponíveis para venda" reflectiam no final do ano uma mais valia potencial bruta de 656,3 milhões de euros das quais se destaca a participação no Banco Bradesco com uma mais valia de 496,1 milhões de euros. Estes ganhos potenciais são elegíveis apenas em 45% no *Tier II* para efeitos prudenciais.

No final de 2006, a capitalização bolsista do BES situou-se nos 6,8 mil milhões de euros, com as acções a apresentarem uma valorização anual de 27,6%. Desde a admissão à cotação das acções resultantes do aumento de capital (1 de Junho de 2006), até ao final do ano, as acções do BES registaram uma valorização de 24,7%.

Por fim, em nome do Conselho de Administração, não poderíamos deixar de expressar um voto especial de pesar pelo falecimento do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Carlos Olavo, que presidiu às Assembleias Gerais do Banco desde 1996, tendo primado pela imparcialidade e independência com que sempre conduziu os trabalhos, ganhando o respeito e a admiração dos Órgãos Sociais e Accionistas do Banco Espírito Santo. Conjuntamente, expressamos um sentido voto de reconhecimento pela competência e brilho com que sempre desempenhou as suas funções.

É com um espírito de visão orientada para o futuro e de capacidade intrínseca de renovação que o Grupo BES continuará a sua trajectória de criação de valor que só é possível com a confiança dos Accionistas e dos Clientes e com o inesgotável profissionalismo e lealdade dos Colaboradores.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado ao Grupo Banco Espírito Santo.



Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Presidente da Comissão Executiva



António Luís Roquette Ricciardi
Presidente do Conselho de Administração

2.0 O Grupo BES

2.1 Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em Assembleia Geral e estão localizados na sede social do Banco. A sua composição actual, para o quadriénio 2004-2007 é a seguinte:

Conselho de Administração

António Luís Roquette Ricciardi (Presidente)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent (Vice-Presidente)
Mário Mosqueira do Amaral
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
José Manuel Ferreira Neto
Manuel de Magalhães Villas-Boas
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Patrick Gérard Daniel Coudène
Michel Victor François Vilatte^(*)
Mário Martins Adegas
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Lázaro de Mello Brandão
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
Bernard Henri Georges De Witt
José Manuel Ruivo da Pena
Jean Frédéric de Leusse
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Bernard Delas
Miguel António Igrejas Horta e Costa
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
Alberto Alves de Oliveira Pinto
João Eduardo Moura da Silva Freixa

O Conselho de Administração delega a gestão corrente do Banco numa **Comissão Executiva** composta pelos seguintes Administradores:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)
Mário Mosqueira do Amaral
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
José Manuel Ferreira Neto
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
João Eduardo Moura da Silva Freixa

Mesa da Assembleia Geral

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Comissão de Auditoria

Mário Martins Adegas (Presidente)
José Manuel Ruivo da Pena
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Revisor Oficial de Contas (ROC)

KPMG Associados, SROC, S.A., representada por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida

Secretário da Sociedade

Eugénio Fernando Quintais Lopes

(*) Renunciou ao cargo em 7 de Fevereiro de 2007.

Comissão Executiva



Ricardo Espírito Santo Salgado
(Presidente)



Mário Mosqueira do Amaral



José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva



José Manuel Ferreira Neto



António José Baptista do Souto



Jorge Alberto Carvalho Martins



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi



Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira



Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes



Pedro José de Sousa Fernandes Homem



Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires



João Eduardo Moura da Silva Freixa

2.2 Perfil do Grupo BES

2.2.1 Principais Indicadores⁽¹⁾

Principais indicadores de actividade

Variáveis / Indicadores	2004	2005	2006
ACTIVIDADE (milhões de euros)			
Activos Totais ⁽¹⁾	61 603	71 687	84 628
Activo Líquido	43 052	50 222	59 139
Crédito a Clientes (bruto)	28 487	31 662	35 752
Recursos Totais de Clientes	38 754	43 558	49 632
Fundos Próprios e Equiparados	4 622	5 398	7 063
RENDIBILIDADE (%)			
Rendibilidade do Activo (ROA)	0,37	0,61	0,81
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	6,4	13,5	14,7
SOLVABILIDADE (%)			
Rácio Banco de Portugal			
- Total	12,1	12,3	13,1
- TIER I	6,7	6,2	8,4
Rácio BIS			
- Total	13,9	12,7	13,2
- TIER I	7,7	6,5	8,4
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)			
Crédito Vencido >90 dias / Crédito a Clientes	1,6	1,3	1,1
Cobertura do Crédito Vencido > 90 dias	165,3	196,6	218,2
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA			
Custos Operativos / Activos Totais (%)	1,44	1,20	1,05
Activos por Empregado (milhares de euros)	8 441	9 444	10 855
Cost to Income (%)	62,0	56,0	52,3
RATING			
Longo Prazo			
STANDARD AND POOR'S ⁽²⁾	A -	A -	A -
MOODY'S	A 1	A 1	A 1
FITCHRatings	A+	A+	A+
Curto Prazo			
STANDARD AND POOR'S ⁽²⁾	A 2	A 2	A 2
MOODY'S	P 1	P 1	P 1
FITCHRatings	F1	F1	F1

(1) Activo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado.

(2) Em 28 de Março de 2007 a S&P reviu em alta os ratings do BES para A (longo prazo) e A-1 (curto prazo).

(*) Exercício de 2004: Dados das demonstrações financeiras em base IFRS.

Resultados e rentabilidade

Variáveis / Indicadores	SIMBOL.	2004	2005	2006
BALANÇO MÉDIO (milhões de euros)				
Activos Financeiros	AF	39 240	41 139	45 377
Capital e Reservas	KP	1 890	1 844	2 642
Activo Líquido	AL	41 425	45 924	51 696
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)				
Resultado Financeiro	RF	697,0	740,6	829,5
+ Serviços Bancários a Clientes	SB	549,6	555,1	610,5
= Produto Bancário Comercial	PBC	1 246,6	1295,7	1 440,0
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	RDF	184,4	242,0	264,8
= Produto Bancário	PB	1 431,0	1537,7	1 704,8
- Custos Operativos	CO	887,5	861,2	891,3
- Provisões Líquidas de Reposições	PV	322,3	320,6	241,9
= Resultado antes de Impostos e Minoritários	RAI	221,2	355,9	571,6
- Impostos	I	46,7	65,8	135,4
- Interesses Minoritários	IM	22,9	9,6	15,5
= Resultado do Exercício	RL	151,6	280,5	420,7
RENDIBILIDADE (%)				
Margem Financeira	RF / AF	1,78	1,80	1,83
+ Rendibilidade Serviços Bancários	SB / AF	1,40	1,35	1,35
+ Rendibilidade Operações Financeiras e Diversos	RDF / AF	0,47	0,59	0,58
= Margem de Negócio	PB / AF	3,65	3,74	3,76
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	2,26	2,09	1,96
- Relevância Provisões	PV / AF	0,82	0,78	0,53
- Interesses Minoritários e Outros	(IM+I) / AF	0,18	0,18	0,33
= Rendibilidade do Activo Financeiro	RL / AF	0,39	0,68	0,93
x Relevância Activos Financeiros	AF / AL	0,95	0,90	0,88
= Rendibilidade do Activo (ROA)	RL / AL	0,37	0,61	0,81
x Multiplicador das Aplicações	AL / KP	17,38	22,16	18,01
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	6,36	13,54	14,66

Indicadores de referência do Banco de Portugal

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos pela Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal para o exercício de 2006 em comparação com o ano anterior.

Indicadores	2005	2006
SOLVABILIDADE		
Fundos Próprios/Activos de Risco	12,3%	13,1%
Fundos Próprios de Base/Activos de Risco	6,2%	8,4%
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento ^(b) /Crédito Total	1,8%	1,4%
Crédito com Incumprimento líquido ^(b) /Crédito Total líquido ^(b)	-0,9%	-1,1%
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/ Capitais Próprios médios ^(c)	13,2%	15,1%
Produto Bancário ^(a) /Activo Líquido médio	3,3%	3,3%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/ Activo Líquido médio	0,8%	1,1%
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento ^(d) + Amortizações /Produto Bancário ^(a)	56,0%	52,3%
Custos com Pessoal/Produto Bancário ^(a)	29,5%	28,1%

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal.

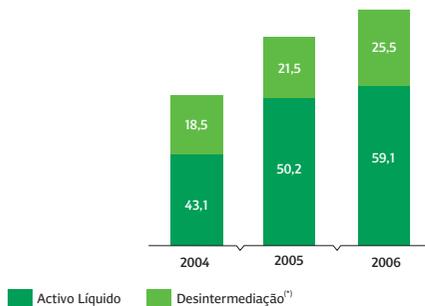
(b) Crédito líquido de imparidade.

(c) Incluem Interesses Minoritários médios.

(d) De acordo com a definição constante da Instrução n.º16/2004 do Banco de Portugal.

Activos totais

mil milhões de euros

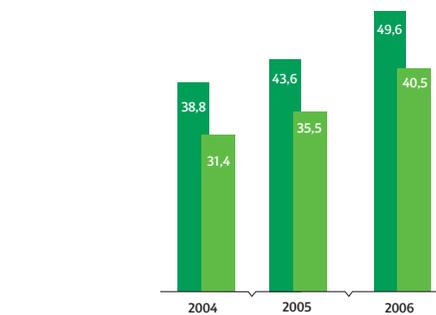


Activo Líquido Desintermediação^(*)

(*) Activa e passiva.

Actividade com Clientes^(*)

mil milhões de euros

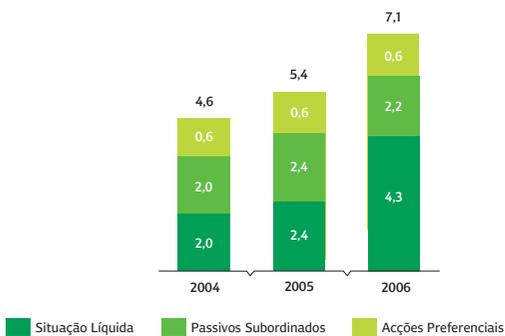


Crédito Recursos Totais

(*) Inclui desintermediação passiva e activa.

Fundos próprios e equiparados

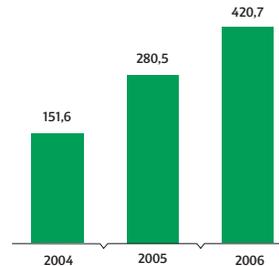
mil milhões de euros



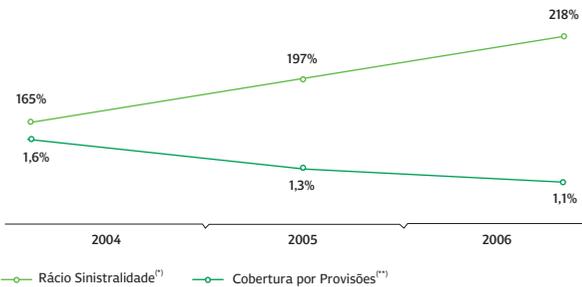
Situação Líquida Passivos Subordinados Acções Preferenciais

Resultado líquido

milhões de euros



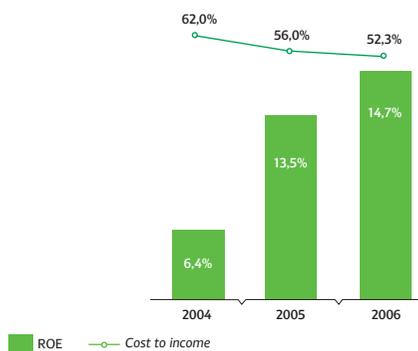
Qualidade dos activos



(*) Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito bruto.

(**) Provisões / Crédito vencido há mais de 90 dias.

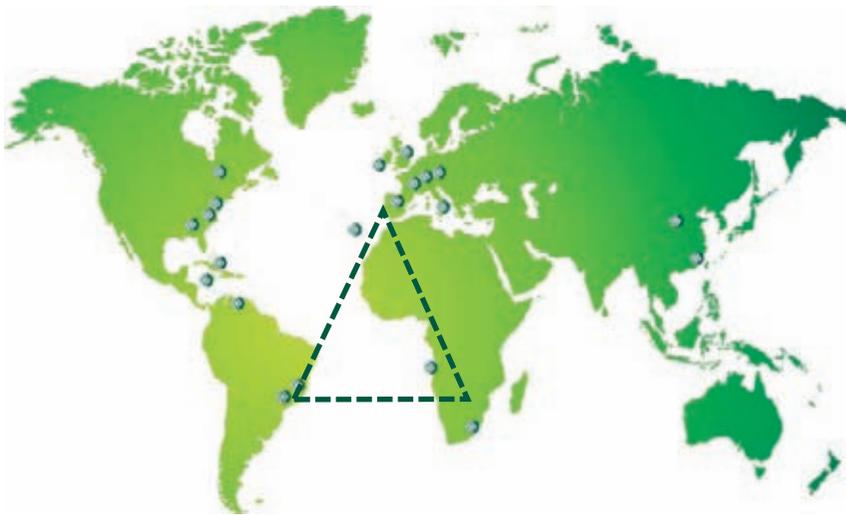
Rendibilidade e eficiência



2.2.2 Presença Geográfica e Rede de Distribuição

O Grupo BES prossegue uma estratégia de crescimento orgânico no mercado doméstico complementada por uma presença internacional focada em mercados com afinidades culturais e/ou económicas com Portugal, bem como em mercados que demonstram um elevado potencial em áreas específicas onde o Grupo detém particulares competências.

Complementarmente, a exploração das actividades internacionais, aproveitando as afinidades existentes com o mercado espanhol bem como com os países de expressão portuguesa, sendo de realçar no último caso Angola e Brasil, assenta essencialmente na exportação da *expertise* e competências do Grupo no *Private Banking*, na Banca de Empresas e na Banca de Investimento, em particular na área de *project finance*.



O BES possui 25 plataformas a operar internacionalmente:

7 Subsidiárias e Associadas: BES (Espanha)⁽¹⁾, BES Angola, BES Oriente (Macau), BES Investimento do Brasil, BES Vénétie (França), ES Bank (EUA) e ES plc (Irlanda);

5 Sucursais Internacionais: Nova Iorque, Londres, Cabo Verde, Nassau e Ilhas Caimão;

1 Sucursal Financeira Exterior: Madeira;

12 Escritórios de Representação: Toronto, Newark (3), Caracas, Rio de Janeiro, São Paulo, Lausana, Colónia, Milão, Joanesburgo e Xangai.

(1) Foi autorizada pelo Banco de Espanha em 15 de Janeiro de 2007 a transformação do BES, SA (Espanha) em sucursal do BES

Em Portugal, o BES opera através de uma rede de retalho de 630 balcões, complementada com 28 Centros *Private* e 27 Centros de Empresas.

ES Private 28

Centros de Empresa 27



2.2.3 Recursos Humanos

Os recursos humanos são o elemento chave para o elevado grau de eficiência e produtividade alcançado. A política de recursos humanos assenta no princípio essencial da promoção do capital intelectual enquanto factor diferenciador da marca.

O modelo de gestão caracteriza-se pelo desenvolvimento e motivação dos Colaboradores, potenciando as suas competências através da sua permanente qualificação assegurada por planos de formação específicos a cada segmento, a par de planos de formação transversais ao Grupo.

O ano de 2006, ficou marcado pela necessidade de estabilização da estrutura do BES após a fusão por incorporação do BIC e pela integração de algumas actividades que estavam a ser desenvolvidas por subsidiárias e por Agrupamentos Complementares de Empresas. Neste contexto houve uma forte aposta na política de admissões centrada na contratação de colaboradores mais jovens e mais qualificados, continuando a privilegiar a formação académica superior (actualmente cerca de 44% dos colaboradores têm formação académica superior).

Em 2006, o efectivo do Grupo BES era composto por 43% de mulheres e 57% de homens, sendo que a idade média dos colaboradores era de 37,6 anos. A percentagem de colaboradores com mais de 50 anos reduziu-se de 23% em 2000 para 13,3% no final de 2006

Colaboradores do Grupo BES	2005	2006
Portugal	7 536	7 707
Espanha	459	471
Brasil	113	129
EUA	133	121
Angola	177	265
Outros	106	111
Total	8 524	8 804

2.3 Acções BES

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital social do Banco Espírito Santo era de 2 500 milhões de euros e encontrava-se representado por 500 milhões de acções ordinárias com o valor nominal de cinco euros cada. No mês de Maio de 2006 o BES efectuou um aumento do capital social de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros, através da emissão de 200 milhões de novas acções.

O comportamento bolsista das acções do BES foi, em 2006, influenciado pelo efeito do aumento de capital, pelo que, para efeitos de comparabilidade com o ano anterior, se procederam aos ajustamentos necessários.

Em 2006 o mercado accionista nacional seguiu a tendência de valorização observada nos principais mercados europeus. O índice PSI 20 registou uma variação anual positiva de 29,9%, superior à valorização do ano anterior (13,4%), com aumento dos níveis de volatilidade que evoluíram de 8,3% em 2005 para 9,2% em 2006.

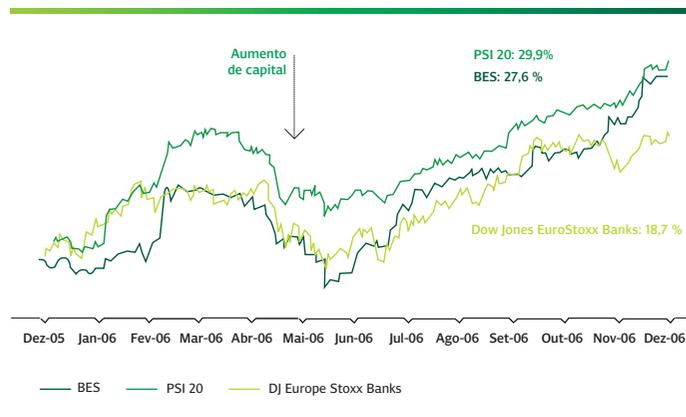
A cotação da acção BES registou uma valorização de 27,6% no ano de 2006, largamente superior à valorização do ano anterior (2,3%). As acções apresentaram uma volatilidade de 36,3%, evoluindo de um mínimo de 10,21 euros até um máximo de 13,92 euros (considerando as cotações corrigidas pelo aumento de capital).

Principais indicadores de bolsa

		Dez. 05 (a)	Dez. 06		Var. (c/a)
			Não Ajustado (b)	Ajustado (c)	
Dados de Bolsa					
01. N.º de Acções Ordinárias emitidas	(mil)	300 000	500 000	387 500 ⁽⁵⁾	29,2%
02. N.º médio ponderado de Acções Ordinárias emitidas	(mil)	300 000	417 222 ⁽⁴⁾	387 500 ⁽⁵⁾	29,2%
03. Última Cotação do ano	(euro)	10,67 ⁽⁷⁾	13,62	13,62	27,6%
04. Capitalização Bolsista no final do ano	(milhões de euros)	4 080	6 810	6 810	66,9%
Dados Financeiros Consolidados (valores de final do ano)					
05. Capital Próprio atribuível aos Accionistas ⁽¹⁾	(milhões de euros)	2 924	4 736	4 736	62,0%
06. Capital Próprio atribuível às Acções Ordinárias ⁽²⁾	(milhões de euros)	2 324	4 136	4 136	78,0%
07. Resultado	(milhões de euros)	280,5	420,7	420,7	50,0%
08. Resultado atribuível às Acções Ordinárias	(milhões de euros)	247,0	387,2	387,2	56,8%
09. Dividendo Bruto das Acções Ordinárias	(milhões de euros)	120,0	200,0 ⁽⁶⁾	200,0	66,7%
10. Pay Out Ratio das Acções Ordinárias	(%) (09/07)	42,8	47,5	47,5	4,7p.p.
Valores por Acção Ordinária					
11. Património Líquido	(euro) (06/01)	7,75	8,27	10,67	37,8%
12. Resultado	(euro) (08/01)	0,82	0,77	1,00	21,4%
13. Dividendo Bruto	(euro) (09/01)	0,400	0,400	0,516	29,0%
Cotação como Múltiplo do					
14. Património Líquido	PBV (03/11)	1,76 ⁽⁷⁾	1,65	1,28	-
15. Resultado	PER (03/12)	16,52 ⁽⁷⁾	17,59	13,63	-
Rendibilidade em Relação à Cotação					
16. do Resultado	(%) (10/02)	6,05 ⁽⁷⁾	5,69	7,34	-
17. do Dividendo (Dividend Yield)	(%) (11/02)	2,94 ⁽⁷⁾	2,94	3,79	-

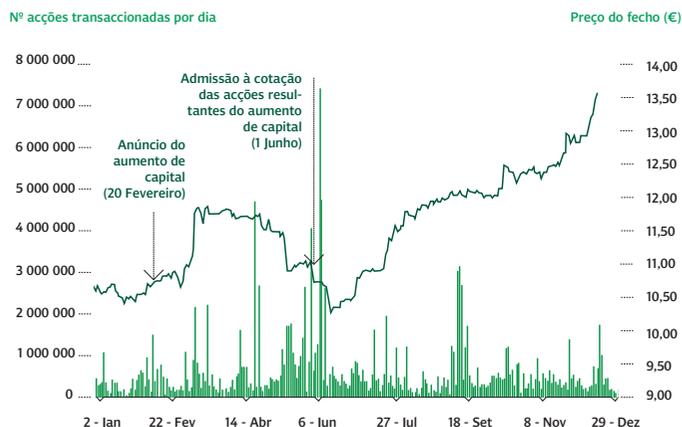
- (1) Capital + Acções Preferenciais + Prémios de Emissão - Acções Próprias + Outras Reservas e Resultados Transitados + Reservas de Reavaliação + Resultado.
(2) Exclui Acções Preferenciais.
(3) Cotação corrigida pelo aumento de capital (Fonte: Bloomberg) cotação em 31/Dez/05: 13,60 euros.
(4) N.º médio de acções ordinárias, ponderado pelo tempo de permanência após o aumento de capital.
(5) Valor ajustado pelo tempo de permanência e excluindo acções atribuídas por incorporação de reservas: 300 milhões de acções + 7/12x 150 milhões de acções.
(6) Proposta a apresentar na Assembleia Geral em 29 de Março de 2007 de um dividendo de 0,40 euros por acção para a totalidade das acções existentes no final do exercício.
(7) Considerando a última cotação de 2005: 13,60 euros.

Performance das acções do BES em 2006



Desde a admissão à cotação das acções resultantes do aumento de capital (em 1 de Junho 2006), registou-se uma valorização de 24,7%, o que compara com uma valorização de 19,2% do PSI 20 e 13,6% DJ Eurostoxx Banks. Esta evolução foi influenciada em grande medida pelo aumento do *free float*, com impacto significativo na liquidez das acções e no alargamento da base de investidores institucionais no capital do Banco. Foi particularmente relevante o aumento do número de contactos efectuados com investidores institucionais (particularmente internacionais), através de reuniões *one-on-one* e da participação em conferências organizadas por diferentes bancos de investimento, o que permitiu aumentar significativamente a notoriedade no mercado internacional.

Aumento da liquidez



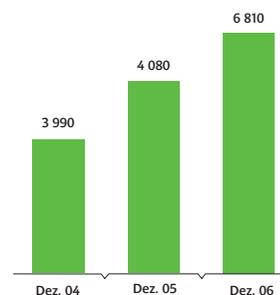
O volume anual de transacções das acções BES foi de 1 922 milhões de euros (731 milhões de euros em 2005). A rotação do capital, medida pelo rácio *turnover* (relação entre volume anual transaccionado e a capitalização bolsista no final do ano), situou-se em 28,2% (17,9% em 2005). A acção BES foi o terceiro título mais transaccionado na Euronext *Lisbon* e o segundo entre as instituições financeiras. Durante o ano de 2006 transaccionaram-se em média 650 mil acções por dia, correspondente a 7,5 milhões de euros, o que compara com uma média de 273 mil acções por dia (2,8 milhões de euros) durante o ano de 2005. Considerando o período compreendido entre a admissão à cotação das acções resultantes do aumento de capital e o final do ano, foram transaccionadas diariamente em média 646 mil acções (volume diário correspondente a 7,6 milhões de euros).

Relativamente à valorização pelo mercado, o PER (*Price Earnings Ratio*) ajustado foi de 13,63 no final de 2006, enquanto o PBV (*Price Book Value*) se situou em 1,28.

A capitalização bolsista do BES em 31 de Dezembro de 2006 (6 810 milhões de euros) representa a segunda maior capitalização bolsista de empresas nacionais na área financeira na Euronext *Lisboa* e a quarta maior capitalização no PSI 20. O BES tem ainda um peso de 8,6% (Dez. 05: 7,2%) na capitalização bolsista PSI Geral.

Evolução da capitalização bolsista do BES

milhões de euros



Índices

A acção do BES está admitida à cotação na Euronext *Lisboa* e faz parte, entre outros, dos seguintes índices:

A acção do BES	Peso em 2005	Peso em 2006
Euronext Lisbon PSI Financials	26,210%	29,060%
PSI-20	8,330%	9,410%
PSI Geral	7,150%	8,588%
Dow Jones Euro STOXX Mid (Price)	0,490%	0,728%
Dow Jones EURO STOXX Banks Supersector (Price)	0,310%	0,403%
Bloomberg Europe Banks	0,219%	0,363%
Dow Jones STOXX Mid 200 (Price) – EUR	0,260%	0,349%
WT International Midcap Dividend	0,305%	0,338%
S&P Euro Financials GICS Sector	0,250%	0,316%
Euronext 100	0,230%	0,314%
S&P Europe 350 Banks Industry Group	0,220%	0,285%
Bloomberg Europe 500 Banks & Financial Services	0,270%	0,257%
Dow Jones EUROPE STOXX Banks (Price)	0,160%	0,216%
WT International Financial Sector	0,188%	0,200%
Bloomberg European Financial	0,200%	0,193%
BBG World Banks	0,119%	0,192%
S&P Europe 350 Financials - GICS Sector Level	0,131%	0,168%
WT Diefa High-Yielding Dividend Fund Value ^(*)	-	0,117%
S&P Europe Economic Sectors GICS Sector Level	0,080%	0,109%
Dow Jones EURO STOXX (Price)	0,070%	0,094%
WT Europe Dividend	0,078%	0,087%
S&P Euro Plus	0,063%	0,083%
Bloomberg Europe	0,050%	0,069%
WT Diefa	0,060%	0,068%
Global 1200 Financial Sector	0,046%	0,065%
Bloomberg European (500 Industry Sectors)	0,060%	0,059%
Bloomberg Europe (500 Economic Sectors)	0,060%	0,059%
Dow Jones STOXX 600 (Price)	0,030%	0,048%

Fonte: Bloomberg

(*) Desde a data de criação do índice: Junho de 2006

O Grupo BES tem ainda admitidas à cotação na Luxembourg Stock Exchange 600 mil acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de mil euros, emitidas pela subsidiária BES Finance, Ltd.

Composição Accionista

A composição accionista do Banco registou algumas alterações na sequência do aumento de capital. Os principais Accionistas em 31 de Dezembro de 2006 eram os seguintes:

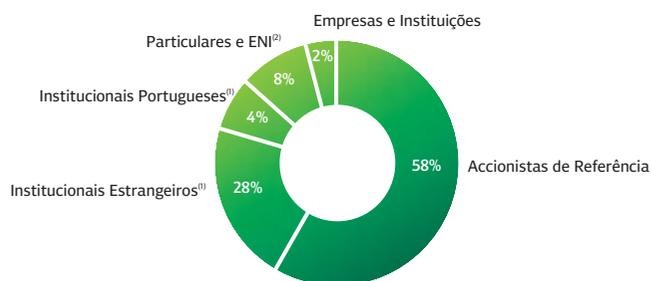
Accionistas	% Acções Ordinárias	
	Dez. 05	Dez. 06
BESPAR — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	4,98	40,00
Crédit Agricole, S.A.	8,81	10,81
Companhia de Seguros Tranquilidade - Vida, S.A.	6,46	0,00
Bradport, SGPS, S.A. ^(*)	3,05	3,05
Hermes Pensions Management Ltd.	0,00	2,13
Grupo Portugal Telecom	4,02	4,02
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2,62	2,62
Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A.	1,40	1,40

(*) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil)

A operação de aumento de capital permitiu ao BES, enquanto entidade cotada, alargar consideravelmente a sua base de investidores, com o *free float* a evoluir de 36% em 2005 para 42% em 2006.

O capital do Banco estava em 31 de Dezembro de 2006 repartido da seguinte forma:

Estrutura Accionista em 31 de Dezembro de 2006 (% Participação no Capital)



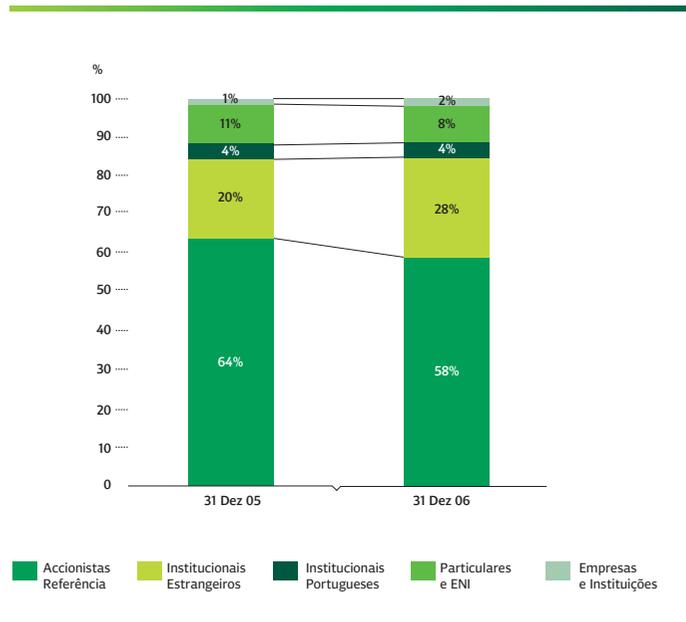
(1) Inclui participações detidas por Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Patrimónios, Bancos Custodiantes, entre outros.

(2) ENI - Empresários em Nome Individual.

No final de 2006, os Accionistas institucionais representavam cerca de 32% do capital, um reforço significativo face a 24% em 2005, com particular ênfase no aumento do peso de Accionistas institucionais estrangeiros (evolução de 20% para 28% do capital), essencialmente decorrente do aumento de *free float* das acções e da liquidez em bolsa.

Evolução da estrutura Accionista

(% participação no capital)



Dividendos

O Banco tem como objectivo distribuir aos seus Accionistas dividendos que representem, pelo menos, 50% do resultado líquido individual. No entanto, tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES, bem como de outros factores que o Conselho de Administração considere relevantes.

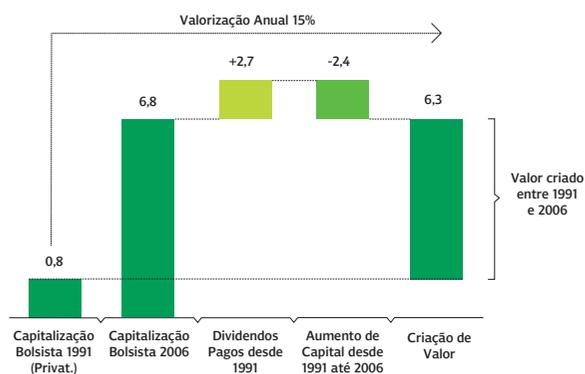
Neste contexto, e conforme consta da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2006, o Conselho de Administração do BES vai submeter à aprovação da Assembleia Geral o pagamento de um dividendo bruto por acção no valor de 0,40 euros, que ajustado pelo efeito do aumento de capital representa um aumento de 29% face ao valor total distribuído no ano anterior. Em base comparável (ajustado pelo número médio de acções durante o ano de 2006), o *Dividend yield* (relação entre o dividendo bruto por acção e a cotação) evoluiu de 2,94% para 3,79% com o *Pay-out ratio* consolidado correspondente a situar-se em 47,5% que compara com 42,8% em 2005.

Criação de Valor para o Accionista

O BES tem como principal prioridade a criação de valor para o Accionista de forma sustentada. Ajustando a capitalização bolsista a 31 de Dezembro de 2006 pelo valor actual dos dividendos distribuídos e dos aumentos de capital realizados desde 1991, e comparando com a capitalização bolsista de 1991, verifica-se que a estratégia de crescimento orgânico resultou na criação de 6,3 mil milhões de euros de valor desde a privatização do Banco, o que corresponde a uma valorização anual média de 15%.

Criação de valor para o Accionista desde a privatização

mil milhões de euros



Notas:

- Considera apenas aumentos de capital por entrada em dinheiro.
- Valores de aumentos de capital e dividendos actualizados a taxa de retorno absoluto das acções até 31 de Dezembro de 2006.
- Capitalização bolsista em 2006 baseada no preço de fecho do final do ano 2006 (13,62 euros).

Acções Próprias

Em conformidade com o artigo nº 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as transacções sobre acções próprias realizadas no decorrer do exercício de 2006 se reportaram, exclusivamente, a transacções relacionadas com a implementação do Sistema de Incentivos baseado na Atribuição de Acções aos Colaboradores (SIBA).

Acções BES	Quantidade	Valor Unitário (euro)	Total (euro)
Saldo em 31 Dez 2005	0	-	-
Movimento no Exercício ^(*)			
Compras	2 215 244	14,95	33 117 898
Vendas	2 215 244	14,95	33 117 898
Saldo em 31 Dez 2006	0	-	-

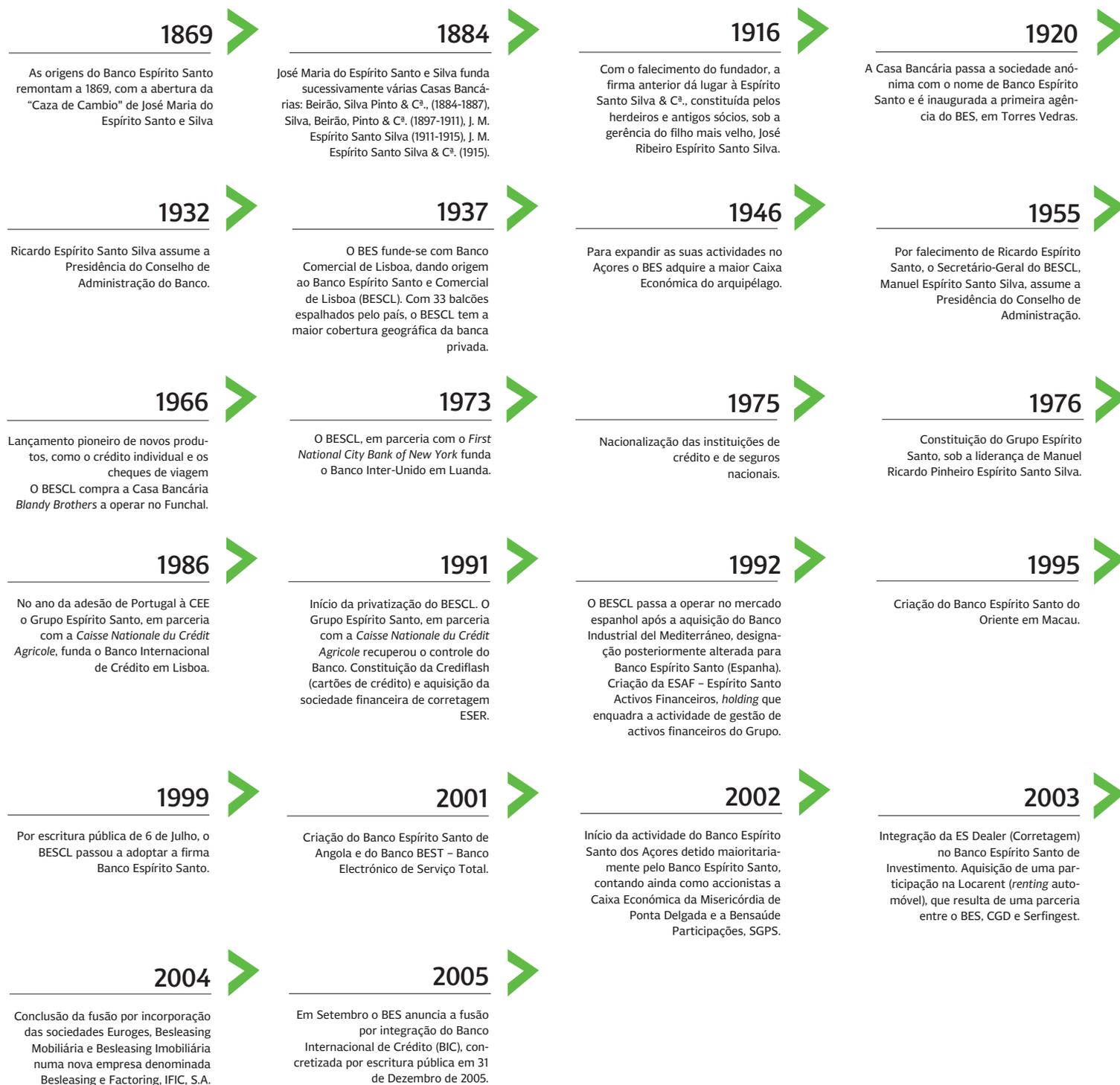
(*) Inclui transacções em bolsa e fora de bolsa.

Em 31 de Dezembro de 2006 a rubrica “Acções Próprias” do balanço do BES evidenciava o valor de 63 732 milhares de euros correspondente à mobilização de 5 667 612 acções enquadradas no âmbito do SIBA, cujo tratamento contabilístico está devidamente justificado nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.



2.4 Marcos Históricos e Principais Acontecimentos de 2006

2.4.1 Marcos Históricos



2.4.2 Principais Acontecimentos de 2006

Janeiro

28 O Banco Espírito Santo concretiza a renovação da sua identidade corporativa, que se traduziu na alteração da imagem em todos os suportes em que é comunicada.

Fevereiro

02 O Grupo BES divulga os resultados consolidados do exercício de 2005. O resultado líquido do exercício ascendeu aos 280,5 milhões de euros, o que equivale a um crescimento anual de 85% em base comparável (IFRS) e a uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 13,5%.

20 O Banco Espírito Santo anuncia que pretende submeter para aprovação em Assembleia Geral de 17 de Abril uma proposta de aumento de capital de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros.

21 O Conselho de Administração do BES comunica que designou por cooptação para preenchimento de dois lugares vagos (não executivos) no Conselho de Administração Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos e Alberto de Oliveira Pinto.

24 O Conselho de Administração do BES anuncia os objectivos estratégicos para o período de 2006-2009.

Março

21 a 22 O BES participa na *European Banks Conference* organizada pela *Morgan Stanley* em Londres.

24 O BES informa o Mercado sobre a proposta preliminar de aquisição do Banco Urquijo, em Espanha.

Abril

17 Em Assembleia Geral do BES, os Accionistas aprovam o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas do exercício de 2005 e a respectiva aplicação de resultados. Foi, ainda, aprovada a proposta de aumento de capital de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros.

18 Lançamento do programa "da Matemática à Literacia Financeira", um projecto de comunicação escolar que pretende contribuir para responder às carências existentes no que respeita ao incentivo e estímulo ao ensino e aprendizagem da matemática.

24 O Grupo BES divulga os resultados relativos ao primeiro trimestre de 2006. O resultado líquido consolidado totalizou 105,1 milhões de euros, a que corresponde um ROE de 20,5%.

Maio

03 Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2005, no valor bruto de 0,40 euros por acção, o que representa um *payout ratio* de 42,8% em base consolidada e de 63,1% em base individual.

12 O BES informa o Mercado sobre a proposta vinculativa de aquisição do Banco Urquijo, em Espanha.

16 O BES apresenta os resultados do processo de *bookbuilding* no âmbito do aumento de capital.

20 No âmbito do apoio à Selecção Nacional de Futebol para o Mundial de 2006, o BES lança uma campanha única de apoio à Selecção "A Mais Bela Bandeira do Mundo" e entra para o *Guinness World Records* por ter realizado a maior bandeira humana do mundo com 18 788 participantes e com a originalidade de ser totalmente constituída por mulheres.

30 Conclusão da fusão por incorporação da Crediflash no BES.

Junho

01 As novas acções resultantes do aumento de capital são admitidas à cotação na Euronext Lisbon.

27 O BES concretiza a aquisição de 50% do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida e a alienação de 15% do capital social da Espírito Santo Seguros, mantendo uma participação de 25% nesta sociedade. Ambas as seguradoras alteram os seus nomes para BES Vida Companhia de Seguros e BES Companhia de Seguros, respectivamente.

Julho

07 O Banco Espírito Santo inaugura uma sucursal na Cidade da Praia em Cabo Verde.

18 O BES anuncia a incorporação do BES (Espanha), passando a sucursal, tendo o Banco de Espanha autorizado esta operação em 15 de Janeiro de 2007.

25 O BES divulga os resultados do primeiro semestre de 2006. O resultado líquido consolidado foi de 200,7 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 34,7% face ao período homólogo do ano anterior, e correspondendo a um ROE de 17,6%.

Setembro

12 O BES comunica ao mercado que a sociedade gestora *Hermes Pensions Management* adquiriu 10 milhões de acções do BES, representativas de 2% do capital social do Banco.

25 É concluída a operação de securitização *Lusitano Mortgages No. 5*, a oitava operação de securitização realizada pelo Grupo BES no mercado internacional, no montante total de 1,4 mil milhões de euros.

20 a 21 O BES participa na *European Financials Conference* organizada pela *Keefe, Bruyette & Woods* em Londres.

Outubro

24 Os resultados relativos aos primeiros nove meses do ano são divulgados, tendo o Grupo apresentado um resultado líquido de 304,7 milhões de euros, a que corresponde um crescimento homólogo de 46,5% e um ROE de 15,2%.

Novembro

09 É concluída a operação de securitização *Lusitano SME No. 1*, a primeira operação de securitização de créditos concedidos a pequenas e médias empresas portuguesas no montante total de 863 milhões de euros. Foi a nona operação de securitização realizada pelo Grupo BES no mercado internacional.

Dezembro

18 Realiza-se uma Assembleia Geral Extraordinária, onde os Accionistas procedem à designação de membros da Mesa da Assembleia Geral, ratificam a cooptação feita para preenchimento de uma vaga ocorrida no Conselho de Administração, deliberam sobre uma proposta de reformulação do contrato de sociedade, em que se atribui a função de fiscalização da sociedade à Comissão de Auditoria em conjunto com o Revisor Oficial de Contas, tendo-se procedendo à sua eleição.

31 O Grupo BES atinge um resultado líquido de 420,7 milhões de euros, a que corresponde um crescimento homólogo de 50% e um ROE de 14,7%.



3.0 Estratégia e Modelo de Negócio

O Grupo Banco Espírito Santo assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada Cliente, constituindo-se como um grupo financeiro universal que serve todos os segmentos de Clientes particulares, empresariais e institucionais, oferecendo-lhes uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros através de abordagens e propostas de valores diferenciadas, capazes de responder de forma distintiva às suas necessidades, assente em três vectores: conhecer melhor as necessidades, desenvolver a oferta de acordo com as necessidades identificadas e encontrar as melhores soluções.

O aumento de capital realizado em 2006 teve como objectivos essenciais por um lado permitir o reforço do posicionamento competitivo em Portugal, nomeadamente através da aquisição de 50% do capital da BES Vida o que representa uma participação directa no negócio de Bancaseguros, e por outro sustentar uma expansão internacional focada no triângulo Espanha, Angola e Brasil.

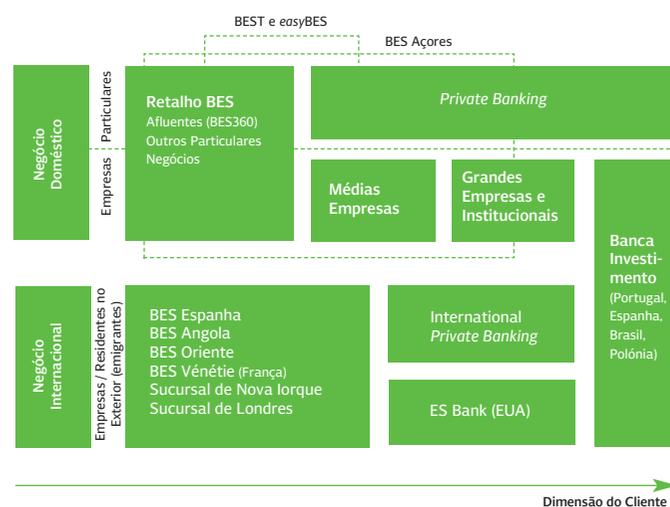
Em consequência do plano de médio prazo definido pelo Conselho de Administração, foram delineados os seguintes objectivos para o período de 2006 a 2009:

- Rendibilidade média dos capitais próprios de 15% durante o período;
- Crescimento médio anual de 20% nos resultados líquidos, baseado em:
 - Crescimento sustentado da actividade doméstica, de forma a aumentar a quota de mercado média para 20%;
 - Aumento da contribuição dos resultados líquidos gerados nas operações internacionais para 35% do resultado líquido consolidado;
- *Cost to Income* (relação entre custos operativos e produto bancário) inferior a 50% em 2009.

Estes objectivos têm como principais pressupostos por um lado a recuperação gradual, mas sustentada, do crescimento da economia portuguesa e, por outro, o crescimento do crédito e dos recursos de Clientes no mercado português.



Abordagem multi-especialista do Grupo BES ao mercado



Como consequência do aprofundamento do modelo multiespecialista, suportado numa estratégia de crescimento orgânico, o Grupo BES duplicou a quota de mercado média de 8,5% em 1992 para 19% em 2006.

Evolução da quota de mercado por produto e da quota de mercado média



(E) Estimativa

Este resultado é uma consequência natural do forte dinamismo junto dos segmentos de Clientes Particulares e Empresas, e da prossecução dos seguintes objectivos:

- Reforço dos níveis de captação de Clientes;
- Reforço da abordagem aos Clientes e sectores estratégicos através da criação ou do reposicionamento das propostas de valor;

- Aumento do *share-of-wallet* do BES junto dos seus Clientes, em particular através da promoção de iniciativas de *cross-selling*.

No caso específico do Retalho, a especialização da abordagem comercial em torno das necessidades financeiras dos Clientes levou à criação do serviço BES 360 (direccionado para os Clientes afluentes) e à renovação da abordagem às pequenas empresas e empresários em nome individual, apostando num crescimento focalizado em sectores de actividade definidos como estratégicos, designadamente em matéria de dimensão de recursos e de níveis de risco. Mais recentemente, e após a consolidação da abordagem aos segmentos de maior valor, foi desenvolvida uma proposta de valor para os outros segmentos de particulares, assente numa standardização de produtos e serviços numa lógica de ciclo de vida do Cliente.

A estratégia definida para o segmento de Banca de Empresas é consistente com a evolução da realidade empresarial dos últimos anos. O BES dispõe de uma estrutura central de apoio à rede comercial dos segmentos de empresas, assegurando a dinamização comercial dos agentes económicos (nacionais e internacionais) que mantêm relações financeiras com o Grupo BES.

A dinâmica da Banca de Empresas beneficiou, assim, da retoma da actividade económica, designadamente do sector exportador. Importa realçar a forte implantação do Grupo neste segmento, como primeiro banco e apoiar, desde sempre, os esforços de internacionalização das empresas portuguesas, tendo sido considerado, em 2006, pela revista *Global Finance* como “*Best Trade Finance Bank*” em Portugal, um prémio que distingue os melhores bancos a actuar na área de *Trade Finance* em 57 países. Esta distinção tem uma clara tradução na quota de mercado ao nível do *trade finance*, que se situa em cerca de 28%.

Face à crescente internacionalização e abertura dos mercados financeiros, a necessidade de obter uma dimensão acrescida como factor propiciador de economias de escala e ganhos de eficiência operacional, conduziu a uma expansão internacional para países com crescimento superior e afinidades significativas com o mercado português (Espanha, Brasil e Angola). Nestes países, o Grupo adopta uma estratégia de servir Clientes locais de segmentos específicos, mas também os Clientes que desenvolvem actividades económicas transnacionais.

A crescente implantação geográfica para além do território nacional - propiciadora de níveis elevados de crescimento que vêm complementar o aproveitamento pleno do potencial da base de Clientes nacional - a aposta na excelência e no constante aperfeiçoamento do serviço prestado e ainda a eficiência operacional da actividade desenvolvida são requisitos assumidos como fundamentais para o reforço da autonomia estratégica do Grupo BES no médio e longo prazo.

A elevada diversificação da base de Clientes doméstica, aliada à complementaridade da actividade internacional, tem contribuído para a estabilidade dos proveitos gerados ao longo do tempo, traduzindo-se num padrão de crescimento sustentado dos resultados.

3.1 Banca de Retalho

O ano de 2006 na Banca de Retalho foi marcado por um elevado dinamismo comercial junto dos Clientes Particulares e Negócios, decorrente de um conjunto de acções desenvolvidas.

A forte dinâmica comercial registada foi sustentada pela promoção de iniciativas de captação e de controlo da erosão de Clientes. Este esforço continuado permitiu ao Grupo captar 150 mil novos Clientes particulares (crescimento homólogo de 25%) o que, aliado ao reforço da capacidade de retenção, gerou um aumento da captação líquida de 58% face ao ano de 2005. No cômputo global, entre 2005 e 2006, o BES apresentou um crescimento líquido da base de Clientes superior a 190 mil. Importa referir que este esforço de captação está a permitir um importante rejuvenescimento da base de Clientes, nomeadamente através de um forte contributo da faixa etária abaixo dos 30 anos.

Em paralelo a esta dinâmica de captação, o ano de 2006 permitiu aumentar o número de Clientes fidelizados como consequência da consolidação das abordagens segmentadas que têm vindo a ser adoptadas desde 2004, visando servir de forma cada vez mais especializada os vários segmentos, tendo em consideração as respectivas necessidades financeiras.



Assurfinance: a maioria do Mundo T

Em 2006, o programa *Assurfinance* voltou a contribuir de forma muito significativa para o desempenho da banca de Retalho do Grupo Banco Espírito Santo.

Este programa, que assenta numa parceria entre o BES e a Companhia de Seguros Tranquilidade, envolve um universo de 1 200 agentes, sendo de destacar em 2006 uma captação pelo BES de cerca de 27 250 novos Clientes, a colocação de mais de 25 mil cartões de crédito ("Cartões T") bem como o contributo para 15% da produção total de crédito habitação (14% em 2005).

Estes resultados decorrem das iniciativas de *cross selling* e *cross segment* desenvolvidas durante 2006: (i) promoção do Cartão T para detentores de Seguro Auto permitindo o pagamento a crédito; (ii) maior atenção conferida à captação e fidelização selectiva de Clientes, nomeadamente de Clientes BES 360.

Destaca-se ainda a extensão do novo conceito de distribuição cooperativa – Postos Avançados – tendo terminado o ano com uma rede de 17 postos em actividade, o que também contribuiu para o reforço da capacidade de captação de Clientes em 2006.

BES 360 - referência no aconselhamento financeiro

No serviço BES 360 o Cliente é colocado no centro da relação com o Banco, dispondo do acompanhamento permanente de um gestor dedicado especializado, beneficiando de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às suas necessidades. O serviço caracteriza-se por uma elevada qualidade, assente em níveis de serviço garantidos, correspondendo às exigências deste segmento (Clientes afluentes).

A criação do serviço BES 360 implicou desde o início da sua implementação um forte investimento infra-estrutural a vários níveis. Para além da renovação de parte do corpo de gestores, todos foram alvo de um completo e exigente plano de formação, beneficiando adicionalmente do apoio especializado de um grupo de consultores dotados de elevadas competências em termos de planeamento e investimento financeiros. A oferta foi aperfeiçoada e alargada, apresentado fortes níveis de atractividade, tendo sido criados novos espaços físicos exclusivos para o atendimento dentro dos balcões.

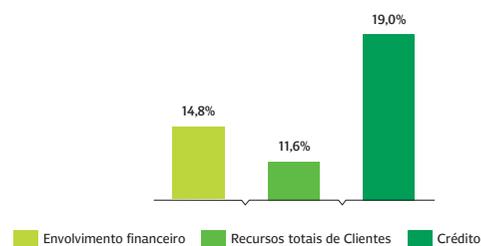
Adicionalmente, o BES 360 oferece um inovador serviço de planeamento financeiro (Mapa 360) que efectua o levantamento de toda a vida financeira do Cliente, traçando o melhor percurso até aos seus objectivos financeiros, que se traduz na recomendação de investimento mais indica-

da ao seu perfil. Este serviço pioneiro no mercado português apresenta significativas vantagens para o Cliente e veio reforçar, ainda mais, as fortes competências do Grupo BES na área de assessoria financeira. O expressivo crescimento registado em termos de gestão discricionária de carteiras é em grande medida o resultado da implementação deste serviço.

Desde o início do lançamento do serviço BES 360, os resultados obtidos têm sido extremamente positivos. Em 2006, o número de Clientes fidelizados ultrapassou os 95 mil, o que traduz um crescimento de 9% em termos homólogos, conduzindo a um aumento do respectivo envolvimento financeiro em 15% face a 2005. Os Clientes BES 360 contribuíram com 47% para a produção do Crédito habitação do Grupo BES.

Crescimento do segmento BES 360

(Afluentes)



Envolvimento Financeiro: crédito e recursos.

Negócios: a confirmação de uma estratégia ganhadora

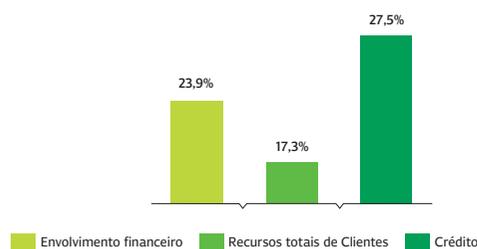
Traduzindo o reforço do posicionamento competitivo neste importante segmento de mercado, o desempenho do segmento Negócios evidenciou, à imagem do ano anterior, um elevado dinamismo comercial materializado no crescimento de 23,9% do envolvimento financeiro (crédito e recursos).

Esta evolução, que contribuiu decisivamente para a consolidação do BES como primeiro banco de Clientes Negócios, foi essencialmente suportada em três alavancas de crescimento:

- Forte captação de Clientes com um crescimento de 19% face ao ano anterior, fruto da actuação comercial desenvolvida pela força de prospectores de Negócios;
- Aumento selectivo da quota de mercado em sectores com maior potencial (p.ex. Notários - 52%, Farmácias - 30%, Turismo, Saúde e *Franchising*) e menor nível de risco de crédito associado;
- O incremento do *cross selling*, com destaque para o aumento do número de contas BES Negócios Tesouraria – solução integrada desenvolvida para as necessidades do quotidiano dos Clientes Negócios – com a adesão de dois em cada três novos Clientes captados durante 2006. Merecedor de idêntico relevo é o aumento de 14% dos Planos Poupança Reforma colocados aproveitando a consciencialização crescente da necessidade de planeamento da reforma.

Como corolário da consolidação da estratégia comercial, das propostas de valor diferenciadas desenvolvidas para os sectores de maior potencial, o segmento superou os 31 mil Clientes fidelizados (+11% que em 2005).

Crescimento do segmento negócios



Envolvimento Financeiro: crédito e recursos.

Particulares de Retalho: Maior orientação para o Cliente, mais proactividade comercial

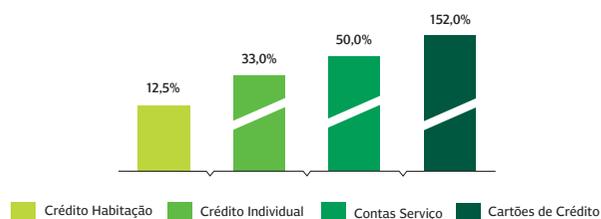
Após o reposicionamento total da estratégia para o segmento de Particulares de Retalho, assistiu-se em 2006 à sua consolidação, com resultados que permitiram reforçar a quota do BES como primeiro Banco.

Para estes resultados contribuíram três aspectos fundamentais em termos de abordagem comercial:

- Renovação e adequação da oferta a cada subsegmento, tendo em conta o ciclo de vida do Cliente e apostando no lançamento de produtos inovadores, de que é exemplo a conta BES 100% (campanha 10 a 0), que oferece aos Clientes um conjunto alargado de serviços de gestão do quotidiano de forma gratuita (com domiciliação de salário ou realização de um PPR);
- Aceleração das iniciativas de captação, com especial destaque para o aprofundamento do programa *Assurfinance* e para o reforço do programa *cross-segment* (destinado a colaboradores de empresas Clientes do BES);
- Revisão integral das ferramentas de trabalho nos balcões, tornando-as mais simples, adaptáveis e integradas, de forma a assegurar uma verdadeira orientação para o Cliente, uma maior homogeneidade em termos de produtividade comercial e um elevado grau de proactividade no *front-office*.

Crescimento do segmento particulares de retalho

(Produção)



Em 2006, é de destacar o aumento de 25% do número de Clientes novos, a redução da taxa de erosão para 2,7% fruto das políticas de qualidade estabelecidas e a venda de mais de 1 milhão de produtos (correspondendo a um aumento da produtividade comercial por colaborador superior a 10%).

A consolidação das abordagens segmentadas suportou o crescimento da Banca de Retalho, onde importa destacar:

- Aumento significativo dos recursos, alicerçado no crescimento da carteira de PPR/Es em 22%, tendo o Grupo BES reforçado a sua liderança num produto de elevada relevância estratégica, atingindo uma quota de mercado de 24%. É de salientar adicionalmente o expressivo crescimento registado em termos de gestão discricionária de carteiras (com particular incidência nos Clientes BES 360);
- Crescimento do crédito suportado pela evolução do crédito habitação (+8% face a 2005; com 47% do montante concedido a Clientes BES 360) bem como de Outro Crédito a Particulares, que registou um aumento de 28% face a 2005, em função de um conjunto de iniciativas integradas lançadas em torno do Crédito ao Consumo e dos Cartões de Crédito.

O sucesso das iniciativas de *cross-selling* é visível no significativo aumento da taxa de equipamento, com particular incidência em produtos ou *bundling* de produtos que contribuem para o reforço do nível de fidelização dos Clientes. Nesta vertente merece especial referência o aumento de 72% na colocação de cartões de crédito, o aumento de 20% na colocação de soluções de poupança programada e o aumento de 10% na colocação de seguros vida risco. Fruto desta actividade de *cross-selling*, foi possível aumentar em mais de 13% o número de Clientes de Retalho equipados com o pacote-base de produtos dos principais segmentos do Retalho.



3.2 Private Banking

Aproveitando as competências e vantagens competitivas intrínsecas do Grupo, reforçou-se o aconselhamento e acompanhamento dos Clientes, contribuindo para a consolidação dos elevados níveis de serviço e de fidelização dos Clientes que suportaram os seguintes resultados:

- Elevados níveis de captação de Clientes, através da rede de 28 Centros *Private*.
- Boa performance dos investimentos, resultante da combinação de diversos factores, com destaque para o reforço da gestão discricionária. As carteiras sob gestão, quer de investimento, quer de *trading*, puderam beneficiar do acompanhamento de equipas especializadas e apresentaram *performances* entre os 5% e os 15%, dependendo dos perfis de alocação de activos. Num ano em que o mercado monetário proporcionou um retorno médio de 3,4%, o aproveitamento das oportunidades nos mercados de derivados, através do recurso a activos subjacentes essencialmente direccionados para a vertente accionista (títulos directos e índices diversificados), permitiu ganhos relevantes em operações de assessoria financeira;
- Reforço da relação com os Clientes através do desenvolvimento da oferta não financeira, bem como da dinamização da captação de Clientes por via de iniciativas *cross segment* com outras áreas comerciais do Grupo, aliadas ao reforço da identidade e imagem específicas em toda a comunicação a Clientes e o lançamento de um programa de eventos culturais e de lazer;
- Melhoria dos níveis de serviço através da inauguração de novas Instalações em Guimarães, Setúbal e Porto, sendo que nesta se destaca a recuperação do "Edifício dos Maristas", uma referência da cidade, em que o Banco evidenciou a sua vocação de mecenas cultural.

No *International Private Banking*, o ano de 2006 foi o primeiro ano completo de actividade dirigida às comunidades portuguesas no estrangeiro e mercados de maior afinidade, tendo-se privilegiado dois eixos de actuação:

- Aposta nos mercados onde o Grupo BES detém vantagens competitivas e que paralelamente encerram maior potencial: a evolução do negócio sendo naturalmente diferente em cada mercado, permitiu que os resultados globais obtidos assegurem o sucesso da estratégia traçada;
- Melhoria dos serviços disponibilizados, em particular da oferta financeira e da abordagem comercial, através da implementação de novos processos de gestão suportados no desenvolvimento do plano de infraestruturas informáticas, dos sistemas de gestão de informação e de *Compliance*.

A abordagem comercial, assegurada por *private bankers* especializados e fortemente dedicados aos Clientes, assente numa presença geográfica que cobre a totalidade do território nacional bem como os principais mercados internacionais, permitiu assegurar um ritmo de crescimento forte que se traduziu num crescimento de 9,6% do envolvimento financeiro.

3.3 Banca de Empresas e Institucionais

Tendo por base as necessidades específicas dos seus Clientes, a área de Banca de Empresas e Institucionais está dividida em quatro sub-segmentos: Médias Empresas (facturação entre 2,5 e 50 milhões de euros), Grandes Empresas (empresas nacionais com facturação superior a 50 milhões de euros), *Corporate Internacional* (multinacionais com presença em Portugal) e Municípios e Institucionais.

Médias Empresas

Num contexto de intensificação concorrencial, o exercício de 2006 traduziu-se, uma vez mais, em excelentes resultados ao nível da rentabilidade, qualidade e risco no segmento de médias empresas. A consistência do desempenho é o resultado da estratégia que tem vindo a ser implementada desde a verticalização do segmento, e que vem sendo aprofundada em seis vectores essenciais:

1. Gestão de recursos humanos: uma equipa especializada presta apoio às médias empresas por meio de uma rede comercial totalmente dedicada de 27 Centros de Empresa dispersos por todo o território nacional e de gestores de Cliente altamente especializados, através de uma consistente política orientada para um plano contínuo de formação e desenvolvimento.

2. Melhoria da qualidade: a aposta na melhoria dos níveis de serviço traduz-se no resultado da auscultação dos níveis de satisfação, através de inquéritos de qualidade dirigidos aos Clientes, que tem revelado melhorias contínuas, reforçadas em 2006, com o peso dos Clientes muito satisfeitos com o atendimento a atingir os 86%, em linha com o nível de excelência exigido. Em 2006, o BES net Negócios - serviço de *internet banking* de empresas - criou um Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação - à luz da norma internacional NP EN ISO 9001:2000.

3. Gestão do risco de crédito: a celeridade da decisão e a consistência da política de crédito continuam a ser valores reconhecidos pelos Clientes, dispondo-se de ferramentas de medição do risco e de optimização do binómio risco/rentabilidade de elevada qualidade. Estes instrumentos têm permitido melhorar o processo de decisão de crédito, traduzido em decisões mais rápidas (e eficientes) e numa melhoria dos níveis de risco e de rentabilidade ajustada pelo risco.

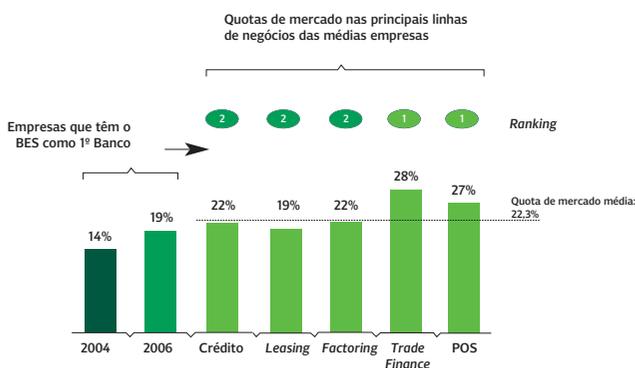
4. Desenvolvimento da oferta: focalizado na satisfação das necessidades dos Clientes e na sua fidelização, o alargamento da oferta continuou a merecer uma atenção especial, com destaque para:

- O **Cartão à la card**, primeiro vale de refeição em formato cartão lançado em Portugal, destinado a processar os subsídios de alimentação aos

colaboradores e o produto **Conta Cartão** destinado a programas de fidelização de Clientes das empresas e gestão de despesas (entre outros fins). Em conjunto, estes produtos alcançaram já um parque de 22 mil cartões, o dobro do parque de cartões de crédito tradicionais existente no segmento de empresas.

- O **crédito especializado** onde tanto o *leasing* como o *factoring* atingiram pela primeira vez 1 000 milhões de euros de produção e carteira, respectivamente. A Besleasing e Factoring não só acompanhou os crescimentos do mercado como reforçou o seu posicionamento conquistando mais de um ponto percentual na quota de mercado em ambos os produtos. Com uma quota de mercado de 18,7% no *leasing* e 22,2% no *factoring*, o Grupo BES consolidou o 2º lugar no *ranking* nacional.
- O **renting** (aluguer operacional de viaturas) e gestão de frotas, actividade desenvolvida pela Locarent, que nos segmentos de empresas teve uma colocação superior a 1 200 viaturas.
- O **serviço de assessoria financeira e os produtos derivados**, que permitiram oferecer às Médias Empresas os serviços de banca de investimento e de cobertura de risco, tradicionalmente acessíveis apenas às Grandes Empresas, continuaram a apresentar resultados muito positivos, duplicando as receitas na área.
- No domínio das soluções de recursos humanos é de destacar o desempenho ao nível da colocação de **seguros vida risco e capitalização**, com um crescimento da carteira de 123% e 39%, respectivamente.
- O **cross-selling** de seguros não-vida com a Companhia de Seguros Tranquilidade constitui uma clara complementaridade com a oferta bancária. O Programa BES Empresas traduziu-se num aumento de 57% da receita.
- A dinamização do negócio de **trade finance** e apoio às empresas no desenvolvimento do negócio internacional continua a merecer uma atenção especial. De realçar a realização de missões empresariais, com destaque para Marrocos e Angola, que tiveram por objectivo apresentar a um conjunto de empresários portugueses as oportunidades de comércio e de investimento nestes países.

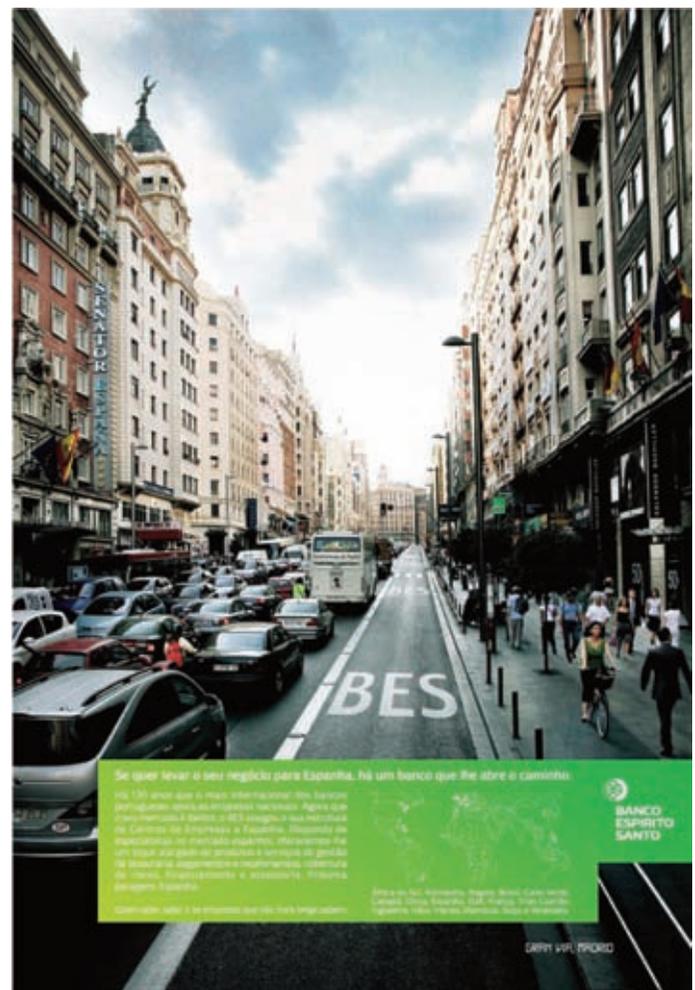
Evolução da quota de mercado por produto e da quota de mercado média



Fonte: DataE (Markttest).

5. Captação e fidelização dos Clientes: a identificação e manutenção de uma base de cerca de 4 mil Clientes potenciais de bom risco tem constituído um instrumento precioso de captação, traduzido em 700 novos Clientes activos. Um destaque para as *start-ups* de cariz inovador, resultante do desenvolvimento de uma rede comercial junto de incubadoras, universidades e pólos de inovação. Os instrumentos de apoio à venda existentes, visando o conhecimento dos Clientes e suas necessidades, continuam a permitir reforçar os níveis de fidelização, nomeadamente via *cross-selling*. O número de Clientes fidelizados registou um crescimento de 16%.

6. Conhecimento dos Clientes: o adequado dimensionamento das carteiras, a focalização dos gerentes de empresas na venda e o aprofundamento dos instrumentos de apoio à venda, como o *Corporate Account Planning System (CAPS)*, ferramenta com indicadores de propensão e de definição de planos de acção por Cliente, têm dotado a força de vendas de capacidade de diagnóstico rápido e eficiente.



Banca de Empresas: uma abordagem Ibérica

No contexto da globalização dos mercados, e na lógica de mercado ibérico que dela decorre, Espanha tem vindo crescentemente a reforçar o seu papel como principal parceiro de Portugal no comércio de mercadorias e serviços. Deste modo, o alargamento do conceito de mercado doméstico ao espaço ibérico é já uma realidade.

O Banco Espírito Santo, único banco privado português (entre os bancos cotados) com uma abordagem ibérica baseada em presença física, ciente das oportunidades que esta cumplicidade comercial ibérica traduz, definiu como um dos objectivos estratégicos para o triénio 2006-2009 ser o primeiro banco português a proporcionar um serviço global e integrado às empresas portuguesas em Espanha e às empresas espanholas com ligações comerciais com Portugal.

Assim, no âmbito de um conjunto de iniciativas identificadas para Espanha, e capitalizando no sucesso da banca de empresas em Portugal, o BES optou pelo desenvolvimento e implementação de um novo modelo de banca de empresas em Espanha. Uma das concretizações deste modelo, semelhante à actual abordagem do segmento de Médias Empresas em Portugal, consistiu na abertura, numa primeira fase, de 8 Centros Empresa especializados em Madrid (2), Barcelona, Valência, Sevilha, Vigo, Bilbao e Valladolid. Estas sete comunidades representam cerca de 80% do comércio Ibérico, sendo de destacar a estreita articulação com a área de banca de investimento.

Grandes Empresas Nacionais

No segmento das Grandes Empresas foi incrementado o envolvimento com um conjunto seleccionado de grupos económicos, responsáveis por projectos relevantes e de interesse nacional, nomeadamente nos sectores das energias renováveis, infraestruturas rodoviárias, águas e saneamento, respeitando critérios adequados de risco e rentabilidade.

O Grupo BES presta ainda apoio à internacionalização das empresas portuguesas, quer directamente, quer promovendo a sua rede internacional junto dos Clientes com projectos no estrangeiro.

Em 2006, prosseguiu o esforço de coordenação permanente da oferta com outras áreas de negócio, com destaque para as áreas de banca de investimento, *leasing*, *factoring* e seguros e uma maior dinâmica no *cross segment* com a área de particulares, potenciando o crescimento da base de Clientes daquele segmento.

Sucursais e Filiais de Empresas Multinacionais

As multinacionais com sucursais e filiais em Portugal dispõem de uma equipa comercial especializada por países de origem que, em estreita articulação com a rede internacional do Grupo BES, providenciam uma oferta global de produtos e serviços. O BES assume-se assim como o principal “local bank” das multinacionais com filiais em Portugal.

O Grupo BES tem-se destacado no apoio a empresas multinacionais de vários sectores de actividade económica que utilizam as suas participadas em Portugal como plataforma estratégica na abordagem aos mercados dos países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), com destaque para o mercado angolano. O *know-how*, a presença local, as afinidades culturais e a oferta de condições de financiamento atractivas constituem-se como vantagens competitivas percebidas pelas multinacionais, contribuindo para o destaque de Portugal e do Grupo BES na prossecução da estratégia de crescimento naqueles mercados.

Continua a assistir-se à tendência de centralização das tesourarias das multinacionais, melhorando a sua eficiência financeira, reduzindo o envolvimento financeiro e aumentando a prestação de serviços ao nível do mercado nacional (*renting/leasing/factoring*). Em complemento, tem vindo a ser sofisticada a oferta, nomeadamente com soluções inovadoras de meios de pagamento electrónicos, melhorando a fidelização dos Clientes.

Municípios e Clientes Institucionais

Este segmento desenvolve soluções de serviços bancários que acompanham a modernização administrativa de Institutos Públicos e de outras Instituições, nomeadamente de solidariedade social, incentivando o apoio ao investimento e ao empreendedorismo.

Em complemento, o Grupo BES tem promovido soluções financeiras inovadoras para projectos de investimento de associações da sociedade civil, de Autarquias ou empresas por estas participadas, num quadro legal de restrições no acesso ao crédito por parte destas entidades.

Neste aspecto, é de salientar o programa de Fundos de Apoio às Micro Empresas – FAME –, que o BES lançou em 2002, foi incluído em 2006 pelo Governo no Programa Finicia, Eixo 3. Dos 23 protocolos assinados, o BES é o banco de apoio em 18 protocolos, o que traduz a liderança inequívoca neste domínio.

Apoio ao investimento e desenvolvimento económico

Sendo para o Banco Espírito Santo o apoio ao Investimento um dos pilares base da relação com as empresas, cumpre destacar a liderança nos Programas de Apoio ao Investimento, nomeadamente no apoio ao Turismo através do regime de protocolos bancários com o Instituto do Turismo de Portugal (ITP), em que o BES foi o parceiro financeiro escolhido por cerca de um terço dos promotores, representando 37% do investimento elegível apoiado pelo ITP.

O acompanhamento efectuado ao longo do QCA III (2000 – 2006), traduzido na liderança ao nível do SIME (PRIME), reflectiu o reforço das competências do BES no apoio ao Investimento. A importância para o desenvolvimento económico português do novo quadro comunitário de apoio (QREN), a vigorar no período 2007 – 2013, constitui um forte desafio que o Banco Espírito Santo assume, uma vez mais, com total prioridade.

Em Novembro concretizou-se a primeira operação de securitização de créditos concedidos a Pequenas e Médias Empresas (PME's) no montante de 863 milhões de euros. O sucesso da colocação, reflectido no facto da procura ter excedido duas vezes a oferta, traduz o reconhecimento pelo mercado da qualidade da carteira de crédito e permitirá ao Banco continuar a fomentar o crescimento económico nacional, especialmente ao nível das PME's.

Concurso Nacional de Inovação BES

No sentido de assumir um papel de referência no tocante à promoção e incentivo ao empreendedorismo e inovação em Portugal foi, ainda, lançada a II Edição do Concurso Nacional de Inovação BES, envolvendo um leque alargado de parceiros representativos do meio científico, académico e empresarial português e com o objectivo de premiar e divulgar projectos de investigação, desenvolvimento e inovação em áreas de aplicação ligadas aos recursos endógenos do País e dirigidos à melhoria de produtos, processos ou serviços.

3.4 Banca de Investimento

A área de banca de investimento oferece aos Clientes do Grupo BES uma variedade de produtos e serviços especializados, incluindo aconselhamento em fusões e aquisições, acesso e transacções em mercados de capitais (acções e dívida), serviços de corretagem e de gestão de carteiras, *leveraged finance*, *project finance* e *private equity*.

A estratégia para a área de negócios de banca de investimento assenta em dois pilares principais: (i) manter a posição de liderança no mercado

português e (ii) expandir de forma selectiva a actividade internacional, de forma a viabilizar uma trajectória de crescimento sustentado dos resultados.

Em Portugal, pretende-se continuar a aumentar o volume de negócios através do contínuo aperfeiçoamento da abordagem de venda focada no Cliente, do reforço das iniciativas de *cross-selling* e de *cross-border*, do fortalecimento da rede de distribuição e da expansão da oferta de serviços e produtos financeiros.

É de realçar a frequente liderança de muitas das *league tables* do mercado português. Em 2006, O BES Investimento consolidou o primeiro lugar pelo quarto ano consecutivo na prestação de serviços de corretagem (de acordo com a Euronext Lisbon), liderou a actividade de fusões e aquisições (em número de *deals*) e foi galardoado pela revista "*Project Finance Internacional*" com o prémio "*The Renewable Deal of the Year in Portugal*" pela montagem do financiamento à Enersis no montante de 985,5 milhões de euros.

Em simultâneo, tem sido feita uma aposta decidida mas criteriosa na expansão internacional da actividade de banca de investimento. Numa primeira etapa, através do alargamento da actividade ao Brasil e a Espanha. Num segundo momento, foi tomada a iniciativa de internacionalizar a actividade de *project finance*, capitalizando as competências adquiridas no processo de expansão de investimentos em infra-estruturas em Portugal, tendo sido criada uma equipa no Reino Unido. Nesta área de negócio, o BES Investimento foi o sexto na Europa e o líder ibérico em projectos de infra-estruturas no ano de 2006. Numa terceira etapa, foi decidido explorar novas oportunidades de crescimento por via da entrada em novos mercados geográficos, nomeadamente Polónia e Angola. Nesse contexto, foi formalizada na Polónia em Outubro de 2005 uma *joint venture* com a Concórdia Sp z.o.o., um centro de consultoria financeira sediada em Varsóvia, através da qual oferece aos seus Clientes serviços de banca de investimento, em particular fusões e aquisições e *project finance*, no principal mercado da Europa de Leste.

A actividade de banca de investimento é assim desenvolvida em três continentes, com presença activa em Espanha, Brasil, Angola, Reino Unido e Polónia. O crescimento da actividade de banca de investimento deverá assentar no alargamento selectivo da actividade internacional procurando simultaneamente manter a posição de liderança em Portugal e consolidar a presença nos mercados de expansão internacional, sempre com o objectivo de acompanhar os Clientes e de satisfazer as suas necessidades de banca de investimento com elevada qualidade.

3.5 Gestão de Activos

A gestão de activos no Grupo BES é desenvolvida fundamentalmente pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, com actividade em Portugal, Espanha, Luxemburgo, e mais recentemente no Brasil.

No final do ano 2006, o volume global de activos sob gestão (recursos de Clientes desintermediados e CDO contratados) atingiu cerca de 20 700 milhões de euros, o que reflecte um crescimento de 17,4% em relação a 2005. Este crescimento decorre da estratégia desenvolvida desde há alguns anos baseada na inovação, com o lançamento de novos produtos e alargamento da oferta em função das novas condições do mercado.

Fundos de Investimento Mobiliário

Os volumes sob gestão dos fundos mobiliários atingiram 5 540 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. Numa lógica de adaptação da oferta de produtos e serviços orientados para a satisfação dos clientes, destaca-se o lançamento dos Fundos ES Estratégia Activa II, ES Brasil e ES Alpha 3-FEI que, no seu conjunto, superaram 104 milhões de euros no final do ano. No sentido de dinamizar a oferta de fundos, foram alteradas as condições de comercialização com a eliminação das comissões de subscrição em todos os fundos (excepto para o Espírito Santo Estratégia Activa). Foi ainda prosseguida a racionalização da oferta de fundos com as fusões dos fundos BIC Tesouraria no ES Monetário bem como do ES Portfolio I e ES Portfolio no ES Opção Conservadora - Fundos de Fundos. O Grupo BES tem sob gestão no Luxemburgo 4 fundos vocacionados para Clientes com óptica de risco distintas. No final de 2006, os activos sob gestão no Luxemburgo representavam 1 204 milhões de euros, o que representa um crescimento de 13% face ao ano anterior. O *ES Fund* (constituído por 10 compartimentos), o Fundo *ABS Opportunity Fund* (lançado em 2006) o *ES Active Allocation Fund* (destinado a Clientes particulares e institucionais) e o *Caravela Fund SICAV* (composto por 5 compartimentos, sendo de salientar o lançamento do novo compartimento Caravela Compass). O *European Responsible Consumer Fund SICAV*, fundo com preocupações de carácter ético, ambiental e social, é comercializado em Portugal, Espanha, Itália e Luxemburgo.

Fundos de Investimento Imobiliário

Na actividade imobiliária, o Fundo Gespatrimónio Rendimento manteve de forma estável a liderança absoluta em termos de quota de mercado, tendo atingido no final de 2006 um volume sob gestão superior a 1 292 milhões de euros.

Durante o ano de 2006, a actividade de gestão de activos foi estendida a áreas de negócio de particular interesse para potenciais investidores, tendo alargado a oferta através do lançamento de 18 novos fundos imobiliários fechados. Foi igualmente capitalizado o sucesso do lançamento em 2005 do Espírito Santo Reconversão Urbana, lançando um novo fundo

dirigido ao mesmo segmento, o Espírito Santo Reconversão Urbana II. Estes fundos fechados são direccionados para Clientes que pretendam uma aplicação em investimentos imobiliários por um período de tempo pré-determinado.

Fundos de Pensões

Na área dos Fundos de Pensões, o volume sob gestão superou 2 600 milhões de euros, o que representa um crescimento de 11,5% em relação a 2005, em resultado da captação de novas adesões colectivas aos fundos de pensões abertos.

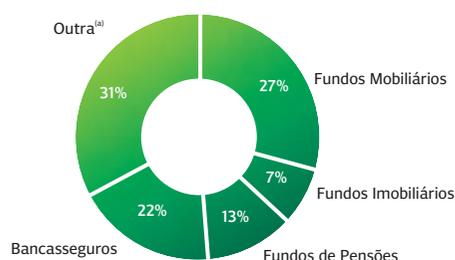
Gestão Discricionária / Bancasseguros

É de destacar os novos mandatos adquiridos quer no segmento de particulares, quer no segmento de institucionais. Em resultado das competências técnicas adquiridas na gestão de CDO, no final do ano foram assinados novos contratos para o aconselhamento na gestão de mais dois *portfolios* no montante total de cerca de 2 100 milhões de euros.

Gestão de Carteiras

O Grupo BES tem mantido uma postura de permanente disponibilidade para abraçar a inovação ao serviço da actividade financeira, correspondendo dessa forma às crescentes necessidades dos seus Clientes. Neste quadro foi criado um serviço de gestão de carteiras por conta de outrem para os Clientes afluentes, em que cada Cliente beneficia de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às suas necessidades, bem como de um sofisticado serviço de planeamento financeiro. Mediante a adesão a este serviço, o Cliente beneficia de um serviço simples e integrado baseado em princípios de criação de valor, diversificação e crescimento, enquadrado num determinado perfil e horizonte temporal de investimento. Os seus valores são entregues à gestão de carteiras, cujas linhas orientadoras passam por escolher sempre as melhores alternativas de investimento tendo em consideração as condições de mercado e a rentabilidade objectivo do perfil escolhido pelo Cliente. As carteiras são compostas por valores mobiliários ou equiparados, instrumentos financeiros e de mercado monetário e cambial, depósitos a prazo, certificados de depósito, instrumentos financeiros derivados (que poderão ser utilizados para fim diverso da cobertura de risco), bilhetes de tesouro, planos de poupança, operações de capitalização de seguro de vida, seguros ligados a fundos de investimento, ou quaisquer outros valores, incluindo fundos de retorno absolutos - "*hedge funds*", desde que legalmente susceptíveis de negociação.

Gestão de activos: repartição por produto



(a) Inclui gestão de carteiras, gestão discricionária de particulares e CDO.

3.6 Actividade Internacional

A actividade internacional assenta em mercados cultural e economicamente afins com Portugal, estando a sua expansão essencialmente centrada no triângulo Espanha, Angola e Brasil. A presença internacional tem um grande enfoque em áreas específicas onde o Grupo detém vantagens competitivas que lhe permitem explorar mercados e/ou áreas de negócio com elevado potencial, tirando partido da experiência adquirida e em alguns casos da liderança no mercado doméstico.

Espanha

O ano de 2006 marca o arranque de uma forte aposta em Espanha, visando a implementação de uma estratégia de crescimento sustentada por um posicionamento mais eficiente e competitivo, com o objectivo de potenciar o negócio nos segmentos *Private Banking*, Banca de Afluentes e Banca de Empresas - com uma perspectiva de serviço Ibérico. Neste contexto, foi autorizada pelo Banco de Espanha no passado dia 15 de Janeiro a transformação do BES (Espanha) em sucursal do Banco Espírito Santo.

No *Private Banking* e Banca de Afluentes, os Clientes dispõem de um serviço global e personalizado para responder às necessidades de cada um e definir as soluções mais eficazes, seguras e rentáveis, suportado na actual rede de 25 balcões.

Na Banca de Empresas, foi em 2006 desenvolvida uma abordagem Ibérica ao mercado que combina a experiência acumulada em Espanha nos últimos anos com o forte posicionamento e a ampla cobertura do mercado português. Neste contexto, o Grupo BES detém uma posição privilegiada para assessorar as empresas que operam nas duas economias. Foram

implementados durante o ano 8 Centros Empresa - Madrid (2), Barcelona, Vigo, Sevilha, Valência, Bilbao e Valladolid, que contam ainda com o apoio da actual rede de balcões para assegurar uma maior proximidade aos Clientes. Em simultâneo, o reforço da articulação com a área de banca de investimento, permite oferecer às empresas um serviço global de banca comercial/banca de investimento.

Na área de banca de investimento, foi no ano 2000 e com a aquisição da sociedade de corretagem Benito y Monjardin que foram dados os primeiros passos para a criação de uma plataforma de actuação ibérica. O posicionamento no mercado espanhol tem vindo a ser reforçado com particular destaque para as actividades de corretagem (5º lugar na Bolsa de Madrid em 2006), derivados de acções, *leveraged finance* e fusões e aquisições.

No âmbito da gestão de activos, o volume sob gestão em Espanha registou um aumento de 13,3% face a 2005. Este crescimento é explicado pelo forte aumento dos volumes sob gestão dos fundos de investimento (+11%) e da actividade de gestão discricionária (+19%). Em 31 de Dezembro de 2006, o volume global de activos sob gestão em Espanha superou 2 158 milhões de euros.

França

A actividade do Grupo em França é desenvolvida pelo BES Vénétie em que o Banco Espírito Santo detém uma participação de 40%. Durante o ano de 2006, foi desenvolvida consideravelmente a actividade de financiamento de operações imobiliárias, essencialmente a curto/médio prazo, mantendo a já tradicional actividade nos sectores da banca de empresas, na banca de engenharia financeira orientada para a montagem ou participação em operações de *leveraged finance* a par com a prestação de serviços financeiros à comunidade portuguesa residente em França. Paralelamente ao desenvolvimento da actividade comercial foi reforçada significativamente a base de recursos, nomeadamente a médio prazo.

Reino Unido

A presença no Reino Unido está vocacionada para a actividade de banca de *wholesale* em paralelo com banca de investimento, fundamentalmente *project finance*.

Nas operações internacionais, a credibilidade e *know how* detido permitem a actuação como participante, *arranger* e *underwriting* de operações

de crédito sindicadas, operações de *leveraged finance* e *structured trade finance de commodities*.

A internacionalização da actividade de *project finance* assenta na capitalização das competências adquiridas no processo de expansão de investimentos em infra-estruturas em Portugal. Com a contratação em 2001 de uma equipa especializada, baseada em Londres, o Grupo passou a ser reconhecido como um importante participante europeu, com grande experiência no financiamento de investimentos em Infra-estruturas, sobretudo de transportes.

O programa de emissão de certificados de depósito, colocados junto de empresas e institucionais, representa uma oferta de valor que tem contribuído de forma sustentada para o posicionamento do Grupo na captação de recursos. A Sucursal oferece igualmente serviços e produtos a empresas portuguesas, assim como à comunidade de portugueses residentes no Reino Unido. Acresce a oferta para particulares, essencialmente britânicos e irlandeses, de crédito imobiliário para turismo residencial em Portugal.

Estados Unidos da América

O Grupo BES desenvolve, a partir de Miami (Florida), a actividade de *private banking* internacional na América Latina, servindo maioritariamente as comunidades de origem portuguesa neste continente. Para apoiar a actividade neste segmento, é disponibilizado um vasto leque de produtos de investimento no mercado bolsista norte-americano através de uma *broker-dealer*. No mercado norte-americano a actividade é centrada na concessão de crédito em duas grandes áreas de negócio: o financiamento imobiliário, nas vertentes habitação (*residential real estate*) e comercial (*commercial real estate*) e, mais recentemente, o financiamento de operações de *trade finance* no âmbito de programas de Agências de Crédito à Exportação, nomeadamente o U.S. Eximbank.

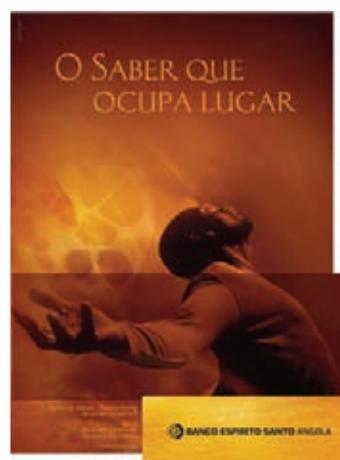
Com base na Sucursal de Nova Iorque, o Grupo BES actua nos mercados da América do Norte e da América Latina com particular enfoque nos EUA e no Brasil. Direciona a sua actividade para as empresas de média e grande dimensão em termos de operações de crédito sindicadas a médio e longo prazo assim como operações de *trade finance* e, mais recentemente em operações de *project finance*. O Grupo tem ainda uma actuação relevante nos mercados de capitais norte-americanos e contribui activamente para a angariação de recursos através dos programas de emissão de certificados de depósito e de emissão de papel comercial.

Brasil

No Brasil, o Grupo desenvolve a actividade de banca de investimento e tem participado activamente no crescimento do mercado de capitais brasileiro, através da liderança e participação em emissões de dívida, e de acções de empresas brasileiras. Tem-se igualmente destacado na área de fusões e aquisições (3º lugar no *ranking* em número de *deals*). Com o objectivo de complementar as actividades de mercado de capitais, passou também a ser desenvolvida a actividade de *asset management*.

Angola

A actividade em Angola assenta na prestação de um serviço global aos Clientes particulares e empresas. No que respeita à banca de particulares, o Grupo BES conta já com 17 agências dispersas por 6 províncias, e centra a sua actividade nos Clientes *private* e afluentes. Relativamente à banca de empresas, a actividade está direccionada essencialmente para o apoio às empresas e empresários portugueses que estão a expandir a sua actividade para este país. Paralelamente, é de salientar a actuação do Grupo no apoio às exportações para Angola, acompanhada por uma equipa especializada. Adicionalmente, a área de banca de investimento tem uma presença permanente em Luanda, nomeadamente para identificar oportunidades de negócio na área de *project finance*.



Macau

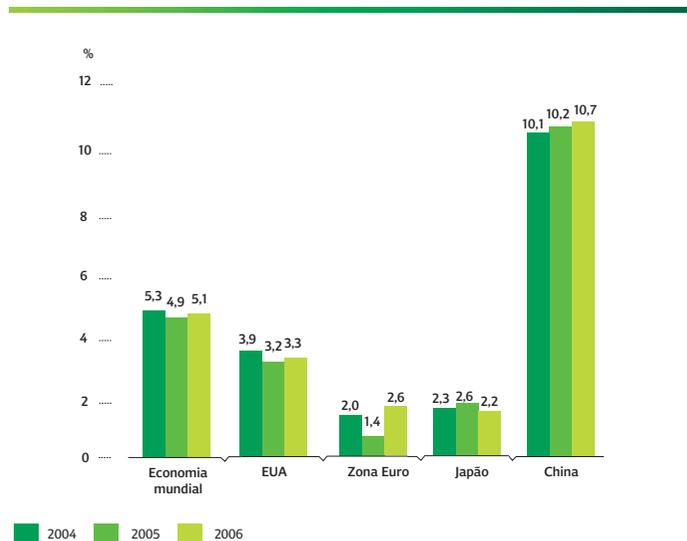
A presença em Macau assenta essencialmente no apoio aos Clientes do Grupo na sua actividade empresarial desenvolvida nesta região. Simultaneamente procura-se potenciar oportunidades de negócio, privilegiando a iniciativa do Governo Central da República Popular da China em considerar Macau como plataforma para a cooperação económica com os países de língua portuguesa.

4.0 Enquadramento Macroeconómico

4.1 Situação Económica Internacional

A **economia mundial** registou, em 2006, um crescimento acentuado, que se estima em torno de 5,1% (4,9% em 2005). A conjuntura económica foi caracterizada por uma distribuição mais equilibrada do crescimento, destacando-se o desempenho das economias emergentes, com uma variação do PIB de 7,3%. Dentro deste grupo, sobressaiu o dinamismo da Ásia, com um crescimento de 8,7%.

Evolução do PIB mundial (em termos reais)



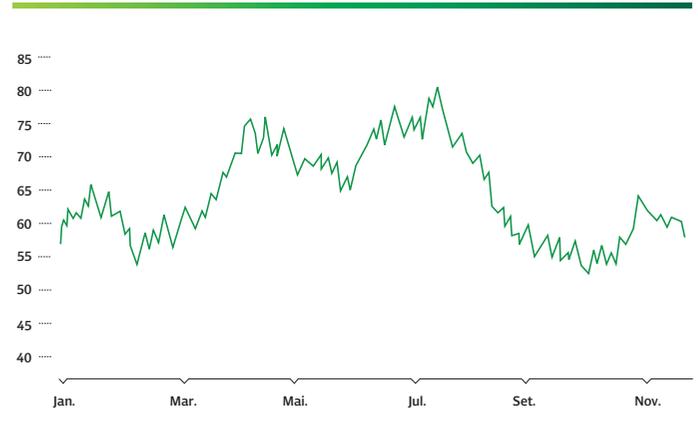
Fontes: FMI e Comissão Europeia.

A conjuntura económica foi, ainda, caracterizada pela subida do preço do petróleo nos primeiros oito meses do ano, atingindo no final deste período um máximo nominal histórico de USD 78/barril. Em termos médios anuais, registou-se uma subida de USD 54,5/barril para USD 65,4/barril, que se explica pela persistência de uma procura forte, por restrições à expansão da oferta e por movimentos especulativos relacionados, sobretudo, com questões geopolíticas. No último trimestre de 2006, observou-se um recuo no preço do petróleo, para cerca de USD 60/barril.

A conjuntura de crescimento económico forte e de inflação moderada – suportada, no final do ano, pela queda dos preços dos bens energéticos – contribuiu para uma evolução positiva do sentimento económico global, expresso num desempenho favorável dos mercados accionistas. Na Europa, os índices CAC 40 de Paris, DAX de Frankfurt e IBEX 35 subiram 17,53%, 21,98% e 31,79%, respectivamente. Nos Estados Unidos, os índices

S&P 500 e Dow Jones valorizaram-se, respectivamente, 13,62% e 16,29%, tendo o índice Nasdaq ganho 9,52%. Para este desempenho contribuiu também a persistência de uma conjuntura de ampla liquidez a nível global, traduzida numa forte actividade de fusões e aquisições e numa compressão dos *spreads* de crédito.

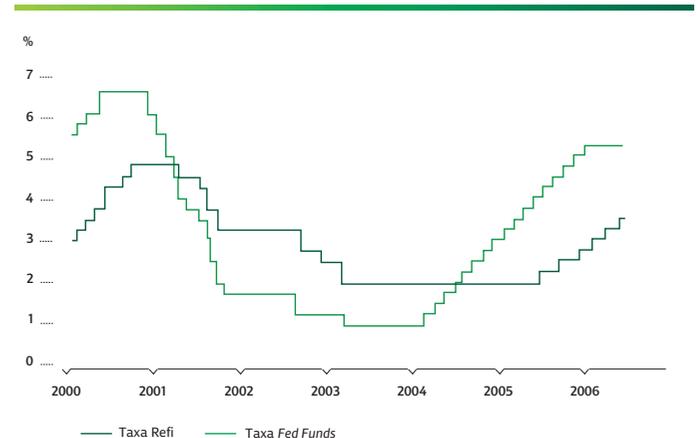
Preço do petróleo (USD/Barril)



Fonte: Bloomberg

Nos **Estados Unidos**, o PIB cresceu 3,3% em 2006, em ligeira aceleração face ao registo de 3,2% observado em 2005. O início do ano foi caracterizado por fortes crescimentos no consumo privado e no investimento, beneficiando ainda de um efeito riqueza positivo associado à valorização dos preços do imobiliário – em particular através do fenómeno de *mortgage equity withdrawal*. No contexto de um crescimento da actividade económica acima do potencial, e com a subida dos preços dos combustíveis a pressionar a taxa de inflação (que subiu, no ano, de 3,4% para 3,5%), a Reserva Federal elevou a *target rate* dos *fed funds* em 100 pontos base no primeiro semestre, para 5,25%, tendo interrompido aí o ciclo de subida dos juros de referência iniciado no Verão de 2004.

Evolução da *target rate* dos Fed Funds (EUA) e da Taxa Refi (Zona Euro) (2000-2006)

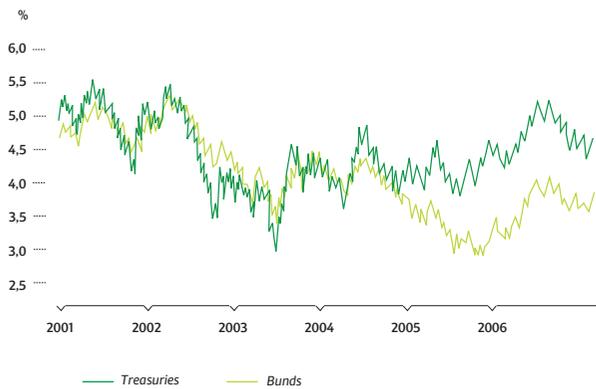


Fonte: Bloomberg

Na segunda metade do ano, observou-se um arrefecimento significativo do sector da habitação, expresso numa estagnação dos respectivos preços e numa queda de cerca de 19% (anualizada) no investimento residencial. No entanto, o consumo das famílias continuou, neste período, a suportar a actividade económica, registando, no conjunto do ano, um crescimento real ainda forte, de 3,2% (3,5% em 2005). Este comportamento do consumo privado foi, por sua vez, sustentado pela descida dos preços da energia no último trimestre, pela redução da taxa de desemprego (de 5,1% para 4,6% da população activa) e pela persistência de condições monetárias e financeiras favoráveis, com uma forte valorização dos mercados accionistas e com taxas de juro de mercado ainda relativamente reduzidas. A *yield* dos títulos da dívida pública norte-americana subiu, na maturidade dos 10 anos, de 4,4% para 4,7% - um nível historicamente baixo.

Evolução da rentabilidade dos títulos da dívida pública (yields dos Bunds e dos Treasuries a 10 anos)

(2001-2006)



Fonte: Bloomberg

Evolução de índices bolsistas

(2006)



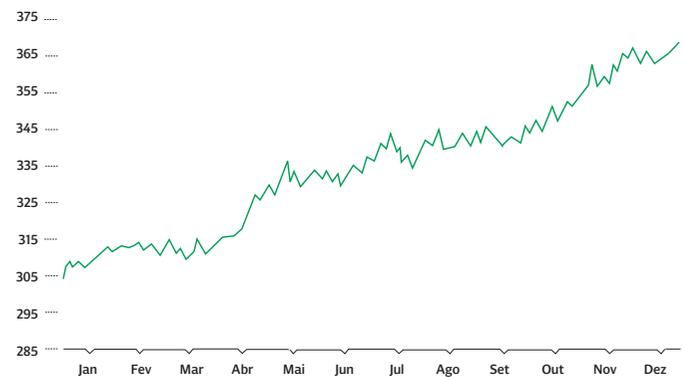
Fonte: Bloomberg

A **Ásia** reforçou o seu papel como um dos principais motores de crescimento da economia mundial. Em particular, a China apresentou um crescimento anual de 10,7% (0,2 pontos percentuais acima do registo de 2005), suportado pelo forte dinamismo da formação bruta de capital fixo, com um crescimento real de 24%, e das exportações, com o excedente comercial a observar uma melhoria de cerca de 70% face ao ano anterior. O desempenho da economia chinesa constituiu um estímulo importante para as restantes economias asiáticas, incluindo o **Japão**, que registou um crescimento do PIB de 2,2%, em ligeira desaceleração face ao ano anterior (2,6% em 2005). Com o crescimento do PIB sustentado não apenas pelas exportações, mas também pela procura interna, a taxa de desemprego reduziu-se para cerca de 4% da população activa. Neste contexto, o índice de preços no consumo registou uma variação positiva (de 0,3%, em contraste com a queda de 0,6% observada em 2005), levando o Banco Central a abandonar gradualmente a política de *quantitative easing* e a elevar a taxa de juro de referência de 0% para 0,25%. O índice Nikkei registou uma valorização de 6,92%, abaixo dos principais índices internacionais.

O forte crescimento da China e da Ásia emergente contribuiu também para manter pressionada a procura de **matérias-primas não energéticas**, em particular os metais industriais. Os preços médios do alumínio, cobre e zinco registaram variações anuais de 35%, 80% e 137%, respectivamente.

Índice de preços das commodities

(2006)



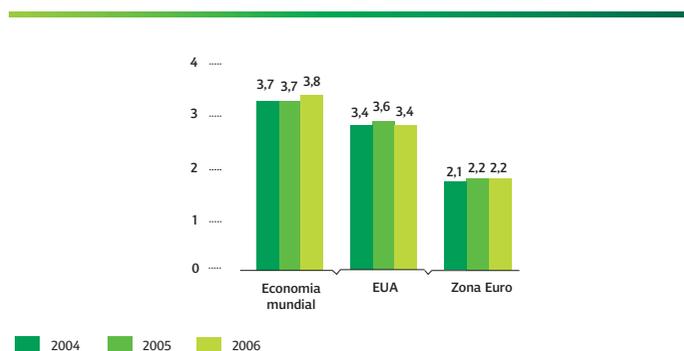
Fonte: Commodity Research Bureau

Na **Zona Euro**, o ano foi marcado por uma recuperação significativa dos índices de confiança (em particular ao nível das empresas), reflectindo a aceleração observada na actividade económica. O crescimento do PIB subiu de 1,4% para 2,6%, sobretudo em função de um comportamento favorável da procura externa, e na qual se destacou o peso crescente da procura oriunda da Ásia Emergente e do Médio Oriente. No conjunto do ano, as exportações da Zona Euro cresceram cerca de 8,4% em termos

reais. O crescimento da procura externa e o maior optimismo dos empresários reflectiram-se, por sua vez, numa recuperação do investimento (que registou uma variação anual de 4,5%) e numa melhoria das condições do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a descer de 8,5% para 8%, em termos médios anuais. Esta evolução foi comum à economia da Alemanha, que registou um crescimento anual do PIB de 2,7%, acima das expectativas. Na Zona Euro, o consumo das famílias mostrou sinais de recuperação, mas manteve um crescimento relativamente moderado (1,8%), ainda restringido por uma conjuntura de forte moderação salarial.

O ano de 2006 foi ainda caracterizado, na economia da Zona Euro, por um forte crescimento da liquidez (medida pelo agregado monetário M3), a qual registou, no final do ano, uma variação homóloga de 9,8%, claramente acima do valor de referência do Banco Central Europeu (BCE), de 4,5%, e o registo mais elevado dos últimos 16 anos. Tal como em 2005, a evolução da massa monetária continuou a ter, como contrapartida, um forte dinamismo dos empréstimos ao sector privado. Estes observaram um crescimento de 10,7%, destacando-se a variação de 13% nos empréstimos às sociedades não financeiras. Os empréstimos às famílias registaram uma ligeira desaceleração, mas ainda com crescimentos de 9,5% no crédito à habitação e de 7,8% no crédito ao consumo.

Taxa de inflação (%)



Fontes: FMI e Comissão Europeia.

A observação de um crescimento elevado num contexto de forte liquidez levou o BCE a elevar a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 125 pontos base, para 3,5%. A taxa de inflação manteve-se inalterada, em termos médios anuais, em 2,2%. A *yield* dos títulos da dívida pública a 10 anos subiu, por sua vez, de 3,309% para 3,948%.

O estreitamento do diferencial de juros face aos Estados Unidos contribuiu para uma apreciação de 12% do euro face ao dólar, para EUR/USD 1,319.

Evolução da cotação EUR/USD

(2006)



Fonte: Bloomberg

4.2 Situação Económica no Brasil

Com taxas de juro ainda relativamente baixas, um crescimento da liquidez elevado e uma procura forte nos mercados das matérias-primas, a conjuntura internacional manteve-se favorável à economia do Brasil, tendo o crescimento do PIB subido de 2,9% para 3,7%. As exportações mantiveram a tendência de forte crescimento pelo quinto ano consecutivo, levando o excedente da Balança Comercial a subir de USD 44,8 para USD 46 mil milhões.

Com uma descida da inflação (medida pelo IPCA) de 5,7% para 3,1% e com as expectativas de médio e longo prazo para a inflação solidamente ancoradas, o Banco Central reduziu os juros de referência num total acumulado de 475 pontos base, para 13,25%. A melhoria das condições monetárias contribuiu, por sua vez, para um maior dinamismo da procura interna, com recuperações no consumo privado de 3,1% para 3,8%, e no investimento de 1,6% para 6,3%. A taxa de desemprego manteve-se relativamente estabilizada, em 8,4% da população activa (após um registo de 8,3% em 2005).

O real revelou uma grande estabilidade na segunda metade de 2006, em resultado de intervenções contínuas do Banco Central no mercado cambial. No conjunto do ano, a divisa brasileira registou uma apreciação de cerca de 8% face ao dólar, para USD/BRL 2,17. Face ao euro, o real deprecou-se perto de 1,5%, para EUR/BRL 2,81.

O ano de 2006 foi igualmente marcado pela realização de eleições presidenciais em Outubro, as quais conduziram Lula da Silva a um segundo mandato como Presidente do Brasil. Tal como o real, as principais medidas de risco soberano mantiveram-se estabilizadas – incluindo no período relativo ao processo eleitoral. O índice EMBI+ Brasil evoluiu ligeiramente acima dos 200 pontos base (*spread* face aos títulos do Tesouro norte-americano) na segunda metade do ano.

A conjuntura económica do Brasil manteve-se igualmente favorável ao nível das contas públicas, com a meta de 4,25% do PIB para o excedente orçamental primário a ser ultrapassada, com o Governo a apresentar um excedente primário de 4,34% do PIB.

4.3 Situação Económica em Angola

A economia de Angola manteve, em 2006, o elevado ritmo de crescimento que caracterizou os últimos anos, estimando-se um crescimento do PIB em torno de 14,5% (20,6% em 2005). Este desempenho da actividade económica assentou numa conjuntura favorável ao nível dos preços de recursos naturais com um elevado peso nas exportações angolanas (como o petróleo e os diamantes), numa estabilização das principais variáveis macroeconómicas, com particular destaque para a inflação, e num esforço de investimento em infraestruturas básicas. O *output* do sector petrolífero deverá ter crescido 15% em 2006, após um registo de 26% em 2005.

A política do “kwanza forte”, através de intervenções das autoridades no mercado cambial suportando a divisa e pressionando em baixa os preços das importações, manteve-se em 2006, o que resultou numa nova descida da taxa de inflação, de 23% para 13%. Neste contexto, prosseguiu, ao longo do ano, a tendência de descida das taxas de juro. A taxa de desconto do Banco Central desceu de 18% para 14%, enquanto a taxa de juro dos títulos do Banco Central a 3 meses desceu de 11% para 6%.

4.4 Situação Económica em Espanha

O desempenho da economia espanhola voltou a sobressair no contexto europeu, com um crescimento do PIB de 3,9%, após um registo de 3,5% em 2005. A procura interna desacelerou ligeiramente face ao ano anterior, mas continuou a exibir um ritmo de crescimento muito robusto, ligeiramente abaixo de 5%. O consumo privado e o consumo público cresceram, respectivamente, 3,7% e 4,4%, enquanto a formação bruta de capital fixo

cresceu 6,3%. Não obstante a subida dos juros de curto prazo na Zona Euro, as taxas de juro reais mantiveram-se negativas ou próximas de zero em Espanha durante praticamente todo o ano de 2006, tendo a inflação média subido para 3,5% (0,1 pontos percentuais acima do registo de 2005).

A persistência de condições monetárias expansionistas voltou, assim, a contribuir para um desempenho positivo dos sectores da construção e da habitação residencial, com crescimentos em torno de 6%. Embora exibindo uma tendência clara de desaceleração face a 2005 (quando subiram cerca de 13%), os preços da habitação subiram ainda perto de 9% em 2006, acima da média da Zona Euro. Neste contexto, os empréstimos para aquisição de habitação continuaram a revelar um forte crescimento – cerca de 20%, após um registo de 24% no final do ano anterior. O ritmo de expansão do crédito às sociedades não financeiras acompanhou a tendência positiva do investimento, subindo de 21% para 24% entre 2005 e 2006.

A recuperação da actividade na Zona Euro reflectiu-se positivamente nas exportações espanholas, cujo crescimento subiu de 1,5% para 6,2%. Neste contexto, e não obstante uma aceleração das importações (de 7% para 8,4%), observou-se, em 2006, uma diminuição da contribuição negativa da procura externa líquida para o crescimento. A recuperação das exportações face às importações não foi, no entanto, suficiente para evitar um novo agravamento das contas externas, com o défice da conta corrente a ampliar-se de 7,4% para cerca de 8,8% do PIB.

O dinamismo da actividade económica traduziu-se favoravelmente no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego diminuído de 9,2% para 8,4% da população activa. Uma conjuntura favorável ao crescimento das receitas orçamentais permitiu, por outro lado, uma nova melhoria nas contas públicas, expressa numa subida do excedente orçamental de 1,1% para 1,8% do PIB.

4.5 Situação Económica em Portugal

A economia portuguesa observou, em 2006, uma recuperação face ao ano anterior, com o crescimento do PIB a subir de 0,5% para 1,3%. O maior dinamismo da actividade assentou, sobretudo, no forte crescimento das exportações de bens e serviços, com uma variação real de 8,8% (após um registo de 1,1% em 2005). Para além da manutenção de um crescimento do PIB elevado em Espanha, Portugal beneficiou da recuperação da actividade observada no conjunto da Zona Euro, em particular na Alemanha. Ao mesmo tempo, registaram-se fortes crescimentos das exportações

para destinos menos tradicionais, com destaque para Angola (com um registo próximo de 60%, em termos nominais). Neste contexto, o contributo das exportações líquidas para o crescimento aumentou, em 2006, de -0,5 para 1 ponto percentual.

Principais indicadores macroeconómicos – Portugal

Taxas de crescimento real (%), excepto quando indicado.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 E
PIB	3,9	2,0	0,8	-0,7	1,3	0,5	1,3
Consumo Privado	3,7	1,3	1,3	-0,1	2,5	2,2	1,1
Consumo Público	3,5	3,3	2,6	0,2	2,5	2,3	-0,3
Investimento	2,1	1,2	-4,7	-8,3	2,1	-3,8	-1,7
Exportações	8,4	1,8	1,4	3,9	4,4	1,1	8,8
Importações	5,3	0,9	-0,7	-0,9	6,6	1,9	4,3
Inflação (IPC)	2,9	4,4	3,6	3,3	2,4	2,3	3,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-4,3	-2,9	-2,9	-3,2	-6,0	-4,6
Dívida Pública (% do PIB)	53,3	53,6	55,5	56,9	58,6	64,0	68,7
Desemprego (% da população activa)	4,0	4,1	5,1	6,3	6,7	7,6	7,7
Saldo Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	-8,9	-8,5	-6,0	-3,3	-5,7	-8,1	-8,7

Fontes: INE, Banco de Portugal, Comissão Europeia, OCDE, ES Research
E - Estimativa

A procura interna, por seu lado, diminuiu o seu contributo para o crescimento diminuiu de 1 para 0,3 pontos percentuais. O consumo privado acentuou a tendência de desaceleração observada desde 2004, com o respectivo crescimento a descer de 2,2% para 1,1%. Não obstante uma recuperação visível dos índices de confiança das famílias na parte final do ano, as despesas de consumo privado foram restringidas, em 2006, pela subida das taxas de juro, por um crescimento ainda moderado do rendimento disponível e pela natureza restritiva da política orçamental, concretizada, sobretudo, na subida de alguns impostos indirectos. Com um aumento do rendimento disponível inferior à expansão do consumo privado, a taxa de poupança das famílias deverá ter registado uma ligeira descida, de 9,2% para cerca de 8,5% do rendimento disponível.

A formação bruta de capital fixo voltou a registar o comportamento mais negativo entre as componentes da procura interna, embora com uma queda real (de 1,7%) inferior à observada em 2005 (de 3,8%). Apesar de a recuperação da procura externa se ter reflectido numa subida dos índices de confiança nos sectores dos serviços e da indústria, as empresas mostraram-se ainda cautelosas nas suas decisões de investimento, perante a vulnerabilidade da procura interna. A despesa total em capital fixo foi ainda restringida pelos esforços de consolidação orçamental, que se traduziram numa queda do investimento público, e pela continuação do ajustamento das despesas de investimento em habitação por parte das famílias.

Neste contexto, a taxa média anual de desemprego subiu de 7,6% para 7,7% da população activa.

O consumo público caiu 0,3%, a partir de uma diminuição das despesas com o pessoal e das despesas em bens e serviços. Em conjunto com a queda do investimento público e com o forte aumento das receitas fiscais e não fiscais (ligeiramente acima de 8%), este registo contribuiu para uma diminuição do défice global das Administrações Públicas, de 6% para um valor ligeiramente abaixo de 4% do PIB, um valor inferior ao previsto no Programa de Estabilidade e Crescimento.

A moderação do crescimento da procura interna e o forte dinamismo das exportações de bens e serviços não evitaram uma deteriorização do saldo conjunto dos balanços corrente e de capital, com as necessidades líquidas de financiamento externo da economia portuguesa a subirem de 8,1% para 8,5% do PIB. Ao nível da Balança de Pagamentos, destaca-se ainda a evolução positiva do investimento directo em Portugal, o qual atingiu, em termos líquidos, um valor próximo de 5,8 mil milhões de euros.

Os empréstimos ao sector privado não financeiro registaram uma ligeira aceleração em 2006, com o respectivo crescimento anual a subir de 7,4% para 8,8%. Na base desta evolução esteve uma expansão mais robusta dos empréstimos ao consumo e outros fins, cujo crescimento terá subido de 4,5% para um valor ligeiramente acima de 10%, em linha com a melhoria da confiança das famílias e com os sinais de recuperação do consumo privado observados no final do ano. Os empréstimos à habitação mantiveram, por seu lado, a tendência de abrandamento gradual dos últimos anos, com o respectivo crescimento a cair de 11,1% para 9,9%. Os empréstimos às sociedades não financeiras exibiram uma tendência de aceleração ao longo de 2006, com um crescimento de 7,2%, acima do registo de 5% observado no ano anterior. Estes empréstimos destinaram-se sobretudo a reestruturação de dívidas, fusões e aquisições e financiamento de actividades correntes por parte das empresas.

A taxa de inflação média subiu, em 2006, de 2,3% para 3,1%. Este registo encontra-se afectado por uma alteração metodológica no tratamento estatístico de algumas componentes do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com impacto apenas nos registos de 2006. Sem esta alteração, a inflação média teria subido para 2,5%. A aceleração dos preços em 2006 é explicada pelo aumento dos preços dos bens energéticos na primeira metade do ano e pelo impacto da subida de alguns impostos indirectos (o IVA em Julho de 2005 e alguns impostos sobre o consumo em Janeiro de 2006).

5.0 Gestão Financeira e Mercado de Capitais

No âmbito do plano de médio e longo prazo, a captação de recursos e a concessão de crédito a Clientes assumem papéis de extrema importância na actividade global do Grupo BES.

Neste contexto, e tendo em consideração a forte concorrência que se sente actualmente no sector bancário, a capacidade de acesso aos mercados financeiros, doméstico e internacionais, adquire uma importância acrescida na gestão financeira do Grupo. Neste âmbito, foi desenvolvida ao longo dos anos uma estrutura sofisticada de suporte às operações nos mercados de capitais, interbancários, de derivados e cambial, que permite aproveitar as vantagens proporcionadas pelas perspectivas de evolução das condições económicas em geral e, em particular, das taxas de juro, sem prejuízo de uma gestão prudente do risco de liquidez. Esta capacidade de actuação nos mercados financeiros tem sido utilizada não apenas no âmbito da gestão financeira, mas também na prestação de serviços aos seus Clientes.

O BES anunciou em 20 de Fevereiro de 2006 um aumento de capital de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros, realizado durante o mês de Maio, que permitiu um encaixe total de 1 380 milhões de euros. A estrutura da operação contemplou a reserva de direitos de preferência para os Accionistas e considerou um mecanismo de reciclagem de direitos de modo a aumentar o *free-float* da acção BES, com o alargamento da base de investidores institucionais e a consequente melhoria da liquidez da acção. Um conjunto de Accionistas de referência do BES reduziram as respectivas participações, colocando à disposição de um sindicato bancário os direitos correspondentes a cerca de 6,5% do capital para colocação no mercado por via de leilão (*pot deal*). Para coordenar o processo de colocação de direitos no mercado internacional foi formado um sindicato bancário composto por cinco bancos de investimento (*joint book-runners*) tendo sido assegurada a tomada firme da referida colocação por quatro desses bancos (*underwriters*). O preço de emissão das novas acções foi estabelecido dentro do intervalo de preços previamente aprovado em Assembleia Geral de Accionistas, considerando um desconto de aproximadamente 20% face ao TERP (*Theoretical Ex-Rights Price*). Apesar das difíceis condições de mercado vigentes durante a colocação, a procura para a subscrição de direitos superou a oferta, permitindo ao BES alcançar todos os objectivos de mercado propostos aquando do lançamento da operação.

O Grupo participa activamente e de forma recorrente nos mercados internacionais através de (i) emissões de capital híbrido, (ii) de emissões de dívida, principalmente ao abrigo do Programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) e (iii) da execução de operações de titularização de activos. Prosseguindo o objectivo de diversificação das classes de activos utiliza-

das em operações de titularização de créditos, o Grupo BES executou em Novembro de 2006 a sua primeira operação de titularização de créditos a empresas, no montante de 863 milhões de euros, denominada Lusitano SME No.1. Em Setembro de 2006 o Grupo BES lançou a sua quinta operação de titularização de créditos à habitação, *Lusitano Mortgages no.5*, cujo sucesso ficou bem patente no spread de 13 pb face à Euribor conseguida na classe com *rating* AAA.

No mercado de Dívida Pública Portuguesa, o Grupo BES continua a apresentar-se como uma das entidades de referência, quer como *primary dealer* quer como *market maker*, registando valores de transacção diários consistentemente elevados. A actividade desenvolvida como Operador Especializado de Valores do Tesouro (OETV) no mercado das obrigações do tesouro mereceu mais uma vez referência por parte do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP), que elegeu o BES como a instituição financeira portuguesa que mais se destacou durante o ano de 2006.

O profundo envolvimento do Grupo nos mercados financeiros, em particular taxa de juro e cambial, tem permitido disponibilizar, aos seus Clientes, em particular do segmento empresas, soluções de gestão de riscos financeiros inovadoras e adequadas a cada perfil de risco. Esta vantagem competitiva aliada às condições de mercado verificadas tem permitido uma criação de valor sustentada, para o Grupo BES e os seus Clientes.

A actividade de mercados sobre a carteira própria, desenvolvida através de títulos de dívida e de instrumentos derivados de taxa de juro, crédito e acções, permitiu ao Grupo BES, através de uma gestão integrada dos riscos de mercado, contribuir positivamente para o produto bancário. Em particular, merece referência o desempenho positivo dos mercados Accionistas, com especial destaque para a boa *performance* do mercado brasileiro e português, e a estabilidade de taxa de juro, cambial e de crédito verificada nos EUA e nos mercados europeus que influenciou positivamente a performance dos mercados emergentes.

Dentro da gestão global de liquidez é de destacar a política de financiamento, a qual é estabelecida para todos os passivos, desde a captação de recursos junto de Clientes, até ao capital ordinário e preferencial dos accionistas, incluindo a utilização de instrumentos de financiamento nos mercados financeiros.

Para tal, o Grupo dispõe de diversos mecanismos de financiamento que se materializam no curto prazo em linhas de mercado interbancário e em programas de papel comercial (*Euro Commercial Paper Programme* e *US Commercial Paper Programme*), e no médio/longo prazo no programa de *Euro Medium Term Notes* para emissões de dívida sénior e subordinada, bem como em linhas de financiamento e na titularização de activos.

BES Finance: captação de recursos nos mercados internacionais

À semelhança do que se encontra frequentemente na organização dos principais grupos financeiros internacionais, também no universo do Grupo BES existe uma sociedade especializada, a BES Finance, cuja actividade consiste na captação de recursos nos mercados internacionais. Esta sociedade que está sediada nas ilhas Caimão, foi constituída em 1997, com capital ordinário integralmente subscrito pelo BES.

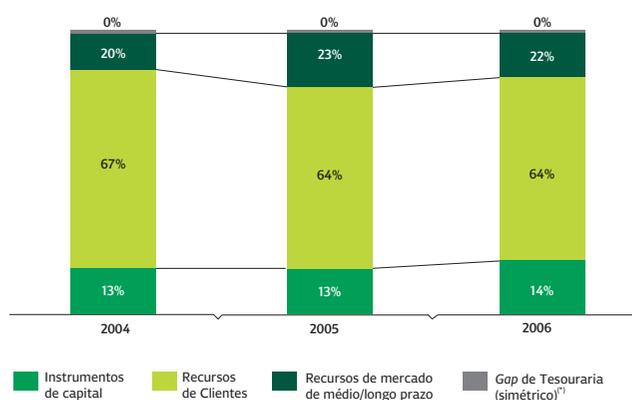
Em Fevereiro de 1997, a BES Finance estabeleceu um programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN), actualizado anualmente através da emissão do respectivo Prospecto, ao abrigo do qual pode emitir dívida sénior ou subordinada até um valor nominal agregado de 10 000 milhões de euros.

Actualmente para além da BES Finance podem ainda emitir obrigações ao abrigo do programa o BES Sede e as suas sucursais nas Ilhas Caimão e na Zona Franca da Madeira. Estas obrigações, que podem ser denominadas em qualquer moeda e emitidas por qualquer prazo, estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo. O montante de obrigações sénior emitidas ao abrigo do Programa EMTN e vivas ascendia a 8 035 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2006. A sociedade concretizou ainda um conjunto de emissões de obrigações subordinadas, que totalizavam 1 738 milhões de euros no final de 2006.

Fora do âmbito do programa EMTN, a BES Finance procedeu à emissão de acções preferenciais no montante global de 600 milhões de euros, garantida pelo BES e colocada junto de investidores institucionais europeus, encontrando-se cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

A estrutura de financiamento do Grupo evidencia a importância dos recursos de Clientes em balanço (depósitos e títulos), que continuam a assumir 64% do total das fontes de financiamento. Enquanto os recursos de médio e longo prazo diminuíram o seu peso relativo de 23% para 22%, os fundos próprios do Grupo aumentaram a sua contribuição para 14%, consequência do aumento de capital. Na sequência da política de gestão de liquidez seguida nos últimos anos, o *gap* de tesouraria tem apresentado consistentemente valores que traduzem níveis de liquidez excedentários. A liquidez disponível no curto prazo é gerida numa óptica consolidada e permite minimizar o risco de uma possível aceleração da actividade comercial caracterizada por um ritmo de crescimento do crédito superior ao ritmo de crescimento dos recursos (de balanço) dos Clientes.

Estrutura de financiamento



(*) *Gap* de tesouraria - liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. Assim, numa óptica de necessidades de financiamento, o *gap* de tesouraria negativo indica níveis de liquidez excedentários.

Este comportamento resulta da execução de diversas operações de financiamento nos mercados internacionais, com especial destaque para:

- O aumento de capital realizado em Maio de 2006, que proporcionou um encaixe de 1 380 milhões de euros;
- A captação de recursos de mercado de médio e longo prazo, quer através da realização de novas emissões de obrigações sénior ao abrigo do programa EMTN (entrada líquida de fundos no montante de 1 728 milhões de euros), como através da contratação de empréstimos de médio e longo prazo com organismos e instituições financeiras internacionais;
- A titularização de crédito à habitação no montante de 1,4 mil milhões de euros, realizada em Setembro de 2006 (*Lusitano Mortgages N.º 5*) e a primeira operação de titularização de crédito a empresas (*Lusitano SME No.1*), realizada em Outubro de 2006, num montante global de 863 milhões de euros

Fontes de financiamento

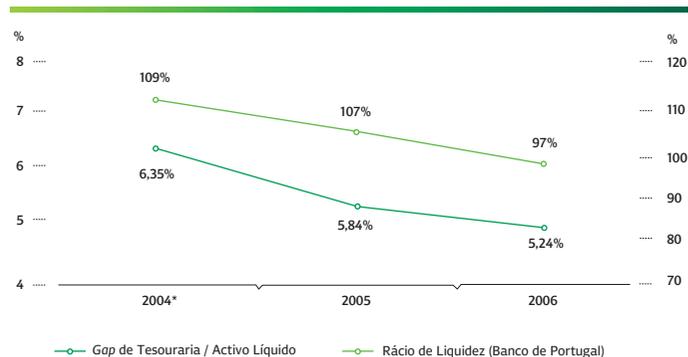
	2004 ^(**)	2005	2006
Gap de Tesouraria (simétrico)*	(2 736)	(2 932)	(3 096)
Caixa e outras disponibilidades junto de IC's	7 000	7 139	9 153
Débitos de curto prazo junto de IC's	4 264	4 207	6 057
Recursos de mercado de médio/longo prazo	7 518	9 994	10 842
<i>Euro Medium Term Notes</i>	5 499	7 252	8 980
Débitos de médio e longo prazo junto de IC's	2 019	2 742	1 862
Recursos de Clientes em Balanço	25 110	27 873	31 995
Instrumentos de capital	4 622	5 398	7 063
Total	34 514	40 333	46 805

(*) *Gap* de tesouraria — liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. Assim, numa óptica de necessidades de financiamento, o *gap* de tesouraria negativo indica níveis de liquidez excedentários.

(**) Dados das demonstrações financeiras em base IFRS

A manutenção de uma política prudente de gestão da liquidez, traduzida, por um lado, na diversificação das fontes de financiamento e, por outro, no alargamento dos prazos dos recursos captados, traduziu-se a partir de 2002 em excedentes de tesouraria de curto prazo, que representavam, no final de 2006, 5,24% do activo líquido.

Gap de tesouraria (como % do activo líquido)

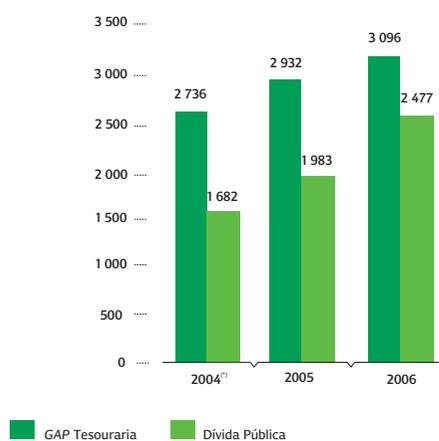


(*) Dados das demonstrações financeiras em base IFRS.

Por outro lado, a carteira de dívida pública constitui uma fonte adicional de liquidez, quer através do redesconto junto do Banco Central, quer no mercado de *repos*.

Evolução da dívida pública vs GAP de tesouraria

(milhões de euros)



(*) Dados das demonstrações financeiras em base IFRS.

Notações de Rating do Banco Espírito Santo

As notações atribuídas pelas agências de *rating* internacionais ao Banco Espírito Santo reflectem a sua solidez financeira, fruto de uma estratégia de crescimento orgânico bem sucedida.

Agência	Longo Prazo	Curto Prazo	Outlook
Standard & Poor's	A-	A2	Positivo
Moody's	A1	P-1	Estável
Fitch	A+	F1	Estável

Standard & Poor's: A- para a dívida de médio e longo prazo e A-2 para a dívida de curto prazo (*outlook* positivo), com base na forte posição competitiva que o Grupo detém no negócio de retalho, na adequada rentabilidade resultante da eficiência operacional, no maior equilíbrio do funding e na qualidade dos activos.

Moody's: A1 para a dívida de longo prazo e P1 para a dívida de curto prazo (*outlook* estável). O *rating* atribuído pela Moody's reflecte o forte e diversificado posicionamento no mercado doméstico e a solidez financeira do Grupo.

FitchRatings: A+ para dívida de longo prazo e F1 para dívida de curto prazo (*outlook* estável), com base no forte posicionamento do Grupo no mercado doméstico, na qualidade dos activos, baixo perfil de risco e adequados níveis de solvabilidade e rentabilidade.

6.0 Gestão dos Riscos

6.1 A Função de Risco no Grupo BES

O controlo e a gestão dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES, no sentido em que contribuem para a optimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio, assegurando simultaneamente a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade, provisionamento e liquidez.

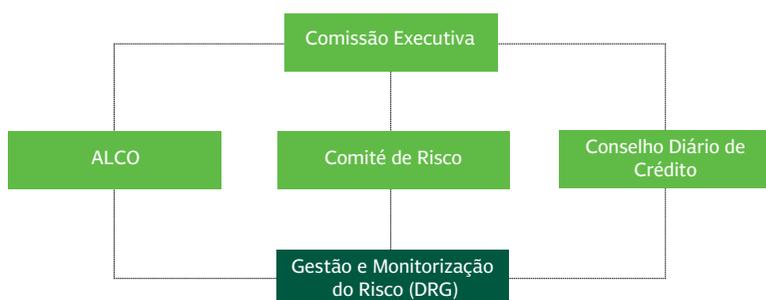
É da responsabilidade da Comissão Executiva definir o perfil de risco objectivo do Grupo, bem como fixar os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, assegurando que o Grupo BES detém as competências e os recursos necessários para a prossecução de tais objectivos.

A um nível especializado, o Grupo BES está organizado num conjunto de Comités que suportam as decisões da Comissão Executiva. Na área de gestão e controlo de risco assumem um papel relevante os seguintes órgãos:

Comité de Risco: reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva, e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo e por analisar e propor políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco. Este Comité analisa igualmente a evolução da rentabilidade ajustada pelo risco e do valor acrescentado dos principais segmentos/Clientes;

Conselho Diário Financeiro e de Crédito: reúne com a presença de membros da Comissão Executiva e das direcções dos departamentos, sendo esta a sede em que são apresentadas e decididas as principais operações de crédito, de acordo com as políticas de risco definidas. A situação da tesouraria e a evolução dos mercados financeiros são igualmente objecto de controlo nesta reunião;

ALCO (Asset and Liability Committee): reúne mensalmente, com a presença dos membros da Comissão Executiva, incluindo o seu Presidente, com o objectivo de efectuar a gestão do risco de mercado, de taxa de juro e de liquidez.



A um nível operacional, a área de gestão e monitorização de Risco está centralizada no Departamento de Risco Global (DRG), cuja actividade reflecte os princípios subjacentes às melhores práticas de gestão de risco, assegurando:

- a independência face a outras áreas e credibilidade perante os órgãos de gestão e fiscalização, Accionistas, investidores e reguladores; o DRG não detém poderes de decisão sobre operações concretas;
- a integração e gestão global de todos os riscos (crédito, mercado, liquidez, taxa de juro e operacional quer ao nível da actividade doméstica quer internacional) e a consistência das comparações directas de risco e rentabilidade;
- a incorporação consistente dos conceitos de risco e capital na estratégia e nas decisões de negócio de todo o Grupo BES.

6.2 O Novo Acordo de Capital (Basileia II)

Os desafios e oportunidades decorrentes do Novo Acordo de Capital são amplamente reconhecidos pelo Grupo BES. A aproximação da visão regulamentar à perspectiva económica na nova moldura regulamentar proposta, cujos princípios corroboram os fundamentos e as práticas seguidas pelo Grupo, reforça a oportunidade e estimula o esforço que tem vindo a ser desenvolvido na área de gestão de riscos.

O Grupo BES estabeleceu em 2003 como meta o posicionamento nos métodos IRB Foundation para o Risco de Crédito e *Standardised Approach* para o Risco Operacional. Ao longo dos últimos anos, o Grupo BES efectuou um forte investimento no Projecto Basileia II, que se materializou no desenvolvimento de plataformas técnicas, bem como no reforço de competências dos seus recursos humanos.

Uma das primeiras áreas de actuação do Projecto Basileia II centrou-se na consolidação e aperfeiçoamento dos modelos internos de análise de risco, com destaque para os sistemas de notação de risco. Em paralelo, verificou-se um forte desenvolvimento dos sistemas de informação, com especial ênfase para os mecanismos de centralização da informação de todo o Grupo BES. Posteriormente, procedeu-se ao reforço da introdução das métricas e critérios de risco nos processos quotidianos de decisão. Neste âmbito, assistiu-se a uma adaptação das práticas, políticas e procedimentos de gestão com o objectivo de assegurar a consideração explícita da avaliação do risco no processo de decisão.

Todas as metodologias, práticas, políticas e procedimentos desenvolvidos tem vindo a ser implementados de forma consistente para as sucursais e subsidiárias do Grupo BES, tendo como principal objectivo tornar a gestão dos riscos coerente em todas as linhas de negócio do Grupo.

De acordo com os prazos definidos pelo Banco de Portugal, o Grupo BES entregou a candidatura ao método das notações internas (*IRB Foundation*) sem estimativa própria de “LGDs” e “CF” para cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura de risco de crédito e ao método *standard* para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco operacional.

Esta candidatura representa o culminar das actividades desenvolvidas ao abrigo do Projecto Basileia II ao nível do desenvolvimento, implementação e validação de modelos, de técnicas de mitigação de risco e de processos de decisão e apoio à gestão. O Grupo encontra-se a finalizar os processos informáticos de cálculo de requisitos de capital e de suporte ao Pilar II e Pilar III.

Repartição da exposição por *asset type* e entidades: Método de cálculo de requisitos de capital por *portfolios*

Entidades	BES PORTUGAL	SFE MADEIRA	SUCURSAL LONDRES	SUCURSAL NOVA IORQUE	BES AÇORES	BES ESPANHA	BES LEASING E FACTORING	BESI	ESPIRITO SANTO BANK	BES ANGOLA	BANCO BEST	ESPIRITO SANTO PLC	BES ORIENTE
Sovereigns	ST	ST	ST	ST	ST	ST	ST	ST	ST	ST	ST	ST	ST
Banks	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF
Corporate (not including SMEs, SL e Purchased Receivables)	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	ST	ST	IRBF	IRBF	IRBF
SMEs Treated as Corporate Exposures	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	ST	ST	IRBF	ST	ST
Specialized Lending (not including HVCRE) Exposures	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	IRBF	ST	ST	N/A	IRBF	ST
Purchased Receivables	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	IRBF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
SMEs Treated as Retail Exposures	IRBA	N/A	N/A	N/A	IRBA	ST	N/A	N/A	ST	ST	N/A	N/A	N/A
Residential Retail Exposures	IRBA	N/A	ST	ST	IRBA	IRBA	NA	ST	ST	ST	N/A	N/A	N/A
Other Retail	IRBA	IRBA	ST	ST	IRBA	ST	ST	ST	ST	ST	IRBA	ST	ST
Qualifying Revolving Retail Exposures	IRBA	N/A	N/A	N/A	IRBA	ST	N/A	N/A	N/A	N/A	IRBA	N/A	N/A
Equity	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD	SRW	PD/LGD	PD/LGD	PD/LGD
Securitization	IRBF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	IRBF	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

ST	Abordagem <i>Standard</i>	IRBA	Abordagem das Notações Internas - <i>Advanced</i>	SRW	Abordagem <i>Simple Risk Weight</i>
IRBF	Abordagem das Notações Internas - <i>Foundation</i>	PD/LGD	Abordagem PD/LGD	N/A	Não Aplicável

6.3 Risco de Crédito

O risco de crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do Cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposto a actividade do Grupo BES. Como tal, a sua gestão e controlo continua a merecer uma particular atenção, sendo suportada na utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação e quantificação de risco, que tem vindo a ser continuamente aperfeiçoado.

6.3.1 Práticas de Gestão

Dando continuidade a uma prática de bons resultados já implementada há largos anos, o Grupo tem prosseguido uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem tem vindo a ser complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

a. Os Sistemas Internos de Notação de Risco

Face às particularidades inerentes ao seu desenvolvimento e aplicação, os sistemas internos de notação de risco subdividem-se em duas grandes categorias:

• Modelos Internos de Rating para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de *rating* para carteiras de empresas, são adoptadas abordagens distintas em função da dimensão e do sector de actividade dos Clientes e/ou operações. São utilizados ainda modelos específicos adaptados a operações de *project finance*, *leveraged finance* e promoção imobiliária.

Assim, para o segmento de Médias Empresas são utilizados modelos de *rating* estatísticos, os quais combinam informação financeira com dados de natureza qualitativa. A publicação das notações de risco requer um processo prévio de validação elaborado por uma equipa técnica de analis-tas de risco, os quais tomam ainda em consideração variáveis de natureza comportamental e se pronunciam, nas circunstâncias previstas nos respectivos normativos de processo de crédito, sobre as operações propostas.

Para o segmento de Negócios (pequenas empresas), para além da informação financeira e qualitativa, utiliza-se informação sobre o comportamento bancário das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

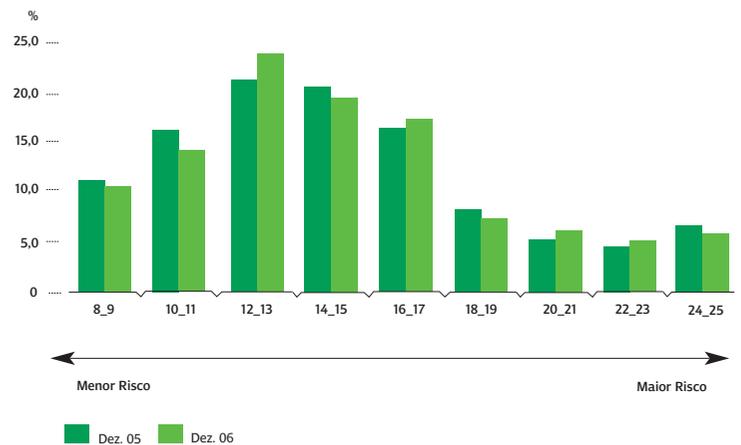
Relativamente às Grandes Empresas, Institucionais, Instituições Financeiras, Administrações Locais e Regionais e financiamentos especializados - nomeadamente, *project* e *leveraged finance* - as notações de risco são atribuídas por uma equipa especializada (mesa de *rating*). Esta estrutura, organizada por sectores de actividade, é composta por quadros técnicos altamente especializados.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como *portfolios* de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*), assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo “*expert-based*” (*templates*) baseados em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes dos vários sectores de actividade dos Clientes, e que foram alinhados com os utilizados por uma das principais agências de *rating* internacionais.

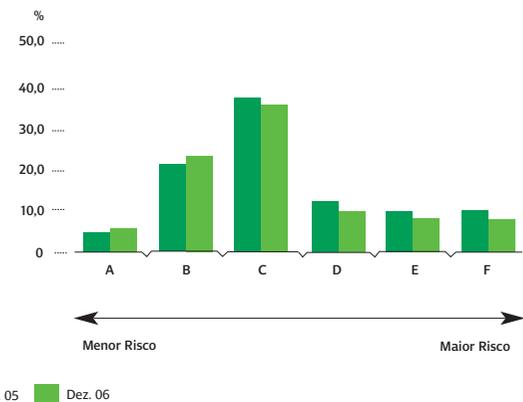
Encontram-se igualmente implementados modelos de *rating* especificamente vocacionados para a quantificação do risco inerente ao financiamento de “*start-ups*” (empresas com menos de 2 anos de actividade), bem como de projectos imobiliários e empresas com actividade no sector imobiliário, os quais nestes últimos dois casos são aplicados por uma equipa central especializada, utilizando variáveis quantitativas e técnicas, bem como variáveis qualitativas.

Repartição da carteira de crédito por notação de *rating*: Actividade Doméstica

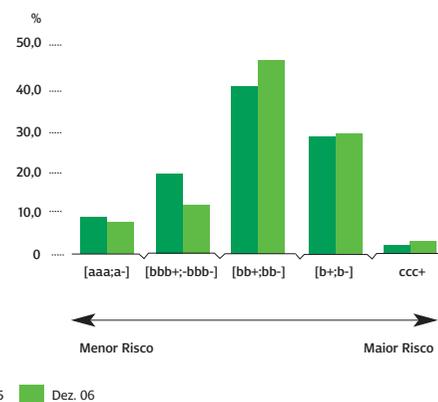
Modelo de Rating médias empresas



Modelo de Scoring negócios



Modelo de Rating grandes empresas



• Modelos Internos de *Scoring* para Carteiras de Particulares

O Grupo BES dispõe de modelos de *scoring* de origemação e comportamentais para os seus principais produtos de particulares: crédito habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo, cujas notações estão calibradas contra probabilidades de incumprimento a um ano. A capacidade preditiva dos modelos é objecto de monitorização regular.

Paralelamente à estimação dos incumprimentos, são também monitorizados regularmente outros parâmetros necessários à quantificação e gestão de risco: a recuperação (LGD) e a exposição estimada para o momento do incumprimento (EAD).

Ao longo de 2006 foram plenamente utilizados todos os modelos de *rating* e *scoring* desenvolvidos nos anos anteriores, os quais assumem hoje em dia um papel determinante não só na análise técnica do risco, mas também nos processos de aprovação e monitorização do risco de crédito. Durante o ano de 2006 o Grupo BES realizou um exercício global de validação interna dos diversos modelos de *rating* e *scoring* implementados nos anos anteriores. Os resultados obtidos foram globalmente positivos, continuando os modelos a evidenciar uma boa capacidade de discriminação de risco e, portanto, válidos para suportar decisões de negócio. Os modelos de risco foram recalibrados e sujeitos à validação das áreas de controlo interno e auditoria. A validação e a recalibração dos modelos serão repetidas pelo menos anualmente, de acordo com as melhores práticas de gestão de risco e conforme o previsto na nova regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II).

b. A Concessão de Crédito

Dando continuidade às iniciativas concretizadas em anos precedentes e de harmonia com os objectivos fixados para 2006, prosseguiu-se durante este exercício com o desenvolvimento do projecto global de revisão e adaptação dos processos de concessão de crédito nos vários segmentos comerciais, visando designadamente a incorporação cada vez mais abrangente das notações de *rating* interno e de métricas de rentabilidade ajustada pelo risco nos processos de decisão.

Foi justamente nesse sentido que, em 2006, se procedeu à implementação do projecto de redesenho integral do processo de crédito ao nível do segmento das Grandes Empresas, totalmente ancorado numa perspectiva económica, com as notações de *rating* a ser incorporadas na definição dos poderes de crédito dos diferentes escalões de decisão, quer quanto em termos de limites de exposição, quer em termos de *pricing*.

Do mesmo modo, em total alinhamento com as metodologias e práticas de gestão de risco seguidas em Portugal, e procurando dar também resposta ao exigente desafio estratégico definido no âmbito do denominado

Projecto Ibéria, que tem subjacente o reforço no curto/médio prazo da posição do Grupo em Espanha, foi dado início ao projecto global de redesenho, por segmentos, de todos os processos de análise, decisão e controlo de crédito actualmente em vigor no BES (Espanha), cuja implementação se projecta para o primeiro trimestre de 2007.

c. A Monitorização do Risco de Crédito

As actividades de acompanhamento e de controlo têm por objectivo medir e controlar o risco de crédito, permitindo igualmente, numa perspectiva de mitigação de potenciais perdas, a definição e implementação antecipada de medidas concretas para situações específicas que iniciem agravamento de risco, bem como estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nestes termos, e orientada no sentido de preservar a qualidade e os padrões de risco do Grupo BES, a função de monitorização do risco de crédito e o seu respectivo desenvolvimento continua a revelar-se como um eixo de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo composta essencialmente pelos seguintes processos:

• Detecção de sinais de alerta e acompanhamento de Clientes

Para além dos modelos de *rating/scoring*, e em estreita articulação com o processo de cálculo, análise e avaliação da imparidade do crédito, o Grupo BES tem implementado um sistema de monitorização de risco suportado num conjunto de mecanismos de detecção de múltiplos sinais de alerta nos quais já se integram os indícios de imparidade.

É com base neste sistema de sinais de alerta e função da respectiva frequência, gravidade e correlação que, de forma recorrente, se procede à identificação, análise e qualificação dos Clientes que apresentam sintomas de agravamento do seu perfil de risco e, simultaneamente, se definem as opções estratégicas de relação comercial (nomeadamente, “Desmobilizar”, “Reforçar Garantias”, “Reduzir Exposição”) e se determina o nível de vigilância activa e, sempre que aplicável, o respectivo nível de imparidade do crédito que melhor se ajusta ao perfil e quadro de situação de cada uma das entidades objecto de análise e ao grau de cobertura garantido pelos instrumentos de mitigação de risco que dispomos para cada contrato/Cliente.

Estas atribuições são da competência da Comissão de Análise de Risco de Crédito que, para o efeito, promove e lidera a realização de reuniões presenciais com todas as estruturas comerciais que se desenvolvem ao longo do ano e cujas conclusões são alvo de reporte periódico ao Comité de Risco e à Comissão Executiva.

• Controlo de limites de crédito

Os limites aprovados pela Comissão Executiva para os vários *portfolios* do Banco são monitorizados centralmente pelo Departamento de Risco Global.

• **Análise global do perfil de risco das carteiras de crédito**

O perfil de risco dos portfólios de crédito é analisado mensalmente no Comité de Risco. Nestas reuniões é feito o acompanhamento do perfil de risco do Grupo BES e das respectivas unidades de negócio, integrando quatro grandes eixos de análise: evolução das exposições, monitorização das perdas creditícias, alocação e consumo de capital e controlo da rentabilidade ajustada pelo risco.

d. Processo de Recuperação

Todo o processo de recuperação é desenvolvido com base no conceito integrado de Cliente. Cada Cliente tem afecto um recuperador que acompanha todos os seus créditos em recuperação (independentemente do segmento – empresas ou retalho).

O tratamento do crédito a particulares, considerada a volumetria e natureza, em algumas fases, obedece a critérios automáticos e industrializados, enquanto o crédito a empresas obedece a critérios personalizados de abordagem.

No decurso do processo são equacionadas as possibilidades de acordo, recorrendo à via judicial sempre que se mostra necessário para ressarcimento dos seus créditos e defesa dos seus direitos mas mantendo sempre a disponibilidade para equacionar soluções que potenciem o regresso a uma situação de cumprimento e, por consequência, a manutenção do Cliente.

6.3.2 Análise do Risco de Crédito

a. Carteira de crédito a Clientes

• **Estrutura da Carteira de Crédito**

A carteira de crédito apresentou em 31 de Dezembro de 2006 um crescimento de 14,4% face ao final do ano de 2005.

(milhões de euros)

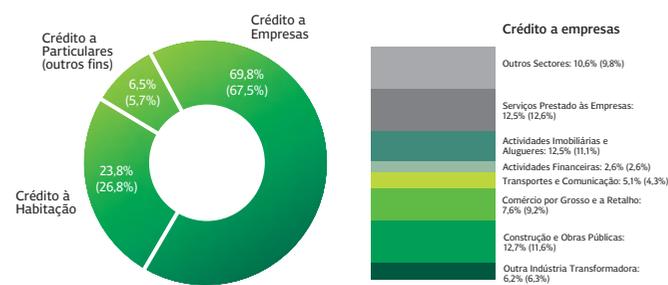
	Dez. 05		Dez. 06		Var. (%)	
	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado	Deduzindo securitização	Incluindo crédito securitizado
Crédito Total (bruto)	31 662	35 451	35 752	40 546	12,9	14,4
Habitação	8 481	12 270	8 500	13 294	0,2	8,3
Particulares (outro)	1 802	1 802	2 309	2 309	28,1	28,1
Empresas	21 379	21 379	24 943	24 943	16,7	16,7

Esta evolução reflecte a política definida pelo Grupo direccionada, por um lado, para produtos de baixo risco destinados a particulares, em especial o crédito habitação (crescimento de 8,3%) e, por outro, para o segmentos de empresas, tirando assim partido da vasta experiência que o Grupo possui neste sector.

De acordo com a política de diversificação da carteira de crédito, privilegiou-se, uma vez mais, níveis de concentração conservadores ao nível da sua exposição sectorial.

Distribuição sectorial da carteira de crédito total

Valores de balanço



() Ano anterior

• **Qualidade do Crédito**

Não obstante o assinalável crescimento da carteira de crédito, foram alcançadas melhorias significativas ao nível do perfil de risco da actividade creditícia durante o ano 2006, consolidando-se assim a tendência favorável verificada nos exercícios anteriores. Assim, ao nível da qualidade da carteira de crédito merecem especial destaque a redução da sinistralidade (crédito vencido há mais de 90 dias) que se situou em 1,11% (1,33% em 2005) e a cobertura de crédito vencido há mais de 90 dias por provisões que aumentou 21,6 p.p. para 218,2% (196,6% em 2005).

Carteira de crédito: indicadores de qualidade

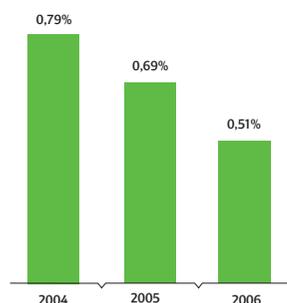
(milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	Var.	
			absoluta	relativa
Crédito a Clientes (bruto)	31 662	35 752	4 090	12,9%
Crédito Vencido	488,1	472,5	-15,6	-3,2%
Crédito Vencido>90 dias	422,1	398,4	-23,7	-5,6%
Crédito com Incumprimento (B.Portugal) ^(a)	564,3	495,0	-69,3	-12,3%
Provisões para Crédito	829,9	869,3	39,4	4,8%
Crédito Vencido/Crédito a Clientes (bruto)	1,54%	1,32%	-0,22 p.p.	
Crédito Vencido>90 dias/Crédito a Clientes(bruto)	1,33%	1,11%	-0,22 p.p.	
Crédito com Incumprimento ^(a) /Crédito a Clientes(bruto)	1,78%	1,38%	-0,40 p.p.	
Cobertura Crédito Vencido	170,0%	183,9%	14,0 p.p.	
Cobertura Crédito Vencido >90 dias	196,6%	218,2%	21,6 p.p.	
Cobertura do Crédito em Incumprimento	147,1%	175,6%	28,5 p.p.	

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal.

Para esta evolução contribuiu de forma decisiva a rigorosa política de concessão de crédito, a qual se encontra apoiada, por um lado, nos sistemas internos de *rating* e *scoring* e, por outro, na criteriosa e sistemática exigência de instrumentos de mitigação do risco. A par disso, importa ainda realçar o bom nível de recuperações atingido durante o exercício de 2006 e as operações de venda de crédito vencido conforme se refere no ponto 7.2 do presente relatório.

Custo do provisionamento^(*)



(*) Reforço acumulado de provisões no exercício / crédito a Clientes.

A melhoria constante do perfil de risco tem-se também reflectido na redução sistemática verificada ao nível do esforço de provisionamento do Grupo BES, a qual tem sido atingida num cenário de forte crescimento da carteira de crédito. A concretização deste duplo objectivo (crescimento da carteira de crédito e diminuição do risco) foi possível através da prossecução de políticas selectivas de gestão da carteira de crédito e da crescente sofisticação dos instrumentos de apoio à decisão.

b. Carteira de Obrigações e Risco de Contraparte

No que se refere à carteira de obrigações, importa destacar que 36,5% correspondia no final de 2006 a emissões de dívida pública. Para além disso, salienta-se também o facto de 65% da carteira de obrigações corresponder a títulos de qualidade *investment grade*.

Ratings: Carteira de Obrigações

Ratings Externos		S&P		MOODY'S	
		2005	2006	2005	2006
AAA	Aaa	16,1%	13,0%	17,0%	13,0%
[AA+:AA-]	[Aa1:Aa3]	22,1%	26,4%	34,9%	28,7%
[A+:A-]	[A1:A3]	30,8%	19,2%	20,8%	16,4%
[BBB+:BBB-]	[Baa1:Baa3]	7,1%	6,2%	5,9%	6,8%
[BB+:BB-]	[Ba1:Ba3]	0,8%	6,5%	0,6%	6,0%
[B+:B-]	[B1:B3]	0,1%	0,4%	0,0%	0,3%
[CCC+:CC]	[Caa1:Ca]	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SD/D	C	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
N.R.	N.R.	23,0%	28,1%	20,8%	28,6%
TOTAL		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

O risco de contraparte dos derivados, calculado a partir do custo de substituição (soma dos valores de substituição positivos dos contratos), assenta essencialmente em exposições com notações de risco atribuídas por agências de *rating* internacionais. A elevada qualidade desta carteira é constatada pelo facto de cerca de 67% do valor em risco se situar entre as notações AAA/Aaa e A-/A3.

c. Exposição a Mercados Emergentes

No que refere aos mercados emergentes destaca-se a sua reduzida expressão (4,2% do total do activo líquido consolidado). De salientar ainda que, dos 2 481 milhões de euros de exposição líquida, apenas 849 milhões de euros se encontravam denominados em moeda estrangeira.

Países de Risco	Coeficiente de Risco 2006	Dez. 05		Dez. 06				
		Exposição Líquida		Exposição Bruta ⁽¹⁾	Garantias e Deduções ⁽²⁾	Exposição Líquida		
		Total	em Moeda Estrangeira			Total	em Moeda Estrangeira	Estrutura
AMÉRICA LATINA		1 319	169	1 954	184	1 770	334	71%
Bahamas	10%	17	17	33	30	3	3	0%
Brasil	10%	1 186	36	1 606	73	1 533	97	62%
México	10%	13	13	48	46	2	2	0%
Panamá	10%	94	94	232	6	226	226	9%
Venezuela	50%	3	3	15	15	0	0	0%
Outros		6	6	20	14	6	6	0%
LESTE EUROPEU		9	9	3	0	3	3	0%
Roménia	10%	2	2	0	0	0	0	0%
Rússia	10%	4	4	2	0	2	2	0%
Ucrânia	25%	3	3	1	0	1	1	0%
Outros		0	0	0	0	0	0	0%
ÁSIA - PACÍFICO		44	29	65	7	58	49	2%
Índia	10%	5	5	7	0	7	7	0%
Macau	10%	38	23	43	0	43	34	2%
República Popular da China	10%	0	0	8	0	8	8	0%
Turquia	25%	0	0	6	6	0	0	0%
Outros		1	1	1	1	0	0	0%
ÁFRICA		416	198	773	123	650	463	26%
África do Sul	10%	1	0	36	19	17	17	1%
Angola	25%	376	188	691	64	627	445	25%
Cabo Verde	25%	0	0	31	30	1	1	0%
Marrocos	10%	37	8	9	5	4	0	0%
Outros		2	2	6	5	1	0	0%
TOTAL		1 788	405	2 795	314	2 481	849	100%
% ACTIVO LÍQUIDO		3,6%	0,8%			4,2%	1,4%	

(1) Valores brutos líquidos de provisões para risco país; incluem elementos extrapatrimoniais: 223 milhões de euros (Dez. 06) e 88 milhões de euros (Dez. 05).

(2) Incluem Trade Finance inferior a 1 ano contratado em Portugal no valor de 61 milhões de euros.

Do conjunto de exposições enquadradas nas economias emergentes, e em consonância com a estratégia de internacionalização que o Grupo vem desenvolvendo, ressaltam as seguintes:

- Brasil: registou-se um acréscimo de exposição de cerca de 347 milhões de euros, dos quais cerca de 100 milhões de euros correspondem à variação da valorização das posições accionistas no Banco Bradesco, sendo o restante decorrente do crescimento da actividade do BESI neste país;
- Angola: verificou-se um aumento de 251 milhões de euros, relacionado com o forte crescimento da actividade que o BES Angola desenvolve neste mercado.

Quer a exposição global, quer a individual, estão consideravelmente abaixo dos limites exigidos pelo Banco de Portugal, que recomenda exposições máximas de 30% dos fundos próprios.

6.4 Risco de Mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

6.4.1 Práticas de Gestão

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*). Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas como exercícios de *back testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades predictivas do mesmo.

Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*Stress Testing*) que nos permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

6.4.2 Análise de Risco de Mercado

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 24,1 milhões de euros em Dezembro de 2006, para as suas posições de *trading* em acções e taxa de juro, bem como para a posição cambial global, o que compara com 34,4 milhões de euros no final do exercício anterior.

Este valor de 24,1 milhões de euros representa cerca de 0,6% dos fundos próprios de base consolidados do Grupo BES, sendo que o máximo verificado durante o ano foi de 35,3 milhões de euros, o que representa 0,94% dos fundos próprios de base consolidados e o valor médio foi 25,8 milhões de euros ou 0,69% dos fundos próprios de base consolidados.

Value at Risk 99% a 10 dias (milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	Máximo 2006	Média 2006
Acções	3,9	13,6	6,3	6,7
Taxa de Juro	31,9	5,0	21,9	13,7
Taxa de Câmbio	7,4	15,1	23,4	16,2
Efeito diversificação	-8,9	-9,6	-16,3	-10,8
Total	34,4	24,1	35,3	25,8

De forma a complementar a mensuração do risco procede-se ainda à análise da simulação de cenários extremos. Pela análise dos piores cenários extremos, tendo como base variações de 20% nos factores de risco, e considerando simultaneamente a hipótese remota de uma correlação perfeita entre os piores cenários dos vários tipos de risco, a perda máxima dada pelo VaR de 24,1 milhões de euros poderá ascender em condições muito extremas a 170,6 milhões de euros, o que corresponde a 4,5% dos fundos próprios de base consolidados do Grupo BES.

VaR versus cenários extremos (milhões de euros)

	2005		2006			
	Cenário Extremo	% Fundos Próprios de Base	Value at Risk	% Fundos Próprios de Base	Cenário Extremo	% Fundos Próprios de Base
Acções	15,2	0,6%	13,6	0,4%	54,4	1,5%
Taxa de Juro	123,8	5,3%	5,0	0,1%	12,4	0,3%
Taxa de Câmbio	32,3	1,4%	15,1	0,4%	103,7	2,8%
Total	171,3	7,3%	24,1	0,5%	170,6	4,5%

6.5 Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto na Situação Líquida ou na Margem Financeira de uma variação desfavorável das taxas de juro de mercado.

6.5.1 Práticas de Gestão

O acompanhamento do risco de taxa de juro de balanço constitui-se numa tarefa de extrema importância sendo efectuado internamente no ALCO, através do acompanhamento da margem financeira e quadros de *repricing*, entre outros.

6.5.2 Análise do risco de taxa de juro

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do BIS (*Bank of International Settlements*) classificando todas as rubricas do activo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo da *duration* e consiste num cenário de *stress testing* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxas de juro.

As medidas de risco de taxa de juro quantificam, essencialmente, o efeito sobre a situação líquida da instituição e o efeito sobre a margem financeira – decorrente dos efeitos da referida variação das taxas de juro sobre a margem financeira anualizada da instituição.

O risco de taxa de juro na óptica do seu efeito sobre a situação líquida do Grupo BES cifrou-se em 500 milhões de euros em Dezembro de 2006 que compara com 399 milhões de euros no final de 2005.

6.6 Risco de Liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

6.6.1 Práticas de Gestão

A gestão da liquidez encontra-se centralizada no departamento financeiro. Esta gestão tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatches* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

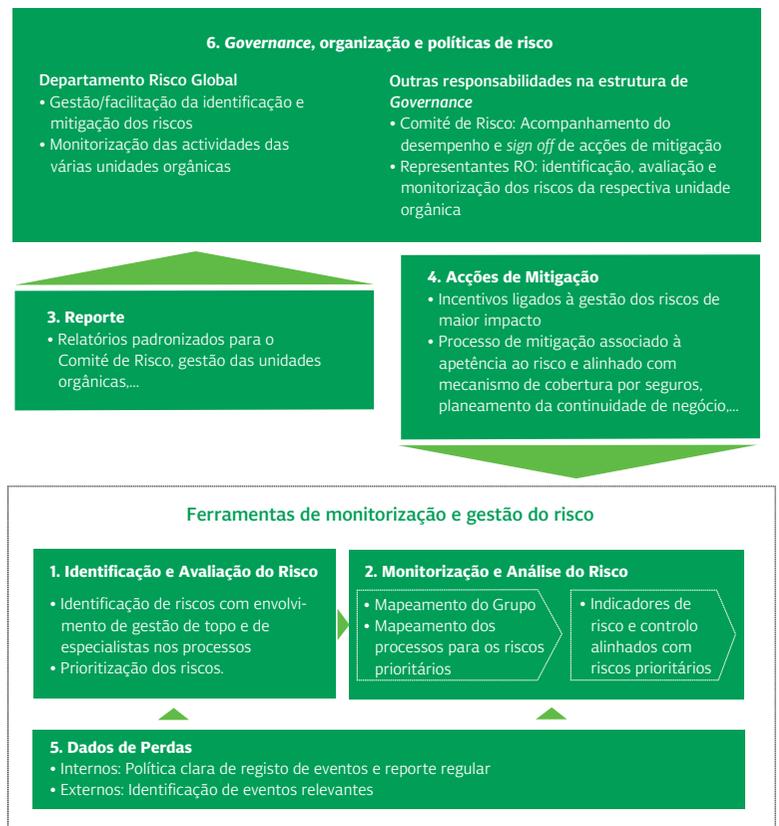
6.6.2 Análise do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é analisado em duas vertentes: numa óptica interna e numa óptica regulamentar. Internamente existem medidas consideradas satisfatórias para acompanhar, por um lado, a evolução da liquidez numa base diária (efectuada pela Tesouraria) e, por outro, a evolução da liquidez a médio/longo prazo (analisada nas reuniões do ALCO). Em termos regulamentares, o rácio de liquidez é calculado segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal, e situava-se em 97% no final do ano de 2006, o que compara com 107% no final de 2005.

6.7 Risco Operacional

O risco operacional consiste genericamente no risco de ocorrência de eventos resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos, do comportamento de pessoas e sistemas, ou de causas externas, que podem resultar em perdas financeiras ou ter impacto negativo na relação com os Clientes ou outros *stakeholders*. Engloba, ainda, o risco de negócio/estratégico, ou seja, o risco de variações nos volumes/negócios, receitas/preços ou custos.

O risco legal está incluído nesta definição e é entendido como o risco de perdas em consequência de não conformidade com a regulamentação vigente (por inadequação das práticas face à documentação requerida por Lei, não alteração de processos face a nova legislação e/ou divergente interpretação da legislação) ou em resultado de acções judiciais.



A gestão do risco operacional é efectuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco.

Estes processos fazem parte de um modelo de gestão composto por duas grandes áreas: uma de recolha e tratamento de informação, onde se aplicam ferramentas que permitem a identificação e monitorização do risco; e outra, que utiliza a informação produzida, devidamente trabalhada, na gestão eficaz dos riscos, assegurando o devido acompanhamento das situações de maior criticidade e a implementação da estratégia de gestão do risco. A articulação destas áreas é conseguida através do reporte à gestão de topo e do acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Destacam-se, assim os seguintes tópicos do modelo de gestão implementado:

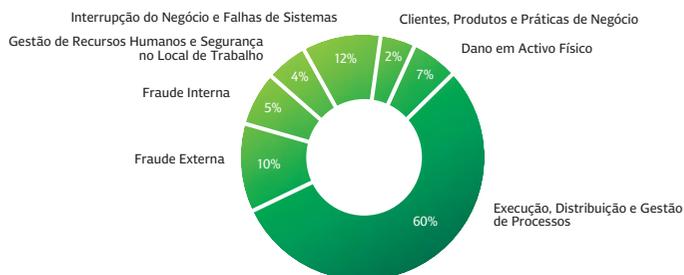
- Identificação do risco focada em riscos prioritários (criticidade elevada), definição de cenários e análise profunda de factores que podem ter impacto no perfil de risco do Grupo BES;
- Monitorização, com indicadores e controlos perfeitamente alinhados, dos riscos identificados e com acompanhamento de tendências;
- Acções de mitigação alinhadas com os riscos de gestão prioritária;
- Dados de perdas (eventos) analisados para a identificação de tendências, revisão de *near-misses* e análise de perdas externas à organização (quando disponíveis);
- Sólido modelo de *Governance* com relatórios por medida, alinhados com as principais preocupações.

Este sistema de gestão do risco operacional é suportado por uma estrutura organizacional exclusivamente dedicada ao seu desenho, acompanhamento e manutenção; conta ainda com representantes das subsidiárias consideradas relevantes, com a responsabilidade de garantir, nas suas áreas de competência, a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional.

Assumem, também, especial relevo neste modelo de gestão:

- A Gestão do Sistema de Controlo Interno, a cargo do Departamento de *Compliance*, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das acções de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- A Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das acções de melhoria necessárias;
- A Coordenação de Segurança pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

Distribuição de eventos de risco operacional por tipo de perda (dados de 2004, 2005 e 2006)



Durante o ano de 2006 o Sistema de Gestão do Risco Operacional foi alvo do primeiro processo de revisão independente estando reunidas as condições para a aplicação do método *standard* para determinação do requisito de fundos próprios para cobertura de risco operacional.



7.0 Análise Financeira

7.1 Análise Financeira do Grupo BES

O exercício de 2006 foi marcado por um forte dinamismo da actividade do Grupo, que se traduziu num aumento de 18,1% dos activos totais para cerca de 85 mil milhões de euros. O resultado do exercício totalizou 420,7 milhões de euros, um crescimento de 50% face ao apurado em 2005, representando uma Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) de 14,7%.

7.1.1 Actividade

O Grupo BES experimentou uma forte dinâmica comercial, com reflexos bastante expressivos nas principais áreas de negócio:

- o crédito concedido a Clientes, incluindo o titularizado, registou um aumento de 14,4%;
- a captação de recursos também registou um expressivo crescimento, com os recursos totais de Clientes a aumentarem 13,9%;
- a área internacional apresentou um forte dinamismo com o crédito a Clientes a aumentar 34% e os recursos totais de Clientes 26%.

Evolução da actividade (milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	Var %
Activos Totais⁽¹⁾	71 687	84 628	18,1
Activo	50 222	59 139	17,8
Crédito a Clientes (incluindo securitizado)			
Crédito a Particulares	14 072	15 603	10,9
- Habitação	12 270	13 294	8,3
- Outro Crédito a Particulares	1 802	2 309	28,1
Crédito a Empresas	21 379	24 943	16,7
Total Crédito a Clientes	35 451	40 546	14,4
Captação de Recursos			
+ Depósitos de Clientes e similares ⁽²⁾	24 283	26 732	10,1
+ Débitos representados por Títulos colocados em Clientes ⁽³⁾	3 590	5 263	46,6
= Recursos de Clientes de Balanço	27 873	31 995	14,8
+ Recursos de Desintermediação	15 685	17 637	12,4
= Recursos Totais de Clientes	43 558	49 632	13,9

(1) Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.

(2) Inclui: "Recursos de Clientes e outros empréstimos" e Certificados de Depósito.

(3) Inclui recursos associados à operações de titularização consolidadas e obrigações ao *Fair Value*.

No que diz respeito à evolução do crédito, registou-se um forte crescimento do crédito a empresas (+16,7%), o que permitiu o reforço do posicionamento competitivo do Grupo nesta importante área de negócio. Esta dinâmica beneficiou da retoma da actividade económica, designadamente

te do sector exportador, sendo de realçar a circunstância de o Grupo BES deter uma implantação forte neste segmento e apoiar, desde sempre, os esforços de internacionalização das empresas portuguesas.

A actividade de *leasing* e *factoring* manteve o segundo lugar do *ranking* em ambos os segmentos: globalmente a produção atingiu cerca de 4,6 mil milhões de euros correspondendo a um crescimento de 14,6% em relação a 2005.

No que diz respeito ao crédito a particulares, a componente do crédito à habitação registou um crescimento de 8,3%, merecendo particular destaque a evolução do outro crédito a particulares (+28,1%) a qual resultou essencialmente de um conjunto de iniciativas associadas ao crédito ao consumo, aos cartões de crédito e aos Planos BES 95.

No decorrer do exercício de 2006 o Grupo BES concretizou duas operações de titularização de crédito: (i) uma de crédito à habitação (a quinta operação) no montante global de 1 400 milhões de euros e (ii) outra abrangendo créditos concedidos a pequenas e médias empresas (PME) no valor de 863 milhões de euros.

Por outro lado, os recursos totais de Clientes cresceram 13,9% com a componente da actividade de desintermediação a atingir os 17,6 mil milhões de euros, ou seja, uma variação anual de 12,4%. Esta progressão foi suportada pela dinamização da oferta de produtos de bancasseguros vida, de fundos de investimento (três novos fundos de investimento mobiliário e dezoito fundos de investimento imobiliário fechados) e de gestão de carteiras.

Evolução dos recursos de desintermediação (milhões de euros)

Produtos	Dez. 05	Dez. 06	Var %
Fundos Mobiliários	5 392	5 540	2,7
Fundos Imobiliários	1 463	1 469	0,4
Fundos de Pensões	2 338	2 608	11,5
Bancasseguros	4 396	4 647	5,7
Outros	2 096	3 373	60,9
Total	15 685	17 637	12,4

A expansão da actividade internacional tem decorrido com desempenhos significativos: a expansão da presença em Angola, a actuação em Espanha e a tradicional presença no Reino Unido, França, Estados Unidos da América, Brasil e Macau, traduziram-se num crescimento de 34,2% da carteira de crédito para 5 497 milhões de euros, que representa actualmente cerca de 13,6% da carteira de crédito consolidada. Os recursos totais de Clientes registaram um aumento de 26,3% para 12 477 milhões de euros.

Evolução da actividade internacional

(milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	Var %
Activo Líquido	11 189	15 285	36,6
Crédito a Clientes (bruto)	4 095	5 497	34,2
Recursos Totais de Clientes	9 881	12 477	26,3

7.1.2 Gestão de Liquidez e Rácio de Transformação

Num contexto de forte dinamização da actividade creditícia, a gestão de liquidez foi suportada por uma actuação concertada das principais unidades de negócio. Em consequência, o rácio de transformação de recursos de Clientes (depósitos e débitos representados por títulos) em crédito apresenta uma ligeira melhoria face a 2005, ao evoluir de 111% (Dez. 05) para 109% (Dez. 06), em resultado de uma maior dinâmica na captação de recursos face à concessão de crédito.

Actividade com clientes: rácio de transformação

(milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	
CRÉDITO A CLIENTES			
Crédito a Clientes (bruto)	31 662	35 752	
Imparidade / Provisões Específicas e Genéricas	829,9	869,3	
Crédito Líquido	A 30 832	34 883	
RECURSOS DE CLIENTES + TÍTULOS			
Depósitos de Clientes	B 20 753	21 994	
Débitos representados por Títulos	7 120	10 001	
Recursos de Clientes	C 27 873	31 995	
<i>Euro Medium Term Notes</i> + Papel Comercial	7 282	9 029	
Recursos Totais de Balanço	D 35 155	41 024	
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO			
Depósitos em Crédito	A/B 149%	159%	
Recursos de Clientes em Crédito	A/C 111%	109%	
Recursos Totais em Crédito	A/D 88%	85%	

7.1.3 Nível de Capitalização e Rácios de Capital

Os fundos próprios e equiparados atingiram 7 063 milhões de euros, apresentando um reforço de 1 664 milhões de euros em relação ao ano anterior.

a. Elementos dos Fundos Próprios

(milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	Varição absoluta
Capital	2 100	3 100	1 000
Acções Ordinárias	1 500	2 500	1 000
Acções Preferencias	600	600	0
Prémios de Emissão	300	669	369
Acções Próprias	(96)	(64)	32
Reservas de Reavaliação	366	512	146
Outras Reservas e Resultados Transitados	(26)	98	124
Interesses Minoritários	106	87	-19
Passivos Subordinados	2 368	2 240	-128
Resultados do Exercício	280	421	140
Total	5 398	7 063	1 664

Este aumento reflecte, fundamentalmente, os reforços das rubricas de capital ordinário e prémios de emissão em resultado da operação de aumento de capital concretizada no segundo trimestre de 2006. Adicionalmente, destacam-se os crescimentos nos resultados transitados (resultados do exercício retidos para autofinanciamento) e ainda o acréscimo nas reservas de reavaliação.

Na Assembleia Geral de Accionistas do BES, realizada em 17 de Abril de 2006, foi aprovado um aumento do capital social de 1 500 milhões de euros para até 2 500 milhões de euros através das seguintes modalidades: (i) emissão de 50 milhões de novas acções por incorporação de 250 milhões de euros de prémios de emissão existentes em balanço e (ii) emissão de até 150 milhões de novas acções de preferência accionista ao preço de 9,20 euros por acção.

Operação de aumento de capital

(milhões de euros)

	Antes aumento (Dez. 05)	Movimento		Após aumento (Dez. 06)	Var.
		Encaixe bruto	Incorporação reservas		
Capital	1 500	750	250	2 500	1 000
Prémios de emissão	300	630	-250	680	380
Total	1 800	1 380	0	3 180	1 380
Nº de acções (milhões)	300	150	50	500	200
Capitalização Bolsista	4 080			6 810	2 730

A operação de aumento de capital saldou-se por um encaixe total de 1 380 milhões de euros, valor representativo de cerca de 34% da capitalização bolsista do BES em 31 de Dezembro de 2005. A capitalização bolsista no final de 2006 representa um aumento de 67% em relação ao final do exercício precedente.

A escritura pública foi realizada no dia 30 de Maio de 2006, passando o capital social do BES a ser representado por 500 milhões de acções com valor nominal de 5,00 euros cada. A operação foi objecto de inscrição na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa tendo sido solicitada a admissão à negociação de 200 milhões de novas acções no Euronext Lisbon, o que veio a ocorrer no dia 1 de Junho de 2006.

O aumento de capital constituiu a sexta operação após a reprivatização do Banco e foi a mais significativa (representando quase 50% do total dos encaixes desde então realizados).

Historial dos aumentos de capital desde a reprivatização (milhões de euros)

Operações	N.º de Acções (milhões)			Colocação no Mercado			
	Aumento de Capital			CAPITAL NOMINAL	Encaixe	Prémio Emissão	% Prémio Emissão
	Ordem	Mês/Ano	Incorporação Reservas				
				40,0	200		
1	Ago 92	20,0	26,0	66,0	330	59,8	29,9
2	Ago 95	13,2	21,4	87,4	437	83,7	43,0
3	Jun 98	17,5	30,2	117,6	588	286,4	223,2
4	Jul 00	44,6	82,5	200,0	1 000	453,6	264,3
5	Fev 02	50,0	100,0	300,0	1 500	550,0	300,0
6	Mai 06	50,0	200,0	500,0	2 500	1 380,0	630,0
						2 814,0	1 490,4
							53

As reservas de reavaliação registam um valor de 512 milhões de euros que corresponde aos ganhos potenciais da carteira de “activos disponíveis para venda”. O seu reconhecimento é feito ao justo valor e as respectivas variações, incluindo as variações cambiais, são reconhecidas em reservas, líquidas dos respectivos impostos diferidos passivos.

As maiores exposições accionistas da carteira de “activos disponíveis para venda” registaram melhorias significativas nas respectivas valorizações brutas, atingindo 656,3 milhões de euros (Dez. 05: 472,1 milhões de euros). Estes ganhos potenciais são elegíveis como fundos próprios complementares (*Tier II*) em apenas 45% do respectivo montante nos termos e condições definidos pelo Banco de Portugal.

Maiores exposições accionistas (milhões de euros)

Activos disponíveis para venda	Ganhos Potenciais Brutos	
	Dez. 05	Dez. 06
B. Marocaine Com. Ext.	10,3	2,8
Banco Bradesco	397,7	496,1
Bradespar	35,0	8,3
EDP	0,0	68,0
Portugal Telecom	29,1	66,3
Outros	0,0	14,8
TOTAL	472,1	656,3

b. Solvabilidade

O Grupo BES apresenta níveis de solvabilidade confortáveis, capazes de sustentar o crescimento da actividade no médio prazo e posicionam-se acima dos valores mínimos fixados tanto pelo Banco de Portugal, como dos recomendados pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS).

Activos de risco e capitais elegíveis (Banco de Portugal) (milhões de euros)

		Dez. 05	Dez. 06	Var.	
				Abs.	Rel.
Activo Líquido Consolidado	(1)	50 222	59 139	8 917	17,8%
Activos de Risco Equivalentes	(2)	38 046	44 738	6 692	17,6%
Índice de Risco	(2)/(1)	76%	76%		
Requisitos de Fundos Próprios	(3)	3 044	3 579	535	17,6%
Activos de Risco		2 839	3 332	493	17,4%
Carteira Negociação		205	247	42	20,7%
Fundos Próprios Existentes	(4)	4 689	5 839	1 150	24,5%
De Base (<i>Tier I</i>)		2 372	3 751	1 379	58,2%
Complementares		2 372	2 277	- 95	-4,0%
Deduções		(55)	(189)	- 134	245,5%
Excesso de Fundos Próprios	(4) - (3)	1 645	2 260	615	37,4%
Rácio de Solvabilidade Total	[4/(12,5 x3)]	12,3%	13,1%	0,8 p.p.	
Rácio <i>Tier I</i>		6,2%	8,4%	2,2 p.p.	
Core <i>Tier I</i>		4,7%	7,0%	2,3 p.p.	

Os rácios de capital apresentam uma evolução positiva reflectindo os efeitos da operação de aumento de capital, factor fundamental para que o rácio *Core Tier I* passasse de 4,7% em Dezembro de 2005 para 7,0%. Adicionalmente, a *performance* acima do esperado dos fundos de pensões teve um efeito positivo no *Tier I* contribuindo para que se operasse uma redução de 222 milhões de euros do montante dos desvios actuariais fora do corredor os quais constituem, de acordo com as regras do Banco de Portugal, um elemento dedutível aos fundos próprios de base. Através da publicação do Aviso 12/2006, de 26 de Dezembro, o Banco de Portugal estabeleceu novas regras quanto ao tratamento prudencial das participações em companhias de seguros, traduzindo-se numa dedução aos fundos próprios totais de 102 milhões de euros (redução de 20 pontos de base no rácio de solvabilidade total).

De acordo com os critérios do BIS o rácio de solvabilidade total foi 13,2% (12,7% em 2005) sendo o rácio *Tier I* de 8,4% que compara com o mínimo de 4% recomendado por aquela instituição.

Solvabilidade: critérios do BIS

	Dez. 05	Dez. 06	Var.
Rácio BIS Total	12,7%	13,2%	0,5 p.p.
Rácio <i>Tier I</i>	6,5%	8,4%	1,9 p.p.
Core <i>Tier I</i>	4,9%	7,1%	2,2 p.p.

7.1.4 Resultados

O resultado líquido consolidado no exercício de 2006 totalizou 420,7 milhões de euros, representando um crescimento de 50% face ao período homólogo do ano anterior.

Decomposição do resultado

	(milhões de euros)			
	2005	2006	Var.	
			Abs.	Rel. (%)
Resultado Financeiro	740,6	829,5	88,9	12,0
+ Serviços a Clientes	555,1	610,5	55,4	10,0
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	242,0	264,8	22,8	9,5
= Produto Bancário	1 537,7	1 704,8	167,1	10,9
- Custos Operativos	861,2	891,3	30,1	3,5
= Resultado Bruto	676,5	813,5	137,0	20,2
- Provisões líquidas de Reposições	320,6	241,9	-78,7	-24,6
Crédito	219,9	181,6	-38,3	-17,4
Títulos	30,2	6,9	-23,3	-77,0
Outras	70,5	53,4	-17,1	-24,5
= Resultado antes de Impostos e Minoritários	355,9	571,6	215,7	60,6
- Impostos	65,8	135,4	69,6	105,8
= Resultado após Impostos	290,1	436,2	146,1	50,4
- Interesses Minoritários	9,6	15,5	5,9	60,9
= Resultado do Exercício	280,5	420,7	140,2	50,0

Para além dos impactos positivos inerentes à recuperação da economia portuguesa e da confiança das empresas e dos consumidores, o desempenho positivo do Grupo no exercício de 2006 assentou na conjugação dos seguintes factores:

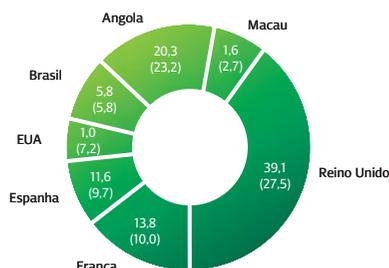
- forte dinamismo nas diversas áreas da actividade, especialmente na concessão do crédito (+14,4%) e na captação de recursos totais de Clientes (+13,9%);
- crescimento de 10,9% do produto bancário, impulsionado pela expansão na actividade que induziu uma progressão equilibrada no resultado financeiro (+12%) e no comissionamento pelos serviços prestados (+10%);
- contribuição da área internacional, cujo produto bancário cresceu 28%, suportado pelo comissionamento que atingiu 124 milhões de euros (+57%) e pelos ganhos de *trading* que aumentaram 50%;
- controlo dos custos operativos, reflectindo as medidas de racionalização implementadas, cujo crescimento foi de apenas 3,5%; a expansão da área internacional levou a que os custos associados tenham aumentado 12,9%;
- desaceleração do esforço de provisionamento para crédito como reflexo da orientação estratégica na concessão de crédito para segmentos de menor risco;
- desaceleração do provisionamento para outros riscos e encargos devido à constituição, no exercício de 2005, da provisão de reestruturação/integração do Banco Internacional de Crédito no montante de 57,6 milhões de euros.

Resultados da actividade: actividade doméstica e internacional (milhões de euros)

	Actividade Doméstica			Actividade Internacional		
	2005	2006	Var. (%)	2005	2006	Var. (%)
Resultado Financeiro	633,4	724,5	14,4	107,2	105,0	-2,1
+ Serviços a Clientes	476,4	486,6	2,1	78,7	123,9	57,4
= Produto Bancário Comercial	1 109,8	1 211,1	9,1	185,9	228,9	23,1
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	200,0	201,6	0,8	42,0	63,2	50,5
= Produto Bancário	1 309,8	1 412,7	7,9	227,9	292,1	28,2
- Custos Operativos	731,9	745,3	1,8	129,3	146,0	12,9
= Resultado Bruto	577,9	667,4	15,5	98,6	146,1	48,2
- Provisões Líquidas de Reposições	317,0	219,0	-30,9	3,6	22,9
Crédito	221,0	162,3	-26,6	- 1,1	19,3
Títulos	30,2	7,2	-76,2	0,0	- 0,3
Outras	65,8	49,5	-24,8	4,7	3,9	-17,0
= Res. antes de Impostos e Minoritários	260,9	448,4	71,9	95,0	123,2	29,7
- Impostos	63,9	115,8	81,2	1,9	19,6
= Resultado após Impostos	197,0	332,6	68,8	93,1	103,6	11,3
- Interesses Minoritários	2,6	5,1	96,2	7,0	10,4	48,6
= Resultado do Exercício	194,4	327,5	68,5	86,1	93,2	8,3

A contribuição da área internacional para o resultado líquido de 2006 (22,2%) foi de 93,2 milhões de euros (86,1 milhões de euros em 2005), destacando-se os resultados no Reino Unido (39,1 milhões de euros), Angola (20,3 milhões de euros), França (13,8 milhões de euros), Espanha (11,6 milhões de euros) e Brasil (5,8 milhões de euros).

Contribuição da área internacional para o resultado consolidado (milhões de euros)



() Ano de 2005

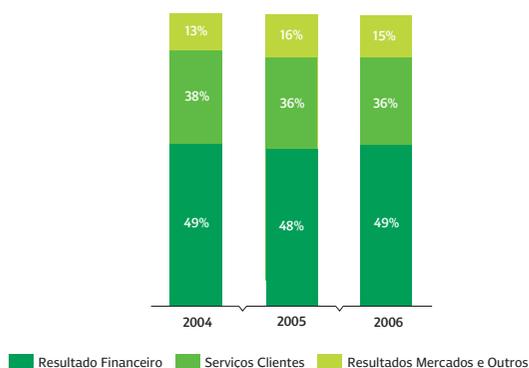
a. Produto Bancário

O crescimento de 10,9% do produto bancário decorre do bom desempenho tanto do Banco Espírito Santo, como da generalidade das unidades operacionais do Grupo, com especial realce para o BES Investimento, BES (Espanha), BES Angola, ESAF (gestão de activos) e Besleasing e Factoring.

A estrutura do produto bancário continua a manter o seu tradicional equilíbrio no conjunto das fontes geradoras de rendimento, com o resultado financeiro a recuperar, ainda que ligeiramente, a sua contribuição para a

formação do produto. O comissionamento manteve o respectivo peso e os resultados de operações financeiras apresentam uma ligeira redução

Evolução da estrutura do produto bancário



b. Resultado Financeiro e Margem

O resultado financeiro atingiu o valor de 829,5 milhões de euros representando um crescimento homólogo de 12%, que decorre das políticas comerciais implementadas, as quais se reflectiram positivamente no(a):

- crescimento da actividade, com destaque especial para o crédito e os recursos de Clientes, originando um efeito volume positivo de 63 milhões de euros, ou seja, cerca de 70% do aumento total do resultado financeiro;
- melhoria da margem financeira em três pontos de base, fruto de uma política de gestão de activos e passivos mais adaptada ao novo ciclo ascendente das taxas de juro, não obstante a forte concorrência existente no mercado doméstico;
- impacto positivo da operação de aumento de capital; e
- menor contributo do resultado financeiro na área internacional, devido à queda abrupta das taxas de juro em Angola, que influenciou negativamente o seu resultado financeiro.

Resultados da intermediação de balanço

(milhões de euros)

	2005	2006	Var. absoluta
Proveitos	1 852	2 301	449
Crédito a Clientes	1 312	1 673	361
Outras Aplicações	540	628	88
Custos	1 111	1 471	360
Recursos de Clientes	765	1 036	271
Outros Recursos	346	435	89
Resultado Financeiro	741	830	89

Os proveitos de intermediação atingiram um valor superior em 449 milhões de euros ao valor do ano anterior, com a componente de crédito a Clientes a apresentar o aumento mais significativo; os juros passivos tiveram um incremento de 360 milhões de euros, dos quais 271 milhões de euros se referem a custos relativos aos recursos de Clientes.

A relação dos proveitos e custos, com os activos e passivos geradores de juros, permite analisar a evolução das respectivas taxas médias associadas:

Resultados e margem financeira

(milhões de euros)

	2005			2006		
	Capitais Médios	Taxa (%)	Proveitos /Custos	Capitais Médios	Taxa (%)	Proveitos /Custos
Aplicações	41 811	4,46	1 852	45 377	5,07	2 301
Crédito a Clientes	30 122	4,36	1 312	33 354	5,01	1 673
Outras Aplicações	11 017	4,90	540	12 023	5,22	628
Aplic. Diferenciais	672	-	-	-	-	-
Recursos Alheios	41 811	2,66	1 111	45 377	3,24	1 471
Recursos de Clientes ⁽¹⁾	32 634	2,35	765	34 673	2,99	1 036
Outros Recursos	9 177	3,77	346	9 917	4,38	435
Rec. Diferenciais	-	-	-	787	-	-
Resultado/Margem Global	-	1,80	741	-	1,83	830

(1) Incluem certificados de depósito e obrigações colocados em Clientes.

A margem financeira apresentou uma melhoria de três pontos base, ao evoluir de 1,80% em 2005 para 1,83% em 2006, devido à implementação de medidas mais ajustadas ao ciclo ascendente das taxas de juro. Assim, a melhoria da margem resultou de um maior ritmo de refixação das taxas dos activos financeiros do que o registado na taxa média dos recursos.

A variação do resultado financeiro pode ainda ser decomposta nos efeitos da variação de taxa, da variação do volume de negócio e do efeito conjunto das variações taxa e volume, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Efeito taxa versus efeito volume

(milhões de euros)

	Efeito Volume	Efeito Taxa	Efeito Volume/Taxa	Var.
Activos Financeiros	158	269	22	449
Passivos Financeiros	95	245	20	360
Resultado Financeiro	63	24	2	89

O efeito positivo do acréscimo de volume de negócio representou um ganho de 63 milhões de euros, tendo sido determinante para a melhoria dos resultados de intermediação de balanço, enquanto o efeito taxa explica o aumento em 24 milhões de euros do resultado financeiro.

A monitorização da margem financeira e a gestão de balanço são da responsabilidade do ALCO (*Asset and Liability Committee*). De entre as várias medidas adoptadas assumem particular destaque as referentes (i) à monitorização das taxas dos recursos de Clientes em balanço, através de uma oferta diversificada de produtos (seguros, fundos e produtos de balanço) e (ii) ao posicionamento do balanço no que se refere ao risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco cambial, tendo em consideração as perspectivas da evolução da curva de rendimentos.

c. Serviços a clientes

A prestação de serviços bancários a Clientes originou comissões que ascenderam a 610,5 milhões de euros, ou seja, mais 10% do que o realizado no ano anterior. A progressão do comissionamento ficou a dever-se, principalmente, ao desempenho dos serviços prestados a nível internacional, os quais registaram um crescimento superior a 57% em termos homólogos, em especial no *corporate* e *project finance*, sendo de destacar o forte crescimento registado pela área da banca de investimento no Reino Unido e em Espanha.

No que diz respeito à evolução por produto, importa referenciar a progressão do comissionamento ligado à gestão de empréstimos (com um crescimento superior a 30% em termos homólogos), aos créditos documentários (+22%) e aos fundos de investimento (+9%), que mais do que compensaram as reduções associadas à gestão de contas e de cartões, fruto da intensidade concorrencial verificada nestas áreas.

Repartição dos serviços a clientes



() Ano anterior

O Grupo BES continua a dedicar especial atenção à consolidação dos principais vectores que têm vindo a orientar a sua estratégia comercial, tomando medidas e investindo na melhoria da qualidade do serviço e atendimento, na adequação das ofertas para os vários segmentos e na promoção do *cross-selling* no quadro de uma actuação proactiva das redes comerciais.

Neste sentido, assume especial relevância a aposta no relacionamento

multi-canal com a base de Clientes, quer particulares quer empresas. Assim, o ano de 2006 foi um ano de forte reforço da implantação dos canais directos no quotidiano dos clientes. O número de utilizadores do *Internet Banking* de particulares - **BESnet** - atingiu os 813 mil em Dezembro, um crescimento de 7,9% face ao mês homólogo do ano anterior. O número de operações efectuadas no BESnet cresceu 58,4% relativamente ao ano anterior, contribuindo para um forte aumento da taxa de externalização, de 43,4% para 52,5%. A tendência de crescimento foi também muito forte no *Internet Banking* para empresas - **BESnet Negócios** -, que atingiu os 53 mil utilizadores em Dezembro, um crescimento de 23,5% face a 2005. O número de acessos do ano cresceu 27,4% e o total operações efectuadas 35,9%.

d. Resultados de Operações Financeiras e Outros

Os resultados de operações financeiras e outros atingiram 264,8 milhões de euros, valor superior em 9,5% ao atingido no período homólogo do ano anterior.

Resultados de mercados e outros resultados

(milhões de euros)

	2005	2006	Var. absoluta
Taxa de Juro e Cambial	121,8	89,4	-32,4
Ações	108,8	169,2	60,4
Negociação	69,9	127,6	57,7
Dividendos	38,9	41,6	2,7
Outros Resultados	11,4	6,2	-5,2
Total	<u>242,0</u>	<u>264,8</u>	<u>22,8</u>

Os resultados obtidos na componente accionista reflectem uma visão direccional positiva na evolução dos índices accionistas mundiais em geral, com especial enfoque nos mercados brasileiro e português. A manutenção deste posicionamento ao longo do ano de 2006, combinada com uma eficiente gestão do risco, soube tirar partido da tendência de mercado.

Na vertente de gestão dos riscos cambial, taxa de juro e crédito assistiu-se a uma menor volatilidade nos mercados europeus e americano, o que potenciou a performance dos mercados emergentes em que o Grupo se tem posicionado, permitindo a obtenção de resultados globalmente positivos.

Refira-se ainda que os resultados de mercados e diversos têm incorporados 3,7 milhões de euros respeitantes à apropriação pelo Grupo de resultados gerados pela BES - Vida no segundo semestre, após a amortização de 2,5 milhões de euros do *in-force value*, decorrente da aquisição pelo BES de 50% do capital social da Companhia.

e. Custos Operativos

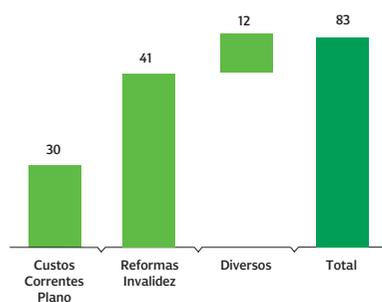
Os custos operativos elevaram-se a 891,3 milhões de euros, ou seja, um aumento de 3,5% relativamente ao apurado no ano anterior. Esta evolução reflecte essencialmente a progressão da actividade da área internacional cujos gastos de funcionamento aumentaram 12,9%.

Custos operativos (milhões de euros)			
	2005	2006	Var (%)
Custos com Pessoal	453,7	478,2	5,4
Remunerações e Encargos	359,8	383,6	6,6
Benefícios pós emprego	93,9	94,6	0,7
Gastos Gerais Administrativos	327,2	344,1	5,2
Amortizações	80,3	69,0	-14,1
Custos Operativos	861,2	891,3	3,5
Domésticos	731,9	745,3	1,8
Internacionais	129,3	146,0	12,9

Os custos com pessoal tiveram um crescimento de 5,4%, para o que contribuiu a expansão da área internacional cujo reforço do quadro técnico levou a um aumento destes custos em cerca de 15%.

Relativamente aos encargos com os benefícios pós emprego (pensões de reforma, cuidados médicos e prémios de antiguidade) salienta-se o facto de, por um lado, não se terem registado no exercício desvios actuariais relevantes nas responsabilidades e, por outro, se terem atingido níveis de rentabilidade significativos nos activos dos fundos (cerca de 12%) que permitiram gerar desvios actuariais favoráveis. Consequentemente, os desvios actuariais acumulados em balanço, registados pelo método do corredor, reduziram-se em 222 milhões de euros o que se irá reflectir favoravelmente no valor da sua amortização no futuro. A contribuição para os Fundos de Pensões ascendeu a 83 milhões de euros.

Contribuições para os fundos de pensões (milhões de euros)



Desvios actuariais: valores em balanço com amortização no futuro (milhões de euros)

	2005	2006
Saldo Inicial	513	672
Movimentos do ano	159	-203
Saldo Final	672	469
do qual:		
dentro do Corredor	194	213
fora do Corredor	478	256

As responsabilidades totais com os benefícios pós-emprego encontravam-se totalmente financiadas, quer através dos valores dos activos dos fundos de pensões, quer através de valores mantidos em balanço.

Responsabilidades: níveis de financiamento (milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06
Responsabilidades totais por benefícios pós emprego	1 944	2 001
Cobertura / Financiamento	1 943	2 138
Valor dos activos dos Fundos de Pensões no fim do período	1 816	2 029
Valores em Balanço	127	109
Nível de Cobertura	100%	107%
Impacto nas Responsabilidades da alteração dos pressupostos actuariais	213	0

Os outros gastos administrativos beneficiaram das medidas de racionalização consistentemente implementadas, das quais se destacam a fusão por incorporação do BIC e da Crediflash no BES tendo, no entanto, registado um incremento de 5,2%, condicionados pela mudança da Identidade Corporativa, pelas acções promocionais associadas ao apoio à selecção portuguesa no quadro do Mundial de Futebol - 2006, bem como pelas campanhas promocionais de crédito à habitação, cartões de crédito e contas serviço.

As amortizações, reflectindo igualmente os efeitos do processo de reestruturação, principalmente na área informática, apresentam a expressiva redução de 14,1%.

f. Produtividade e Eficiência

O Grupo BES continua a alcançar ganhos sustentados no capítulo da produtividade e eficiência, com reflexos na diminuição do rácio que relaciona os custos operativos por unidade de activo líquido médio gerido, que progrediu de 1,88% em 2005 para 1,72% em 2006, bem assim como no aumento dos activos totais por empregado, que cresceram 14,9%.

Indicadores de produtividade e eficiência

	2005	2006	Var.
Cost to Income (com mercados)	56,0%	52,3%	-3,7p.p.
Cost to Income (sem mercados)	66,5%	61,9%	-4,6p.p.
Custos Operativos/Activo Líquido Médio	1,88%	1,72%	-0,16p.p.
Activos Totais ^(*) por Empregado (€0.000)	9 444	10 855	14,9%

(*) Activo líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado.

No que respeita aos níveis de eficiência foram registadas melhorias expressivas no *Cost to Income* que, comparativamente ao ano anterior, evoluiu favoravelmente ao passar de 56,0% para 52,3%; excluindo os resultados de mercados, a melhoria de eficiência apresenta-se mais expressiva atingindo o *Cost to Income* uma redução de 4,6 pontos percentuais.

g. Provisionamento

A política de provisionamento prosseguida pelo Grupo continua a obedecer a critérios de prudência na cobertura de riscos face às condições macroeconómicas nacionais e internacionais.

Assim, as provisões para crédito foram reforçadas em 181,6 milhões de euros e as provisões para títulos em 6,9 milhões de euros. De referir que em 2005 se procedeu à constituição de uma provisão extraordinária de 57,6 milhões de euros destinada a fazer face aos encargos com o processo de fusão do Banco Internacional de Crédito (BIC) no Banco Espírito Santo (BES), enquanto que o valor de 2006 inclui a provisão extraordinária para os encargos decorrentes do processo de integração / fusão da Crediflash no montante de 10,8 milhões de euros.

Dotações para provisões

(milhões de euros)

Provisões	2005	2006
para Crédito a Clientes	219,9	181,6
para Títulos	30,2	6,9
para Diversos Riscos e Encargos ^(*)	70,5	53,4
TOTAL	320,6	241,9

(*) Inclui provisões para instituições de crédito, activos detidos até à maturidade, activos com acordo de recompra, activos tangíveis e intangíveis, contingências fiscais, garantias e outros activos.

A política de provisionamento para crédito, aliada à melhoria dos instrumentos de prevenção dos riscos, com utilização extensiva de modelos de *scoring* e de notações de *rating* e dos processos de recuperação de crédito vencido, traduziu-se numa evolução francamente positiva nos indicadores de qualidade do crédito, como já referenciado anteriormente.

7.1.5 Rendibilidade

O resultado consolidado de 420,7 milhões de euros proporcionou uma ren-

dibilidade dos capitais próprios (ROE) de 14,7% e uma rendibilidade dos activos (ROA) de 0,81%, valores superiores aos apurados no ano de 2005.

Decomposição da rendibilidade dos capitais próprios

(valores em %)

	2005	2006	Var. p.p.
Taxa Activos Financeiros	4,46	5,07	0,61
- Taxa Passivos Financeiros	2,66	3,24	0,58
= Margem Global	1,80	1,83	0,03
+ Serviços a Clientes	1,35	1,35	0,00
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	0,59	0,58	-0,01
= Rendibilidade Bruta Activos Financeiros	3,74	3,76	0,02
- Custos Operativos	2,09	1,96	-0,13
= Rendibilidade Líquida Activos Financeiros	1,64	1,79	0,15
- Provisões Líquidas de Reposições	0,78	0,53	-0,25
- Interesses Minoritários e Impostos	0,18	0,33	0,15
= Rendibilidade Activos Financeiros	0,68	0,93	0,25
x Relevância Activos Financeiros	0,90	0,88	-0,02
= RENDIBILIDADE DO ACTIVO (ROA)	0,61	0,81	0,20
x Multiplicador das Aplicações	22,16	18,01	-4,15
= RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS (ROE)	13,54	14,66	1,12

A melhoria dos níveis de rendibilidade tem subjacente um grande dinamismo comercial aliado a uma criteriosa gestão dos riscos.

Resumindo os aspectos principais do exercício em apreciação, pode dizer-se que o Grupo BES conseguiu:

- melhorar os níveis de Rendibilidade,
- reforçar de modo expressivo a Solidez Financeira e a Qualidade dos Activos,
- continuar a progressão da melhoria dos níveis de Produtividade e Eficiência,
- melhorar a posição competitiva nas principais linhas de negócio, com a Quota de Mercado média estimada a evoluir para 19,0% (2005: 18,0%).

7.2 Análise Financeira do BES Individual

Nota Prévia sobre a Fusão por Incorporação da Crediflash no BES

De acordo com a decisão do Conselho de Administração do BES concretizou-se em 30 de Maio de 2006 a fusão jurídica da Crediflash, unidade operativa que tratava das operações de cartões de crédito e débito do Grupo, no Banco Espírito Santo.

Esta operação inscreve-se no processo de racionalização em curso no Grupo e permitirá poupanças recorrentes nos custos, ao mesmo tempo que promoverá sinergias do lado das receitas, tendo na sua essência dois grandes objectivos: servir melhor os Clientes e aumentar a competitividade do Grupo Banco Espírito Santo.

Refira-se por último que na análise evolutiva dos indicadores económicos, a mesma se encontra influenciada pela fusão do BIC no BES ocorrida no final do exercício de 2005.

7.2.1 Principais Valores e Indicadores de Actividade e Resultados (*)

	SIMBOL.	2004	2005	2006
BALANÇO (milhões de euros)				
Activos Totais ⁽¹⁾	AT	43 370	59 643	68 773
Activo Líquido	AL	33 179	44 643	50 537
Activos Financeiros (valores médios)	AF	26 487	29 787	38 147
Capital e Reservas (valores médios)	KP	1 821	1 821	2 753
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)				
Resultado Financeiro	RF	398,7	412,9	627,2
+ Serviços Bancários a Clientes	SB	342,8	327,9	394,8
= Produto Bancário Comercial	PBC	741,5	740,8	1 022,0
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	271,2	260,4	176,6
= Produto Bancário	PB	1 012,7	1 001,2	1 198,6
- Custos Operativos	CO	554,4	547,4	663,0
- Provisões e Impostos	PVI	254,4	263,7	278,1
= Resultado do Exercício	RL	203,9	190,1	257,5
RENDIBILIDADE (%)				
Margem Financeira	RF / AF	1,51	1,39	1,64
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / AF	1,29	1,10	1,03
+ Rendibilidade Operações de Mercado	ROF / AF	1,02	0,87	0,46
= Margem de Negócio	PB / AF	3,82	3,36	3,14
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	2,09	1,84	1,74
- Provisões e Impostos	PVI / AF	0,96	0,89	0,73
= Rendibilidade Activo Financeiro	RL / AF	0,77	0,64	0,68
- Relevância Activos Financeiros	AF / AL	0,86	0,87	0,86
= Rendibilidade do Activo (ROA)	RL / AL	0,66	0,56	0,58
+ Multiplicador Aplicações	AL / KP	16,96	18,73	16,12
= Rendibilidade Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	11,20	10,44	9,35

(1) Activo Líquido + Asset Management + Crédito Securitizado.

(*) Os dados de Balanço de 2005 e 2006 já reflectem, respectivamente, a integração do BIC concretizada em 30/12/2005 e da CREDITFLASH em 30/05/2006 os dados de 2004 são apresentados em base NCA.

7.2.2 Actividade

O exercício de 2006 decorreu, no quadro de referência estratégica dos últimos anos, sob um clima de forte dinamismo comercial e sob a realização de grandes transformações estruturais.

O dinamismo do negócio mais directamente relacionado com Clientes continuou a ser uma das características mais marcantes da actividade do BES com o crédito a continuar a expandir-se, tendo alcançado um crescimento de 11,9% considerando os valores securitizados. A captação de recursos de Clientes de balanço atingiu um crescimento de 8,4%, enquanto que a desintermediação registou um dinamismo superior alcançando um aumento de 13,3%.

Evolução da actividade

(milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	Var. (%)
Activos Totais⁽¹⁾	59 643	68 773	15,3
Activo	44 643	50 537	13,2
Crédito a Clientes (incluindo securitizado)	29 570	33 089	11,9
Crédito a Particulares	13 106	14 650	11,8
- Habitação	11 694	12 629	8,0
- Outro Crédito a Particulares	1 412	2 021	43,1
Crédito a Empresas	16 464	18 439	12,0
Captação de Recursos			
+ Depósitos de Clientes e similares ⁽²⁾	20 469	22 730	11,0
+ Débitos representados por Títulos colocados em Clientes	3 799	3 572	-6,0
= Recursos de Clientes de Balanço	24 268	26 302	8,4
+ Recursos de Desintermediação	11 167	12 651	13,3
= Recursos Totais de Clientes	35 435	38 953	9,9

(1) Activo Líquido + Actividade Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado.

(2) Inclui: "Recursos de Clientes e outros empréstimos" e Certificados de Depósito.

O crédito a empresas aumentou quase 2 mil milhões de euros assumindo o crescimento de 12,0%. O BES realizou a quinta operação de securitização de crédito à habitação no valor de 1 400 milhões de euros e a primeira de crédito a pequenas e médias empresas nacionais no montante de 863 milhões de euros.

O crédito à habitação representa 38% da carteira enquanto que o crédito a empresas mantém a maior representatividade atingindo quase 56% do total, continuando o BES a afirmar-se como uma instituição de forte implantação no tecido empresarial português.

O aperfeiçoamento sistemático e a boa capacidade de avaliação comercial do risco de crédito que todos os intervenientes no processo vêm demonstrando, tem conduzido a uma melhoria da qualidade da carteira de crédito do Banco.

Qualidade dos activos

(milhões de euros)

	Dez. 05	Dez. 06	Var.	
			Abs.	Rel. (%)
Crédito a Clientes (bruto)	25 737	27 504	1 767	6,9%
Crédito Vencido de Clientes	412	402	- 11	-2,5%
Crédito Vencido de Clientes > 90 dias	378	360	- 19	-4,9%
Crédito com Incumprimento (B.Portugal) ^(a)	520	456	- 64	-1,3%
Provisões para Crédito a Clientes	736	755	19	2,5%
Crédito Vencido/Crédito a Clientes	1,6%	1,5%	-0,3p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias/Crédito a Clientes	1,5%	1,3%	-0,2p.p.	
Crédito com Incumprimento ^(a) / Crédito a Clientes (bruto)	2,0%	1,7%	-0,3p.p.	
Provisões Crédito/Crédito Vencido	178,6%	187,9%	9p.p.	
Provisões Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	194,6%	209,8%	15p.p.	
Cobertura do Crédito em Incumprimento	141,5%	165,6%	24p.p.	

(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal.

A qualidade da carteira de crédito pode ser aferida pela baixa sinistralidade, em que o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias se apresenta em torno dos 1,3% (Dez. 05: 1,5%), e pelo elevado nível de cobertura por provisões, com o rácio correspondente a situar-se nos 210% (Dez. 05: 195%). O crédito vencido reduziu-se em 11 milhões de euros enquanto que o reforço das provisões se situou em 19 milhões de euros.

Tendo em vista a racionalização dos recursos afectos à recuperação de créditos, o Banco concretizou duas operações de venda de crédito vencido à habitação: (i) uma em Maio, no montante de 21,3 milhões de euros (crédito vincendo associado de 46,6 milhões de euros) e (ii) outra em Dezembro cujo valor se elevou a 14,8 milhões de euros (com crédito vincendo associado no montante de 58,7 milhões de euros). A imparidade inerente a estes créditos ascendia a 43,0 milhões de euros e as operações em causa não tiveram qualquer impacto material nos resultados do exercício.

7.2.3 Resultados e Produtividade

Na perspectiva da geração de resultados, a performance do Banco foi marcada fundamentalmente pelo crescimento do resultado financeiro (+51,9%) e dos serviços a Clientes (+20,4%). Apesar do desempenho menos conseguido das operações financeiras e diversos e dos custos operativos, foi possível alcançar um resultado de 257,5 milhões de euros, superior em 35,4% ao do ano anterior.

Decomposição do resultado

	(milhões de euros)			
	2005	2006	Abs.	Rel. (%)
Resultado Financeiro	412,9	627,2	214,3	51,9
+ Serviços a Clientes	327,9	394,8	66,9	20,4
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	260,4	176,6	-83,8	-32,2
= Produto Bancário	1 001,2	1 198,6	197,4	19,7
- Custos Operativos	547,4	663,0	115,6	21,1
= Resultado Bruto	453,8	535,6	81,8	18,0
- Provisões líquidas de Reposições	236,2	199,4	-36,8	-15,6
Crédito	133,1	136,2	3,1	2,3
Títulos	33,8	6,5	-27,3
Outras	69,3	56,7	-12,6	-18,2
= Resultado antes de Impostos	217,6	336,2	118,6	54,5
- Impostos	27,4	78,7	51,3	187,2
= Resultado do Exercício	190,2	257,5	67,3	35,4

No âmbito da operação de fusão da Crediflash, constituiu-se uma provisão extraordinária de 10,8 milhões de euros. Em 2005 também se procedeu à constituição de uma provisão extraordinária de 57,6 milhões de euros destinada a fazer face aos encargos relacionados com a operação de fusão do BIC.

A evolução apresentada pelos custos operativos decorre, no essencial, do facto de estarem influenciados pela fusão do BIC e da Crediflash. Em base comparável os custos registaram um crescimento significativamente menor (+2,5%), com reflexo muito positivo na evolução dos indicadores de produtividade e eficiência.

Indicadores de produtividade e eficiência

	2005	2005 em base comparável ⁽¹⁾	2006	Variação em base comparável
Cost to Income (com mercados)	54,7%	56,8%	55,3%	-1,5p.p.
Cost to Income (sem mercados)	73,9%	70,6%	64,9%	-5,7p.p.
Activos Totais ⁽²⁾ por Empregado (euro.000)	11 732	9 827	11 284	14,8%

(1) Valores ajustados pelos efeitos da fusão do BIC e da Crediflash.
(2) Activo líquido + Asset Management + Crédito Securitizado.

7.2.4 Proposta de Distribuição de Resultados do BES

Nos termos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 30.º dos Estatutos, propõe-se para aprovação da Assembleia Geral, a seguinte aplicação dos resultados do exercício:

Proposta de distribuição de resultados

	(euros)
Para reserva legal	26 000 000,00
Para distribuição aos Accionistas	200 000 000,00
Para outras reservas	31 451 170,53
Resultado Líquido	257 451 170,53

O dividendo relativo aos resultados de 2006 corresponde a um valor bruto por acção de 0,40 euros para a totalidade das acções existentes no final do exercício.

7.3 Análise Financeira das Principais Unidades de Negócio

7.3.1 Banca



Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.

Sede Social Rua Alexandre Herculano, 38 • 1269-161 Lisboa / **Capital Social** 70 000 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 100%

O BES Investimento teve uma performance muito positiva em 2006, com o produto bancário a crescer 30,5% face ao ano transacto, atingindo um total de 164,1 milhões de euros, dos quais cerca de 40% foram gerados na actividade internacional. Por sua vez, o resultado líquido foi de 60,0 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 20,0% comparativamente a 2005. Reflexo directo deste bom resultado, o ROE foi de 29%, enquanto o rácio *Cost to Income* atingiu 45,2%, cerca de 5 p.p. inferior ao do exercício anterior.

No geral, a actividade desenvolveu-se de forma muito positiva na maioria das áreas de negócio, sendo de referenciar o número crescente de operações desenvolvidas nos mercados internacionais. Também do ponto de vista qualitativo a actividade desenvolvida pelo BES Investimento mereceu elevado reconhecimento internacional, com a atribuição de diversos prémios e referências de prestígio, designadamente:

- “*Renewable Deal of the Year 2006*” pela *Project Finance International* relativamente à liderança do financiamento da transacção do portfolio de Renováveis da Enersis;
- “*Transportation Deal of the Year 2006*” pela *Project Finance International*, relativamente à liderança do financiamento da transacção Auto – estrada M6 no Reino Unido;
- “*Best Investment Bank in Portugal – Real Estate Investment Banking*”, pela Euromoney e
- “*Best recommendation for Iberian Companies*” pela AQ Research.

Valores consolidados (milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	3 634 889	4 589 762	26,3%
Capital e Reservas	175 622	183 815	4,7%
Crédito a Clientes (bruto)	981 092	1 406 360	43,3%
Depósitos de Clientes	1 414 201	1 341 983	-5,1%
Produto Bancário	125 798	164 139	30,5%
Resultado do Exercício	50 019	60 014	20,0%



Banco Espírito Santo dos Açores, S.A.

Sede Social Rua Hintze Ribeiro, 2 – 8 • 9500-049 Ponta Delgada / **Capital Social** 17 500 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 57,53%

O BES dos Açores viu reforçada a sua estrutura accionista com a entrada da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste.

Ao longo do ano continuou a sua política de aproximação à Sociedade através da celebração de vários protocolos, destacando-se o assinado com a Associação dos Imigrantes dos Açores, enquadrado no projecto Novos Residentes. Ainda neste âmbito apoiou e participou no I Fórum Nacional das Estruturas representativas dos Imigrantes realizado em Ponta Delgada.

Na área da emigração o BES dos Açores celebrou protocolos com a Caixa Económica dos Portugueses de Montreal e com o Portuguese Canadian Crédit Union, como forma de promover uma maior aproximação aos emigrantes açorianos.

O ano de 2006 caracterizou-se pelo desenvolvimento de inúmeras acções de índole comercial que impulsionaram o crescimento do Banco, sendo de salientar a evolução registada nos depósitos de Clientes (+19,6%) e no crédito concedido a Clientes (+14,5%), com especial destaque para o crédito à habitação (+22,4%). Relevante ainda a evolução registada pelo *Cost to Income* (-6,3p.p.) ao situar-se em 46,7% no final do ano. O exercício encerrou com um activo líquido de 388,5 milhões de euros tendo-se apurado um resultado líquido de 4,0 milhões de euros o que representa um crescimento, relativamente a 2005, de 25,6% e 7,0%, respectivamente.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	309 223	388 546	25,6%
Capital e Reservas	26 058	27 453	5,4%
Crédito sobre Clientes (bruto)	248 056	283 971	14,5%
Depósitos de Clientes	203 517	243 369	19,6%
Produto Bancário	11 909	12 617	5,9%
Resultado do Exercício	3 754	4 015	7,0%



Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha)

Sede Social Serrano, 88 • 28006 Madrid - Espanha / **Capital Social** 86 600 milhares de euros
Participação do Grupo BES 100%

O ano de 2006 correspondeu ao arranque do Projecto Ibéria no Banco Espírito Santo. Este projecto representa uma forte aposta em Espanha e tem como horizonte temporal o período de 2006-2010, visando implementar uma estratégia de crescimento sustentada por um posicionamento de maior eficiência e competitividade, de acordo com o nível de exigência da qualidade dos serviços prestados aos Clientes em Espanha e em Portugal.

A estratégia de crescimento tem como objectivo potenciar o negócio em três segmentos chave para o banco, nomeadamente o *private banking*, banca de afluentes e a banca de empresas, com uma perspectiva de serviço ibérico. Neste sentido e de forma a aproveitar sinergias, foi decidido que o Banco Espírito Santo (Espanha) adoptasse a forma jurídica de sucursal do BES.

Os depósitos de Clientes atingiram 1 490 milhões de euros e o crédito concedido a Clientes elevou-se a 2 066 milhões de euros que equivale um crescimento de 42,0 %. O volume de negócio da banca de empresas foi de 1 913 milhões de euros e o da banca de afluentes e *private banking* de 4 219 milhões de euros.

Valores consolidados	(milhares de euros)		
Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	2 490 757	3 757 208	50,8%
Capital e Reservas	86 600	86 600	0,0%
Crédito sobre Clientes	1 455 381	2 066 463	42,0%
Depósitos de Clientes	1 344 619	1 489 900	10,8%
Produto Bancário	49 831	59 710	19,8%
Resultado do Exercício	1 443	8 623	...



Banco Espírito Santo Angola, S.A.R.L.

Sede Social Rua Guilherme Pereira Inglês n.º 43 - 1º / CP 6459 Luanda - Angola
Capital Social 10 milhões de \$US (7 593 milhares de euros) / **Participação do Grupo BES** 79,96%

A actividade do Banco Espírito Santo Angola (BESA) decorreu num clima de enorme estabilidade macroeconómica e com um acentuado aumento da concorrência, originado pela entrada de novos bancos no mercado angolano. A descida da taxa de inflação foi acompanhada por uma forte redução das taxas de juro com reflexos na redução das margens.

Com quatro anos de actividade o BES Angola melhorou a sua cobertura geográfica, dispondo actualmente de dezassete agências em seis províncias de Angola. A inauguração do edifício sede dotou o Banco, de instalações necessárias ao crescimento acentuado que tem tido desde a sua constituição, apresentando-se como a instituição que tem apresentado os melhores índices de rentabilidade e os melhores rácios de eficiência.

Sendo um Banco de cariz universal, tem dado particular atenção às necessidades das empresas que pretendem investir em Angola, através de aconselhamentos sobre o mercado angolano e financiamentos ao investimento. A melhoria dos serviços aos Clientes particulares passou também pela disponibilização de novos produtos.

O resultado líquido situou-se em 34,0 milhões de euros, fortemente afectado pela desvalorização cambial do USD face ao euro; os depósitos de Clientes atingiram 505,2 milhões de euros, valor que representou um aumento de 56,7% face a 2005; o crédito a Clientes totalizou os 233 milhões de euros; o rácio *Cost to income* evoluiu para 37,8% enquanto a situação líquida atingiu 67,8 milhões de euros (39,5 milhões de euros em Dez. 05).

	(milhares de euros)		
Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	390 806	604 097	54,6%
Capital e Reservas	2 931	33 825	...
Crédito sobre Clientes (bruto)	96 680	229 952	137,8%
Depósitos de Clientes	322 484	505 233	56,7%
Produto Bancário	56 307	58 932	4,7%
Resultado do Exercício	34 561	34 011	-1,6%



Espírito Santo Bank

Sede Social 1395 Brickell Avenue • Miami, Florida 133131 EUA / **Capital Social** 16 973 milhares de \$US (12 296 milhares de euros) / **Participação do Grupo BES** 98,45%

O Espírito Santo Bank continuou a desenvolver o seu plano estratégico em torno do fortalecimento do resultado financeiro decorrente da aposta no crescimento do crédito em segmentos específicos, no aumento dos proveitos relacionados com a oferta de produtos e na prestação de serviços aos Clientes *private*, em estreita articulação com a *broker/dealer*, e na diversificação da base de depósitos e do *funding*.

A carteira de crédito, em que se tem apostado nos segmentos de bom risco, experimentou um crescimento significativo baseado, sobretudo, na expansão do crédito à habitação a particulares, no crédito imobiliário comercial e no negócio relacionado com as ECA (Export Credit Agencies). O Banco registou um resultado negativo que foi fortemente influenciado pelos seguintes acontecimentos não recorrentes: custos relacionados com a implementação dos projectos Basileia II e Sarbanes Oxley, perdas na alienação de títulos e custos relacionados com o edifício Sede.

A *broker/dealer* Espírito Santo Financial Services experimentou um crescimento de proveitos na ordem dos 80% suportado fundamentalmente pelo incremento da actividade de serviços de custódia de títulos.

Os recursos de Clientes particulares sob gestão registaram um crescimento, em base anual, de cerca de 5%.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	363 861	330 994	-9,0%
Capital e Reservas	30 302	26 262	-13,3%
Crédito sobre Clientes (bruto)	229 986	258 237	12,3%
Depósitos de Clientes	238 696	228 943	-4,1%
Produto Bancário	13 015	11 206	-13,9%
Resultado do Exercício	(0.3)	(1.3)	...



Banco Espírito Santo do Oriente, S.A.

Sede Social Av. Dr. Mário Soares, n.º 323 • Edifício Banco da China, 28.º A e E-F - Macau
Capital Social 200 milhões de MOP (18 961 milhares de euros) / **Participação do Grupo BES** 99,75%

O Sudeste Asiático continuou a evidenciar um crescimento económico muito superior ao verificado tanto nos Estados Unidos da América como na União Europeia. Assim, num contexto económico favorável, o BES Oriente tem vindo a reforçar o seu posicionamento nos mercados local e regional, assumindo como objectivos estratégicos, apoiar os Clientes do Grupo BES na sua actividade empresarial desenvolvida nesta Região, bem como potenciar sinergias de negócio entre as áreas financeira e não-financeira do Grupo, privilegiando a iniciativa do Governo Central da República Popular da China (RPC) em considerar Macau como a plataforma para a cooperação económica entre a RPC e os países de língua portuguesa.

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) deverá apresentar, em termos homólogos, um crescimento do PIB de aproximadamente 15%, impulsionado pelo contínuo crescimento da Indústria do turismo e do jogo/entretenimento, pelas importantes obras infra-estruturantes que têm vindo a ser promovidas no território e pelas condições excepcionais negociadas com o Governo Central da RPC (Acordos CEPA, Vistos Individuais) e com diversas províncias chinesas. De salientar que o desenvolvimento da RAEM tem estado igualmente alicerçado na forte procura de imobiliário comercial e particular, permitindo que a construção civil no território continue a evidenciar taxas de crescimento excepcionais.

O BES Oriente manteve um crescimento sustentado, com o total do activo líquido a apresentar um aumento de 21,9% não obstante se ter verificado uma desvalorização de 12% da pataca face ao euro. O resultado líquido do exercício cifrou-se em 1 575 milhares de euros, com as áreas de crédito e de recursos de Clientes a evidenciarem crescimentos significativos de, respectivamente, 33,1% e 10,1% em termos homólogos.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	78 386	95 516	21,9%
Capital e Reservas	26 831	26 508	-1,2%
Crédito sobre Clientes (bruto)	36 441	48 492	33,1%
Depósitos de Clientes	10 079	11 094	10,1%
Produto Bancário	4 488	3 573	-20,4%
Resultado do Exercício	2 731	1 575	-42,3%



**Banque Espirito Santo
et de la Vénétie**

Banque Espirito Santo et de la Vénétie, S.A.

Sede Social 45, Avenue Georges Mandel • 75116 Paris - França / **Capital Social** 52 154 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 40,00%

Durante o ano de 2006, o BES Vénétie imprimiu um maior dinamismo à sua actividade, desenvolvendo consideravelmente o sector de financiamento de operações imobiliárias (essencialmente a curto e médio prazo), para além de manter a sua tradicional actividade nos sectores da banca de empresas, da banca de engenharia financeira orientada para a montagem ou participação em operações de *leveraged finance* e banca da comunidade portuguesa residente em França.

Paralelamente ao desenvolvimento da sua actividade comercial o Banco reforçou a sua base de recursos, nomeadamente a médio prazo.

O produto bancário atingiu 32,7 milhões de euros, representando um crescimento de 16,2% enquanto o resultado antes de impostos e distribuição de resultados aos empregados atingiu 15 milhões de euros, representando um aumento de 39,2% face a 2005, fixando-se o resultado líquido em 8,2 milhões de euros. O *Cost to Income* evoluiu favoravelmente para 47,1% (50,9% em 2005).

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	1 247 066	1 216 063	-2,5%
Capital e Reservas	66 901	75 058	12,2%
Crédito sobre Clientes (bruto)	857 199	931 102	8,6%
Depósitos de Clientes	154 709	165 127	6,7%
Produto Bancário	28 114	32 661	16,2%
Resultado do Exercício	10 869	8 208	-24,5%
<i>Cost to Income</i>	50,9%	47,1%	-3,8pp



BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A.

Sede Social Rua Alexandre Herculano, 38 • 1250-011 Lisboa / **Capital Social** 63 000 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 66,00%

No exercício de 2006 o Banco BEST reforçou substancialmente a sua oferta de produtos de *asset management* com especial ênfase na área de fundos de investimento, sendo de realçar também a actividade de *trading* de valores mobiliários. Face ao ano anterior, a base de Clientes cresceu 12% para cerca de 45 mil Clientes e os activos sob gestão aumentaram 42%, ultrapassando os 782 milhões de euros no final do ano.

O número de fundos de investimento disponíveis para subscrição mais do que duplicou (1 019 fundos de 29 sociedades gestoras) permitindo uma cobertura eficaz de todas as possíveis estratégias de investimento. Entre estes destacam-se o primeiro fundo de *Private Equity*, com liquidez diária comercializado em Portugal para investidores particulares e o primeiro FEI de *Commodities*, igualmente dispondo de liquidez diária. Desta forma, o valor total de activos de Clientes investidos em fundos aumentou 52% face ao ano anterior, permitindo ao BEST atingir no final do exercício, pela primeira vez desde o seu início de actividade, o primeiro lugar na quota de mercado de fundos de investimento estrangeiros, segundo dados da Comissão de Mercados de Valores Mobiliários.

Na área de *trading* de títulos foi alargada a oferta para REITs (*Real Estate Investment Trusts*) e ETFs (*Exchange Traded Funds*), proporcionando aos clientes uma maior diversificação das alternativas de investimento. No primeiro caso trata-se de uma novidade em Portugal que permite investir directamente em activos imobiliários em todo o mundo de forma independente da evolução dos mercados financeiros, e no segundo caso refere-se à maior e mais abrangente oferta disponível no mercado nacional. Disponibilizou-se também a Conta Margem, uma novidade nacional que permite aos Clientes particulares, com perfil de investimento mais dinâmico, alavancar o investimento simultaneamente em fundos de investimento e acções cotadas com recurso a um financiamento com o *spread* mais atractivo do mercado.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	256 894	323 617	26,0%
Capital e Reservas	27 246	23 227	-14,8%
Depósitos de Clientes	182 130	246 806	35,5%
Produto Bancário	5 677	10 771	89,7%
Resultado do Exercício	(6 174)	(1 574)	...
Activos de Clientes Particulares sob Gestão	551 025	782 150	41,9%

7.3.2 Gestão de Activos Financeiros



Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S.A.

Sede Social Av. Álvares Cabral, 41 • 1250-015 Lisboa / **Capital Social** 11 750 milhares de euros
Participação do Grupo BES 85,00%

A Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS (ESAF) empresa do Grupo BES dedicada à actividade de *Asset Management* exerce a sua acção em Portugal, Espanha e Luxemburgo através de sociedades especializadas constituídas para o efeito.

No final do ano, o volume global de activos sob gestão atingiu mais de 19,6 mil milhões de euros, reflectindo um crescimento homólogo de quase 24%. Este crescimento ficou a dever-se à estratégia adoptada de dinamização da oferta de produtos com o lançamento de três novos fundos de investimento mobiliário, dezoito fundos de investimento imobiliário fechados, bem como os novos mandatos de gestão de CDO (*collateralized debt obligation*) contratados à sua subsidiária ESAF- Espírito Santo Gestão de Patrimónios.

No Luxemburgo, há a destacar o aumento dos activos sob gestão em mais de 100 milhões de euros em resultado do lançamento de dois novos fundos de investimento mobiliário: *ABS Opportunity Fund* e *Caravela Global Compass*.

Em Espanha, o volume total de activos sob gestão ascendeu em 31 de Dezembro de 2006 a mais de 2,1 mil milhões de euros, representando um aumento de 15% face ao ano anterior, sendo de realçar o crescimento de 19% da actividade de gestão discricionária e 12% da actividade de gestão de fundos mobiliários.

O resultado consolidado do exercício apresenta um crescimento de 12% resultante do aumento dos volumes dos activos sob gestão e do alargamento da oferta de produtos.

Valores consolidados	(milhares de euros)		
	Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006
Activo Líquido	75 422	85 200	13,0%
Capital e Reservas	25 787	34 523	33,9%
Produto Bancário	38 537	45 129	17,1%
Resultado do Exercício	20 326	22 911	12,7%
Activos sob Gestão (milhões de euros)	15 865	19 647	23,8%

7.3.3 Seguros



BES Vida- Companhia de Seguros, S.A.

Sede Social Avenida da Liberdade, 230 • 1250 - 142 Lisboa / **Capital Social** 250 000 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 50,00%

No dia 27 de Junho de 2006 foi concretizado o reforço da parceria entre o Grupo BES e o Crédito Agricole adquirindo cada uma das partes 50% do capital social da Tranquilidade-Vida, assumindo o Crédito Agricole o controlo da respectiva gestão. A partir desta data foi alterada a designação da empresa para BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.. A *performance* da BES Vida reflecte as orientações estratégicas que têm sido seguidas, considerando fundamental consolidar a sua posição sobretudo no mercado da "reforma", onde é líder. A produção total foi de 1,3 mil milhões de euros, um acréscimo de 15,8% face a 2005. No segmento dos PPR's, com uma produção de 515,7 milhões de euros (+8,7%), alcançou-se uma quota de mercado de 26,5%, mantendo pelo décimo ano consecutivo a liderança neste segmento. Os produtos tradicionais, totalizaram 54 milhões de euros (+9,6%), com uma quota de mercado de 7,1% (6,8% em 2005) enquanto os produtos de capitalização, com uma produção de 721,4 milhões de euros (+22,1%), registaram um aumento da quota de mercado para 12,3% (8,6% em 2005). As provisões matemáticas no montante de 6,2 mil milhões de euros (+12,5%), apresentam um acréscimo de 694,8 milhões de euros no final do exercício. A BES Vida apresentou um resultado líquido de 115,0 milhões de euros (+236,8%). Sem considerar os efeitos extraordinários no resultado, como foram a alienação do canal mediador, no valor de 50 milhões de euros, e a mais valia de 42 milhões de euros resultante da alienação dos títulos BES, conforme estabelecido no acordo de parceria, o resultado da BES Vida seria de 42,3 milhões de euros, um acréscimo de 23,7% face a 2005. O crescimento verificado nos custos de exploração resultou da realização de despesas excepcionais, como foram a mudança da sede, a alteração da imagem e alienação do canal mediador, que em nada alteraram a rigorosa política de controlo dos custos que tem vindo a ser implementada. O capital próprio atingiu os 329 milhões de euros (aumento de 52 milhões de euros) reforçando a solidez financeira, evidenciada no crescimento do rácio de cobertura da margem de solvência, que passou de 157% em 2005, para os actuais 173%.

Valores consolidados	(milhares de euros)		
	Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006
Activo Líquido	6 421 547	684 2137	6,5%
Capital e Reservas	277 082	329 285	18,8%
Prémios Brutos Emitidos	573 206	586 900	2,4%
Indemnizações	611 085	653 620	7,0%
Custos de Exploração	15 798	24 487	55,0%
Resultado do Exercício	34 157	115 048	236,8%



BES - Companhia de Seguros, S.A.

Sede Social Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 75 - 11º • 1070 - 061 Lisboa / **Capital Social** 15 000 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 25,00%

No âmbito do reforço da parceria entre a Espírito Santo Financial Group e o Crédit Agricole na área de bancasseguros em Portugal, em 27 de Junho de 2006, verificou-se a alteração do nome da sociedade Espírito Santo, Companhia de Seguros, SA (Espírito Santo Seguros), passando a designar-se por BES, Companhia de Seguros, SA (BES Seguros). Na mesma data, 50% do capital social da Companhia passou a ser detido pelo Crédit Agricole ficando este com o controlo de gestão da empresa; os restantes 50% são detidos pelo BES e pela Companhia de Seguros Tranquilidade.

Independentemente destas alterações, a BES Seguros deu continuidade à sua actividade na área de bancasseguros, equipando os Clientes particulares da banca com os produtos de base de seguros não-vida. A produção total foi de 49 460 contratos, atingindo uma carteira de cerca de 337 mil contratos em vigor.

Apesar do fraco crescimento dos prémios brutos emitidos, à semelhança do verificado para o total do mercado de seguros não-vida, a manutenção do resultado técnico global num bom nível e o controlo dos custos operacionais permitiu à BES Seguros atingir um resultado líquido em 2006 superior a 4,5 milhões de euros, representando 7,4% dos prémios brutos emitidos e um crescimento homólogo de 5,8%. O rácio combinado após resseguro foi de 94,3%, mantendo-se num excelente nível, conseguindo mesmo uma melhoria face aos 94,7% verificados em 2005. O capital próprio ascendeu a cerca de 24 milhões de euros, aumentando 8,6% relativamente ao verificado em 2005.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores ⁽¹⁾	2005	2006	Var.
Activo Líquido	79 103	88 908	12,4%
Capital e Reservas	22 037	23 928	8,6%
Prémios Brutos Emitidos	61 798	62 188	0,6%
Custos com Sinistros ^(*)	41 782	41 636	-0,3%
Custos de Exploração Líquidos	11 378	11 953	5,1%
Resultado do Exercício	4 324	4 576	5,8%

(*) Líquidos de resseguro, incluindo custos de gestão de sinistros.

(1) Dados de acordo com o plano de contas para o sector segurador.



Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.

Sede Social Avenida Álvares Cabral, 41 - 3º • 1250 - 015 Lisboa / **Capital Social** 5 000 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 23,00%

No exercício em análise a Europ Assistance registou mais um ano de crescimento assinalável, mantendo a sua quota no mercado de assistência a um nível próximo dos 30%.

O total de prémios brutos emitidos alcançou os 25,5 milhões de euros, o que representa um considerável crescimento de 14,6% relativamente ao ano anterior. Esta *performance* é tanto mais de realçar quanto a conjuntura é adversa, seja em termos da economia do país que permanece com crescimentos marginais, seja em termos do mercado de assistência no qual a empresa enfrenta uma concorrência extraordinariamente agressiva. Os prémios líquidos, por sua vez, apresentaram um crescimento de 13,1% alcançando o valor de 23,2 milhões de euros. Comercialmente o ano ficou marcado pela conquista de alguns Clientes de dimensão importante e pela manutenção da base de Clientes existente, através de um esforço contínuo de fidelização e de procura de novos produtos e novas soluções que respondam às necessidades do mercado.

Em 2006 verificou-se um significativo aumento da sinistralidade, acentuando a tendência já observada nos últimos anos, fruto da maior divulgação dos serviços de assistência e das condições meteorológicas particularmente severas que se fizeram sentir no Verão (temperaturas muito elevadas) e no Outono (chuvas intensas). Ao longo do ano foram abertos mais de 460 mil processos de assistência, tendo sido recebidas cerca de 1 350 mil chamadas. O controlo de custos foi claramente uma prioridade da gestão incidindo quer sobre os custos com sinistros, quer sobre os custos fixos de estrutura. O exercício encerrou com um resultado líquido de 1 082 milhares de euros.

Na vertente internacional, registou-se novamente um resultado significativo na filial brasileira; a subsidiária na Argentina apresentou, pelo segundo ano consecutivo, resultados positivos; e no primeiro ano completo de actividade, a filial do Chile apresentou, naturalmente, um pequeno prejuízo.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	23 892	29 164	22,1%
Capital e Reservas	8 199	8 996	9,7%
Prémios Brutos Emitidos	22 220	25 468	14,6%
Resultado do Exercício	1 060	1 082	2,1%

7.3.4 Crédito Especializado



Besleasing e Factoring

Besleasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Sede Social Av. Álvares Cabral, 27 - 1.º • 1269-140 Lisboa / **Capital Social** 49 114 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 89,36%

Os sectores nacionais do *leasing* e *factoring* evidenciaram um crescimento da actividade, tendo a produção da empresa ultrapassado o ritmo de evolução do mercado, contando com a importante colaboração da rede comercial bancária do Grupo BES. A empresa revelou um crescimento superior ao do ano transacto, mantendo o segundo lugar do *ranking* em qualquer dos segmentos e alcançando no *leasing* mobiliário uma produção de 538 milhões de euros (+17,0%) e no *leasing* imobiliário 521 milhões de euros (+29,0%). No *factoring* e na gestão de pagamentos a fornecedores (*confirming*) a produção totalizou 3,5 mil milhões de euros (+12,4%), atingindo 1,3 mil milhões de crédito sob gestão (+19,9%). Globalmente, a produção foi de 4,6 mil milhões de euros correspondendo a um crescimento homólogo de 14,6%, com uma quota de mercado de 18,7% no *leasing* e de 22,2% no *factoring*.

O acentuado crescimento da produção conduziu a um aumento expressivo da carteira de crédito, em 456 milhões de euros (+17,0%) atingindo-se um resultado líquido de 13,2 milhões de euros. Este resultado foi também reflexo do crescimento do produto *lease/factor* (+3,7%), que conjugado com a política de contenção de custos operativos, cujo aumento (+ 0,6%) se situou muito abaixo da taxa de inflação, permitiu melhorar e fixar o *Cost to income* em 31,0%. A empresa continuou a pôr em prática uma política rigorosa na concessão de crédito tendo o crédito vencido em relação ao crédito concedido mantido praticamente o mesmo nível (1,36%) do observado no ano anterior.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	2 746 957	3 244 268	18,1%
Capital e Reservas	69 689	72 784	4,4%
Crédito sobre Clientes (bruto)	2 684 381	3 140 359	17,0%
Produto <i>Lease / Factor</i>	42 213	43 763	3,7%
Resultado do Exercício	12 962	13 244	2,2%
LEASING IMOBILIÁRIO			
Contratos Iniciados (nº)	630	647	2,7%
Valor	403 473	520 603	29,0%
LEASING MOBILIÁRIO			
Contratos Iniciados (nº)	8 384	7 824	-6,7%
Valor	459 799	537 866	17,0%
FACTORING			
Carteira de Crédito Tomado (bruto)	3 110 246	3 494 409	12,4%
Carteira de Crédito sob Gestão	1 111 561	1 332 865	19,9%



Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.

Sede Social Lagoas Park Edifício 11 – 3º Piso • 2740-244 Porto Salvo / **Capital Social** 5 250 milhares de euros / **Participação do Grupo BES** 45,00%

O exercício de 2006 manteve o ciclo de crescimento e dinamismo no negócio colocando a empresa como um dos principais *players* de mercado.

A Locarent emprega actualmente 52 trabalhadores divididos por duas grandes áreas geográficas que no seu conjunto são responsáveis por cerca de 10 mil viaturas sob gestão, que equivalem aproximadamente a 235 milhões de euros em termos de valor de aquisição e que estão distribuídos por cerca de 4 mil Clientes.

Este ritmo e tendência só foi possível fruto da relação estabelecida com as redes de distribuição bancárias permitindo um aumento da penetração do *renting* quer no segmento de empresas, quer no segmento de particulares, num ano particularmente adverso marcado pela queda nas vendas do mercado automóvel.

Na linha das orientações traçadas para este exercício foi possível dar continuidade à redução dos resultados líquidos negativos, registando a Locarent resultados positivos no meses de Novembro e Dezembro, projectando definitivamente o *break-even* para 2007 e desta forma antecipar as previsões estimadas no plano de negócios.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	134 933	216 036	60,1%
Capital e Reservas	5 354	5 354	0,0%
Imobilizado	117 840	196 899	67,1%
Resultado do Exercício	(2 381)	(940)	...

7.3.5 Outras



ES Tech Ventures – SGPS, S.A.

Sede Social Av. da Liberdade, 195 • 1250-142 Lisboa / **Capital Social** 750 000 milhares de euros

Participação do Grupo BES 100%

O ano de 2006 ficou marcado por um aumento significativo no número e na qualidade dos projectos de investimento analisados pela ES Ventures, sendo de realçar a constituição do Fundo de Capital de Risco ES Ventures II, aberto a investidores qualificados fora do universo do Grupo BES, com o objectivo de reforçar o investimento em empresas *early-stage* de base tecnológica ou com conceitos de negócio inovadores. Este fundo, que se prevê atingir 100 milhões de euros de capital, viu já subscritos 55 milhões de euros. O total investido pelo fundo, em Dezembro, ascende a 15,9 milhões de euros, tendo tomado participações no capital das seguintes entidades: (i) YDreams S.A., uma empresa portuguesa que desenvolve soluções tecnológicas inovadoras na área da comunicação, educação, entretenimento e ambiente; (ii) Global Active S.A., uma empresa especialista em sistemas florestais e agro-pecuários, em gestão ambiental e na optimização de sistemas energéticos; (iii) Inovamais S.A., empresa portuguesa que integra a maior rede privada europeia de serviços de inovação; (iv) Coreworks S.A. e da Chipidea S.A., empresas de projecto de circuitos integrados para produtos de grande consumo; e (v) Nanosolar Inc e da Ultracell Inc, empresas tecnológicas norte-americanas que desenvolvem e comercializam soluções, respectivamente, para a área das células fotovoltaicas e das pilhas de combustível.

De referir ainda o desempenho do *pmelink.pt*, primeiro centro de negócios *online* em Portugal para pequenas e médias empresas e que decorre da parceria com os Grupos CGD e Portugal Telecom, que superou os 20 milhões de euros em termos de valor intermediado, o que representa um crescimento homólogo de 25%. A facturação total ultrapassou os 13,7 milhões de euros, crescendo cerca de 21% relativamente a 2005.

A ES Tech Ventures integra ainda participações na área internacional do Grupo, designadamente no BES Vénétie e na Bradespar.

(milhares de euros)

Variáveis de Gestão e Indicadores	2005	2006	Var.
Activo Líquido	210 410	149 630	-28,9%
Capital e Reservas	50 579	33 544	-33,7%
Carteira de Participações	177 344	124 203	30,0%
Resultado do Exercício	(515)	17 783	...

8.0 Nota Final

O conteúdo do presente relatório obedece às exigências normativas aplicáveis, sendo a sua elaboração da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A.

O Conselho de Administração gostaria de manifestar o reconhecimento da confiança que os Clientes, Colaboradores, Accionistas e Entidades de Supervisão depositaram no BES e nas demais instituições financeiras do Grupo. A confiança dos nossos Clientes foi indispensável para que o Grupo continuasse a crescer a ritmos significativos nas principais áreas de negócio; a confiança dos nossos Accionistas no projecto empresarial Grupo BES foi determinante para que o aumento de capital atingisse todos os objectivos fixados para a sua concretização; a participação e empenho dos Colaboradores foram indispensáveis para a performance alcançada em 2006 e serão determinantes para que o Grupo atinja no futuro as metas fixadas.

Às Autoridades Governamentais e de Supervisão, o Conselho de Administração deixa expresso o seu agradecimento pela cooperação e confiança que têm dispensado ao Grupo Banco Espírito Santo.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2007

O Conselho de Administração

António Luís Roquette Ricciardi
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent
Mário Mosqueira do Amaral
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
José Manuel Ferreira Neto
Manuel de Magalhães Villas-Boas
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Pedro José de Sousa Fernandes Homem
Patrick Gérard Daniel Coudène
Mário Martins Adegas
Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena
Lázaro de Mello Brandão
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
Bernard Henri Georges De Witt
José Manuel Ruivo da Pena
Jean Frédéric de Leusse
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
Bernard Delas
Miguel António Igrejas Horta e Costa
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
Alberto Alves de Oliveira Pinto
José Eduardo Moura da Silva Freixa





Coleção BESart • Cândida Höder
"Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra III", 2006 • C-Print 260x200 cm

02'

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ÀS CONTAS

MUITOS CONTRIBUTOS,
UM OBJECTIVO COMUM. A DIVERSIDADE FEITA
SATISFAÇÃO E RESULTADO.

BES'06



1.0 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas

1.1 Demonstração dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2006

	Dez. 05 (eur '000)	Dez. 06 (eur '000)
Juros e rendimentos similares	2 027 285	2 591 104
Juros e encargos similares	<u>1 286 658</u>	<u>1761 583</u>
Margem financeira	<u>740 627</u>	<u>829 521</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	38 868	41 553
Rendimentos de serviços e comissões	486 048	548 264
Encargos com serviços e comissões	62 491	79 448
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	10 551	(1 204)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	92 321	165 183
Resultados de reavaliação cambial	92 007	60 485
Resultados de alienação de outros activos	34 843	15 317
Outros resultados de exploração	<u>97 255</u>	<u>114 396</u>
Produto da actividade	<u>1 530 029</u>	<u>1 694 067</u>
Custos com pessoal	453 727	478 200
Gastos gerais administrativos	327 168	344 128
Amortizações do exercício	80 279	69 019
Provisões líquidas de reposições e anulações	75 005	51 039
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	219 916	181 555
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	25 252	7 097
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	429	2 178
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	<u>7 695</u>	<u>10 770</u>
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	<u>355 948</u>	<u>571 621</u>
Impostos		
Correntes	76 791	85 942
Diferidos	<u>(10 920)</u>	<u>49 522</u>
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	<u>290 077</u>	<u>436 157</u>
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Interesses minoritários	<u>9 596</u>	<u>15 443</u>
Resultado consolidado do exercício	<u>280 481</u>	<u>420 714</u>

O Director do Departamento de
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

1.2 Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2006

	Dez. 05 (eur '000)	Dez. 06 (eur '000)
ACTIVO		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 005 008	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	655 180	672 976
Activos financeiros detidos para negociação	2 995 743	4 192 458
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 746 898	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	3 808 554	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	6 164 044	7 588 049
Crédito a clientes	30 832 124	34 882 505
(Provisões)	(829 874)	(869 327)
Investimentos detidos até à maturidade	596 840	593 171
Activos com acordo de recompra	-	-
Derivados de cobertura	124 505	178 653
Activos não correntes detidos para venda	157 536	-
Propriedades de investimento	-	-
Outros activos tangíveis	363 092	382 929
Activos intangíveis	71 940	68 652
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	62 374	571 563
Activos por impostos correntes	13 089	14 094
Activos por impostos diferidos	42 210	79 767
Outros activos	1 582 704	2 078 786
TOTAL DO ACTIVO	<u>50 221 841</u>	<u>59 138 806</u>
PASSIVO		
Recursos de Bancos Centrais	654 316	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	1 271 732	1 308 524
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	6 264 892	6 827 386
Recursos de clientes e outros empréstimos	20 753 083	21 993 671
Responsabilidades representadas por títulos	14 402 291	19 030 469
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-
Derivados de cobertura	111 098	238 612
Passivos não correntes detidos para venda	112 428	-
Provisões	155 356	139 882
Passivos por impostos correntes	48 945	39 356
Passivos por impostos diferidos	46 411	168 670
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	2 367 597	2 239 816
Outros passivos	1 004 080	1 286 794
TOTAL DO PASSIVO	<u>47 192 229</u>	<u>54 316 355</u>
CAPITAL		
Capital	1 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	300 000	668 851
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	(96 247)	(63 732)
Acções preferenciais	600 000	600 000
Reservas de reavaliação	365 691	512 042
Outras reservas e resultados transitados	(26 065)	97 997
Resultado do exercício	280 481	420 714
Dividendos antecipados	-	-
Interesses minoritários	105 752	86 579
TOTAL DO CAPITAL	<u>3 029 612</u>	<u>4 822 451</u>
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	<u>50 221 841</u>	<u>59 138 806</u>

O Director do Departamento de
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

1.3 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Juros e proveitos similares	5	2 591 104	2 027 285
Juros e custos similares	5	1 761 583	1 286 658
Margem financeira		829 521	740 627
Rendimentos de instrumentos de capital		41 553	38 868
Rendimentos de serviços e comissões	6	548 264	486 048
Encargos com serviços e comissões	6	(79 448)	(62 491)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(1 204)	10 551
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	165 183	92 321
Resultados de reavaliação cambial	9	60 485	92 007
Resultados de alienação de outros activos financeiros		3 937	34 843
Outros resultados de exploração	10	114 396	97 255
Proveitos operacionais		1 682 687	1 530 029
Custos com pessoal	11	478 200	453 727
Gastos gerais administrativos	13	344 128	327 168
Depreciações e amortizações	25 e 26	69 019	80 279
Provisões líquidas de anulações	32	51 039	75 005
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	181 555	219 916
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19, 20 e 22	7 097	25 252
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	28	2 178	429
Custos operacionais		1 133 216	1 181 776
Alienação de subsidiárias e associadas	1	11 380	-
Resultados de associadas	27	10 770	7 695
Resultado antes de impostos		571 621	355 948
Impostos			
Correntes	33	85 942	76 791
Diferidos	33	49 522	(10 920)
		135 464	65 871
Resultado líquido do exercício		436 157	290 077
Atribuível aos accionistas do Banco		420 714	280 481
Atribuível aos interesses minoritários	37	15 443	9 596
		436 157	290 077
Resultados por acção básicos (em euros)	14	1,02	0,96
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	1,02	0,96

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 084 927	1 005 008
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	672 976	655 180
Activos financeiros detidos para negociação	17	4 192 458	2 995 743
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	1 498 592	1 746 898
Activos financeiros disponíveis para venda	19	5 251 684	3 808 554
Aplicações em instituições de crédito	20	7 588 049	6 164 044
Crédito a clientes	21	34 882 505	30 832 124
Investimentos detidos até à maturidade	22	593 171	596 840
Derivados de cobertura	23	178 653	124 505
Activos não correntes detidos para venda	24	-	157 536
Outros activos tangíveis	25	382 929	363 092
Activos intangíveis	26	68 652	71 940
Investimentos em associadas	27	571 563	62 374
Activos por impostos correntes		14 094	13 089
Activos por impostos diferidos	33	79 767	42 210
Outros activos	28	2 078 786	1 582 704
Total de Activo		59 138 806	50 221 841
Passivo			
Recursos de bancos centrais		1 043 175	654 316
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1 308 524	1 271 732
Recursos de outras instituições de crédito	29	6 827 386	6 264 892
Recursos de clientes	30	21 993 671	20 753 083
Responsabilidades representadas por títulos	31	19 030 469	14 402 291
Derivados de cobertura	23	238 612	111 098
Passivos não correntes detidos para venda	24	-	112 428
Provisões	32	139 882	155 356
Passivos por impostos correntes		39 356	48 945
Passivos por impostos diferidos	33	168 670	46 411
Passivos subordinados	34	2 239 816	2 367 597
Outros passivos	35	1 286 794	1 004 080
Total de Passivo		54 316 355	47 192 229
Capital Próprio			
Capital	36	2 500 000	1 500 000
Prémios de emissão	36	668 851	300 000
Acções próprias	36	(63 732)	(96 247)
Acções preferenciais	36	600 000	600 000
Reservas de justo valor	37	512 042	365 691
Outras reservas e resultados transitados	37	97 997	(26 065)
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco		420 714	280 481
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		4 735 872	2 923 860
Interesses minoritários	37	86 579	105 752
Total de Capital Próprio		4 822 451	3 029 612
Total de Passivo e Capital Próprio		59 138 806	50 221 841

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Acções preferenciais	Reservas de justo valor	Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1 500 000	300 000	(100 174)	600 000	32 171	(64 330)	151 643	2419 310	81 629	2 500 939
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	333 520	-	-	333 520	(14 601)	318 919
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	26 086	-	26 086	1 939	28 025
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	43 599	(43 599)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	(108 044)	(108 044)	-	(108 044)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 36)	-	-	3 927	-	-	-	-	3 927	-	3 927
Plano de incentivos baseado em acções (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	2 060	-	2 060	-	2 060
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	-	27 189	27 189
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	280 481	280 481	9 596	290 077
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1 500 000	300 000	(96 247)	600 000	365 691	(26 065)	280 481	2 923 860	105 752	3 029 612
Aumento de capital										
Por incorporação de prémios de emissão										
(50 milhões de acções ordinárias)	250 000	(250 000)	-	-	-	-	-	-	-	-
Por emissão de novas acções (150 milhões de acções ordinárias)	750 000	630 000	-	-	-	-	-	1 380 000	-	1380 000
Custos com aumento de capital, líquido de impostos	-	(11 149)	-	-	-	-	-	(11 149)	-	(11 149)
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	146 351	-	-	146 351	3 030	149 381
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	(7 059)	-	(7 059)	(3 970)	(11 029)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	162 147	(162 147)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	(118 334)	(118 334)	-	(118 334)
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 36)	-	-	32 515	-	-	-	-	32 515	-	32 515
Plano de incentivos baseado em acções (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	2 454	-	2 454	-	2 454
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 37)	-	-	-	-	-	-	-	-	(33 676)	(33 676)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	420 714	420 714	15 443	436 157
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2 500 000	668 851	(63 732)	600 000	512 042	97 997	420 714	4 735 872	86 579	4 822 451

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,40 euros e 0,37 euros pagos às acções em circulação em 2006 e 2005, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		2 485 123	2040 141
Juros e custos pagos		(1 674 418)	(1239 725)
Serviços e comissões recebidas		667 172	597 436
Serviços e comissões pagas		(79 448)	(62 491)
Recuperações de créditos		22 753	20 187
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(604 497)	(954 893)
		816 685	400 655
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		17	(36 499)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(982 362)	(1725 907)
Aplicações em instituições de crédito		(1 424 943)	(696 171)
Recursos de instituições de crédito		941 134	671 582
Crédito a clientes		(4 178 274)	(3312 363)
Recursos de clientes e outros empréstimos		1 221 766	305 409
Derivados de cobertura		96 397	(35 627)
Outros activos e passivos operacionais		280 415	687 369
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(3 229 165)	(3 741 552)
Impostos sobre os lucros pagos		(96 536)	(59 793)
		(3 325 701)	(3 801 345)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(498 120)	(3 859)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		17 843	5 645
Dividendos recebidos		41 553	38 868
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(5 692 177)	(8531 907)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		4 601 417	8001 646
Investimentos detidos até à maturidade		(67 482)	(87 143)
Compra de imobilizações		(90 565)	(95 686)
Venda de imobilizações		5 130	6 376
		(1 682 401)	(666 060)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		1 368 851	-
Emissão de obrigações de caixa		5 650 588	5756 842
Reembolso de obrigações de caixa		(1 695 231)	(1460 326)
Emissão de passivos subordinados		-	290 983
Reembolso de passivos subordinados		(59 856)	(44 892)
Acções próprias		32 515	3 927
Dividendos de acções ordinárias pagos		(118 334)	(108 044)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(33 480)	(33 480)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		5 145 053	4405 010
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(39 308)	84 418
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		97 643	22 023
Caixa e equivalentes no início do período		886 668	864 645
Caixa e equivalentes no fim do período		984 311	886 668
		97 643	22 023
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	311 335	231 488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	672 976	655 180
Total		984 311	886 668

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Grupo Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 – Actividade e estrutura do Grupo

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na *Euronext*. Em 31 de Dezembro de 2006, encontravam-se admitidas à cotação na Bolsa de valores do Luxemburgo 600 mil acções preferenciais da subsidiária *BES Finance, Ltd*.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela *BESPAR SGPS, S.A.*, com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e pela *Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG)*, com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 669 balcões (31 de Dezembro de 2005: 639), incluindo sucursais financeiras internacionais em Londres, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 12 escritórios de representação no estrangeiro.

A estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação, apresenta-se como segue:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100%	Integral
<i>Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	<i>Capital de risco</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>Sotancro, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	<i>Embalagem de vidros</i>	49%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	<i>Gestora de Fundos</i>	50%	<i>Integral</i>
<i>Fomentinvest, SGPS, S.A.</i>	2003	2003	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	20%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>HLC - Centrais de Cogeração, S.A.</i>	1999	1999	Portugal	<i>Prestação de serviços</i>	24,5%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Coporgest</i>	2002	2005	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	20%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Sonderweg Corporation, S.A.</i>	2006	2006	Espanha	<i>Prestação de serviços diversos</i>	17,68%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>Concordia - Espírito Santo Investment</i>	2005	2005	Polónia	<i>Prestação de serviços</i>	49%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Espírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	<i>Compra e venda de títulos</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	<i>Gestão de participações sociais</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Investimentos, Ltda</i>	1996	1996	Brasil	<i>Gestão de participações sociais</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>Morumbi Capital Fund</i>	2005	2005	Ilhas Caimão	<i>Fundo</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	<i>Banca de investimento</i>	80%	<i>Integral</i>
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	<i>Corretagem</i>	80%	<i>Integral</i>
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	<i>Gestão de activos</i>	80%	<i>Integral</i>
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	<i>Fundo de Investimento</i>	80%	<i>Integral</i>
<i>BRB Internacional, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	<i>Produção e distribuição de entretenimento</i>	24,93%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Prosport - Com. Desportivas, S.A.</i>	2001	2001	Espanha	<i>Comércio de produtos desportivos</i>	25%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	<i>Produção e distribuição de entretenimento</i>	25,15%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Cominvest- SGII, S.A.</i>	1993	1993	Portugal	<i>Gestão de investimentos imobiliários</i>	25%	<i>Eq. Patrimonial</i>
<i>Kutaya</i>	1999	1999	Portugal	<i>Gestão e Trading Internacional</i>	100%	<i>Integral</i>
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	<i>Fundo de Capital de Risco</i>	38,69%	<i>Eq. Patrimonial</i>
Banco Espírito Santo, SA (Espanha) (BESSA)	1992	1992	Espanha	Banca	100%	Integral
<i>Espírito Santo Servicios, SA</i>	1997	1997	Espanha	<i>Colocação de seguros</i>	99,98%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Activos Financieros, SA</i>	2000	2000	Espanha	<i>Gestão de activos</i>	92,5%	<i>Integral</i>
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SARL (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	79,96%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	<i>Corretagem</i>	79,25%	<i>Integral</i>
<i>Tagide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	<i>Gestão de investimentos imobiliários</i>	98,45%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Uruguai	<i>Serviços de representação</i>	98,45%	<i>Integral</i>
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Caimão	<i>Banca</i>	100%	<i>Integral</i>
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
BESleasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, SA (BESLEASING)	1990	1990	Portugal	Leasing e factoring	89,36%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85%	Integral
<i>Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	<i>Gestão de fundos de investimento</i>	85%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo International Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	<i>Gestão de fundos de investimento</i>	84,83%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	<i>Gestão de fundos de investimento</i>	85%	<i>Integral</i>
<i>Espírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	<i>Gestão de fundos de investimento</i>	85%	<i>Integral</i>
<i>Capital Mais - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	<i>Gestão de fundos de investimento</i>	85%	<i>Integral</i>

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
<i>Espírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
<i>Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	85%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100%	Integral
<i>SGPICE Soc. de Serviços de Gestão</i>	2001	2001	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
<i>Jampur - Trading Internacional, Lda. (JAMPUR)</i>	1999	2001	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Gespar S/C, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	100%	Integral
<i>Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (BES Vénétie)</i>	1927	1993	França	Banca	40%	Eq. Patrimonial
Banco Espírito Santo North America Capital Corporation (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100%	Integral
Espírito Santo Financial Consultants, SA (ESFC)	1999	2000	Portugal	Gestão de patrimónios	100%	Integral
Espírito Santo Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	60%	Integral
Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	76,64%	Integral
Espírito Santo Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84,9%	Integral
Espírito Santo Data, S.G.P.S., SA (ESDATA)	1989	1995	Portugal	Prestação de serviços informáticos	49%	Integral a)
<i>O BLOG Consulting, SA</i>	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	32,67%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100%	Integral
Cêntimo, SGPS, SA (CÊNTIMO)	1988	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	79,27%	Integral
Fundo de Capital de Risco - FIQ Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	95,24%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
<i>Carlua, SGPS, SA</i>	2004	2004	Portugal	Gestão de participações sociais	18,34%	Eq. Patrimonial b)
<i>Água Mais</i>	2004	2005	Portugal	Produtos Alimentares	17,1%	Eq. Patrimonial b)
<i>TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA</i>	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	31,40%	Eq. Patrimonial
<i>DECOMED, SGPS</i>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	12,15%	Eq. Patrimonial b)
<i>SOPRATTUTTO CAFÉ, S.A</i>	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
<i>SOPRATTUTTO CAFÉ 2, S.A</i>	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
<i>ENKROTT SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	17,13%	Eq. Patrimonial b)
<i>RODI 2, SA</i>	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	13,48%	Eq. Patrimonial b)
Europ Assistance - Comp. Portuguesa Seguros Assistência, SA (EURASS)	1993	1993	Portugal	Seguros	23%	Eq. Patrimonial
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25%	Eq. Patrimonial
Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24,76%	Eq. Patrimonial
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24,9%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,5%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	34%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	45%	Eq. Patrimonial

a) Apesar de o interesse económico do Grupo ser inferior a 50%, estas entidades foram consolidadas pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

Adicionalmente e de acordo com a SIC 12 o perímetro de consolidação do Grupo inclui, as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
Lusitano SME N.º 1	2006	2006	Irlanda	Entidade de securitização	100%	Integral
ROCK LTD 2011	2001	2001	Gibraltar	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
SEALS FINANCE S.A. 2018	2003	2003	Luxemburgo	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
ELAN LIMITED 2015	2003	2003	Jersey	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
SB FINANCE LIMITED 2015	2003	2003	Ilhas Caimão	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
RAMPER INVESTMENTS LTD 2010	2003	2003	Jersey	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
EARLS 4 Limited Series 2011	2001	2001	Ilhas Caimão	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
SEALS FINANCE S.A 2013	2003	2003	Luxemburgo	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral
XENON 0 01/28/13	2003	2003	Irlanda	Entidade Finalidade Especial	100%	Integral

No decorrer do exercício de 2006 ocorreram alterações ao nível da estrutura do Grupo BES, das quais se destacam as seguintes:

- Em Março de 2006, a Espírito Santo Data, SGPS, SA alienou a participação que detinha na *ES Innovation, SA*. Os novos accionistas desta empresa passaram a ser o BES (83%), a Companhia de Seguros Tranquilidade, SA (14%), BEST (2%) e BAC (1%). Durante o mês de Abril de 2006, a sociedade *ES Innovation, SA* foi transformada num Agrupamento Complementar de Empresas, alterando a designação social para Espírito Santo Informática, ACE;
- Em 30 de Maio de 2006 foi concretizada a fusão por incorporação da *Crediflash* no BES;
- A 1 de Junho de 2006 foi realizada a fusão por incorporação da *Espírito Santo Investment, S.A.U, S.V.* no BES1, transmitindo-se todo o património da sociedade incorporada, bem como os seus direitos e obrigações, para o BES1. O dito património ficará afecto na sua totalidade a um estabelecimento permanente da sociedade incorporante no território espanhol, denominado Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., Sucursal em Espanha;
- Em Junho de 2006, o Grupo BES1 alienou a participação que detinha na *Lontinium, S.A.*, tendo realizado uma mais valia de quase 2 milhões de euros;
- Em Junho de 2006, o BES adquiriu 50% do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade – Vida pelo valor de 475 milhões de euros e alienou 15% do capital social da Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A (obtendo uma mais valia consolidada, excluindo imposto, de 9,1 milhões de Euros, mantendo actualmente uma participação de 25%) (ver Nota 27). Ambas as seguradoras alteraram os seus nomes, respectivamente, para BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (BES-Vida), e para BES, Companhia de Seguros, S.A. (BES-Seguros);
- Procedeu-se à liquidação da sociedade *Spainvest, S.A.* em Novembro de 2006, e das sociedades *BES Overseas, Ltd., Espírito Santo Overseas, Ltd.* e *ES Research – Estudos Financeiros e de Mercados, S.A.* em Dezembro de 2006.

Na demonstração de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o montante de 11 380 milhares de euros relativo a Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas refere-se à mais-valia obtida na venda de participações, as quais são detalhadas como segue:

	31.12.2006	
	% de participação alienada	Montante
BES, Companhia de Seguros, SA	15,00%	9 101
Lontinium, SA	25,25%	1 963
ES Financial Services, Inc.	20,75%	316
		<u>11 380</u>

Nota 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia a partir do exercício de 2005.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de Dezembro de 2006 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2005.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2007.

2.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos e resultados do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente a todos os períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, tal excesso é atribuível ao Grupo na medida em que for incorrido. Subsequentes lucros obtidos por tal subsidiária são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades do SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representa a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível dos activos líquidos adquiridos.

O *goodwill* positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Aquisição de interesses minoritários

O *goodwill* resultante da aquisição de interesses minoritários numa subsidiária representa a diferença entre o custo de aquisição do investimento adicional na subsidiária e o valor contabilístico, à data da compra, dos activos líquidos adquiridos, expresso nas contas consolidadas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
 - Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;
 - As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas.
- Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3 Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto (efeito do valor temporal) são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados

para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6 Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.7 Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emite.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao

valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.10 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados.

O Grupo obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

2.12 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em

resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15 Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Grupo no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário foram constituídos Fundos de Pensões ACT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Grupo decidiu, adicionalmente, constituir fundos de pensões abertos autónomos, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Grupo reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associadas.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco, ou alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 - Benefícios a empregados, as remunerações variáveis (bónus) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.22 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23 Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.24 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.25 Normas e interpretações ainda não adoptadas

Na Nota 44, são apresentadas as Normas e interpretações ainda não adoptadas pelo Grupo.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4 Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.5 Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios do Grupo.

3.6 Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias residentes em Portugal, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4 – Reporte por segmentos

A actividade do Grupo BES encontra-se organizada de acordo com as seguintes linhas de negócio:

- (i) Banca de empresas e particulares: respeita às operações efectuadas com empresas (empréstimos, financiamento de projectos, garantias, entre outras) e inclui as operações efectuadas com particulares, nomeadamente ao nível da concessão de crédito e captação de recursos;
- (ii) Banca de investimento: inclui a actividade da banca de investimento, nomeadamente estruturação de fusões e aquisições, montagem e colocação de emissões de dívida, estudos e análises;
- (iii) Gestão de activos: inclui a actividade de gestão de fundos de investimentos e de gestão de patrimónios;
- (iv) Crédito especializado: *leasing/factoring* – inclui as operações efectuadas no âmbito do *leasing* e do *factoring*;
- (viii) Outros: inclui os restantes segmentos que individualmente representam menos de 10% dos activos totais ou do resultado líquido, e que no conjunto não representam mais de 25% destes indicadores.

O reporte de segmentos primários é apresentado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006											Intragrupo	TOTAL
	Actividade Doméstica						Actividade Internacional						
	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Total			
Juros e proveitos similares	2 822 302	74 563	1 025	140 897	5 678	3 044 465	672 822	108 501	75	781 398	(1 234 759)	2 591 104	
Juros e custos similares	2 161 849	48 916	9	100 744	8 471	2 319 989	570 395	105 957	1	676 353	(1 234 759)	1 761 583	
Margem financeira	660 453	25 647	1 016	40 153	(2 793)	724 476	102 427	2 544	74	105 045	-	829 521	
Rendimentos de instrumentos de capital	39 172	1 845	-	-	490	41 507	15	31	-	46	-	41 553	
Rendimentos de serviços e comissões	355 710	25 957	57 104	15 563	230	454 564	79 154	28 292	14 328	121 774	(28 074)	548 264	
Encargos com serviços e comissões	(51 912)	(3 987)	(25 451)	(1 325)	(323)	(82 998)	(16 510)	(5 368)	(2 192)	(24 070)	27 620	(79 448)	
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	10 934	20 595	-	59	(9 544)	22 044	8 720	(31 968)	-	(23 248)	-	(1 204)	
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	102 822	3 294	-	-	43 837	149 953	15 238	(8)	-	15 230	-	165 183	
Resultados de reavaliação cambial	(7 179)	(2 978)	1	(15)	(2 658)	(12 829)	22 121	51 335	(142)	73 314	-	60 485	
Resultados de alienação de outros activos financeiros	563	1 130	1	7	15	1 716	2 644	(423)	-	2 221	-	3 937	
Outros resultados de exploração	154 498	26 029	(1 114)	3 257	7 534	190 204	(2 216)	19 162	16	16 962	(92 770)	114 396	
Proveitos operacionais	1 265 061	97 532	31 557	57 699	36 788	1 488 637	211 593	63 597	12 084	287 274	(93 224)	1 682 687	
(Proveitos operacionais Externos)	1 131 780	108 597	54 370	101 513	39 544	1 435 804	171 202	63 597	12 084	246 883	-	1 682 687	
(Proveitos operacionais Intersegmentos)	(133 281)	11 065	22 813	43 814	2 756	(52 833)	(40 391)	-	-	(40 391)	93 224	-	
Custos com pessoal	353 515	22 605	7 391	5 766	7 402	396 679	58 582	23 897	-	82 479	(958)	478 200	
Gastos gerais administrativos	346 920	13 071	4 460	12 966	4 929	382 346	41 546	12 461	40	54 047	(92 265)	344 128	
Depreciações e amortizações	56 089	1 154	283	1 192	759	59 477	8 439	1 103	-	9 542	-	69 019	
Provisões líquidas de anulações	46 968	(575)	734	467	(500)	47 094	3 945	-	-	3 945	-	51 039	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	147 474	2 029	-	12 770	-	162 273	15 279	4 003	-	19 282	-	181 555	
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	5 850	1 431	-	-	93	7 374	(277)	-	-	(277)	-	7 097	
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	1 841	-	4	246	-	2 091	87	-	-	87	-	2 178	
Custos operacionais	958 657	39 715	12 872	33 407	12 683	1 057 334	127 601	41 464	40	169 105	(93 223)	1 133 216	
Alienação de subsidiárias e associadas	9 101	1 963	-	-	-	11 064	316	-	-	316	-	11 380	
Resultados de associadas	1 757	974	-	-	3 268	5 999	3 283	-	1 488	4 771	-	10 770	
Resultado antes de impostos	317 262	60 754	18 685	24 292	27 373	448 366	87 591	22 133	13 532	123 256	(1)	571 621	
Impostos													
Correntes	15 697	31 604	6 291	9 032	7 714	70 338	6 638	5 986	2 980	15 604	-	85 942	
Diferidos	60 659	(16 909)	21	(1 269)	3 121	45 623	3 899	-	-	3 899	-	49 522	
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	240 906	46 059	12 373	16 529	16 538	332 405	77 054	16 147	10 552	103 753	(1)	436 157	
Interesses minoritários	4 838	83	-	-	-	4 921	8 290	2 218	14	10 522	-	15 443	
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	236 068	45 976	12 373	16 529	16 538	327 484	68 764	13 929	10 538	93 231	(1)	420 714	
Outras informações													
Activo líquido	73 000 500	2 702 636	59 788	3 217 431	723 748	79 704 103	13 368 174	1 896 508	20 275	15 284 957	(35 850 254)	59 138 806	
Investimento em empresas associadas	4 977	32 076	-	-	500 119 ^(a)	537 172	34 391	-	-	34 391	-	571 563	
Passivo	69 547 022	2 446 268	21 972	3 140 177	186 267	75 341 706	12 965 515	1 853 595	5 793	14 824 903	(35 850 254)	54 316 355	
Investimento em activos tangíveis	43 916	1 401	210	511	190	46 228	20 485	-	-	20 485	-	66 713	
Investimento em activos intangíveis	24 489	3 025	361	895	296	29 066	606	-	-	606	-	29 672	

(a) inclui o investimento no BES-Vida no valor de 490 729 milhares de euros (ver Nota 27).

(milhares de euros)

	31.12.2006											
	Actividade Doméstica					Actividade Internacional					Intragrupo	TOTAL
	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Outras	Total	Banca de empresas e particulares	Banca de investimento	Gestão de activos	Total		
Juros e proveitos similares	2 220 081	58 159	829	112 143	6 174	2 397 386	446 018	89 384	48	535 450	(905 551)	2 027 285
Juros e custos similares	1 655 724	36 804	4	67 775	4 062	1 764 369	338 692	89 184	-	427 876	(905 587)	1 286 658
Margem financeira	564 357	21 355	825	44 368	2 112	633 017	107 326	200	48	107 574	36	740 627
Rendimentos de instrumentos de capital	34 339	1 688	-	1 170	1 532	38 729	26	113	-	139	-	38 868
Rendimentos de serviços e comissões	331 715	17 459	54 774	27 979	-	431 927	56 743	25 116	6 884	88 743	(34 622)	486 048
Encargos com serviços e comissões	(51 233)	(4 368)	(24 290)	(1 366)	(286)	(81 543)	(13 571)	(6 496)	-	(20 067)	39 119	(62 491)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	63 292	7 671	-	271	(21 854)	49 380	6 718	(45 547)	-	(38 829)	-	10 551
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	75 310	(123)	(4)	-	16 527	91 710	612	(1)	-	611	-	92 321
Resultados de reavaliação cambial	(3 403)	(7 074)	57	7	30 794	20 381	13 271	58 120	235	71 626	-	92 007
Resultados de alienação de outros activos financeiros	20 106	14 882	10	172	(379)	34 791	52	-	-	52	-	34 843
Outros resultados de exploração	128 674	36 470	8	2 620	7 344	175 116	2 425	11 901	-	14 326	(92 187)	97 255
Proveitos operacionais	1 163 157	87 960	31 380	75 221	35 790	1 393 508	173 602	43 406	7 167	224 175	(87 654)	1 530 029
<i>(Proveitos operacionais Externos)</i>	<i>1 020 270</i>	<i>103 481</i>	<i>51 781</i>	<i>120 871</i>	<i>32 574</i>	<i>1 328 977</i>	<i>150 479</i>	<i>43 406</i>	<i>7 167</i>	<i>201 052</i>	-	<i>1 530 029</i>
<i>(Proveitos operacionais Intersegmentos)</i>	<i>(142 887)</i>	<i>15 521</i>	<i>20 401</i>	<i>45 650</i>	<i>(3 216)</i>	<i>(64 531)</i>	<i>(23 123)</i>	-	-	<i>(23 123)</i>	<i>87 654</i>	-
Custos com pessoal	339 282	22 342	6 013	7 753	7 268	382 658	54 198	17 337	-	71 535	(466)	453 727
Gastos gerais administrativos	321 404	14 188	4 622	17 616	5 474	363 304	40 845	10 156	51	51 052	(87 188)	327 168
Depreciações e amortizações	69 098	1 156	298	2 098	823	73 473	5 810	996	-	6 806	-	80 279
Provisões líquidas de anulações	70 090	537	151	-	(481)	70 297	4 699	9	-	4 708	-	75 005
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	201 829	8 333	-	10 897	-	221 059	(1 143)	-	-	(1 143)	-	219 916
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	27 085	(3 311)	-	(415)	1 902	25 261	(9)	-	-	(9)	-	25 252
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(166)	(1 005)	-	1 635	-	464	(35)	-	-	(35)	-	429
Custos operacionais	1 028 622	42 240	11 084	39 584	14 986	1 136 516	104 365	28 498	51	132 914	(87 654)	1 181 776
Resultados de associadas	2 266	606	478	-	-	3 350	4 345	-	-	4 345	-	7 695
Resultado antes de impostos	136 801	46 326	20 774	35 637	20 804	260 342	73 582	14 908	7 116	95 606	-	355 948
Impostos												
Correntes	17 958	25 210	5 949	13 260	6 067	68 444	6 395	443	1 509	8 347	-	76 791
Diferidos	21 942	(17 708)	97	(1 368)	(8 075)	(5 112)	(5 647)	(161)	-	(5 808)	-	(10 920)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários	96 901	38 824	14 728	23 745	22 812	197 010	72 834	14 626	5 607	93 067	-	290 077
Interesses minoritários	2 672	(53)	7	-	-	2 626	6 974	(4)	-	6 970	-	9 596
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas do Banco	94 229	38 877	14 721	23 745	22 812	194 384	65 860	14 630	5 607	86 097	-	280 481
Outras informações												
Activo líquido	64 140 086	2 025 067	60 305	2 878 992	332 560	69 437 011	9 587 921	1 592 755	8 244	11 188 919	(30 404 089)	50 221 841
Investimento em empresas associadas	40 167	14 213	3 649	-	-	58 029	4 345	-	-	4 345	-	62 374
Passivo	61 931 813	1 831 175	22 423	2 780 495	232 929	66 798 835	9 279 742	1 517 737	4	10 797 483	(30 404 089)	47 192 229
Investimento em activos tangíveis	40 972	1 287	97	676	131	43 163	17 694	-	-	17 694	-	60 857
Investimento em activos intangíveis	30 615	1 858	73	1 336	3	33 885	6 653	-	-	6 653	-	40 538

O reporte de segmentos secundários é feito de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo:

(milhares de euros)

	31.12.2006									
	Portugal	Espanha	França	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Total
Resultado líquido do exercício	327 483	11 630	13 820	39 077	980	5 812	20 287	50	1 575	420 714
Activo líquido	47 209 962	4 598 278	57 258	4 525 914	1 429 768	632 436	528 700	61 036	95 454	59 138 806
Investimentos em activos tangíveis	46 228	4 604	-	165	591	-	14 919	179	27	66 713
Investimentos em activos intangíveis	29 066	498	-	-	108	-	-	-	-	29 672

(milhares de euros)

	31.12.2006									
	Portugal	Espanha	França	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Macau	Total	
Resultado líquido do exercício	194 384	9 736	9 952	27 482	7 182	5 778	23 234	2 733	280 481	
Activo líquido	40 641 787	3 233 315	10 758	3 894 448	1 443 039	567 836	352 266	78 392	50 221 841	
Investimentos em activos tangíveis	43 163	3 962	-	-	2 032	-	11 448	252	60 857	
Investimentos em activos intangíveis	33 885	6 372	-	-	262	-	-	19	40 538	

Nota 5 – Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	1 672 612	1 311 929
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	460 062	307 128
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	176 911	155 986
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	117 195	118 440
Juros de derivados para gestão de risco	104 355	88 062
Outros juros e proveitos similares	59 969	45 740
	2 591 104	2 027 285
Juros e custos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	643 436	442 574
Juros de recursos de clientes	392 783	318 108
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	313 584	230 944
Juros de derivados para gestão de risco	289 981	178 247
Juros de passivos subordinados	121 799	114 761
Outros juros e custos similares	-	2 024
	1 761 583	1 286 658
	829 521	740 627

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 10 861 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 11 180 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto (efeito do valor temporal) (ver nota 21).

A rubrica Juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.18, os juros de derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.8.

Nota 6 – Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2006	31.12.2005
	(milhares de euros)	
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	345 544	306 524
Por garantias prestadas	61 123	55 608
Por operações realizadas com títulos	47 125	31 162
Por compromissos perante terceiros	13 056	7 591
Outros proveitos de serviços e comissões	81 416	85 163
	<u>54 264</u>	<u>486 048</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	51 354	36 373
Por operações realizadas com títulos	4 360	5 135
Por garantias recebidas	379	707
Outros custos com serviços e comissões	23 355	20 276
	<u>79 448</u>	<u>62 491</u>
	<u>468 816</u>	<u>423 557</u>

Nota 7 – Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	104 991	74 384	30 607	79 183	83 992	(4 809)
De outros emissores	5 630	1 401	4 229	8 617	28 774	(20 157)
Acções	104 469	65 102	39 367	118 684	54 967	63 717
Outros títulos de rendimento variável	25 283	6 820	18 463	96 590	81 658	14 932
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	574 619	585 982	(11 363)	606 484	736 223	(129 739)
Contratos sobre taxas de juro	2 838 075	2 978 745	(140 670)	2 686 607	2 602 613	83 994
Contratos sobre acções/índices	1 158 598	1 187 780	(29 182)	437 831	552 581	(114 750)
Contratos sobre créditos	88 644	88 611	33	41 588	39 133	2 455
Outros	1 289 914	1 153 136	136 778	870 852	813 008	57 844
	<u>5 949 850</u>	<u>5 994 254</u>	<u>(44 404)</u>	<u>4 643 362</u>	<u>4 743 558</u>	<u>(100 196)</u>
	<u>6 190 223</u>	<u>6 141 961</u>	<u>48 262</u>	<u>4 946 436</u>	<u>4 992 949</u>	<u>(46 513)</u>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	13 942	21 070	(7 128)	11 394	24 275	(12 881)
De outros emissores	192 764	256 730	(63 966)	222 487	156 218	66 269
Acções	<u>37 383</u>	<u>15 755</u>	<u>21 628</u>	<u>29 859</u>	<u>26 183</u>	<u>3 676</u>
	<u>244 089</u>	<u>293 555</u>	<u>(49 466)</u>	<u>263 740</u>	<u>206 676</u>	<u>57 064</u>
	<u>6 434 312</u>	<u>6 435 516</u>	<u>(1 204)</u>	<u>5 210 176</u>	<u>5 199 625</u>	<u>10 551</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica inclui um efeito negativo de 2 026 milhares de euros relativos à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuíveis ao risco de crédito da entidade (ver Nota 31).

Incluídos em instrumentos financeiros derivados (contratos sobre taxas de juro) encontram-se proveitos de cerca de 26,8 milhões de euros inerentes a instrumentos financeiros derivados no âmbito da consolidação de entidades de finalidade especial de acordo com a SIC 12 que foram alienadas durante o ano de 2006 (2005: 107 milhões de euros).

Nota 8 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 494	1	1 493	189	400	(211)
De outros emissores	99 356	13 016	86 340	49 604	20 574	29 030
Acções	78 717	3 582	75 135	138 244	76 299	61 945
Outros títulos de rendimento variável	2 215	-	2 215	1 557	-	1 557
	<u>181 782</u>	<u>16 599</u>	<u>165 183</u>	<u>189 594</u>	<u>97 273</u>	<u>92 321</u>

Durante o exercício de 2006 o Grupo procedeu à alienação ao fundo de pensões do Grupo de (i) 2 milhões de acções do Bradesco, (ii) 3 milhões de acções da Bradepar (*holding* do Grupo Bradesco para as actividades não financeiras), (iii) 0,4 milhões de acções do *Banque Marocaine du Commerce Extérieur*, e (iv) de uma tranche dos títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação *Lusitano Mortgage No.5* com o valor nominal de 3,2 milhões de euros. Estas operações geraram mais valias de 35 milhões de euros, 43,1 milhões de euros, 17,9 milhões de euros e 9,2 milhões de euros, respectivamente.

Em 2006 o Grupo procedeu ainda à venda de títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação *Lusitano Mortgage No.5* com o valor nominal de 3,8 milhões de euros, tendo obtido mais valias de 10,5 milhões de euros.

Das principais transacções efectuadas em 2005, salientam-se as seguintes: (i) alienação das acções da Portugal Telecom, com um prejuízo de cerca de 69,8 milhões de euros; (ii) alienação de cerca de 1,3% das acções ordinárias do Banco Bradesco ao fundo de pensões do Grupo, com uma mais valia de cerca de 72,6 milhões de euros; (iii) alienação de 9,5 milhões de acções preferenciais que o grupo detinha na Bradepar no mercado internacional, com uma mais valia de cerca de 28 milhões de euros (depois desta operação, o Grupo BES, através da GESPAR, passou a deter uma posição de 10,8% no capital votante da Bradepar); (iv) alienação dos títulos residuais resultante da operação de securitização de crédito à habitação efectuada em Setembro de 2005 (*Lusitano Mortgages No.4*) a qual originou uma mais valia no valor de 27,2 milhões de euros; e (v) alienação de parte da posição que o Grupo detinha na PT Multimédia tendo originado uma mais valia de cerca de 29,3 milhões de euros (nesta transacção, cerca de 15,2 milhões de acções da PT Multimédia foram alienadas ao fundo de pensões do Grupo, traduzindo-se numa mais valia para o Grupo de cerca de 27 milhões de euros).

Nota 9 – Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	958 942	898 457	60 485	747 802	655 795	92 007
	<u>958 942</u>	<u>898 457</u>	<u>60 485</u>	<u>747 802</u>	<u>655 795</u>	<u>92 007</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

Nota 10 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Outros proveitos de exploração		
Serviços de banca de investimento	52 276	39 192
Serviços de gestão de contas	28 268	33 042
Serviços informáticos	6 137	6 892
Serviços de <i>call center</i>	5 029	5 238
Outros	83 139	82 099
	<u>174 849</u>	<u>166 463</u>
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	11 692	14 200
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	4 124	3 888
Quotizações e donativos	3 913	3 496
Outros	40 724	47 624
	<u>60 453</u>	<u>69 208</u>
	<u>114 396</u>	<u>97 255</u>

Nota 11 – Custos com pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Vencimentos e salários	328 390	310 843
Remunerações	325 443	307 009
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	2 947	3 834
Benefícios de saúde - SAMS	18 093	17 044
Outros encargos sociais obrigatórios	40 151	36 428
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	71 413	71 262
Outros custos	<u>20 153</u>	<u>18 150</u>
	<u>478 200</u>	<u>453 727</u>

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 9 773 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 8 322 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 12).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 2 454 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 2 060 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Os detalhes deste plano são analisados na Nota 12.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BES são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Conselho de Administração		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 585	4 422
Custos com pensões de reforma e SAMS	316	297
Prémios de antiguidade	80	64
Remunerações variáveis	<u>5 206</u>	<u>4 684</u>
	10 187	9 467
Conselho fiscal	<u>23</u>	<u>22</u>
	<u>10 210</u>	<u>9 489</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o valor do crédito concedido pelo Grupo BES aos membros do Conselho de Administração do BES ascendia a 8 620 milhares de euros e 4 953 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Colaboradores do BES	6 095	5 084
Colaboradores das subsidiárias financeiras do Grupo	1 701	2 507
Total colaboradores em empresas financeiras do Grupo	7 796	7 591
Colaboradores de outras empresas que prestam serviços essencialmente para clientes externos ao Grupo	1 008	933
	8 804	8 524

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo BES analisa-se como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Funções directivas	718	681
Funções de chefia	1 208	1 197
Funções específicas	3 240	3 066
Funções administrativas	3 518	3 435
Funções auxiliares	120	145
	8 804	8 524

Nota 12 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Durante o exercício de 1998, o Banco e as restantes subsidiárias do Grupo em Portugal, decidiram constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	2,75%	2,75%	5,60%	5,32%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%	1,48%	1,98%
Taxas de rendimento do fundo	4,75%	5,25%	12,58%	10,49%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%		
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens			TV 73/77 (ajustada)	
Mulheres			TV 88/90	
Métodos de valorização actuarial			Project Unit Credit Method	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.15, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a 6,5% da massa salarial.

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2006	31.12.2005
Activos	6 048	5 999
Reformados	4 638	4 448
Sobreviventes	857	842
TOTAL	11 543	11 289

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2006 e 2005: (milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(1 372 233)	(107 645)	(1 479 878)	(1 282 940)	(83 242)	(1 366 182)
Activos	(519 414)	(2 152)	(521 566)	(543 406)	(34 088)	(577 494)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	2 028 303	477	2 028 780	1 816 229	-	1 816 229
Excesso / défice de cobertura	136 656	(109 320)	27 336	(10 117)	(117 330)	(127 447)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	442 352	26 535	468 887	630 521	41 237	671 758
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	579 008	(82 785)	496 223	620 404	(76 093)	544 311

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	1 826 346	117 330	1 943 676	1 552 833	95 849	1 648 682
Custo do serviço corrente	29 478	2 079	31 557	20 045	1 445	21 490
Custo dos juros	84 143	5 444	89 587	79 155	4 883	84 038
Contribuições dos participantes	3 072	-	3 072	2 837	-	2 837
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:						
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-	-	77 298	5 024	82 322
- Alteração da taxa de desconto	-	-	-	123 152	8 006	131 158
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	3 460	(11 577)	(8 117)	39 592	6 548	46 140
Pensões pagas pelo fundo	(94 919)	-	(94 919)	(91 477)	-	(91 477)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	(5 464)	(5 464)	-	(5 761)	(5 761)
Reformas antecipadas	40 601	1 983	42 584	21 124	1 336	22 460
Outros	(534)	2	(532)	1 787	-	1 787
Responsabilidades em 31 de Dezembro	1 891 647	109 797	2 001 444	1 826 346	117 330	1 943 676

Das responsabilidades com reformas antecipadas do ano de 2006, os valores de 37 039 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 1 851 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (31 de Dezembro de 2005: 3 738 milhares de euros e 205 milhares de euros, respectivamente) (ver Nota 32).

Em 31 de Dezembro de 2006, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 16,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 16,9 milhões de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1,0 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	1 816 229	-	1 816 229	1 511 672	-	1 511 672
Rendimento real do fundo	222 666	-	222 666	144 617	-	144 617
Contribuições do Grupo	82 121	477	82 598	248 652	-	248 652
Contribuições dos empregados	3 072	-	3 072	2 837	-	2 837
Pensões pagas pelo fundo	(94 919)	-	(94 919)	(91 477)	-	(91 477)
Outros	(866)	-	(866)	(72)	-	(72)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	2 028 303	477	2 028 780	1 816 229	-	1 816 229

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Acções	965 431	681 062
Outros títulos de rendimento variável	598 214	613 511
Obrigações	183 008	259 026
Imóveis	179 126	122 904
Outros	103 001	139 726
Total	<u>2 028 780</u>	<u>1 816 229</u>

Os activos do fundo de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Acções	65 360	53 411
Obrigações	254	2 237
Imóveis	123 299	120 417
Total	<u>188 913</u>	<u>176 065</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, as acções detidas pelo fundo de pensões são 4,7 milhões de acções do BES e 60 mil acções da Sotanco (31 de Dezembro de 2005: 3,7 milhões de acções do BES e 60 mil acções da Sotanco).

As obrigações detidas pelo fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2005 eram obrigações emitidas pelo BESI.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, o Grupo realizou com os fundos de pensões as operações referidas na Nota 8.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	630 521	41 237	671 758	490 049	22 536	512 585
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:						
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-	-	77 298	5 024	82 322
- Alteração da taxa de desconto	-	-	-	123 152	8 006	131 158
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	(137 530)	(11 577)	(149 107)	(30 117)	6 548	(23 569)
Amortização do exercício	(33 243)	(1 967)	(35 210)	(26 035)	(695)	(26 730)
Amortização adicional por reformas antecipadas	(17 029)	(1 113)	(18 142)	(3 826)	(182)	(4 008)
Outros	<u>(367)</u>	<u>(45)</u>	<u>(412)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	<u>442 352</u>	<u>26 535</u>	<u>468 887</u>	<u>630 521</u>	<u>41 237</u>	<u>671 758</u>
Dos quais:						
Dentro do corredor	202 437	10 980	213 417	182 289	11 733	194 022
Fora do corredor	239 915	15 555	255 470	448 232	29 504	477 736

Da amortização adicional resultante de reformas antecipadas do ano de 2006, os valores de 14 366 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 961 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (31 de Dezembro de 2005: 277 milhares de euros e 13 milhares de euros, respectivamente) (ver Nota 32).

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
(Activos)/ passivos em 1 de Janeiro	10 117	117 330	127 447	41 161	95 849	137 010
Ganhos e perdas actuarias das responsabilidades	3 460	(11 577)	(8 117)	240 042	19 578	259 620
Ganhos e perdas actuarias dos fundos	(140 990)	-	(140 990)	(69 709)	-	(69 709)
Encargos do ano:	-	-	-	-	-	-
- Custo do serviço corrente	29 478	2 079	31 557	20 045	1 445	21 490
- Custo dos juros	84 143	5 444	89 587	79 155	4 883	84 038
- Rendimento esperado do fundo	(81 676)	-	(81 676)	(74 908)	-	(74 908)
- Reformas antecipadas	40 601	1 983	42 584	21 124	1 336	22 460
- Outros	332	2	334	1 859	-	1 859
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	(82 121)	(5 941)	(88 062)	(248 652)	(5 761)	(254 413)
(Activos)/ passivos em 31 de Dezembro	(136 656)	109 320	(27 336)	10 117	117 330	127 447

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	29 478	2 079	31 557	20 045	1 445	21 490
Custo dos juros	84 143	5 444	89 587	79 155	4 883	84 038
Rendimento esperado do fundo	(81 676)	-	(81 676)	(74 908)	-	(74 908)
Amortização do exercício	33 243	1 967	35 210	26 035	695	26 730
Reformas antecipadas	6 225	283	6 508	20 935	1 299	22 234
Custos com pessoal	71 413	9 773	81 186	71 262	8 322	79 584

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuariais em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Em 1 de Janeiro	620 404	(76 093)	544 311	448 888	(73 313)	375 575
Custo do exercício	(71 413)	(9 773)	(81 186)	(71 262)	(8 323)	(79 585)
Utilização de provisões	(51 405)	(2 857)	(54 262)	(4 015)	(218)	(4 233)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	82 121	5 941	88 062	248 652	5 761	254 413
Outros	(699)	(3)	(702)	(1 859)	-	(1 859)
Em 31 de Dezembro	579 008	(82 785)	496 223	620 404	(76 093)	544 311

Os activos/(responsabilidades) líquidas em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de Outros activos e Outros passivos (ver Nota 28 e Nota 35).

SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que as podem vender no mercado ou mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida ao Banco ou, alternativamente, vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 31 de Dezembro de 2006	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez. 04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez. 05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai. 06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Mai. 07	3 169 016	11,51	495 941	100%
Plano de 2002					
1º lote	Abr. 08	755 408	12,02	150 150	100%
2º lote	Abr. 08	1 762 619	12,02	1 727 748	100%
Plano de 2003					
1º lote	Mai. 09	480 576	14,00	107 601	100%
2º lote	Mai. 09	1 121 343	14,00	1 142 183	100%
Plano de 2004					
1º lote	Dez. 07	541 599	13,54	612 915	100%
2º lote	Dez. 10	1 270 175	13,54	1 431 074	100%

O movimento do número de acções subjacente aos planos em vigor durante os exercícios de 2006 e 2005 foi como segue:

	31.12.2006		31.12.2005	
	Número de acções	Preço médio (euros)	Número de acções	Preço médio (euros)
Saldo em 1 de Janeiro	7 617 500	12,63	7 991 482	12,54
Acções atribuídas	-	-	1 811 774	13,54
Aumento de capital ⁽¹⁾	850 504	-	-	-
Acções alienadas ⁽²⁾	(2 800 392)	11,61	(2 185 756)	13,17
Saldo em 31 de Dezembro	<u>5 667 612</u>	11,24	<u>7 617 500</u>	12,63

(1) acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão (ver Nota 36)

(2) Inclui acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	(milhares de euros)				
	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	24 meses	24 meses	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,70%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	2 454	2 060

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforma política contabilística descrita na Nota 2.15.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades assumidas pelo Grupo e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio por antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Responsabilidades a 1 de Janeiro	22 553	20 453
Custo do exercício	2 947	3 834
Prémios pagos	(1 873)	(1 734)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	23 627	22 553

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo reconheceu em custos com pessoal o montante de 2 947 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 3 834 milhares de euros) relativos a prémios de antiguidade (ver Nota 11).

Nota 13 – Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendas e alugueres	54 523	54 454
Publicidade e publicações	43 548	37 892
Comunicações e expedição	34 387	36 077
Conservação e reparação	15 576	14 276
Deslocações e representação	24 631	21 808
Transportes	5 968	5 556
Seguros	6 538	6 128
Serviços especializados		
Informática	42 453	43 181
Trabalho independente	8 088	9 437
Mão de obra eventual	7 777	6 944
Sistema electrónico de pagamentos	12 447	14 323
Estudos e consultas	11 645	7 802
Outros serviços especializados	37 697	34 190
Água, energia e combustíveis	7 286	7 051
Material de consumo corrente	6 418	5 608
Outros custos	25 146	22 441
	<u>344 128</u>	<u>327 168</u>

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com segurança e vigilância, informação, banco de dados, judiciais, contencioso e notariado. A rubrica Outros custos inclui a formação e custos com fornecimentos externos.

Nota 14 – Resultados por acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	420 714	280 481
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares) ⁽¹⁾	417 222	300 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	6 373	7 413
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	410 849	292 587
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	1,02	0,96

(1) Número médio de acções ordinárias ponderado pelo tempo de permanência após o aumento de capital realizado em 30 de Maio de 2006 (ver Nota 36)

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco. No caso do Grupo BES, são potenciais acções ordinárias diluidoras as acções subjacentes ao plano de incentivos baseado em acções (SIBA) descrito na Nota 12.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos na medida em que as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

Nota 15 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Caixa	311 335	231 488
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	711 847	696 395
Outros bancos centrais	61 745	77 125
	<u>773 592</u>	<u>773 520</u>
	<u>1 084 927</u>	<u>1 005 008</u>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais - Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2006 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 2,79% (31 de Dezembro de 2005: 2,07%).

Nota 16 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	430 619	341 048
Depósitos à ordem	30 984	36 586
Outras disponibilidades	37 134	48 876
	<u>498 737</u>	<u>426 510</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	76 041	210 949
Cheques a cobrar	4 019	5 490
Outras disponibilidades	94 179	12 231
	<u>174 239</u>	<u>228 670</u>
	<u>672 976</u>	<u>655 180</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 17 – Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 538 485	980 929
De outros emissores	157 882	100 130
Acções	267 868	156 198
Outros títulos de rendimento variável	991 793	572 797
	<u>2 956 028</u>	<u>1 810 054</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 236 430	1 185 689
	<u>4 192 458</u>	<u>2 995 743</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 308 524	1 271 732
	<u>1 308 524</u>	<u>1 271 732</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de aquisição dos títulos detidos para negociação era de 2 886 593 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 1 772 990 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	358 504	131 155
De 3 meses a um ano	610 918	506 460
De um a cinco anos	459 480	357 251
Mais de cinco anos	502 412	86 193
Duração indeterminada	1 024 714	728 995
	<u>2 956 028</u>	<u>1 810 054</u>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repar-tida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 343 863	194 622	1 538 485	964 627	16 302	980 929
De outros emissores	137 842	20 040	157 882	31 538	68 592	100 130
Acções	267 868	-	267 868	120 366	35 832	156 198
Outros títulos de rendimento variável	-	991 793	991 793	-	572 797	572 797
	<u>1 749 573</u>	<u>1 206 455</u>	<u>2 956 028</u>	<u>1 116 531</u>	<u>693 523</u>	<u>1 810 054</u>

Os instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	15 181 980	164 353	206 550	23 713 318	253 052	230 236
- vendas	15 274 654			23 670 475		
Currency Swaps						
- compras	1 670 645	12 482	15 119	675 865	1 207	3 224
- vendas	1 707 949			676 852	-	-
Currency Futures	-	-	-	10 239	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	5 682 850	301 310	283 604	338 373	165 905	74 565
- vendas	5 704 527			340 936		
Currency Options	3 785 013	9 283	21 968	2 092 305	17 367	33 980
	<u>49 007 618</u>	<u>487 428</u>	<u>527 241</u>	<u>51 518 363</u>	<u>437 531</u>	<u>342 005</u>
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	255 930	112	126	491 750	12	191
Interest Rate Swaps	23 124 487	548 691	379 886	22 939 031	609 129	604 154
Swaption - Interest Rate Options	2 348 648	13 519	11 220	3 061 905	14 564	16 257
Interest Rate Caps & Floors	3 843 982	12 238	13 284	3 488 802	11 158	10 387
Interest Rate Futures	3 540 889	788	4 673	591 534	211	107
Bonds Options	84 686	161	-	132 532	2 960	60
Future Options	9 985 103	-	-	10 009 875	-	-
	<u>43 183 725</u>	<u>575 509</u>	<u>409 189</u>	<u>40 715 429</u>	<u>638 034</u>	<u>631 156</u>
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	4 792 599	64 445	21 381	1 483 016	38 014	35 823
Equity / Index Options	4 479 305	92 968	335 813	4 914 805	61 160	250 706
Equity / Index Futures	1 331 085	-	-	964 690	-	-
	<u>10 602 989</u>	<u>157 413</u>	<u>357 194</u>	<u>7 362 511</u>	<u>99 174</u>	<u>286 529</u>
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	1 417 632	16 080	14 900	1 591 833	10 950	12 042
	<u>1 417 632</u>	<u>16 080</u>	<u>14 900</u>	<u>1 591 833</u>	<u>10 950</u>	<u>12 042</u>
Total	<u>104 211 964</u>	<u>1 236 430</u>	<u>1 308 524</u>	<u>101 188 136</u>	<u>1 185 689</u>	<u>1 271 732</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados inclui o montante de 5 303 milhares de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos (31 de Dezembro de 2005: 39 355 milhares de euros de justo valor passivo), conforme descrito na Nota 2.4.

A 31 de Dezembro de 2006, o escalonamento dos instrumentos derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	39 051 529	(50 995)	46 082 908	9 794
De 3 meses a um ano	16 783 787	(33 213)	22 233 981	(46 661)
De um a cinco anos	21 909 934	(27 624)	18 674 040	(22 621)
Mais de cinco anos	26 466 714	39 738	14 197 207	(26 555)
	<u>104 211 964</u>	<u>(72 094)</u>	<u>101 188 136</u>	<u>(86 043)</u>

A carteira de derivados de negociação inclui instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita na Nota 2.8 e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura, como segue:

(milhares de euros)

Produto derivado	Passivo financeiro associado	Nocional	Justo valor do derivado	Valor de balanço do passivo financeiro (*)
Interest Rate Swap	Emissão de obrigações	702 074	(18 980)	682 750
Index Swap	Emissão de obrigações	217 238	12 434	215 452
Index Option	Emissão de obrigações	7 400	(708)	7 538
Index Swap	Depósitos	56 339	(435)	55 899
Currency Interest Rate Swap	Emissão de obrigações	75 949	5 110	81 578
FX Swaps	Recursos de instituições de crédito	387 114	(519)	386 997
		<u>1 446 114</u>	<u>(3 098)</u>	<u>1 430 214</u>

(*) o valor de balanço dos passivos financeiros apresenta-se líquido de recompras

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de balanço do passivo financeiro inclui um efeito negativo de 2 026 milhares de euros relativos à variação de justo valor atribuíveis ao risco de crédito da entidade (ver Nota 31).

Nota 18 – Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	144 122
De outros emissores	1 322 698	1 416 127
Acções	175 894	186 649
Valor de balanço	<u>1 498 592</u>	<u>1 746 898</u>
(Valor de aquisição)	1 497 756	1 738 071

A opção do grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Neste agregado encontram-se registados títulos no valor de 575 621 milhares de euros os quais, apesar de o Grupo ter procedido à sua alienação, não foram desconhecidos do balanço uma vez que o Grupo reteve a totalidade dos benefícios associados a estes activos através de *total return swaps*.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	228 802	6 578
De 3 meses a um ano	192 144	438 285
De um a cinco anos	569 385	374 661
Mais de cinco anos	332 367	738 409
Duração indeterminada	175 894	188 965
	<u>1 498 592</u>	<u>1 746 898</u>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	-	144 122	144 122
De outros emissores	66 067	1 256 631	1 322 698	84 041	1 332 086	1 416 127
Acções	175 894	-	175 894	186 649	-	186 649
Total valor de balanço	<u>241 961</u>	<u>1 256 631</u>	<u>1 498 592</u>	<u>270 690</u>	<u>1 476 208</u>	<u>1 746 898</u>

Nota 19 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)				
	Custo amortizado	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	271 659	394	(1 830)	(359)	269 864
De outros emissores	2 090 080	7 062	(2 801)	(10 367)	2 083 974
Acções	717 730	505 166	(2 502)	(41 542)	1 178 852
Outros títulos de rendimento variável	267 492	16 604	(488)	(7 744)	275 864
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	<u>3 346 961</u>	<u>529 226</u>	<u>(7 621)</u>	<u>(60 012)</u>	<u>3 808 554</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	349 445	1 473	(1 275)	(594)	349 049
De outros emissores	2 830 718	4 074	(4 006)	(9 093)	2 821 693
Acções	1 159 482	685 185	(2 754)	(43 419)	1 798 494
Outros títulos de rendimento variável	278 457	9 001	(618)	(4 392)	282 448
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	<u>4 618 102</u>	<u>699 733</u>	<u>(8 653)</u>	<u>(57 498)</u>	<u>5 251 684</u>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 1 de Janeiro	60 012	164 426
Dotações	8 292	36 005
Utilizações	(7 140)	(140 743)
Reversões	(1 288)	(6 405)
Diferenças de câmbio e outras	(2 378)	6 729
Saldo final	<u>57 498</u>	<u>60 012</u>

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	288 524	152 656
De 3 meses a um ano	248 114	183 884
De um a cinco anos	1 171 860	786 474
Mais de cinco anos	1 461 894	1 029 945
Duração indeterminada	2 081 292	1 655 595
	<u>5 251 684</u>	<u>3 808 554</u>

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 31 de Dezembro de 2006 podem ser analisadas como segue:

Descrição	Custo aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	202 057	496 097	-	-	698 154
Portugal Telecom	340 074	66 331	-	-	406 405
EDP	218 670	67 986	-	-	286 656
<i>Banque Marocaine du Commerce Extérieur</i>	2 480	2 774	-	(682)	4 572
Bradespar	3 577	8 345	-	-	11 922
	<u>766 858</u>	<u>641 533</u>	<u>-</u>	<u>(682)</u>	<u>1 407 709</u>

Nota 20 – Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	425 723	112 979
Depósitos	52 659	30 501
Empréstimos	52 143	34 948
Outras aplicações	1 429	523
	<u>531 954</u>	<u>178 951</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	3 145 408	2 752 359
Aplicações de muito curto prazo	2 026 383	1 343 555
Empréstimos	1 880 656	1 890 366
Outras aplicações	6 002	1 371
	<u>7 058 449</u>	<u>5 987 651</u>
Perdas por imparidade	(2 354)	(2 558)
	<u>7 588 049</u>	<u>6 164 044</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2006, vencem juros à taxa média anual de 3,46% (31 de Dezembro de 2005: 2,71%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	6 987 458	5 088 590
De 3 meses a um ano	410 257	392 888
De um a cinco anos	112 106	280 951
Mais de cinco anos	80 582	404 173
	<u>7 590 403</u>	<u>6 166 602</u>

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	2 558	3 834
Dotações	2 084	1 191
Reversões	(1 991)	(5 539)
Diferenças de câmbio e outras	(297)	3 072
Saldo final	<u>2 354</u>	<u>2 558</u>

Nota 21 – Crédito a clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	7 515 911	5 292 895
Créditos em conta corrente	6 551 451	6 844 987
Locação financeira	2 254 375	1 881 648
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	1 176 756	1 432 065
<i>Factoring</i>	977 934	915 526
Descobertos	29 536	42 585
Outros créditos	238 960	314 716
A particulares		
Habituação	7 917 558	7 922 525
Consumo e outros	2 001 327	1 518 394
	<u>28 663 808</u>	<u>26 165 341</u>
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 688 714	2 860 242
Créditos em conta corrente	1 208 129	838 537
Locação financeira	178 774	129 803
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	113 075	175 128
Descobertos	51 964	32 089
Outros créditos	620 928	321 725
A particulares		
Habituação	519 968	456 173
Consumo e outros	233 952	194 885
	<u>6 615 504</u>	<u>5 008 582</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	74 160	66 004
Há mais de 90 dias	398 360	422 071
	<u>472 520</u>	<u>488 075</u>
	<u>35 751 832</u>	<u>31 661 998</u>
Perdas por imparidade	(869 327)	(829 874)
	<u>34 882 505</u>	<u>30 832 124</u>

Durante o mês de Setembro de 2006, o Grupo BES concretizou uma operação de securitização de crédito à habitação (Lusitano Mortgages No.5), no valor de 1 400 milhões de euros (2005: 1 200 milhões de euros – Lusitano Mortgages No.4) e no mês de Outubro de 2006 concretizou uma operação de securitização de crédito a empresas (Lusitano SME No. 1) no valor de 863 milhões de euros (ver Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 794,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 125,2 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 41).

No exercício de 2006, o Grupo procedeu à venda de crédito à habitação vencido no valor de 36,1 milhões de euros, com um crédito vincendo associado no montante de 105,3 milhões de euros (2005: venda de cerca de 71 milhões de euros de crédito à habitação vencido e vincendo associado).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	6 147 170	5 578 723
De 3 meses a um ano	5 150 636	5 262 267
De um a cinco anos	7 136 228	5 721 620
Mais de cinco anos	16 845 278	14 611 313
Duração indeterminada	472 520	488 075
	<u>35 751 832</u>	<u>31 661 998</u>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 31 de Dezembro	829 874	793 225
Dotações	232 547	281 974
Utilizações	(133 935)	(181 148)
Reversões	(50 992)	(62 058)
Efeito do valor temporal	(10 861)	(11 180)
Diferenças de câmbio e outras	2 694	9 061
Saldo final	<u>869 327</u>	<u>829 874</u>

O efeito do valor temporal reflecte o valor do juro reconhecido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

O detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Crédito vencido mais vincendo associado a clientes com sinais de imparidade	959 252	1 023 633
Crédito vivo com sinais de imparidade	<u>2 235 303</u>	<u>2 331 317</u>
Crédito com sinais de imparidade	<u>3 194 555</u>	<u>3 354 950</u>
Crédito sem sinais de imparidade	<u>32 557 277</u>	<u>28 307 048</u>
	<u>35 751 832</u>	<u>31 661 998</u>
Provisão para imparidade do crédito		
- em base individual	511 451	595 527
- em base colectiva	<u>357 876</u>	<u>234 347</u>
	<u>869 327</u>	<u>829 874</u>
Saldo médio de créditos com imparidade durante o ano	<u>3 536 030</u>	<u>3 489 831</u>
Juro reconhecido no crédito com sinais de imparidade	175 988	150 580

O juro reconhecido no crédito com sinais de imparidade inclui o efeito do valor temporal relativo ao crédito com imparidade vencido bem como o juro do crédito com sinais de imparidade mas que não apresenta situação de incumprimento.

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Taxa fixa	3 700 610	4 137 591
Taxa variável	32 051 222	27 524 407
	<u>35 751 832</u>	<u>31 661 998</u>

O crédito de locação financeira, por prazos residuais é apresentado de seguida:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	503 693	896 482
De um a cinco anos	1 252 844	1 991 898
Mais de cinco anos	1 266 535	1 059 526
	<u>3 023 072</u>	<u>3 947 906</u>
Juros vincendos		
Até um ano	86 951	531 594
De um a cinco anos	174 483	1 048 322
Mais de cinco anos	328 489	356 539
	<u>589 923</u>	<u>1 936 455</u>
Capital vincendo		
Até um ano	416 742	364 888
De um a cinco anos	1 078 361	943 576
Mais de cinco anos	938 046	702 987
	<u>2 433 149</u>	<u>2 011 451</u>

Nota 22 – Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	589 354	588 457
De outros emissores	3 817	8 396
	<u>593 171</u>	<u>596 853</u>
Perdas por imparidade	-	(13)
	<u>593 171</u>	<u>596 840</u>

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	50 653	29 605
De 3 meses a um ano	66 910	59 838
De um a cinco anos	468 073	500 340
Mais de cinco anos	7 535	7 070
	<u>593 171</u>	<u>596 853</u>

O justo valor da carteira de investimentos detidos até à maturidade encontra-se apresentada na Nota 42.

Nota 23 – Derivados de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Derivados de cobertura activos	178 653	124 505
Derivados de cobertura passivos	238 612	111 098
	<u>(59 959)</u>	<u>13 407</u>

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 podem ser analisadas como segue:

							(milhares de euros)	
							31.12.2006	
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocial	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾	
Currency Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de juro e câmbio	429 596	2 248	1 060	448	(1 181)	
Currency Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro e câmbio	191 168	(8 053)	(33 657)	8 027	38 942	
Currency Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro e câmbio	18 192	54	(376)	276	270	
Currency Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro e câmbio	35 854	-	-	-	-	
Interest Rate Swaps	Crédito	Taxa de juro	245 884	(1 244)	3 778	428	(4 309)	
Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de juro	150 019	11 659	3 355	(5 663)	(3 684)	
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro	-	-	93	-	(107)	
Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro	1730 125	(64 623)	(50 026)	68 910	46 262	
			<u>2800 838</u>	<u>(59 959)</u>	<u>(75 773)</u>	<u>72 426</u>	<u>76 193</u>	

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui juro corrido.

(milhares de euros)

31.12.2005							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽²⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽¹⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽¹⁾
Currency Interest Rate Swaps	Depósitos	Cambial e Taxa de Juro	648 511	32 847	27 608	(27 986)	(27 697)
Equity / Index Swaps	Obrigações	Acções	117 276	7 447	7 552	(9 252)	(8 933)
Equity Swap	Obrigações	Taxa de juro	8 477	(1 208)	244	1 336	127
FX Swap	Depósitos	Taxa de juro	83 430	(1 574)	(792)	61	61
Index Swap	Obrigações	Acções	100 662	(180)	(1 786)	52	52
Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de juro	19 553	4 662	1 299	(2 629)	746
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de juro	77 821	(4 787)	672	4 858	637
Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de juro	1 470 852	(23 800)	(5 149)	28 002	8 401
			2 526 582	13 407	29 648	(5 558)	(26 606)

(1) Atribuível ao risco coberto.

(2) Inclui juro corrido.

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2006 a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 5,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1,8 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

As operações com derivados de cobertura em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	361 913	6 014	153 314	352
De 3 meses a um ano	466 722	(1 210)	180 224	5 826
De um a cinco anos	1 158 769	(2 505)	1 678 804	19 398
Mais de cinco anos	813 434	(62 258)	514 240	(12 169)
	2 800 838	(59 959)	2 526 582	13 407

Nota 24 – Activos e passivos não correntes detidos para venda

Em Dezembro de 2005, o BES Investimento em conjunto com a Espírito Santo Saúde adquiriu 90% do capital accionista da Hospor – Hospitais Portugueses S.A., empresa de referência na prestação de cuidados de saúde em Portugal que conta com dois hospitais e três centros ambulatórios.

A operação foi realizada através de uma sociedade participada pelo BESI (Ropsoh - Unidades de Saúde. S.A.) em 80% e pela Espírito Santo Saúde em 20%.

Referente a esta operação, a 31 de Dezembro de 2005, encontram-se registados os montantes de 157 536 milhares de euros e 112 428 milhares de euros nas rubricas de activos não correntes detidos para venda e passivos não correntes detidos para venda, respectivamente. O Grupo não registou qualquer ganho ou perda no exercício decorrente desta transacção.

A posição accionista detida pelo Espírito Santo Investment foi vendida à Espírito Santo Saúde após comunicação por parte da Autoridade da

Concorrência de uma decisão de não oposição a esta transacção que ocorreu em Fevereiro de 2006. A liquidação financeira da operação ocorreu em 3 de Março de 2006.

Nota 25 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Imóveis		
De serviço próprio	295 060	289 037
Beneficiações em edifícios arrendados	184 298	180 995
Outros	3 853	103
	<u>483 211</u>	<u>470 135</u>
Equipamento		
Equipamento informático	238 863	235 913
Instalações interiores	93 615	88 799
Mobiliário e material	86 415	79 942
Equipamento de segurança	20 808	16 833
Máquinas e ferramentas	31 111	32 151
Material de transporte	3 872	3 869
Outros	6 086	5 142
	<u>480 770</u>	<u>462 649</u>
Outras imobilizações	1 627	3 385
	<u>965 608</u>	<u>936 169</u>
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	11 886	5 156
Imóveis	7 646	12 825
Equipamento	14 223	5 812
Outros	573	1 223
	<u>34 328</u>	<u>25 016</u>
	<u>999 936</u>	<u>961 185</u>
Depreciação acumulada	(617 007)	(598 093)
	<u>382 929</u>	<u>363 092</u>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	431 091	435 571	870	36 491	904 023
Adições	6 090	19 198	15	35 554	60 857
Abates / vendas	(1 471)	(6 368)	-	(401)	(8 240)
Transferências	33 804	13 078	(154)	(46 728)	-
Variação cambial	869	1 390	46	140	2 445
Outros movimentos	(248)	(220)	2 608	(40)	2 100
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	470 135	462 649	3 385	25 016	961 185
Adições	10 507	22 833	112	33 261	66 713
Abates / vendas	(5 252)	(19 121)	-	-	(24 373)
Transferências (a)	9 121	16 071	-	(24 104)	1 088
Variação cambial	(1 258)	(995)	(1 871)	443	(3 681)
Outros movimentos	(42)	(667)	1	(288)	(996)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	483 211	480 770	1 627	34 328	999 936
Depreciações					
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	195 358	366 412	195	-	561 965
Depreciações do exercício	14 231	27 290	227	-	41 748
Abates / vendas	(728)	(6 211)	-	-	(6 939)
Variação cambial	76	588	-	-	664
Outros movimentos	142	(680)	1 193	-	655
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	209 079	387 399	1 615	-	598 093
Depreciações do exercício	15 964	24 087	181	-	40 232
Abates / vendas	(4 707)	(18 149)	-	-	(22 856)
Transferências (a)	(1 090)	5 355	(1 383)	-	2 882
Variação cambial	(53)	(172)	6	-	(219)
Outros movimentos	(143)	(834)	(148)	-	(1 125)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	219 050	397 686	271	-	617 007
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	264 161	83 084	1 356	34 328	382 929
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	261 056	75 250	1 770	25 016	363 092

(a) Inclui 7 459 milhares de euros de imobilizado e 1 961 milhares de euros de amortizações acumuladas transferidos para a rubrica de Outros Activos, referente a balcões descontinuados.

Nota 26 – Activos intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Goodwill	3 282	2 874
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	7 793	2 155
	7 793	2 155
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	403 676	384 910
Outras	30 393	35 571
	434 069	420 481
Imobilizações em curso	19 429	19 892
	464 573	445 402
Amortização acumulada	(395 921)	(373 462)
	(395 921)	(373 462)
	68 652	71 940

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Goodwill	Sistema de tratamento automático de dados de tratamento	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	2 458	391 059	34 760	428 277
Adições:				
Geradas internamente	-	5 128	-	5 128
Adquiridas a terceiros	416	29 040	5 954	35 410
Abates / vendas	-	(17 879)	(5 828)	(23 707)
Transferências	-	(629)	629	-
Variação cambial	-	35	56	91
Outros movimentos	-	203	-	203
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	2 874	406 957	35 571	445 402
Adições:				
Geradas internamente	-	5 820	-	5 820
Adquiridas a terceiros	731	21 316	1 805	23 852
Abates / vendas	(16)	(996)	(1 344)	(2 356)
Transferências	-	-	(8 547)	(8 547)
Variação cambial	(307)	(109)	(48)	(464)
Outros movimentos	-	(2 090)	2 956	866
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	3 282	430 898	30 393	464 573
Amortizações				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	-	322 539	33 360	355 899
Amortizações do exercício	-	36 700	1 831	38 531
Abates / vendas	-	(13 740)	(5 762)	(19 502)
Transferências	-	(3 877)	3 877	-
Variação cambial	-	17	-	17
Outros movimentos	-	-	(1 483)	(1 483)
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	-	341 639	31 823	373 462
Amortizações do exercício	-	28 226	561	28 787
Abates / vendas	-	(664)	(1 219)	(1 883)
Transferências	-	693	(5 536)	(4 843)
Variação cambial	-	(94)	(31)	(125)
Outros movimentos	-	447	76	523
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	-	370 247	25 674	395 921
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	3 282	60 651	4 719	68 652
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	2 874	65 318	3 748	71 940

Nota: as transferências são do Bessa para imobilizado corporeo.

Nota 27 – Investimentos em associadas

Os dados financeiros relativos às empresas associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
BES VIDA b)	6 842 137	-	6 512 852	-	329 285	-	879 725	-	115 048	-	474 997	-
BES VÉNÉTIE a)	1 216 063	1 247 066	1 132 469	1 169 303	83 594	77 763	72 111	68 090	8 208	10 861	22 000	22 000
LOCARENT	216 036	134 933	215 972	133 929	64	1 004	44 910	18 070	(940)	(2 381)	2 517	1 617
BES SEGUROS	88 919	79 103	64 784	57 066	24 135	22 037	60 455	59 605	4 425	4 324	3 749	6 000
ESEGUR	42 203	40 675	33 486	31 793	8 717	8 882	53 426	53 701	2 800	4 134	2 134	2 134
EUROP ASSISTANCE	29 164	23 892	20 168	15 693	8 996	8 199	24 631	21 636	1 082	1 060	1 147	1 147
FUNDO ES IBERIA	26 332	-	616	-	25 716	-	12	-	(766)	-	10 496	-
CARLUA	19 652	21 348	17 908	14 432	1 744	1 779	31 479	27 469	339	327	1 250	1 250
SCI GEORGES MANDEL	11 590	11 332	68	155	11 522	11 177	1 115	1 050	324	215	2 401	2 401
FOMENTINVEST	9 151	7 824	1 673	3 089	7 478	4 735	4 301	828	2 743	43	1 000	1 000
COMINVEST	7 275	7 316	430	537	6 845	6 779	459	388	191	92	2 089	2 089
BRB INTERNACIONAL	5 590	5 952	2 945	5 127	2 645	825	4 654	2 514	405	(230)	10 033	10 033
ESUMÉDICA	3 419	3 049	3 031	2 456	388	593	4 749	4 732	(191)	58	395	395
SGPICE	2 934	3 541	9 694	6 807	(6 760)	(3 266)	12 216	7 794	(1 245)	(2 472)	2 667	-
CONCORDIA	1 065	-	32	-	1 033	-	502	-	(355)	-	996	996
FIDUPRIVATE	962	865	100	121	862	744	507	777	130	157	31	31
APOLO FILMS	671	851	40	230	631	738	245	61	(165)	(53)	791	791
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 653	7 328
											<u>554 346</u>	<u>59 212</u>

a) Participação alienada em Dezembro de 2005 pelo BES à ES Tech Ventures.

b) Participação adquirida em Junho de 2006. O resultado gerado até Junho não foi apropriado pelo Grupo BES.

(milhares de euros)

	% Detida		Valor de Balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
BES VIDA	50,00%	-	490 566	-	3 676	-
BES VÉNÉTIE	40,00%	40,00%	34 391	31 105	3 284	4 345
LOCARENT	45,00%	45,00%	7	452	(445)	(1 071)
BES SEGUROS	25,00%	40,00%	6 426	8 815	1 499	1 730
ESEGUR	34,00%	34,00%	2 964	3 020	952	1 406
EUROP ASSISTANCE	23,00%	23,00%	2 069	1 886	249	244
FUNDO ES IBERIA	38,69%	-	10 027	-	(278)	-
CARLUA	18,34%	18,34%	560	546	(11)	105
SCI GEORGES MANDEL	22,50%	22,50%	2 592	2 515	73	48
FOMENTINVEST	20,00%	20,00%	1 496	947	549	-
COMINVEST	25,00%	25,00%	1 711	1 695	48	23
BRB INTERNACIONAL	24,93%	24,93%	661	206	205	(43)
ESUMÉDICA	24,90%	24,90%	96	148	(48)	14
SGPICE	33,33%	33,33%	-	-	-	-
CONCORDIA	49,00%	49,00%	506	1 008	(230)	-
FIDUPRIVATE	24,76%	24,76%	213	184	32	39
APOLO FILMS	25,00%	25,00%	157	186	(27)	(10)
Outras	-	-	17 121	9 661	1 242	865
			<u>571 563</u>	<u>62 374</u>	<u>10 770</u>	<u>7 695</u>

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 1 de Janeiro	62 374	58 940
Alienações	(6 463)	(4 074)
Aquisições	498 120	3 859
Resultado de associadas	10 770	7 695
Dividendos recebidos	(1 907)	(1 779)
Diferenças de câmbio e outras ^(a)	8 669	(2 267)
Saldo final	<u><u>571 563</u></u>	<u><u>62 374</u></u>

(a) A 31 de Dezembro de 2006 inclui 11 890 milhares de euros de variação de reservas de justo valor da BES Vida.

Conforme referido na Nota 1, o BES adquiriu por cerca de 475 milhões de euros, 50% do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, que entretanto alterou a sua denominação para BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Os restantes 50% foram adquiridos pelo Credit Agricole que assumiu o controlo sobre a gestão da seguradora. Nesta base, o investimento encontra-se registado nas contas do BES pelo método da equivalência patrimonial.

A contabilização em 31 de Dezembro de 2006, nas contas consolidadas do BES da aquisição da BES-Vida, foi efectuada numa base provisional, de acordo com o IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais, tendo em consideração que a mesma ocorreu no decorrer do exercício. O processo de identificação e atribuição dos justos valores dos activos, passivos e passivos contingentes da BES-Vida encontra-se em curso e deverá estar concluído no prazo máximo de 12 meses, conforme permitido pelo IFRS 3.

Contudo, a contabilização pelo método de equivalência patrimonial da participação financeira da BES-Vida pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)
	31.12.2006
Situação líquida da BES Vida a 31.12.2006	329 285
Valor atribuível ao BES (50%)	164 643
Goodwill reconhecido	267 440
<i>Value in Force</i> ^(a)	
Justo valor determinado na data da aquisição	60 955
Amortização do exercício	<u>(2 472)</u>
Valor líquido	<u>58 483</u>
Valor reconhecido em balanço, relativo à BES Vida	<u><u>490 566</u></u>

(a) O *Value in force* corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição. Este valor, de acordo com os IFRS, é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas.

Nota 28 – Outros activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
(milhares de euros)		
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	176 707	142 997
Operações sobre títulos	-	125 708
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	103 646	98 580
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	46 897	39 934
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	-	23 072
Contas caução	51 593	19 682
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	105 391	44 214
Sector público administrativo	40 148	14 407
Outros devedores diversos	144 935	157 653
	<u>669 317</u>	<u>666 247</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(9 298)	(10 338)
	<u>660 019</u>	<u>655 909</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	36 055	52 851
Outros activos	32 503	23 689
	<u>68 558</u>	<u>76 540</u>
Proveitos a receber	75 300	42 552
Despesas com custo diferido	84 115	75 972
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	19 495	20 927
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	398 672	-
Outras operações a regularizar	84 558	15 680
	<u>502 725</u>	<u>36 607</u>
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	119 713	82 889
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(10 652)	(8 169)
	<u>109 061</u>	<u>74 720</u>
Pensões de reforma (ver Nota 12)	579 008	620 404
	<u>2 078 786</u>	<u>1 582 704</u>

A rubrica de despesas com custo diferido inclui em 31 de Dezembro de 2006 o montante de 54 024 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 57 838 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida útil remanescente do colaborador.

As Operações sobre títulos em 2005 representam valores a receber de clientes, decorrentes de vendas a descoberto a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	18 507	27 416
Dotações	4 549	2 591
Utilizações	(611)	(8 251)
Reversões	(2 371)	(2 162)
Diferenças de câmbio e outras	(124)	(1 087)
Saldo final	<u>19 950</u>	<u>18 507</u>

Nota 29 – Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
No país		
Empréstimos	891 829	745 945
Mercado monetário interbancário	120 915	68 421
Depósitos	149 872	93 777
Recursos a muito curto prazo	13 702	17 805
Operações com acordo de recompra	1 352	-
Outros recursos	23 581	3 019
	<u>1 201 251</u>	<u>928 967</u>
No estrangeiro		
Depósitos	2 366 230	3 130 983
Empréstimos	2 526 197	1 716 671
Recursos a muito curto prazo	88 923	71 229
Operações com acordo de recompra	516 700	325 797
Outros recursos	128 085	91 245
	<u>5 626 135</u>	<u>5 335 925</u>
	<u>6 827 386</u>	<u>6 264 892</u>

O escalonamento de Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	2 783 657	2 861 933
De 3 meses a um ano	2 181 269	660 850
De um a cinco anos	1 630 655	1 717 258
Mais de cinco anos	231 805	1 024 851
	<u>6 827 386</u>	<u>6 264 892</u>

Nota 30 – Recursos de clientes

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	9 565 627	8 790 753
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	7 807 665	7 523 978
Depósitos com pré-aviso	514	1 226
Outros	1 868	3 205
	<u>7 810 047</u>	<u>7 528 409</u>
Depósitos de poupança		
Reformados	182 535	222 855
Emigrantes	185	346
Outros	1 956 739	2 008 586
	<u>2 139 459</u>	<u>2 231 787</u>
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	1 452 259	1 486 553
Outros	1 026 279	715 581
	<u>2 478 538</u>	<u>2 202 134</u>
	<u>21 993 671</u>	<u>20 753 083</u>

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Exigível à vista	9 565 627	8 790 753
Exigível a prazo		
Até 3 meses	9 193 809	8 684 668
De 3 meses a um ano	2 435 123	2 492 641
De um a cinco anos	714 047	614 582
Mais de cinco anos	85 065	170 439
	<u>12 428 044</u>	<u>11 962 330</u>
	<u>21 993 671</u>	<u>20 753 083</u>

Esta rubrica inclui 55 899 milhares de euros de depósitos registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 17). A opção do grupo em designar estes passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, conforme política contabilística descrita na Nota 2.8.

Nota 31 – Responsabilidades representadas por títulos

As Responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
<i>Euro Medium Term Notes</i>	8 980 124	7 291 038
Obrigações de caixa	4 905 583	3 181 310
Certificados de depósitos	4 737 685	3 553 193
Outros	<u>407 077</u>	<u>376 750</u>
	<u>19 030 469</u>	<u>14 402 291</u>

Durante o exercício de 2006 o Grupo BES procedeu à emissão de 5 650,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 5 756,8 milhões de euros) de títulos, tendo sido reembolsados 1 695,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1 460,3 milhões de euros).

A duração residual de Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	3 735 843	3 592 332
De 3 meses a um ano	3 293 593	1 491 581
De um a cinco anos	8 267 290	6 225 207
Mais de cinco anos	<u>3 733 743</u>	<u>3 093 171</u>
	<u>19 030 469</u>	<u>14 402 291</u>

As características essenciais destes recursos, para o Grupo, são como segue:

(milhares de euros)

31.12.2006						
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	Certificados de depósito	EUR	2006	1 315 802	2007	0,00% - 5,60%
BES	Certificados de depósito	USD	2004 - 2006	1 792 256	2007 - 2008	4,71% - 5,34%
BES	Certificados de depósito	GBP	2006	1 583 451	2007	2,65% - 5,63%
BES	BIC 99 - 3ª emissão	EUR	1999	24 000	2008	Taxa fixa - 2,80%
BES	BES Rendimento Mais - 1ª Série	EUR	2000	10 801	2008	Taxa fixa - 5,80%
BES	BES Rendimento Mais - 2ª Série	EUR	2000	4 947	2008	Taxa fixa - 5,95%
BES	BES Rendimento Mais - 3ª Série	EUR	2000	6 865	2008	Taxa fixa - 5,98%
BES	BES Rendimento Mais - 4ª Série	EUR	2000	7 118	2008	Taxa fixa - 2,76%
BES	BES Rendimento Mais - 5ª Série	EUR	2000	5 142	2008	Taxa fixa - 5,96%
BES	BES EURO RENDA Agosto 2001	EUR	2001	15 000	2009	Taxa fixa - 2,75%
BES	BES Euro Renda	EUR	2002	22 306	2010	Taxa fixa - 5,32%
BES	BES-GL.TITANS	a) EUR	2002	14 665	2007	0,85% + Índice Eurostat MUICP
BES	BES-R.PRV. 2007	a) EUR	2002	12 430	2007	3,90% + DJ Euro Stoxx 50
BES	BES-CABAZ 2008	a) EUR	2003	8 445	2008	cabaz de ações internacionais
BES	BES-IND.JUN.03	a) EUR	2003	1 001	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-IND.M.FEV03	a) EUR	2003	2 293	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-IND.MAIO 03	a) EUR	2003	2 940	2008	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-V.SEG.ABR03	a) EUR	2003	2 355	2008	DJ Eurostoxx 50 + HICP Ex-Tobacco
BES	BES-IM JUL.2004	a) EUR	2004	1 441	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-IN.GL.MAR04	a) EUR	2004	2 153	2007	c)
BES	BES-IND.S.JAN04	a) EUR	2004	1 745	2007	cabaz de índices DJ
BES	BES-LIBOR NOV04	a) USD	2004	656	2008	US Libor 6 meses
BES	BES-SETUP JUN04	a) EUR	2004	952	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-SETUP MAIO4	a) EUR	2004	661	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES	BES-TI.14.5%MAIO	a) EUR	2004	4 804	2014	Euribor 12 meses
BES	BES-TARG.14.5%A	a) EUR	2004	4 636	2014	Euribor 12 meses
BES	BES-LIBOR INV04	a) USD	2004	1 051	2009	US Libor 3 meses
BES	BIC CAP.MAIS 07	a) EUR	2004	7 481	2007	DJ Eurostoxx 50 + DJ Industrials
BES	TOP BIC SEL.JUL	a) EUR	2004	5 759	2007	cabaz de fundos
BES	BES TARGET 10%	EUR	2005	4 977	2013	Taxa fixa - 5,00%
BES	BIC EURO 4%	EUR	2005	3 094	2007	Taxa fixa - 4,00%
BES	BIC EURO VALOR	EUR	2005	34 330	2010	Taxa fixa - 4,25%
BES	BIC SNOWBL ABR0	EUR	2005	32 326	2012	Euribor 6 meses
BES	BES 12/01/2009	a) USD	2005	812	2009	US Libor 6 meses
BES	BES CHINA FEV05	a) EUR	2005	7 966	2008	FSTE/Xinhua China 25 Index
BES	BES COMMODIT 7%	a) EUR	2005	1 731	2014	Taxa fixa - 7,00%
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	2 103	2013	taxa fixa 4,08% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 561	2013	taxa fixa 4,14% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES ER3,75%0805	a) EUR	2005	2 166	2013	taxa fixa 3,85% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES-E.RENDA 4%	a) EUR	2005	7 701	2013	taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BIC E.RENDA 4%	a) EUR	2005	2 695	2013	taxa fixa 4,15% no 1º, 2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BIC GLOBAL IND	a) EUR	2005	7 537	2010	DJ Eurostoxx 50 + Nasdaq 100 + Nikkei 225
BES	BES FEV 2009	EUR	2006	6 500	2009	Taxa fixa - 4,00%
BES	BES 4% DUAL	a) EUR	2006	5 409	2008	4% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)
BES	BES BRIC MAR.06	a) EUR	2006	5 063	2009	Nifty India + RDX Russia + HK Hang Seng + Bovespa
BES	BES CR.JAPÃO PL	a) EUR	2006	4 879	2009	Nikkei 225
BES	BES TARGET 9%	a) EUR	2006	3 039	2010	Euribor 12 meses
BES	BES TARGET 9% 2	a) EUR	2006	2 895	2010	Euribor 12 meses
BES	BES-4,25% DUAL	a) EUR	2006	2 870	2008	4,25% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)
BES (SFE)	BES-SFE 27/11/2008	a) EUR	2003	44 617	2008	Taxa swap 10 anos EUR
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	52 302	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	86 144	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	110 080	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	64 484	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/15/13	USD	2003	56 948	2013	StepUp (1º cupão 1,25%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	2003	56 948	2013	StepUp (1º cupão 1,50%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	12 258	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 2,90%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	75 000	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2002	74 906	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	22 296	2013	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	2004	37 965	2017	StepUp (1º cupão 1,87%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 02/11/19	USD	2004	37 965	2019	StepUp (1º cupão 1,78%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	10 445	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	25 770	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	6 175	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	5 146	2014	Cupão único e pago à cabeça
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	2004	56 948	2014	StepUp (1º cupão 2,07%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	4 655	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	1 695	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a) EUR	2004	587	2009	Euribor 6 meses
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	719	2008	Euribor 6 meses + 0,51%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN - BES Libor 4%	USD	2005	827	2008	Taxa fixa - 4,00%
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 06/30/08	USD	2005	1 653	2008	StepUp (1º cupão 4,00%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 07/11/08	USD	2005	1 665	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/08/08	USD	2005	1 613	2008	StepUp (1º cupão 3,60%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 08/09/08	USD	2005	646	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)

31.12.2006						
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 10/14/08	USD	2005	1 351	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 11/10/08	USD	2005	1 435	2008	StepUp (1º cupão 3,75%)
BES (sucursal de Cayman)	BES CAYMAN Step Up 12-15-08	USD	2005	1 576	2008	StepUp (1º cupão 4,25%)
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,48%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2001	EUR	2001	49 978	2011	Taxa fixa - 5,68%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 3 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,40%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 4 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,46%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 5 2001	EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,48%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 6 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,43%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 7 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,41%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 8 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,45%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 9 2001	EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 10 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,53%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 11 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,57%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 12 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,58%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 13 2001	EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,73%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 14 2001	EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,80%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 15 2001	EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,79%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 16 2001	EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,90%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 17 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,89%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 18 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,83%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 19 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,96%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 20 2001	EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,94%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 21 2001	EUR	2001	49 971	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 22 2001	EUR	2001	74 957	2013	Taxa fixa - 6,08%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	74 957	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 24 2001	EUR	2001	74 953	2014	Taxa fixa - 6,01%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	74 953	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 26 2001	EUR	2001	74 951	2015	Taxa fixa - 6,16%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	74 951	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 29 2001	EUR	2001	49 999	2011	Taxa fixa - 5,28%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 30 2001	EUR	2001	49 999	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 1 2002	EUR	2002	69 998	2012	Taxa fixa - 5,92%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 2 2002	EUR	2002	6 049	2012	Taxa fixa - 4,65%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 3 2002	EUR	2002	30 000	2007	Taxa fixa - 5,42%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 4 2002	EUR	2002	50 000	2007	Taxa fixa - 5,32%
BES (sucursal de Cayman)	BIC CAYMAN 5 2002	EUR	2002	50 000	2007	Taxa fixa - 5,23%
Besleasing e Factoring	BLI/99	EUR	1999	999	2009	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	BLI/2000	EUR	2000	1 667	2010	Euribor 6 Meses + 0,67%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2007	EUR	2004	150 000	2007	Euribor 3 Meses + 0,65%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2009	EUR	2004	100 000	2009	Euribor 3 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	BEF 2004/2014	EUR	2004	100 000	2014	Euribor 6 Meses + 0,75%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2008	EUR	2005	150 000	2008	Euribor 3 Meses + 0,65%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2011	EUR	2005	82 876	2011	Euribor 3 Meses + 0,715%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2012	EUR	2005	86 513	2012	Euribor 3 Meses + 0,73%
Besleasing e Factoring	BEF 2005/2010	EUR	2005	50 000	2010	Euribor 6 Meses + 0,70%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	1998	27 577	2010	3,70%
Besleasing e Factoring	Papel comercial	EUR	1998	19 862	2011	3,88%
BESNACC	Papel comercial	USD	1998	1 665	2007	Taxa fixa - 5,30%
BES Finance	EMTN 19	EUR	2002	599 890	2007	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 21	EUR	2003	99 970	2010	Taxa fixa - 4,00%
BES Finance	EMTN 23	CZK	2003	18 192	2008	Taxa fixa - 3,75%
BES Finance	EMTN 24	a) EUR	2003	295 812	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 25	a) EUR	2003	63 721	2008	HICP Ex-Tobacco
BES Finance	EMTN 27	a) EUR	2003	122 332	2008	DJ Eurostoxx 50
BES Finance	EMTN 28	EUR	2004	50 000	2009	Taxa fixa - 3,83%
BES Finance	EMTN 29	EUR	2004	599 366	2009	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 30	EUR	2004	299 499	2011	Euribor 3 meses + 0,20%
BES Finance	EMTN 31	EUR	2004	150 000	2007	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 32	EUR	2004	150 000	2007	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 33	EUR	2004	299 917	2008	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 34	EUR	2004	18 950	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,43%
BES Finance	EMTN 35	EUR	2004	22 637	2019	d)
BES Finance	EMTN 36	EUR	2004	599 829	2009	Euribor 3 meses + 0,19%
BES Finance	EMTN 37	EUR	2004	19 347	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39	EUR	2005	100 000	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 41	EUR	2005	499 913	2010	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 44	EUR	2005	299 803	2010	Euribor 3 meses + 0,13%
BES Finance	EMTN 45	EUR	2005	199 982	2007	Euribor 3 meses + 0,05%
BES Finance	EMTN 46	EUR	2005	299 881	2008	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Finance	EMTN 47	EUR	2005	499 999	2008	Euribor 3 meses + 0,05%
BES Finance	EMTN 40	a) EUR	2005	234 667	2035	e)
BES Finance	EMTN 48	EUR	2006	749 680	2011	Euribor 3 meses + 0,12%
BES Finance	EMTN 49	a) GBP	2006	81 166	2011	Labor 3 meses + 0,072%
BES Finance	EMTN 50	EUR	2006	299 998	2009	Euribor 3 meses + 0,11%
BES Finance	EMTN 51	CZK	2006	17 920	2011	Taxa fixa - 3,65%
BES Finance	EMTN 52	EUR	2006	86 508	2007	Cupão Zero - Taxa efectiva 3,55%
BES Finance	EMTN 53	EUR	2006	499 824	2011	Euribor 3 meses + 0,15%
BES Finance	EMTN 54	EUR	2006	749 583	2009	Euribor 3 meses + 0,10%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 08/27/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,75%
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 09/02/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,74%

						31.12.2006		
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 09/16/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 10/07/13	EUR	2003	25 000	2013	Taxa fixa - 4,84%		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 02/02/17	USD	2004	18 983	2017	Taxa fixa - 5,42%		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 02/11/19	USD	2004	18 983	2019	Taxa fixa - 5,37%		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL STEP UP 07/21/14	USD	2004	18 983	2014	Taxa fixa - 2,31%		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL LTD 5.41% 21/07/14	USD	2004	75 930	2014	Taxa fixa - 5,41%		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL LTD 5.7065% 11/02/19	USD	2004	56 947	2019	Taxa fixa - 5,7065%		
BES Beteiligungs GmbH	BESIL LTD 5.515% 02/02/17	USD	2004	56 947	2017	Taxa fixa - 5,515%		
BES Açores	BES Açores Agosto 2004	EUR	2004	32 053	2007	Taxa fixa - 2,52%		
BES Açores	BES Açores Outubro 2006	EUR	2006	24 625	2009	Euribor 6 meses + 0,35%		
Lusitano SME n.º 1	Class A asset backed floating rate notes	EUR	2006	759 525	2028	Euribor + 0,15%		
Lusitano SME n.º 1	Class B asset backed	EUR	2006	40 974	2028	Euribor + 0,05%		
Lusitano SME n.º 1	guaranteed floating rate notes	EUR	2006	34 073	2028	Euribor + 2,20%		
Lusitano SME n.º 1	Class C asset backed floating rate notes	EUR	2006	3 299	2008	Snowball j)		
BESI	BESI CAIXA(BEST) TX F JUN08 PLUS	EUR	2004	3 299	2008	Snowball j)		
BESI	BESI CAIXA (BEST) TX FIXA	EUR	2004	325	2008	Taxa fixa crescente		
BESI	BESI RENDIM PLUSII TX VAR AGO08	EUR	2004	1 082	2008	Snowball j)		
BESI	BESI RENDIM PLUS TX VAR OUT07	EUR	2004	1 924	2007	Snowball j)		
BESI	BESI CAIXA BEST ACCOES EUROPA 4%	b)	2005	2 500	2010	k)		
BESI	BESI MULTIESTRATEGIA MAR2010	b)	2005	2 620	2010	f)		
BESI	BESI OBRIG RENDIMENT 20% MAY2015	EUR	2005	2 819	2015	Taxa fixa - 5% + CMS		
BESI	BESI OBRIG BULL&BEAR JUN10	b)	2005	1 422	2010	DJ Eurostoxx 50		
BESI	BESI CX RANGE ACCR AND FX NOV11	EUR	2005	5 367	2011	Range accrual		
BESI	BESI OBCX RACCURAL TARN MAR2016	EUR	2006	3 440	2016	Taxa Fixa - 6% + Range accrual		
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14	EUR	2006	3 323	2014	Taxa fixa crescente		
BESI	BESI CAIXA 6.15% NIKKEI JAN2011	b)	2006	4 215	2011	Nikkei 225		
BESI	BESI CERT CABAZ MUNDIAL AUG07	b)	2006	3 752	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225		
BESI	BESI CERTI BARRIER EUSTOXX SEP07	b)	2006	2 664	2007	DJ Eurostoxx 50		
BESI	BESI CERT DUAL5%+SXSE JUN09	b)	2006	4 803	2009	Taxa fixa - 5% + DJ Eurostoxx 50		
BESI	BESI VMOP OREY JUN2009	EUR	2006	9 130	2009	Taxa fixa - 14,75%		
BESI	BESI CERT DUALREND+EUSTOXX AUG14	EUR	2006	3 037	2014	Taxa fixa 6,67% + DJ Eurostoxx 50		
ES Investment Plc	ESIP FEB2007 REV FLOATER EUR QTO	EUR	2002	9 963	2007	USD Libor 12 meses (reverse floater)		
ES Investment Plc	ESIP NOV03/JAN07 EQTYLILK IBEX35	b)	2003	2 496	2007	IBEX 35		
ES Investment Plc	ESIP NOV03/JAN07 EQTYLILK STOXX50	b)	2003	1 447	2007	DJ Eurostoxx 50		
ES Investment Plc	ESIP JAN07 STOCK BASKET LINKED	b)	2004	2 498	2007	k)		
ES Investment Plc	ES INVESTPLC SEP09 EURIBOR CAPII	EUR	1999	2 563	2009	Euribor 6 meses (Capped 8%)		
ES Investment Plc	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP	EUR	2002	7 417	2017	Taxa fixa 6% + CMS		
ES Investment Plc	ESIP APR11 INDX BASQ LINQ 90%	b)	2003	4 305	2011	g)		
ES Investment Plc	ESIP JUL03/JUL11 LINKED CMS	b)	2003	12 137	2011	Taxa fixa - 5,10% + CMS + Credit linked		
ES Investment Plc	ESIP NOV2011 CMS LINKED EUR 5M	EUR	2003	4 193	2011	Taxa fixa - 4,75% + CMS		
ES Investment Plc	ESIP DEC2011 CMS LINKED EUR 6,5M	EUR	2003	6 782	2011	Taxa fixa - 4,95% + CMS		
ES Investment Plc	ESIP JUL2012 CMS LINKED EUR 5,5M	EUR	2004	4 524	2012	Taxa fixa - 4,95% + CMS		
ES Investment Plc	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE	EUR	2004	11 756	2024	Taxa fixa - 5,00% + CMS		
ES Investment Plc	ESIP EURCRE CRDLINK NOV09	b)	2004	4 500	2009	Credit Linked		
ES Investment Plc	ESIP CMS LINKED NOV2014	EUR	2004	4 480	2014	Taxa fixa 6% + CMS		
ES Investment Plc	ESIP EUR SNOWBALL FLOAT NOV2012	EUR	2004	6 148	2012	Taxa fixa - 4,75% + Snowball j)		
ES Investment Plc	ESIP NOV03/JAN07 EQLK DOW JON I	b)	2003	1 893	2007	DJ Industrial Average		
ES Investment Plc	ESIP JAN07 INDEX BASKET LINKED	b)	2004	1 805	2007	h)		
ES Investment Plc	ESIP JAN01/JAN11 CRDLK US 11.85	b)	2001	2 362	2011	Taxa Fixa - 5% + Indexada a evento de crédito		
ES Investment Plc	ESIP NOV02 OCT2017 CALLABLE STEP	EUR	2002	1 356	2010	Taxa fixa - 2,32%		
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+14 BPS APR2008	EUR	2005	15 000	2008	Euribor 12 meses		
ES Investment Plc	ESIP AMORTIZING MAY2010 ESTOXX50	b)	2005	3 298	2010	DJ Eurostoxx 50		
ES Investment Plc	ESIP ASIAN BASKET EURO MAY2008	b)	2005	501	2008	i)		
ES Investment Plc	ESIP ASIAN BASKET USD MAY2008	b)	2005	142	2008	j)		
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015	EUR	2005	5 367	2015	Range accrual		
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15	EUR	2005	167	2015	Range accrual		
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AUG2013	EUR	2005	4 620	2013	Taxa fixa - 4,75% + Range accrual		
ES Investment Plc	ESIP BESLEAS&INFLAT LINK MAY15	b)	2005	6 693	2015	HIPC Ex-Tobacco + Credit linked		
ES Investment Plc	ESIP EURIBOR12M+13 BP MAY2008	EUR	2005	8 100	2008	Euribor 12 meses		
ES Investment Plc	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15	EUR	2005	1 511	2015	Taxa fixa - 7,06% + Snowball j)		
ES Investment Plc	ESIP FEB2007 EQLK IBEX & ESTX50	b)	2005	2 696	2007	IBEX 35 + DJ Eurostoxx 50		
ES Investment Plc	ESIP AGO05 AGO08 FTD USD 1M	b)	2005	736	2008	Credit Linked		
ES Investment Plc	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL	EUR	2005	10 797	2035	Euribor 12 meses (reverse floater)		
ES Investment Plc	ESIP SEP17 RANGE ACC TARN	EUR	2005	2 469	2017	Range accrual		
ES Investment Plc	ESIP IBEX & SXSE LNO MAR07	b)	2005	3 089	2007	IBEX 35 + DJ Eurostoxx 50		
ES Investment Plc	ESIP EURBRL LNO NOTE SEP13	b)	2005	2 666	2013	Taxa Fixa - 15% + Indexada a taxa de câmbio		
ES Investment Plc	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015	EUR	2005	5 177	2015	Taxa Fixa - 2,64% + Snowball j)		
ES Investment Plc	ESIP SXSE E S&P500 00407	b)	2005	2 138	2007	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500		
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL OCT2008	EUR	2005	7 187	2008	Range accrual		
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	EUR	2005	584	2017	Range accrual		
ES Investment Plc	ESIP HYBRID (FX AND EUR6M) OCT09	b)	2005	3 422	2009	indexada a taxa de câmbio e taxa de Juro		
ES Investment Plc	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	EUR	2005	5 727	2036	Taxa Fixa - 7,44% + CMS		
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL AND FX NOV11	EUR	2005	273	2011	indexada a taxa de câmbio e taxa de Juro		
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON DEC08	EUR	2005	1 922	2008	Cupão Zero - Taxa efectiva 3,10%		
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL DEC08	EUR	2005	1 857	2008	Range accrual		
ES Investment Plc	ESIP-ESP SANTO IN PLC 3.04% 2007	EUR	2005	3 959	2007	Taxa fixa - 3,04%		
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON JAN07	EUR	2006	68 037	2007	Cupão Zero - Taxa efectiva 2,73%		
ES Investment Plc	ESIP SHOOTING STARS FEB2010	b)	2006	2 143	2010	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225 + Hang Seng		
ES Investment Plc	ESIP FEB2007 FIRST TO DEFAULT	b)	2006	4 999	2007	Credit Linked		
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED APR2008	b)	2006	7 468	2008	g)		
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016	EUR	2006	3 994	2016	Euribor 12 meses		

(milhares de euros)

31.12.2006						
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Plc	ESIP 7.75% RANGE ACC MAY16	USD	2006	3 408	2016	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR SNOWBALL MAY10	EUR	2006	2 569	2010	Taxa Fixa 4.25% + Snowball j)
ES Investment Plc	ESIP CALLABLE EUR FLIPPER MAY11	EUR	2006	4 397	2011	Taxa Fixa 3.70% + Cupão Variável
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 EUR	EUR	2006	3 989	2009	S&P 500 + Nikkei
ES Investment Plc	ESIP IDX BSKT LINKED AUG2009 USD	USD	2006	1 354	2009	S&P 500 + Nikkei
ES Investment Plc	ESIP PT INT CRD LINKED MAR2012	b) EUR	2006	8 436	2012	Credit Linked
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON NOTE FEB2007	EUR	2006	28 646	2007	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP 5% EUR6M DIGITAL SEP2011	EUR	2006	1 234	2011	Taxa de Juro digital
ES Investment Plc	ESIP INDEX BASKET LINKED SEP2011	EUR	2006	7 289	2011	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nasdaq + Hang Seng + Topix
ES Investment Plc	ESIP FX BASKET LINKED MAR2008	USD	2006	1 328	2008	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP ZERO COUPON NOTE SEP2007	EUR	2006	32 751	2007	Cupão Zero
ES Investment Plc	ESIP EURUSD LINKED OCT2007	EUR	2006	6 957	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP EURUSD LINKED APR2007	EUR	2006	982	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 3.885% OCT2007	EUR	2006	122 300	2007	Taxa Fixa 3.89%
ES Investment Plc	ESIP EURUSD LINKED MAY2007	EUR	2006	1 653	2007	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL NOV2007	EUR	2006	38 653	2007	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EURTRY LINKED NOV2009	EUR	2006	1 910	2009	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 6M EURUSD LINKED MAY2007	EUR	2006	5 973	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP NOV09 STOCK BASKET LKD USD	USD	2006	1 840	2009	k)
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL USD NOV2021	USD	2006	2 869	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP NOV07 TELEFONICA LINKED	EUR	2006	7 860	2007	Indexada à acção Telefónica
ES Investment Plc	ESIP USD RANGE ACCRUAL NOV2021	USD	2006	1 739	2021	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 4% MAY2008	EUR	2006	24 937	2008	Taxa fixa - 4%
ES Investment Plc	ESIP 1Y EURUSD LINKED DEC2007	EUR	2006	2 114	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 3.889% NOV2007	EUR	2006	14 000	2007	Taxa fixa - 3.889%
ES Investment Plc	ESIP JUN08 STOCK BASKET LKD	EUR	2006	5 861	2008	k)
ES Investment Plc	ESIP 3.758% JUN2007	EUR	2006	100 000	2007	Taxa fixa - 3.76%
ES Investment Plc	ESIP 3.773% JUN2007	EUR	2006	10 000	2007	Taxa fixa - 3.77%
ES Investment Plc	ESIP MAR07 USDBRL LINKED USD	USD	2006	1 436	2007	Indexada a taxa de câmbio
ES Investment Plc	ESIP 3.891% DEC2007	EUR	2006	104 850	2007	Taxa fixa - 3.89%
ES Investment Plc	ESIP 4.08% COMPOUND JUN2008	EUR	2006	14 979	2008	Taxa fixa - 4.08%
				18 826 961		
	Juro corrido			203 508		
				19 030 469		

a) Passivos designados ao justo valor através de resultados.

b) emissões com derivados embutidos destacados.

c) Indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50, Goldman Sachs CIER, Iboxx Euro Sovereign e USD/EUR.

d) Indexado do 1º ao 5º ano a taxa fixa 6,60% e indexado à taxa swap após 6º ano.

e) Indexado do 1º ao 4º ano a taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano.

f) indexado a cabaz composto pelos índices EUGATR, Eurostoxx 50, Short EUR/Long USD, Goldman Sachs Commodity Index Excess Return.

g) indexado a cabaz composto pelos índices DJ Eurostoxx 50; Standard & Poors 500 e Nasdaq 100.

h) indexado a cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50 e Dow Jones Industrials.

i) indexado a cabaz composto pelos índices Nifty India Index; REX Russia Index e China HSCE Index.

j) indexada a cupão anterior + spread - Euribor.

k) indexada a cabaz composto pelas acções Altadis, Deutsche Bank, Deutsche Telecom, Inditex, Nokia, Banco Popular.

Incluídos nesta rubrica estão cerca de 140 879 milhares de euros de obrigações de caixa e 846 439 milhares de euros de *Euro Medium Term Notes* relativos a emissões registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 17).

A opção do Grupo em designar estes passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Grupo, conforme política contabilística descrita na Nota 2.8.

Nota 32 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
			(milhares de euros)
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	-	84 156	84 156
Dotações	57 554	23 116	80 670
Utilizações	(7 892)	(13 224)	(21 116)
Anulações	-	(5 665)	(5 665)
Alterações no perímetro de consolidação	-	16 715	16 715
Diferenças de câmbio e outras	-	596	596
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	49 662	105 694	155 356
Dotações	10 810	43 755	54 565
Utilizações	(57 986)	(4 342)	(62 328)
Anulações	-	(3 526)	(3 526)
Transferências	(800)	(3 166)	(3 966)
Diferenças de câmbio e outras	-	(219)	(219)
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1 686	138 196	139 882

Em 31 de Dezembro de 2005, as alterações no perímetro de consolidação respeitam à aquisição do *Banco de Inversión*.

Da provisão para reestruturação constituída em 2005 relativa à fusão do Banco Internacional de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., e que em 31 de Dezembro de 2005 ascendia a 49,7 milhões de euros, foram utilizados 49,6 milhões de euros durante o ano de 2006.

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. Durante 2006 foram utilizados 9,2 milhões de euros desta provisão.

As outras provisões no montante de 138 196 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2006 (31 de Dezembro de 2005: 105 694 milhares de euros) destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Grupo.

Nota 33 – Impostos

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado pelo Grupo BES com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 27,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro. O cálculo do imposto diferido de 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5% (2005: 27,5%), taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação, do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das Subsidiárias com sede em Portugal que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2006 e 2005 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
Instrumentos financeiros derivados	34 404	51 046	(50 183)	(58 180)	(15 779)	(7 134)
Activos financeiros disponíveis para venda	2 975	15 601	(181 856)	(157 333)	(178 881)	(141 732)
Crédito a clientes	62 800	48 511	-	-	62 800	48 511
Outros activos tangíveis	813	-	(9 692)	(10 740)	(8 879)	(10 740)
Activos intangíveis	1 051	5 097	-	-	1 051	5 097
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	6 448	(22 648)	(16 829)	(22 648)	(10 381)
Provisões	28 332	27 458	(72)	-	28 260	27 458
Pensões	1 210	1 407	(46 971)	(58 063)	(45 761)	(56 656)
SAMS	21 263	20 454	-	-	21 263	20 454
Prémios de antiguidade	5 525	6 450	-	-	5 525	6 450
Outros	1 672	1 522	(2 652)	(2 875)	(980)	(1 353)
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	19 958	18 712	-	-	19 958	18 712
Prejuízos fiscais reportáveis	45 168	97 113	-	-	45 168	97 113
Imposto diferido activo/(passivo)	225 171	299 819	(314 074)	(304 020)	(88 903)	(4 201)
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(145 404)	(257 609)	145 404	257 609	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	79 767	42 210	(168 670)	(46 411)	(88 903)	(4 201)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 31 de Dezembro	(4 201)	91 855
Reconhecido em resultados	(49 522)	10 920
Reconhecido em reservas de justo valor	(42 901)	(137 183)
Reconhecido em outras reservas	5 343	30 207
Varição cambial e outros	2 378	-
Saldo final (Activo / (Passivo))	(88 903)	(4 201)

O imposto diferido reconhecido em resultados e reservas durante 2006 e 2005 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros derivados	8 850	-	8 899	-
Activos financeiros disponíveis para venda	(5 752)	42 901	28 977	137 183
Crédito a clientes	(14 289)	-	(9 750)	-
Outros activos tangíveis	(1 861)	-	(279)	-
Activos intangíveis	4 046	-	6 791	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	12 267	-	24 585	-
Provisões	(802)	-	(19 476)	-
Pensões	(10 738)	(157)	32 471	(1 087)
SAMS	(809)	-	(674)	33
Prémios de antiguidade	925	-	(966)	-
Outros	7 105	(5 186)	2 849	-
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	(1 246)	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	51 826	-	(84 347)	-
Ajustamento de transição a 1 de Janeiro de 2005	-	-	-	(29 153)
	<u>49 522</u>	<u>37 558</u>	<u>(10 920)</u>	<u>106 976</u>

A alteração da taxa de imposto ocorrida no exercício de 2006, de 27,5% para 26,5%, no seguimento da aprovação da nova lei das finanças locais teve um impacto negativo em resultados e um impacto positivo em reservas de 3 554 milhares de euros e 7 639 milhares de euros, respectivamente. Estes valores estão incluídos no quadro acima apresentado.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2006 e 2005 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Imposto corrente	85 942	76 791
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(2 304)	73 427
Prejuízos fiscais reportáveis	51 826	(84 347)
	<u>49 522</u>	<u>(10 920)</u>
Total do imposto registado em resultados	<u>135 464</u>	<u>65 871</u>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos e Interesses Minoritários		571 621		355 948
Taxa de imposto do BES	27,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		157 196		97 886
Diferença na taxa de imposto das subsidiárias	(1,6)	(9 252)	1,7	6 119
Dividendos excluídos de tributação	(1,1)	(6 215)	(0,8)	(2 869)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(4,2)	(23 990)	(11,5)	(40 880)
Mais-valias não tributadas	(0,3)	(1 524)	(2,5)	(8 783)
Menos-valias não dedutíveis	0,5	2 651	-	-
Mais-valias geradas no estrangeiro	2,4	14 000	3,3	11 745
Alterações na base fiscal dos activos e passivos por alterações na legislação	-	-	1,9	6 750
Alterações de estimativas	1,2	(7 089)	(3,5)	(12 482)
Alteração da taxa de imposto	0,6	3 554	-	-
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	0,2	1 048	2,0	7 076
Prejuízos fiscais utilizados relativamente aos quais não havia sido reconhecido imposto diferido activo	-	-	(1,7)	(6 061)
Custos não dedutíveis	0,8	4 555	1,8	6 364
Outros	0,1	530	0,3	1 006
	23,7	135 464	18,5	65 871

Nota 34 – Passivos subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações subordinadas	1 002 230	1 081 237
Empréstimos	183 202	247 026
Obrigações perpétuas	1 054 384	1 039 334
	2 239 816	2 367 597

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)

Empresa emitente	Designação	Data de emissão	Valor de Emissão	31.12.2006		
				Valor de Balanço	Taxa de juro actual	Maturidade
BES	Obrigações de Caixa Subordinadas	1997	99 762	99 861	4,06%	2007
BES (sucursal de Cayman)	Empréstimos Subordinados	2005	215 983	183 202	5,39%	2015
BES Finance	Obrigações Subordinadas	1999	37 965	38 303	7,80%	2009
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2000	300 000	316 573	6,63%	2010
BES Finance	Obrigações Subordinadas	2001	400 000	415 519	6,25%	2011
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2002	500 000	521 457	6,63%	2012 ^(a)
BES Finance	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2004	500 000	517 902	4,50%	2015 ^(a)
Besleasing e Factoring	Obrigações de Caixa Subordinadas	2001	7 000	7 056	4,95%	2011
Besleasing e Factoring	Obrigações de Caixa Subordinadas	2004	25 000	25 241	4,90%	2014 ^(b)
Besleasing e Factoring	Obrigações Perpétuas Subordinadas	2005	15 000	15 025	5,96%	2015 ^(a)
BESI	Obrigações de Caixa Subordinadas	1996	29 928	29 839	2,62%	2007
BESI	Obrigações de Caixa Subordinadas	2003	10 000	9 762	5,50%	2033
BESI	Obrigações de Caixa Subordinadas	2005	60 000	60 076	3,20%	2015
			<u>2 200 638</u>	<u>2 239 816</u>		

(a) Data da *call option*.

(b) *Call option* com data de exercício em 2009.

Durante o exercício de 2006 o Grupo BES procedeu ao reembolso de 59,9 milhões de euros de passivos subordinados (31 de Dezembro de 2005: 44,9 milhões de euros). Em 2005 o Grupo procedeu à emissão de 291 milhões de euros.

Nota 35 – Outros passivos

A rubrica de Outros passivos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	29 742	33 596
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	28 334	18 576
Credores diversos		
Credores por benefícios de saúde - SAMS (ver Nota 12)	82 785	76 093
Credores por operações sobre valores mobiliários	138 665	71 195
Credores por fornecimento de bens	84 128	64 228
Credores por contratos de factoring	7 425	4 479
Outros credores	212 217	129 415
	<u>583 296</u>	<u>397 582</u>
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	23 627	22 553
Outros custos a pagar	125 359	89 685
	<u>148 986</u>	<u>112 238</u>
Receitas com proveito diferido	<u>22 855</u>	<u>23 236</u>
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	377 675	279 816
Operações cambiais a liquidar	22 288	202
Outras operações a regularizar	131 694	191 006
	<u>531 657</u>	<u>471 024</u>
	<u>1 286 794</u>	<u>1 004 080</u>

Nota 36 – Capital, prémios de emissão, acções próprias e acções preferenciais

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social do Banco encontrava-se representado por 500 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais encontram-se totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	(milhares de euros)	
	% Capital	
	31.12.2006	31.12.2005
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00%	41,98%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	8,81%
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S.A.	-	6,46%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	3,05%	3,05%
Hermes Pensions Management Ltd.	2,13%	-
Grupo Portugal Telecom	4,02%	4,02%
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2,62%	2,62%
Portugal Telecom, SGPS, S.A.	1,40%	1,40%
Outros	39,99%	35,68%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

(1) - Sociedade de direito Português totalmente detida pelo Banco Bradesco (Brasil).

Durante o exercício de 2006, o Banco aumentou o capital social de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros, mediante a emissão de 200 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 5 euros cada, nas seguintes modalidades:

- 50 milhões de novas acções atribuídas gratuitamente aos accionistas por incorporação de prémios de emissão, na proporção de uma nova acção por cada seis acções detidas;
- 150 milhões de novas acções reservadas à subscrição pelos accionistas, na proporção de uma nova acção por cada duas detidas. O preço de subscrição foi de 9,2 euros.

Acções preferenciais

O Grupo BES emitiu 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

A 31 de Dezembro de 2006 o Grupo reconheceu como uma dedução a reservas o montante de 33 480 milhares de euros relativos aos dividendos declarados pelo Conselho de Administração da emitente em 22 de Maio de 2006, cuja liquidação ocorreu no dia 4 de Julho de 2005 (ver Nota 37).

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e pari passu relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

Prémios de emissão

Durante o exercício de 2006, no âmbito do aumento de capital, os prémios de emissão aumentaram para 668 851 milhares de euros. Este aumento corresponde a um prémio de 4,2 euros por acção das 150 milhões de acções emitidas reservadas à subscrição pelos accionistas, deduzido das despesas com o aumento de capital líquidas de imposto, bem assim como da parte incorporada no capital (250 milhões de euros).

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções (ver Nota 2.15.). Na execução deste programa, o qual se iniciou durante o exercício de 2000, encontram-se à data de 31 de Dezembro de 2006 mobilizadas 5 667 mil acções do BES, representativas de 1,13% do Capital social do BES (31 de Dezembro de 2005: 7 617 mil acções, representativas de 2,54%) no valor total de 63,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 96,3 milhões de euros), as quais no âmbito da política contabilística descrita na Nota 2.15 são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	31.12.2006		31.12.2005	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do ano	7 617 500	96 247	7 991 482	100 174
Aquisições	-	-	1 811 774	24 544
Aumento de capital	850 504	-	-	-
Alienações	(2 800 392)	(32 515)	(2 185 756)	(28 471)
Saldo no final do ano	<u>5 667 612</u>	<u>63 732</u>	<u>7 617 500</u>	<u>96 247</u>

Nota 37 – Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados e interesses minoritários

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Diferenças Cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas. e Res.Trans.
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	29 296	2 875	32 171	60 065	(12 786)	(111 609)	(64 330)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	2 060	2 060
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	470 703	(137 183)	333 520	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	26 086	-	26 086
Constituição de reservas ^(a)	-	-	-	56 789	-	(13 190)	43 599
Saldo em 31 de Dez. de 2005	499 999	(134 308)	365 691	116 854	13 300	(156 219)	(26 065)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	2 454	2 454
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	189 252	(42 901)	146 351	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(7 059)	-	(7 059)
Constituição de reservas (a)	-	-	-	24 056	-	138 091	162 147
Saldo em 31 de Dez. de 2006	689 251	(177 209)	512 042	140 910	6 241	(49 154)	97 997

(a) inclui em 2005, 36 289 milhares de euros relativos à incorporação por fusão da reserva legal do BIC no BES.

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	4 618 102	3 346 961
Imparidade acumulada reconhecida	(57 498)	(60 012)
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	4 560 604	3 286 949
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	5 251 684	3 808 554
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	691 080	521 605
Impostos diferidos	(177 209)	(134 308)
Ganhos potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	11 890	-
Interesses minoritários	(13 719)	(21 606)
	512 042	365 691

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos e de interesses minoritários, no exercício de 2006 e 2005 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Saldo em 1 de Janeiro	365 691	32 171
Variação de justo valor	316 893	452 694
Alienações do exercício	(133 074)	(18 193)
Imparidade reconhecida no exercício	5 433	36 202
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas (ver Nota 33)	(42 901)	(137 183)
Saldo em 31 de Dezembro	512 042	365 691

Interesses minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
ES CONCESSÕES	13 970	(592)	20 811	(702)
BES ANGOLA	13 566	6 802	6 611	6 020
ESAF	12 771	3 227	11 318	3 018
BES AÇORES	12 211	1 698	11 214	1 537
BESLEASING	8 323	1 388	8 063	1 305
BEST	7 362	(535)	7 164	(2 099)
BES Investimento do Brasil	5 036	1 318	4 360	(114)
BES Securities	1 368	(30)	1 109	-
FIQ VENTURES II	990	(10)	-	-
ES CONTACT CENTER	791	15	776	77
FUNDO IBERIA	-	-	16 511	-
ROPSOH - Unidades de Saúde, S.A.	-	-	11 045	-
OUTROS	10 191	2 162	6 770	554
	<u>86 579</u>	<u>15 443</u>	<u>105 752</u>	<u>9 596</u>

O movimento de interesses minoritários nos anos findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Interesses minoritários em 1 de Janeiro	105 752	81 629
Alterações de perímetro de consolidação	(29 704)	30 049
Aumentos de capital de subsidiárias	1 780	2 040
Dividendos distribuídos	(5 752)	(4 900)
Variação da reserva de justo valor	3 030	(14 601)
Variação cambial e outros	(3 970)	1 939
Resultado líquido do ano	<u>15 443</u>	<u>9 596</u>
Interesses minoritários em 31 de Dezembro	<u>86 579</u>	<u>105 752</u>

Nota 38 – Passivos contingentes e compromissos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Passivos e avals prestados		
Garantias e avals prestados	4 782 409	4 818 084
Activos dados em garantia	558 689	646 389
Créditos documentários abertos	778 408	353 068
Outros	123 356	94 343
	<u>6 242 862</u>	<u>5 911 884</u>
Compromissos		
Compromissos revogáveis	23 296 421	16 746 492
Compromissos irrevogáveis	2 095 432	1 711 274
	<u>25 391 853</u>	<u>18 457 766</u>

As garantias e avals prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Grupo.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 156 584 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 158 490 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 51 293 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 52 247 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 61 814 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 61 709 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 287 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 284 500 milhares de euros);

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Depósito e guarda de valores	59 339 734	48 480 685
Valores recebidos para cobrança	503 532	603 220
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	4 793 720	3 789 306
Outras responsabilidades por prestação de serviços	3 587 209	2 174 518
	<u>68 224 195</u>	<u>55 047 729</u>

Nota 39 – Activos sob gestão

De acordo com a legislação em vigor, as sociedades gestoras em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor dos fundos de investimento geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Fundos de investimento mobiliários	5 540 393	5 392 511
Fundos de investimento imobiliários	1 468 761	1 462 708
	<u>7 009 154</u>	<u>6 855 219</u>

Nota 40 – Transacções com partes relacionadas

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	31.12.2006					31.12.2005				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
BES VIDA	144	445 065	8	847	1 196	140	318 094	8	-	-
BES VÉNÉTIE	300 574	601	-	-	4	511 327	128 146	-	65	11
LOCARENT	97 175	-	-	3 494	3 497	-	-	-	-	-
BES SEGUROS	3	11 374	-	66	75	-	6 629	-	51	16
ESUMÉDICA	1 546	56	-	22	35	1 094	80	-	17	18
EUROP ASSISTANCE	11	1 926	13	33	59	8	52 750	14	25	35
FIDUPRIVATE	9	475	-	-	-	-	306	-	-	-
ESEGURO	399	243	2 749	8	115	399	1 940	115	19	122
OUTRAS	2 129	1 270	255	78	168	1 668	1 724	5 414	60	492
	<u>401 990</u>	<u>461 010</u>	<u>3 025</u>	<u>4 548</u>	<u>5 149</u>	<u>514 636</u>	<u>509 669</u>	<u>5 551</u>	<u>237</u>	<u>694</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco) resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006					31.12.2005				
	Activos					Garantias	Recursos	Activos	Garantias	Recursos
Aplicações	Crédito	Títulos	Outros	Total						
BES VÉNÉTIE	284 899	-	6 500	9 175	300 574	-	601	511 327	-	128 146
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	237 411	-	7 268	244 679	15 301	12 471	196 099	42 521	14 520
ES BANK PANAMA	223 593	-	-	-	223 593	-	21 000	90 888	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	137 593	-	-	137 593	-	35 765	197 993	-	2 063
ES SAUDE	-	93 500	15 810	4 000	113 310	1 652	2 312	35 994	-	644
LOCARENT	-	7 175	-	90 000	97 175	-	-	-	-	-
PARTRAN	-	70 000	-	-	70 000	-	176	70 176	-	78
ESF PORTUGAL	-	-	63 500	-	63 500	-	221	63 457	-	19 795
COMPAGNIE BANCAIRE ESPÍRITO SANTO, SA	23 815	-	-	-	23 815	1 298	203 446	45	338	421 915
TRANQUILIDADE	-	2 420	-	171	2 591	1 001	123 720	2 007	811	248 653
ES FINANCIAL GROUP	-	-	2 571	-	2 571	-	-	165	-	165
BES VIDA	-	73	2	69	144	8	445 065	140	8	318 094
BESPAR	-	-	-	-	-	-	4 252	651	-	2 083
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	11	11	13	1 926	8	14	52 750
ESFG OVERSEAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
CENTUM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	68
COMINVEST	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
FRAYBELL COMPANY	-	-	-	-	-	-	-	139 352	-	-
OUTRAS	-	42 946	455	1 062	44 463	8 871	12 236	51 470	26	4 296
TOTAL	532 307	591 118	88 838	111 756	1 324 019	28 144	863 191	1 359 772	43 718	1 213 284

As transacções efectuadas com o Fundo de Pensões encontram-se analisadas na Nota 12.

Nota 41 – Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2006, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	275 064	Obrigações domésticas e eurobonds
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	673 140	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	692 275	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	972 185	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	1 081 343	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 374 777	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	790 633	Crédito a pequenas e médias empresas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Grupo exerceu a clean up call relativa à operação de securitização Lusitano Finance No.2 plc, tendo adquirido créditos cujo valor nominal ascendia a 38 977 milhares de euros. A re-aquisição destes créditos não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, na medida em que em 31 de Dezembro de 2005 o veículo de securitização era consolidado pelo Grupo.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2006, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações		
						Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350 000	-	-	Dez. de 2015	-	-	-
	Classe A2	623 800	131 386	105	Dez. de 2015	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	42 300	42 300	-	Dez. de 2015	AAA	Aa1	AA
	Classe C	25 200	25 200	15 300	Dez. de 2015	AA	A1	A+
	Classe D	103 000	103 000	14 000	Dez. de 2015	-	-	-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	585 629	196	Dez. de 2035	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dez. de 2035	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	-	Dez. de 2035	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dez. de 2035	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dez. de 2035	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dez. de 2035	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	647 821	-	Dez. de 2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	5 000	Dez. de 2046	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	-	Dez. de 2046	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dez. de 2046	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dez. de 2046	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dez. de 2046	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	938 166	82	Dez. de 2047	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	27 000	-	Dez. de 2047	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	18 600	-	Dez. de 2047	A	A2	A
	Classe D	14 400	14 400	-	Dez. de 2047	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dez. de 2047	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	1 047 648	-	Dez. de 2048	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 800	-	Dez. de 2048	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	19 200	-	Dez. de 2048	A+	A1	A+
	Classe D	24 000	24 000	-	Dez. de 2048	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dez. de 2048	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	1 323 000	-	Dez. de 2059	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dez. de 2059	AA	Aa2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dez. de 2059	A+	A1	A+
	Classe D	28 000	28 000	-	Dez. de 2059	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	11 900	11 900	-	Dez. de 2059	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	759 525	1 000	Dez. de 2028	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dez. de 2028	AA	-	AA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dez. de 2028	A+	-	A+
	Classe D	28 035	28 035	28 035	Dez. de 2028	BBB+	-	BBB+
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dez. de 2028	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização *Lusitano Mortgages No.3*, *Lusitano Mortgages No.4* e *Lusitano Mortgages No.5*, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o *Lusitano SME No.1 plc* é consolidado pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

A consolidação do *Lusitano SME No.1 plc* implica o reconhecimento no balanço consolidado do Grupo de 863 milhões de euros de crédito concedido e 871,2 milhões de euros de dívida emitida. O impacto nos capitais próprios do Grupo e no seu resultado líquido é negativo em cerca de 7,5 milhões de euros.

Nota 42 – Justo valor dos activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros, para o Grupo, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dez. de 2006								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 084 927	-	-	1 084 927	1 084 927
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	672 976	-	-	672 976	672 976
Activos financeiros detidos para negociação	4 192 458	-	-	-	-	-	4 192 458	4 192 458
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 498 592	-	-	-	-	1 498 592	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	5 251 684	-	5 251 684	5 251 684
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	7 588 049	-	-	7 588 049	7 588 049
Crédito a clientes	-	-	-	34 882 505	-	-	34 882 505	35 416 961
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	593 171	-	-	-	593 171	595 035
Derivados de cobertura (activos)	178 653	-	-	-	-	-	178 653	178 653
Activos financeiros	4 371 111	1 498 592	593 171	44 228 457	5 251 684	-	55 943 015	56 479 335
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 043 175	1 043 175	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	1 308 524	-	-	-	-	-	1 308 524	1 308 524
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	6 827 386	6 827 386	6 827 386
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	21 993 671	21 993 671	21 993 671
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	19 030 469	19 030 469	19 216 170
Derivados de cobertura (passivos)	238 612	-	-	-	-	-	238 612	238 612
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 239 816	2 239 816	2 348 267
Passivos financeiros	1 547 136	-	-	-	-	51 134 517	52 681 653	52 975 805
31 de Dezembro de 2005								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	1 005 008	-	-	1 005 008	1 005 008
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	655 180	-	-	655 180	655 180
Activos financeiros detidos para negociação	2 995 743	-	-	-	-	-	2 995 743	2 995 743
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 746 898	-	-	-	-	1 746 898	1 746 898
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	3 808 554	-	3 808 554	3 808 554
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	6 164 044	-	-	6 164 044	6 164 044
Crédito a clientes	-	-	-	30 832 124	-	-	30 832 124	31 099 795
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	596 840	-	-	-	596 840	597 345
Derivados de cobertura (activos)	124 505	-	-	-	-	-	124 505	124 505
Activos financeiros	3 120 248	1 746 898	596 840	38 656 356	3 808 554	-	47 928 896	48 197 072
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	654 316	654 316	654 316
Passivos financeiros detidos para negociação	1 271 732	-	-	-	-	-	1 271 732	1 271 732
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	6 264 892	6 264 892	6 264 892
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	20 753 083	20 753 083	20 753 083
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	14 402 291	14 402 291	14 436 378
Derivados de cobertura (passivos)	111 098	-	-	-	-	-	111 098	111 098
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 367 597	2 367 597	2 607 339
Passivos financeiros	1 382 830	-	-	-	-	44 442 179	45 825 009	46 098 838

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito
Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando os prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos onde o Grupo adopta a contabilidade de cobertura, o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 43 – Gestão dos riscos de actividade

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps*, *forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Sívicultura e Pesca	366 285	(12 609)	-	-	-	-	4 065	-	-	-	46 121
Indústrias Extractivas	146 818	(3 313)	9 689	-	1 246	-	110 035	-	-	-	8 445
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	357 610	(13 250)	883	-	6 259	-	28 507	(34)	-	-	101 684
Texteis e Vestuário	381 638	(21 664)	-	-	-	-	26 079	(3 422)	-	-	47 729
Curtações e Calçado	76 670	(5 312)	-	-	-	-	499	(499)	-	-	5 080
Madeira e Cortiça	156 399	(11 531)	-	-	-	-	-	-	-	-	11 182
Papel e Indústrias Gráficas	189 699	(6 723)	13 449	-	10 566	-	18 015	-	-	-	34 043
Refinação de Petróleo	75 077	(1 510)	3 147	-	-	-	-	-	-	-	252 134
Produtos Químicos e de Borracha	470 693	(5 755)	-	-	-	-	5 555	(68)	-	-	45 003
Produtos Minerais não Metálicos	228 129	(8 726)	727	-	-	-	14 401	(469)	-	-	43 698
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	400 796	(10 703)	116	-	-	-	5 926	(6)	762	-	41 789
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	193 596	(6 412)	-	-	5 256	-	20 055	(1 445)	-	-	118 290
Fabricação de Material de Transporte	225 358	(3 557)	1 430	-	-	-	91 267	-	-	-	80 778
Outras Indústrias Transformadoras	208 334	(7 658)	1 975	-	-	-	9 284	(72)	-	-	20 785
Electricidade, Gás e Água	571 734	(6 714)	20 451	-	8 084	-	340 070	-	-	-	258 257
Construção e Obras Públicas	4 535 520	(106 257)	1 409	-	3 039	-	34 575	(1 691)	-	-	1 088 823
Comércio por Grosso e a Retalho	2 730 327	(108 196)	200	-	-	-	128 220	(633)	777	-	461 562
Turismo	660 662	(15 837)	14	-	-	-	1 682	(171)	-	-	83 079
Transportes e Comunicações	1 816 692	(42 344)	54 788	-	76 717	-	798 393	(3)	-	-	607 548
Actividades Financeiras	912 594	(12 207)	1 216 643	-	1 080 392	-	2 060 713	(19 858)	2 278	-	117 518
Actividades Imobiliárias	4 463 771	(82 204)	101	-	-	-	1 502	(387)	-	-	400 053
Serviços Prestados às Empresas	2 635 909	(60 789)	20 321	-	175 894	-	902 104	(18 090)	-	-	580 318
Administração e Serviços Públicos	903 756	(14 047)	1 538 485	-	-	-	349 643	(594)	589 354	-	41 317
Outras actividades de serviços colectivos	1 391 864	(38 176)	6 968	-	131 139	-	331 179	(8 059)	-	-	131 866
Crédito à Habitação	8 499 855	(137 443)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 309 217	(104 552)	-	-	-	-	-	-	-	-	59 285
Outros	842 829	(21 838)	65 232	-	-	-	27 413	(1997)	-	-	96 022
TOTAL	35 751 832	(869 327)	2 956 028	-	1 498 592	-	5 309 182	(57 498)	593 171	-	4 782 409

(milhares de euros)

	31.12.2005										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Sívicultura e Pesca	372 286	(13 221)	-	-	-	-	-	-	-	-	34 625
Indústrias Extractivas	93 776	(2 542)	4	-	2 103	-	62	-	-	-	16 515
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	392 393	(11 254)	2 354	-	6 376	-	125 868	(34)	-	-	108 910
Texteis e Vestuário	398 180	(15 472)	-	-	-	-	2 133	(1 972)	-	-	58 062
Curtumes e Calçado	81 547	(5 761)	-	-	-	-	1 933	(1 933)	-	-	9 986
Madeira e Cortiça	178 565	(10 457)	-	-	-	-	-	-	-	-	14 463
Papel e Indústrias Gráficas	166 476	(5 389)	2 512	-	-	-	12 578	-	-	-	43 418
Refinação de Petróleo	14 626	(280)	2 578	-	-	-	-	-	-	-	34 427
Produtos Químicos e de Borracha	375 401	(8 151)	-	-	-	-	16 042	(353)	-	-	47 562
Produtos Minerais não Metálicos	235 738	(6 537)	941	-	-	-	3 356	(469)	-	-	50 561
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	298 533	(9 438)	396	-	-	-	6	(6)	-	-	45 234
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	245 072	(6 042)	-	-	-	-	8 955	(1 544)	-	-	103 200
Fabricação de Material de Transporte	65 928	(4 648)	3 609	-	-	-	114 320	-	356	-	68 590
Outras Industrias Transformadoras	329 256	(7 019)	1 656	-	-	-	10 380	(63)	-	-	22 162
Electricidade, Gás e Água	425 657	(5 790)	13 465	-	-	-	40 038	(2)	-	-	341 445
Construção e Obras Públicas	3 667 782	(69 746)	2 575	-	3 005	-	113 632	(1 691)	-	-	957 753
Comércio por Grosso e a retalho	2 907 276	(108 332)	-	-	-	-	113 066	(918)	-	-	599 998
Turismo	617 684	(14 713)	77	-	-	-	7 242	(171)	-	-	94 801
Transportes e Comunicações	1 358 176	(36 149)	45 502	-	133 879	-	663 005	(428)	-	-	728 717
Actividades Financeiras	824 123	(56 811)	718 962	-	875 865	-	1 673 391	(25 822)	-	-	99 629
Actividades Imobiliárias	3 523 826	(49 836)	414	-	-	-	182 865	(563)	-	-	411 965
Serviços Prestados às Empresas	2 309 956	(47 729)	3 758	-	186 649	-	539 621	(12 829)	-	-	625 054
Administração e Serviços Públicos	381 528	(3 380)	980 938	-	144 122	-	115 785	(359)	588 457	(13)	35 834
Outras actividades de serviços colectivos	1 680 154	(31 512)	8 652	-	387 191	-	105 499	(10 813)	-	-	140 677
Crédito à Habitação	8 480 856	(156 200)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	1 802 434	(118 022)	-	-	-	-	-	-	-	-	89 990
Outros	434 769	(25 443)	21 661	-	7 708	-	18 789	(42)	8 040	-	34 506
TOTAL	31 661 998	(829 874)	1 810 054	-	1 746 898	-	3 868 566	(60 012)	596 853	(13)	4 818 084

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas, como exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades predictivas do mesmo. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	5 663 364	214 766	3,79%	6 104 447	192 512	3,15%
Crédito a clientes	33 354 454	1 672 612	5,01%	30 122 390	1 311 929	4,36%
Aplicações em títulos	6 359 335	413 745	6,51%	4 912 253	347 198	7,07%
Aplicações diferenciais	-	-	-	671 668	-	-
Activos financeiros	45 377 153	2 301 123	5,07%	41 810 758	1 851 639	4,46%
Recursos monetários	7 700 875	313 584	4,07%	7 082 348	230 944	3,26%
Recursos de clientes	18 407 175	392 783	2,13%	18 549 503	318 108	1,71%
Outros recursos	18 482 007	765 235	4,14%	16 178 907	561 960	3,47%
Recursos diferenciais	787 096	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	45 377 153	1 471 602	3,24%	41 810 758	1 111 012	2,66%
Resultado Financeiro		829 521	1,83%		740 627	1,80%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por moeda, é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	988 131	90 844	3 457	18	901	1 576	1 084 927
Disponibilidades em outras I.Crédito	606 996	27 698	2 560	30 725	1 456	3 541	672 976
Activos Financeiros detidos para negociação	2 930 438	484 614	112 886	19 508	627 120	17 892	4 192 458
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	1 077 087	404 231	17 274	-	-	-	1 498 592
Activos financeiros disponíveis para venda	3 664 113	650 736	-	-	907 793	24 303	5 246 945
Aplicações em Instituições de Crédito	3 353 252	3 188 426	630 665	61 252	22 519	331 935	7 588 049
Crédito a clientes	32 254 014	1 465 011	1 123 700	9 743	-	30 037	34 882 505
Investimentos detidos até à maturidade	-	592 390	-	-	-	781	593 171
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	33 151	8 465	65 551	63 997	-	7 489	178 653
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	573 848	-	-	-	-	-	573 848
Outros activos não financeiros	16 603	1 405 248	1 284 755	17 707	20 240	21 882	2 766 435
Total Activo	45 497 633	8 317 663	3 240 848	202 950	1 580 029	439 436	59 278 559
Passivo							
Recursos de bancos centrais	125 891	811 657	104 745	-	-	882	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	885 450	288 272	85 496	4 424	10 011	34 871	1 308 524
Recursos de outras instituições de crédito	2 939 604	2 712 160	763 802	83 207	219 344	109 269	6 827 386
Recursos de clientes e outros empréstimos	19 095 555	1 764 139	714 586	43 325	317 952	58 114	21 993 671
Responsabilidades representadas por títulos	14 952 257	2 146 824	1 894 446	-	-	36 942	19 030 469
Derivados de cobertura	2 26 922	8609	-	-	-	3 081	238 612
Passivos subordinados	1 979 992	76 469	-	183 355	-	-	2 239 816
Outros passivos não financeiros	1 114 761	429 387	93 638	(176 689)	34 131	374 773	1 870 001
Total Passivo	41 320 432	8 237 517	3 656 713	137 622	581 438	617 932	54 551 654
Situação Líquida	4 177 201	66 626	-	-	505 310	70 460	4 819 597
Exposição Líquida	-	13 520	(415 865)	65 328	493 281	(248 956)	(92 692)
Posição cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Operacional	-	13 520	(415 865)	65 328	493 281	(248 956)	(92 692)

(milhares de euros)

	31.12.2005						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	918 903	22 587	2 892	33	1	60 592	1 005 008
Disponibilidades em outras I.Crédito	521 715	81 959	20 668	2 782	14 012	14 044	655 180
Activos Financeiros detidos para negociação	2 109 773	245 074	125 068	6 407	499 821	9 600	2 995 743
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	1 643 489	89 199	-	-	-	14 210	1 746 898
Activos financeiros disponíveis para venda	2 630 006	302 072	12 626	-	693 148	170 702	3 808 554
Aplicações em Instituições de Crédito	3 941 362	1 924 156	206 236	13 679	38 082	40 529	6 164 044
Crédito a clientes	29 228 517	746 094	769 312	16 664	37	71 500	30 832 124
Investimentos detidos até à maturidade	-	596 840	-	-	-	-	596 840
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	76 660	2 039	8 929	36 126	-	751	124 505
Activos não correntes detidos para venda	157 536	-	-	-	-	-	157 536
Investimentos em associadas	62 374	-	-	-	-	-	62 374
Outros activos não financeiros	2 884 190	625 897	1 182 838	216 403	14 295	2 453 596	7 377 219
Total Activo	44 174 525	4 635 917	2 328 569	292 094	1 259 396	2 835 524	55 526 025
Passivo							
Recursos de bancos centrais	113 281	443 911	96 179	-	-	945	654 316
Passivos financeiros detidos para negociação	937 286	234 207	71 005	3 465	9 110	16 659	1 271 732
Recursos de outras instituições de crédito	3 939 175	1 565 146	454 389	14 433	58 574	233 175	6 264 892
Recursos de clientes e outros empréstimos	18 223 071	1 304 082	577 033	12 664	418 304	217 929	20 753 083
Responsabilidades representadas por títulos	12 030 830	854 274	1 259 830	-	-	257 357	14 402 291
Derivados de cobertura	106 648	2 349	946	-	-	1 155	111 098
Passivos subordinados	2 066 042	54 314	-	247 241	-	-	2 367 597
Outros passivos não financeiros	4 120 382	202 567	20 234	18 554	20 061	1 987 163	6 368 961
Total Passivo	41 536 715	4 660 850	2 479 616	296 357	506 049	2 714 383	52 193 970
Situação Líquida	2 637 810	(560 40)	-	-	392 312	55 530	3 029 612
Exposição Líquida	-	31 107	(151 047)	(4 263)	361 035	65 611	302 443
Posição cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Operacional	-	31 107	(151 047)	(4 263)	361 035	65 611	302 443

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Grupo dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Risco operacional

O Risco Operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, que integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Actividade das sucursais financeiras (*off-shores*)

O Grupo BES dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2006, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira elevava-se a 1 998 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1 959 milhões de euros), apresentando a seguinte estrutura:

	(milhões de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Activos financeiros ao justo valor	203	399
Activos financeiros disponíveis para venda	555	682
Aplicações em Instituições de crédito	974	385
Crédito a clientes	253	292
Outros activos	13	201
	<u>1 998</u>	<u>1 959</u>
Recursos de Instituições de crédito	610	441
Recursos de clientes	1 289	1 325
Outros passivos	62	65
Fundos próprios	37	128
	<u>1 998</u>	<u>1 959</u>

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados nesta estrutura são idênticos aos implementados no Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, são desenvolvidas essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de instrumentos de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) do *BES Finance*, pela captação dos fundos originados pelos programas de dívida de médio e longo prazo, emitidos pelo Grupo no mercado de capitais internacional. Estas duas áreas de actuação representam cerca de 90% do total dos activos da Sucursal que, em 31 de Dezembro de 2006, ascendem a 15 128 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 13 391 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação serve de suporte à actividade global do Grupo e ao desenvolvimento de actividades de investimento, consubstanciadas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2006 ascendia a 295 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 271 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do Grupo.

Nota 44 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação do IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Esta IFRIC é mandatória e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 8.

IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Re-avaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Esta IFRIC é mandatória e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 9.

IFRIC 10 – Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Esta IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Esta IFRIC é mandatória para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção do IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 10.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O *International Financial Reporting Committee* (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Esta IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;

1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Esta IFRIC é mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 11.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui o IAS 30 *Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares* e alguns dos requisitos do IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação*. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Decorrente da adopção do IFRS 7 os impactos esperados serão essencialmente ao nível das divulgações a efectuar no que se refere aos instrumentos financeiros.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 o IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

O IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

2.0 Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas

2.1 Demonstração de Resultados Individual em 31 de Dezembro de 2006

	Dez. 05 (eur '000)	Dez. 06 (eur '000)
Juros e rendimentos similares	1 344 874	2 149 052
Juros e encargos similares	931 946	1 521 853
Margem financeira	412 928	627 199
Rendimentos de instrumentos de capital	182 841	133 115
Rendimentos de serviços e comissões	291 273	354 046
Encargos de serviços e comissões	37 560	50 403
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(67 411)	(27 018)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	74 625	76 577
Resultados de reavaliação cambial	(228)	(7 925)
Resultados de alienação de outros activos	77 183	10 255
Outros resultados de exploração	67 547	82 737
Produto da actividade	1 001 198	1 198 583
Custos com pessoal	242 858	307 903
Gastos gerais administrativos	243 799	302 153
Amortizações do exercício	60 703	52 930
Provisões líquidas de anulações	88 679	49 262
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	117 033	133 016
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	33 014	6 513
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(2 425)	10 694
Resultado antes de impostos	217 537	336 112
Impostos		
Correntes	22 851	16 299
Diferidos	4 517	62 362
Resultado após impostos	190 169	257 451
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	190 169	257 451

O Director do Departamento de
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

2.2 Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2006

	Dez. 05 (eur '000)	Dez. 06 (eur '000)
ACTIVO		
Caixa e disponibilidades bancos centrais	900 339	961 793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	582 704	532 333
Activos financeiros detidos para negociação	2 249 710	3 211 240
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 397 101	1 141 854
Activos financeiros disponíveis para venda	3 622 574	4 125 229
Aplicações em Instituições de Crédito	7 510 617	9 807 321
Crédito a clientes	25 322 957	27 134 372
Investimentos detidos até à maturidade	555 823	567 747
Activos com acordo de recompra	-	-
Derivados de cobertura	88 909	166 211
Activos não correntes detidos para venda	-	-
Propriedades de investimento	-	-
Outros activos tangíveis	291 594	300 239
Activos intangíveis	49 787	51 353
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	577 562	1 055 918
Activos por impostos correntes	2 435	2 435
Activos por impostos diferidos	145 514	136 817
Outros activos	1 345 547	1 341 806
TOTAL DO ACTIVO	<u>44 643 173</u>	<u>50 536 668</u>
PASSIVO		
Recursos de Bancos Centrais	591 142	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	953 199	954 926
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	12 847 528	13 935 369
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 941 541	18 037 505
Responsabilidades representados por títulos	7 372 192	8 444 112
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-
Derivados de cobertura	87 827	196 732
Passivos não correntes detidos para venda	-	-
Provisões	432 478	485 881
Passivos por impostos correntes	9 579	8 002
Passivos por impostos diferidos	223 089	311 104
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	2 212 838	2 607 483
Outros passivos	579 753	440 761
TOTAL DO PASSIVO	<u>42 251 166</u>	<u>46 465 050</u>
CAPITAL		
Capital	1 500 000	2 500 000
Prémios de emissão	300 000	666 327
Outros instrumentos de capital	-	-
Acções próprias	(96 247)	(63 732)
Reservas de reavaliação	326 223	482 062
Outras reservas e resultados transitados	171 862	229 510
Resultado do exercício	190 169	257 451
(Dividendos antecipados)	-	-
TOTAL DO CAPITAL	<u>2 392 007</u>	<u>4 071 618</u>
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	<u>44 643 173</u>	<u>50 536 668</u>

2.3 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Juros e proveitos similares	4	2 149 052	1 344 874
Juros e custos similares	4	1 521 853	931 946
Margem financeira		627 199	412 928
Rendimentos de instrumentos de capital	5	133 115	182 841
Rendimentos de serviços e comissões	6	354 046	291 273
Encargos com serviços e comissões	6	(50 403)	(37 560)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(27 018)	(67 411)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	76 577	74 625
Resultados de reavaliação cambial	9	(7 925)	(228)
Resultados de alienação de outros activos financeiros		405	15 539
Outros resultados de exploração	10	82 737	67 547
Proveitos operacionais		1 188 733	939 554
Custos com pessoal	11	307 903	242 858
Gastos gerais administrativos	13	302 153	243 799
Depreciações e amortizações	24 e 25	52 930	60 703
Provisões líquidas de anulações	31	49 262	88 679
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20 e 21	133 016	117 033
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 22	6 513	33 014
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	26 e 27	10 694	(2 425)
Custos operacionais		862 471	783 661
Alienação de subsidiárias e associadas	26	9 850	61 644
Resultado antes de impostos		336 112	217 537
Impostos			
Correntes	32	16 299	22 851
Diferidos	32	62 362	4 517
Resultado líquido do exercício		257 451	190 169
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0,63	0,65
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0,63	0,65

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	961 793	900 339
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	532 333	582 704
Activos financeiros detidos para negociação	17	3 211 240	2 249 710
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	1 141 854	1 397 101
Activos financeiros disponíveis para venda	19	4 125 229	3 622 574
Aplicações em instituições de crédito	20	9 807 321	7 510 617
Crédito a clientes	21	27 134 372	25 322 957
Investimentos detidos até à maturidade	22	567 747	555 823
Derivados de cobertura	23	166 211	88 909
Outros activos tangíveis	24	300 239	291 594
Activos intangíveis	25	51 353	49 787
Investimentos em subsidiárias e associadas	26	1 055 918	577 562
Activos por impostos corrente		2 435	2 435
Activos por impostos diferidos	32	136 817	145 514
Outros activos	27	1 341 806	1 345 547
Total de Activo		<u>50 536 668</u>	<u>44 643 173</u>
Passivo			
Recursos de bancos centrais		1 043 175	591 142
Passivos financeiros detidos para negociação	17	954 926	953 199
Recursos de outras instituições de crédito	28	13 935 369	12 847 528
Recursos de clientes	29	18 037 505	16 941 541
Responsabilidades representadas por títulos	30	8 444 112	7 372 192
Derivados de cobertura	23	196 732	87 827
Provisões	31	485 881	432 478
Passivos por impostos correntes		8 002	9 579
Passivos por impostos diferidos	32	311 104	223 089
Passivos subordinados	33	2 607 483	2 212 838
Outros passivos	34	440 761	579 753
Total de Passivo		<u>46 465 050</u>	<u>42 251 166</u>
Capital Próprio			
Capita	35	2 500 000	1 500 000
Prémios de emissão	35	666 327	300 000
Acções próprias	35	(63 732)	(96 247)
Reservas de justo valor	36	482 062	326 223
Outras reservas e resultados transitados	36	229 510	171 862
Resultado líquido do exercício		257 451	190 169
Total de Capital Próprio		<u>4 071 618</u>	<u>2 392 007</u>
Total de Passivo e Capital Próprio		<u>50 536 668</u>	<u>44 643 173</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	1 500 000	300 000	(100 174)	(7 619)	(99 686)	203 905	1 796 426
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	332 795	-	-	332 795
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(29 776)	-	(29 776)
Constituição de reservas	-	-	-	-	95 861	(95 861)	-
Dividendos de acções ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	(108 044)	(108 044)
Variação de acções próprias	-	-	3 927	-	-	-	3 927
Plano de incentivos baseado em acções (ver Nota 12)	-	-	-	-	2 060	-	2 060
Impacto da fusão por incorporação do BIC	-	-	-	1 047	203 403	-	204 450
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	190 169	190 169
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	1 500 000	300 000	(96 247)	326 223	171 862	190 169	2 392 007
Aumento de capital							
Por incorporação de prémios de emissão (50 milhões de acções ordinárias)	250 000	(250 000)	-	-	-	-	-
Por emissão de novas acções (150 milhões de acções ordinárias)	750 000	630 000	-	-	-	-	1 380 000
Custos com aumento de capital, líquido de impostos	-	(13 673)	-	-	-	-	(13 673)
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	155 839	-	-	155 839
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(29 640)	-	(29 640)
Constituição de reservas	-	-	-	-	71 835	(71 835)	-
Dividendos de acções ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	(118 334)	(118 334)
Variação de acções próprias	-	-	32 515	-	-	-	32 515
Plano de incentivos baseado em acções (ver Nota 12)	-	-	-	-	2 454	-	2 454
Impacto da fusão por incorporação da Crediflash	-	-	-	-	12 999	-	12 999
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	257 451	257 451
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	2 500 000	666 327	(63 732)	482 062	229 510	257 451	4 071 618

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,40 euros e 0,37 euros pagos às acções em circulação em 2006 e 2005, respectivamente.

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2006	31.12.2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		2 069 653	1 314 366
Juros e custos pagos		(1 407 260)	(876 546)
Serviços e comissões recebidas		419 274	351 320
Serviços e comissões pagas		(50 403)	(37 560)
Recuperações de créditos		21 160	12 360
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(597 168)	(684 725)
		<u>455 256</u>	<u>79 215</u>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		440 099	(184 481)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(709 821)	257 799
Aplicações em instituições de crédito		(2 285 166)	(1 553 897)
Recursos de instituições de crédito		1 439 857	1 716 163
Crédito a clientes		(1 763 695)	(1 902 512)
Recursos de clientes		1 066 494	441 074
Derivados de cobertura		(48 994)	25 723
Outros activos e passivos operacionais		<u>(192 782)</u>	<u>117 405</u>
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros			
		(1 598 752)	(1 003 511)
Impostos sobre os lucros pagos		(19 728)	(19 055)
		<u>(1 618 480)</u>	<u>(1 022 566)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(577 045)	(19 860)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		99 581	108 415
Dividendos recebidos		133 115	182 841
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(3 908 323)	(8 038 509)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		3 687 754	7 261 107
Investimentos detidos até à maturidade		(67 482)	(4 266)
Compra de imobilizações		(60 915)	(56 848)
Venda de imobilizações		1 268	131
		<u>(692 047)</u>	<u>(566 989)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		1 366 327	-
Emissão de obrigações de caixa		1 193 158	1 667 209
Reembolso de obrigações de caixa		(88 060)	(185 242)
Emissão de passivos subordinados		12 200	246 980
Reembolso de passivos subordinados		(59 856)	-
Acções próprias		32 515	3 927
Dividendos de acções ordinárias pagos		(118 334)	(108 044)
		<u>2 337 950</u>	<u>1 624 830</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(29 611)	14 888
Efeito da fusão da Crediflash em caixa e seus equivalentes		2 754	-
Efeito da fusão do BIC em caixa e seus equivalentes		-	89 909
		<u>566</u>	<u>140 072</u>
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		566	140 072
Caixa e equivalentes no início do período		788 935	648 863
Caixa e equivalentes no fim do período		789 501	788 935
		<u>566</u>	<u>140 072</u>
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	257 168	206 231
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	532 333	582 704
Total		789 501	788 935

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Banco Espírito Santo, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

Nota 1 – Actividade

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A. Em Dezembro de 2005 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Internacional de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A.. Em Maio de 2006 foi realizada a fusão por incorporação da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A..

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na Euronext.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede nacional de 605 balcões (31 de Dezembro de 2005: 584), de sucursais financeiras internacionais em Londres, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, de uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira e 12 escritórios de representação no estrangeiro.

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, a partir do exercício de 2005.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 27 de Fevereiro de 2007.

2.2 Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa, (ii) ou o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Caso estejamos perante um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência de forma a que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5 Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados
Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento mensuração (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias acima referidas.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

De acordo com as exigências do IAS 39, o Banco não procede à transferência de instrumentos financeiros entre categorias, excepto nos raros casos permitidos no âmbito desta norma.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.6 Activos cedidos com acordo de recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tal designação elimina um inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.9 Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10 Activos recebidos em dação por recuperação de créditos

Os activos recebidos em dação por recuperação de créditos são classificados na rubrica de outros activos e são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação.

Subsequentemente, estes activos são registados pelo menor de entre o valor do seu reconhecimento inicial e o correspondente justo valor actual

deduzido dos custos esperados de venda, e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos assim determinadas são registadas em resultados.

O Banco obtém avaliações regulares, efectuadas por peritos, dos activos recebidos em dação.

2.11 Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12 Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Banco, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.13 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14 Benefícios aos empregados

Pensões

Face às responsabilidades assumidas pelo Banco no âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, foram constituídos Fundos de Pensões ACT, que se destinam a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal.

Em 1998, o Banco decidiu, adicionalmente, constituir um fundo de pensões aberto autónomo, com a finalidade de financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores e pensionistas.

Os fundos de pensões são geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Banco, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associadas.

Os encargos com as reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos aos fundos por forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, é amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2009, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, é amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011.

Prémios por antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios por antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios por antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado anualmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco ou, alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Remunerações variáveis aos empregados e os órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 - Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (bónus) atribuídos aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.17 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico (derivados para gestão de risco), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura do risco de taxa de juro e dos derivados para gestão de certos activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados por forma a resolver um eventual *mismatch* contabilístico é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.19 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.20 Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

De acordo com o parágrafo 6 do IAS 14, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as do Grupo.

2.21 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.22 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

2.23 Normas e Interpretações ainda não adoptadas

Na Nota 42 são apresentadas as Normas e Interpretações ainda não adoptadas pelo Banco.

Nota 3 – Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Banco avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar na determinação de um justo valor diferente para esta carteira com o correspondente impacto na reserva de justo valor e nos capitais próprios do Banco.

3.5 Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Nota 4 – Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	1 338 265	805 888
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	376 428	209 240
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	221 304	187 415
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	81 793	52 342
Juros de derivados para gestão de risco	80 735	56 036
Outros juros e proveitos similares	50 527	33 953
	<u>2 149 052</u>	<u>1 344 874</u>
Juros e custos similares		
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	506 261	363 863
Juros de responsabilidades representadas por títulos	356 125	169 870
Juros de recursos de clientes	261 489	138 992
Juros de derivados para gestão de risco	261 372	154 531
Juros de passivos subordinados	134 612	104 435
Outros juros e custos similares	1 994	255
	<u>1 521 853</u>	<u>931 946</u>
	<u>627 199</u>	<u>412 928</u>

A rubrica Juros de derivados para gestão de risco inclui, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Nota 5 – Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	92 244	145 026
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	40 871	37 815
	<u>133 115</u>	<u>182 841</u>

Nota 6 – Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	229 434	172 949
Por garantias prestadas	55 877	47 320
Por operações realizadas com títulos	8 434	6 742
Por compromissos perante terceiros	8 290	4 347
Outros proveitos de serviços e comissões	52 011	59 915
	<u>354 046</u>	<u>291 273</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	32 192	24 271
Por operações realizadas com títulos	2 896	3 400
Por garantias recebidas	241	514
Outros custos com serviços e comissões	15 074	9 375
	<u>50 403</u>	<u>37 560</u>
	<u>303 643</u>	<u>253 713</u>

Nota 7 – Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	34 830	39 687	(4 857)	70 573	74 130	(3 557)
De outros emissores	-	36	(36)	-	106	(106)
Acções	-	-	-	6 867	3 764	3 103
Outros títulos de rendimento variável	25 283	6 820	18 463	94 639	80 299	14 340
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	545 144	541 346	3 798	456 934	538 452	(81 518)
Contratos sobre taxas de juro	2 199 997	2 230 618	(30 621)	1 907 420	1 922 137	(14 717)
Contratos sobre acções/índices	423 878	421 646	2 232	322 629	353 897	(31 268)
Contratos sobre créditos	86 532	80 820	5 712	35 944	36 518	(574)
Outros contratos	791 423	762 672	28 751	224 386	210 403	13 983
	<u>4 107 087</u>	<u>4 083 645</u>	<u>23 442</u>	<u>3 119 392</u>	<u>3 219 706</u>	<u>(100 314)</u>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	13 942	21 070	(7 128)	11 394	24 274	(12 880)
De outros emissores	168 532	233 492	(64 960)	143 467	101 360	42 107
Acções	37 383	15 755	21 628	29 859	26 183	3 676
	<u>219 857</u>	<u>270 317</u>	<u>(50 460)</u>	<u>184 720</u>	<u>151 817</u>	<u>32 903</u>
	<u>4 326 944</u>	<u>4 353 962</u>	<u>(27 018)</u>	<u>3 304 112</u>	<u>3 371 523</u>	<u>(67 411)</u>

Nota 8 – Resultados de activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 494	-	1 494	180	393	(213)
De outros emissores	5 317	4 716	601	29 534	18 096	11 438
Acções	75 792	3 525	72 267	138 077	76 245	61 832
Outros títulos de rendimento variável	2 215	-	2 215	1 568	-	1 568
	<u>84 818</u>	<u>8 241</u>	<u>76 577</u>	<u>169 359</u>	<u>94 734</u>	<u>74 625</u>

Durante o exercício de 2006 o Banco procedeu à alienação ao fundo de Pensões do Banco de (i) 2 milhões de acções do Bradesco, (ii) 0,4 milhões de acções do Banque Marocaine du Commerce Extérieur, e (iii) dos títulos residuais resultantes da operação de securitização de crédito à habitação Lusitano Mortgage No.5 com o valor nominal de 3,2 milhões de euros. Estas operações geraram mais valias no valor de 35 milhões de euros, 17,9 milhões de euros, e 9,2 milhões de euros, respectivamente.

Das principais transacções efectuadas em 2005, salientam-se as seguintes: (i) alienação das acções da Portugal Telecom, com um prejuízo de cerca de 69,8 milhões de euros; (ii) alienação de cerca de 1,3% das acções ordinárias do Banco Bradesco ao fundo de pensões do Grupo, com uma mais valia de cerca de 72,6 milhões de euros; (iii) alienação dos títulos residuais resultante da operação de securitização de crédito à habitação efectuada em Setembro de 2005 (Lusitano Mortgages No.4) a qual originou uma mais valia no valor de 27,2 milhões de euros; e (iv) alienação de parte da posição que o Grupo detinha na PT Multimédia tendo originado uma mais valia de cerca de 29,3 milhões de euros (nesta transacção, cerca de 15,2 milhões de acções da PT Multimédia foram alienadas ao fundo de pensões do Grupo, traduzindo-se numa mais valia para o Grupo de cerca de 27 milhões de euros).

Nota 9 – Resultados de reavaliação cambial

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	<u>460 090</u>	<u>468 015</u>	<u>(7 925)</u>	<u>340 398</u>	<u>340 626</u>	<u>(228)</u>
	<u>460 090</u>	<u>468 015</u>	<u>(7 925)</u>	<u>340 398</u>	<u>340 626</u>	<u>(228)</u>

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

Nota 10 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Outros proveitos de exploração		
Serviços de gestão de contas	27 465	28 966
Prestação de serviços diversos	37 763	31 081
Outros	51 496	82 995
	<u>116 724</u>	<u>143 042</u>
Outros custos de exploração		
Impostos directos e indirectos	2 422	1 752
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	3 145	2 487
Quotizações e donativos	3 084	2 443
Outros	25 336	68 813
	<u>33 987</u>	<u>75 495</u>
	<u>82 737</u>	<u>67 547</u>

Nota 11 – Custos com pessoal

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Vencimentos e salários	198 865	152 081
Remunerações	196 286	149 184
Prémios por antiguidade (ver nota 12)	2 579	2 897
Benefícios de saúde - SAMS	17 397	14 116
Outros encargos sociais obrigatórios	21 941	14 605
Custos com pensões de reforma (ver Nota 12)	62 502	56 613
Outros custos	7 198	5 443
	<u>307 903</u>	<u>242 858</u>

Os benefícios de saúde – SAMS incluem o montante de 9 113 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 7 124 milhares de euros) relativo ao custo do ano com benefícios de saúde pós emprego, o qual foi determinado com base no estudo actuarial efectuado (ver Nota 12).

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 2 454 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 2 060 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA), conforme política contabilística descrita na Nota 2.14. Os detalhes deste plano são analisados na Nota 12.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do Banco são apresentados como se segue:

	31.12.2006	31.12.2005
(milhares de euros)		
Conselho de administração		
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	4 091	4 014
Custos com pensões de reforma e SAMS	316	297
Prémios de antiguidade	80	64
Remunerações variáveis	<u>4 597</u>	<u>4 086</u>
	9 084	8 461
Conselho fiscal	<u>23</u>	<u>22</u>
	<u><u>9 107</u></u>	<u><u>8 483</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o valor do crédito concedido pelo BES aos membros do Conselho de Administração ascendia a 8 323 milhares de euros e 4 670 milhares de euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2006, o número de colaboradores do Banco é de 6 095 (31 de Dezembro de 2005: 5 084).

Por categoria profissional, o número de colaboradores do BES analisa-se como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
Funções directivas	385	326
Funções de chefia	874	798
Funções específicas	1 942	1 717
Funções administrativas	2 811	2 221
Funções auxiliares	<u>83</u>	<u>22</u>
	<u><u>6 095</u></u>	<u><u>5 084</u></u>

Nota 12 – Benefícios a empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Durante o exercício de 1998, o Banco decidiu constituir um fundo aberto autónomo, designado de Fundo de Pensões Aberto GES destinado a financiar a atribuição de benefícios complementares aos colaboradores. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
Pressupostos Financeiros				
Taxas de evolução salarial	2,75%	2,75%	5,60%	5,32%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%	1,48%	1,98%
Taxas de rendimento do fundo	4,75%	5,25%	12,78%	10,49%
Taxa de desconto	4,75%	4,75%		
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação				
Tábua de Mortalidade				
Homens		TV 73/77 (ajustada)		
Mulheres		TV 88/90		
Métodos de valorização actuarial		Project Unit Credit Method		

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado.

As contribuições para o SAMS correspondiam, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a 6,5% da massa salarial.

Os participantes no Fundo são desagregados da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Activos	5 616	5 634
Reformados	4 572	4 430
Sobreviventes	854	841
TOTAL	11 042	10 905

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro						
Pensionistas	(1 353 503)	(106 589)	(1 460 092)	(1 264 806)	(82 212)	(1 347 018)
Activos	(480 097)	-	(480 097)	(507 590)	(32 161)	(539 751)
	(1 833 600)	(106 589)	(1 940 189)	(1 772 396)	(114 373)	(1 886 769)
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	1 970 591	-	1 970 591	1 766 187	-	1 766 187
Excesso / défice de cobertura	136 991	(106 589)	30 402	(6 209)	(114 373)	(120 582)
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	436 695	26 082	462 777	618 376	40 364	658 740
Regime transitório	88 806	50 863	139 669	118 410	61 037	179 447
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	662 492	(29 644)	632 848	730 577	(12 972)	717 605

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	1 772 396	114 373	1 886 769	1 393 000	86 280	1 479 280
Custo do serviço corrente	27 078	1 924	29 002	13 785	1 026	14 811
Custo dos juros	82 010	5 304	87 314	70 885	4 385	75 270
Contribuições dos participantes	2 911	-	2 911	2 386	-	2 386
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades:						
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-	-	68 416	4 447	72 863
- Alteração da taxa de desconto	-	-	-	103 350	6 718	110 068
- Outros (ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	2 916	(11 568)	(8 652)	28 899	5 418	34 317
Pensões pagas pelo fundo	(93 797)	-	(93 797)	(87 122)	-	(87 122)
Benefícios pagos pelo Banco	-	(5 427)	(5 427)	-	(5 523)	(5 523)
Reformas antecipadas	40 086	1 983	42 069	14 308	930	15 238
Integração das responsabilidades do BIC	-	-	-	164 489	10 692	175 181
Responsabilidades em 31 de Dezembro	1 833 600	106 589	1 940 189	1 772 396	114 373	1 886 769

Das responsabilidades com reformas antecipadas do exercício de 2006, os valores de 37 039 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 1 851 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão de reestruturação (31 de Dezembro de 2005: 3 165 milhares de euros e 205 milhares de euros, respectivamente) (ver Nota 31).

Em 31 de Dezembro de 2006, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 16,4 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 16,4 milhões de euros), e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 1,0 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo dos fundos em 1 de Janeiro	1 766 187	-	1 766 187	1 354 289	-	1 354 289
Rendimento real do fundo	219 863	-	219 863	132 013	-	132 013
Contribuições do Banco	75 427	-	75 427	200 132	-	200 132
Contribuições dos empregados	2 911	-	2 911	2 386	-	2 386
Pensões pagas pelo fundo	(93 797)	-	(93 797)	(87 122)	-	(87 122)
Outros	-	-	-	164 489	-	164 489
Saldo dos fundos em 31 de Dezembro	1 970 591	-	1 970 591	1 766 187	-	1 766 187

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Acções	960 354	676 803
Outros títulos de rendimento variável	571 018	591 670
Obrigações	164 821	244 050
Imóveis	179 126	122 918
Outros	95 272	130 746
Total	1 970 591	1 766 187

Os activos do fundo de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Acções	64 175	51 011
Imóveis	123 299	120 417
Total	<u>187 474</u>	<u>171 428</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, as acções detidas pelo fundo de pensões correspondem a 4,7 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2005: 3,7 milhões de acções).

Durante os exercícios de 2006 e 2005 o Banco realizou com o fundo de pensões as operações referidas na Nota 8.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	618 376	40 364	658 740	441 016	20 043	461 059
(Ganhos) e perdas actuariais no ano:						
- Alterações das tábuas de mortalidade	-	-	-	68 416	4 447	72 863
- Alteração da taxa de desconto	-	-	-	103 350	6 718	110 068
- Outros (ganhos) e perdas actuariais do ano	(137 343)	(11 568)	(148 911)	(35 888)	5 418	(30 470)
Amortização do exercício	(27 307)	(1 601)	(28 908)	(23 563)	(761)	(24 324)
Amortização adicional por reformas antecipadas	(17 031)	(1 113)	(18 144)	(3 826)	(182)	(4 008)
Integração dos desvios actuariais do BIC	-	-	-	68 871	4 681	73 552
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	<u>436 695</u>	<u>26 082</u>	<u>462 777</u>	<u>618 376</u>	<u>40 364</u>	<u>658 740</u>
Dos quais:						
Dentro do corredor	197 547	10 659	208 206	177 240	11 438	188 678
Dentro do corredor alargado	71 824	4 669	76 493	75 604	4 914	80 518
Fora do corredor	167 324	10 754	178 078	365 532	24 012	389 544

Da amortização adicional resultante de reformas antecipadas do exercício de 2006, os valores de 14 366 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 961 milhares de euros relativo a benefícios de saúde foram reconhecidos como utilização da provisão para reestruturação (31 de Dezembro de 2005: 277 milhares de euros e 13 milhares de euros, respectivamente) (ver Nota 31).

A evolução do valor do regime transitório no exercício de 2006 pode ser analisada como segue:

	Pensões de Reforma	Benefícios de saúde	Total
Saldo em 1 de Janeiro	118 410	61 037	179 447
Amortização por reservas	(29 605)	(10 174)	(39 779)
Em 31 de Dezembro	<u>88 805</u>	<u>50 863</u>	<u>139 668</u>

A evolução dos montantes reflectidos no balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
(Activos)/ passivos em 1 de janeiro	6 208	114 373	120 581	38 711	86 280	124 991
Ganhos e perdas actuárias das responsabilidades	2 916	(11 568)	(8 652)	200 665	16 583	217 248
Ganhos e perdas actuárias dos fundos	(140 259)	-	(140 259)	(64 787)	-	(64 787)
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	27 078	1 924	29 002	13 785	1 026	14 811
- Custo dos juros	82 010	5 304	87 314	70 885	4 385	75 270
- Rendimento esperado do fundo	(79 603)	-	(79 603)	(67 226)	-	(67 226)
- Reformas antecipadas	40 086	1 983	42 069	14 308	930	15 238
- Outros	-	-	-	(1)	-	(1)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	(75 427)	(5 427)	(80 854)	(200 132)	(5 523)	(205 655)
Integração das responsabilidades não financiadas do BIC	-	-	-	-	10 692	10 692
(Activos)/ passivos em 31 de Dezembro	(136 991)	106 589	(30 402)	6 208	114 373	120 581

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Custo do serviço corrente	27 078	1 924	29 002	13 785	1 026	14 811
Custo dos juros	82 010	5 304	87 314	70 885	4 385	75 270
Rendimento esperado do fundo	(79 603)	-	(79 603)	(67 226)	-	(67 226)
Amortização do exercício	27 307	1 601	28 908	23 563	761	24 324
Reformas antecipadas	5 710	284	5 994	15 606	952	16 558
Custos do exercício	62 502	9 113	71 615	56 613	7 124	63 737

O custo relativo às reformas antecipadas inclui o efeito da amortização adicional dos desvios actuários em balanço.

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Em 1 de Janeiro	730 577	(12 972)	717 605	549 557	-	549 557
Custo do exercício	(62 502)	(9 113)	(71 615)	(56 613)	(7 124)	(63 737)
Utilização de provisões	(51 405)	(2 812)	(54 217)	(2 528)	(159)	(2 687)
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Banco	75 427	5 427	80 854	20 0132	5 521	205 653
Integração dos activos/(responsabilidades) líquidas do BIC	-	-	-	69 479	(1 748)	67 731
Amortização do regime transitório (por reservas)	(29 605)	(10 174)	(39 779)	(29 450)	(9 462)	(38 912)
Em 31 de Dezembro	662 492	(29 644)	632 848	730 577	(12 972)	717 605

Os activos líquidos em balanço encontram-se reflectidos na rubrica de Outros activos (ver Nota 27).

SIBA

No exercício de 2000, o Banco estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que as podem vender no mercado ou mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida ao Banco ou, alternativamente, vendê-las ao Banco pelo seu custo de aquisição.

As principais características de cada plano são como segue:

	Data expectável fim do plano	Número de acções à data de início de de cada plano	Preço médio de exercício (Euros)	Número de acções data de 31 de Dez. de 2006	Cobertura por acções
Plano de 2000					
1º lote	Expirado (Dez. 04)	548 389	17,37	-	-
2º lote	Expirado (Dez. 05)	1 279 576	17,37	-	-
Plano de 2001					
1º lote	Expirado (Mai. 06)	1 358 149	11,51	-	-
2º lote	Mai. 07	3 169 016	11,51	495 941	100%
Plano de 2002					
1º lote	Abr. 08	755 408	12,02	150 150	100%
2º lote	Abr. 08	1 762 619	12,02	1 727 748	100%
Plano de 2003					
1º lote	Mai. 09	480 576	14,00	107 601	100%
2º lote	Mai. 09	1 121 343	14,00	1 142 183	100%
Plano de 2004					
1º lote	Dez. 07	541 599	13,54	612 915	100%
2º lote	Dez. 10	1 270 175	13,54	1 431 074	100%

O movimento do número de acções subjacente aos planos em vigor durante os exercícios de 2006 e 2005 foi como segue:

	31.12.2006		31.12.2005	
	Número de acções	Preço médio (Euros)	Número de acções	Preço médio (Euros)
Saldo em 1 de Janeiro	7 617 500	12,63	7 991 482	12,54
Acções atribuídas ⁽¹⁾	-	-	1 811 774	13,54
Aumento de capital	850 504	-	-	-
Acções alienadas ⁽²⁾	(2 800 392)	11,61	(2 185 756)	13,17
Saldo no final do período	<u>5 667 612</u>	11,24	<u>7 617 500</u>	12,63

(1) acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão (ver Nota 35).

(2) inclui acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial de cada plano foram os seguintes:

	(milhares de euros)				
	Plano 2004	Plano 2003	Plano 2002	Plano 2001	Plano 2000
Prazo					
1º lote	24 meses	24 meses	24 meses	Expirado	Expirado
2º lote	60 meses	60 meses	60 meses	60 meses	Expirado
Volatilidade	12%	12%	12%	12%	12%
Taxa de juro sem risco					
1º lote	3,04%	2,63%	2,7%	4,38%	4,71%
2º lote	3,22%	3,52%	3,56%	5,01%	5,05%
Dividendo	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305	2 137	2 830	6 530	3 056

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	2 454	2 060

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.14.

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as responsabilidades assumidas pelo Banco e os custos reconhecidos nos exercícios com o prémio por antiguidade são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Responsabilidades a 1 de Janeiro	16 316	14 736
Custo do exercício		
normal	2 579	2 088
alteração das tábuas e taxa de desconto	-	809
Prémios pagos	(1 820)	(1 317)
Responsabilidades a 31 de Dezembro	<u>17 075</u>	<u>16 316</u>

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

Em 31 de Dezembro de 2006, o Banco reconheceu em Custos com pessoal o montante de 2 579 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 2 897 milhares de euros), relativos a prémios de antiguidade (ver Nota 11).

Nota 13 – Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Rendas e alugueres	40 084	36 814
Publicidade e publicações	35 872	26 924
Comunicações e expedição	25 013	22 124
Conservação e reparação	12 140	9 850
Deslocações e representação	14 076	10 245
Água, energia e combustíveis	5 954	4 861
Transporte de valores	5 134	4 502
Material de consumo corrente	4 602	3 353
Serviços especializados		
Informática	43 731	41 922
Mão-de-obra eventual	4 421	3 345
Trabalho independente	5 438	2 823
Sistema electrónico de pagamentos	11 088	11 269
Estudos e consultas	11 502	6 834
Segurança e vigilância	3 015	2 243
Informações	897	1 962
Outros serviços especializados	72 391	40 727
Outros custos	6 795	14 001
	<u>302 153</u>	<u>243 799</u>

A rubrica Outros serviços especializados inclui, entre outros, custos com banco de dados, judiciais, contencioso e notariado. A rubrica Outros custos inclui a formação e custos com fornecimentos externos.

Nota 14 – Resultados por acção

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	257 051	190 169
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	417 222	300 000
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	<u>6 373</u>	<u>7 413</u>
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	<u>410 849</u>	<u>292 587</u>
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	<u>0,63</u>	<u>0,65</u>

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco. No caso do Banco, são potenciais acções ordinárias diluidoras as acções subjacentes ao plano de incentivos baseado em acções (SIBA) descrito na Nota 12.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos na medida em que as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

Nota 15 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Caixa	257 168	206 231
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	704 549	693 901
Outros bancos centrais	76	207
	<u>704 625</u>	<u>694 108</u>
	<u>961 793</u>	<u>900 339</u>

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de Dezembro de 2006 a taxa de remuneração média destes depósitos ascendia a 2,79% (31 de Dezembro de 2005: 2,07%).

Nota 16 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	428 301	338 116
Depósitos à ordem	11 679	16 899
Outras disponibilidades	36 743	48 649
	<u>476 723</u>	<u>403 664</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	55 505	177 856
Cheques a cobrar	105	1 184
	<u>55 610</u>	<u>179 040</u>
	<u>532 333</u>	<u>582 704</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

Nota 17 – Activos e passivos financeiros detidos para negociação

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 141 614	656 997
De outros emissores	943	742
Outros títulos de rendimento variável	<u>991 793</u>	<u>572 795</u>
	2 134 350	1 230 534
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	<u>1 076 890</u>	<u>1 019 176</u>
	<u>3 211 240</u>	<u>2 249 710</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	<u>954 926</u>	<u>953 199</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, o valor de aquisição dos títulos detidos para negociação era de 2 130 382 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 1 230 688 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de maturidade, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	345 971	127 964
De 3 meses a um ano	604 102	479 909
De um a cinco anos	324 996	26 200
Mais de cinco anos	111 797	23 666
Duração indeterminada	<u>747 484</u>	<u>572 795</u>
	<u>2 134 350</u>	<u>1 230 534</u>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica de Activos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	946 992	194 622	1 141 614	640 695	16 302	656 997
De outros emissores	839	104	943	656	86	742
Outros títulos de rendimento variável	-	991 793	991 793	-	572 795	572 795
	<u>947 831</u>	<u>1 186 519</u>	<u>2 134 350</u>	<u>641 351</u>	<u>589 183</u>	<u>1 230 534</u>

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
<i>Forward</i>						
- compras	15 210 301	120 506	160 855	23 678 715	252 680	229 005
- vendas	15 238 164			23 629 752	-	
<i>Currency Swaps</i>						
- compras	1 684 499	12 535	15 144	725 307	1 387	3 068
- vendas	1 683 582			723 995	-	-
<i>Currency Interest Rate Swaps</i>						
- compras	363 129	244 916	220 411	131 138	119 838	115 880
- vendas	368 375			135 356	-	-
<i>Currency Options</i>	2 271 360	9 489	21 053	1 932 863	14 712	29 360
	<u>36 819 410</u>	<u>387 446</u>	<u>417 463</u>	<u>50 957 126</u>	<u>388 617</u>	<u>377 313</u>
Contratos sobre taxas de juro						
<i>Forward Rate Agreements</i>	255 930	112	126	491 750	-	192
<i>Interest Rate Swaps</i>	25 890 692	559 181	448 231	21 057 012	538 298	480 834
<i>Swaption - Interest Rate Options</i>	2 348 648	13 519	11 220	3 002 897	13 684	15 377
<i>Interest Rate Caps & Floors</i>	1 620 352	3 851	4 046	1 107 860	3 543	2 763
<i>Interest Rate Futures</i>	50 000	-	-	-	-	-
<i>Bonds Options</i>	84 686	-	-	132 532	2 960	60
<i>Future Options</i>	9 985 103	-	-	10 009 875	-	-
	<u>40 235 411</u>	<u>576 663</u>	<u>463 623</u>	<u>35 801 926</u>	<u>558 485</u>	<u>499 226</u>
Contratos sobre acções/índices						
<i>Equity / Index Swaps</i>	1 289 641	45 879	23 681	1 337 597	33 867	28 411
<i>Equity / Index Options</i>	2 115 790	52 919	40 989	1 610 258	32 381	39 419
	<u>3 405 431</u>	<u>98 798</u>	<u>64 670</u>	<u>2 947 855</u>	<u>66 248</u>	<u>67 830</u>
Contratos sobre crédito						
<i>Credit Default Swaps</i>	1 085 192	13 983	9 170	1 155 342	5 826	8 830
	<u>1 085 192</u>	<u>13 983</u>	<u>9 170</u>	<u>1 155 342</u>	<u>5 826</u>	<u>8 830</u>
Total	<u>81 545 444</u>	<u>1 076 890</u>	<u>954 926</u>	<u>90 862 249</u>	<u>1 019 176</u>	<u>953 199</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 os instrumentos financeiros derivados incluem o montante de 7 491 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 6 788 milhares de euros) referente a justo valor passivo de derivados embutidos conforme descrito na Nota 2.3.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos Instrumentos financeiros derivados de negociação por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Nocional	Justo valor líquido	Nocional	Justo valor líquido
Até 3 meses	37 365 588	(39 342)	44 006 623	15 031
De 3 meses a um ano	15 533 887	16 059	22 219 049	(25 555)
De um a cinco anos	15 366 015	156 594	13 757 440	82 761
Mais de cinco anos	13 279 954	(11 347)	10 879 137	(6 260)
	<u>81 545 444</u>	<u>121 964</u>	<u>90 862 249</u>	<u>65 977</u>

A carteira de derivados de negociação inclui instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura, como segue:

(milhares de euros)

Produto derivado	Passivo financeiro associado	Nocional	Justo valor do derivado	Valor de balanço do passivo financeiro ^(*)
Interest Rate Swap	Emissão de obrigações	94 732	(4 125)	85 867
Index Swap	Emissão de obrigações	99 962	7 591	92 238
Index Option	Emissão de obrigações	7 400	(708)	7 538
FX Swaps	Recursos de instituições de crédito	387 114	(519)	386 997
		<u>589 208</u>	<u>2 239</u>	<u>572 640</u>

(*) o valor de balanço dos passivos financeiros apresenta-se líquido de recompras.

Nota 18 – Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	144 122
De outros emissores	965 960	1 066 330
Acções	<u>175 894</u>	<u>186 649</u>
Valor de balanço	<u>1 141 854</u>	<u>1 397 101</u>
(Valor de aquisição)	1 139 095	1 389 228

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

Neste agregado encontram-se registados títulos no valor de 575 621 milhares de euros os quais, apesar de o Banco ter procedido à sua alienação, não foram desreconhecidos do balanço uma vez que o Grupo reteve a totalidade dos benefícios associados a estes activos através de *total return swaps*.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	210 269	18 737
De 3 meses a um ano	146 339	436 284
De um a cinco anos	438 432	258 521
Mais de cinco anos	170 920	496 910
Duração indeterminada	175 894	186 649
	<u>1 141 854</u>	<u>1 397 101</u>

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2006			31.12.2005		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	-	-	-	-	144 122	144 122
De outros emissores	66 067	899 893	965 960	72 836	993 494	1 066 330
Acções	175 894	-	175 894	186 649	-	186 649
Total valor de balanço	<u>241 961</u>	<u>899 893</u>	<u>1 141 854</u>	<u>259 485</u>	<u>1 137 616</u>	<u>1 397 101</u>

Nota 19 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo amortizado	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	32 001	335	(221)	-	32 115
De outros emissores	2 362 657	2 610	(2 170)	(10 082)	2 353 015
Acções	585 286	441 242	(2 501)	(33 938)	990 089
Outros títulos de rendimento variável	244 065	11 522	(488)	(7 744)	247 355
Saldo a 31 de Dez. de 2005	<u>3 224 009</u>	<u>455 709</u>	<u>(5 380)</u>	<u>(51 764)</u>	<u>3 622 574</u>
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	141 667	1 455	(323)	-	142 799
De outros emissores	2 082 827	1 997	(2 841)	(8 726)	2 073 257
Acções	1 018 133	650 626	(2 975)	(33 176)	1 632 608
Outros títulos de rendimento variável	275 264	9 058	(619)	(7 138)	276 565
Saldo a 31 de Dez. de 2006	<u>3 517 891</u>	<u>663 136</u>	<u>(6 758)</u>	<u>(49 040)</u>	<u>4 125 229</u>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo a 1 de Janeiro	51 764	132 837
Dotações	7 513	34 193
Utilizações	(7 101)	(122 647)
Reversões	(1 000)	(1 179)
Diferenças de câmbio e outras ^(a)	(2 136)	8 560
Saldo final	<u>49 040</u>	<u>51 764</u>

(a) Inclui, em 2005, 3 406 milhares de euros provenientes da fusão do BIC.

A 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o escalonamento dos activos financeiros disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	232 698	45 452
De 3 meses a um ano	166 053	107 485
De um a cinco anos	834 981	985 402
Mais de cinco anos	981 970	1 030 016
Duração indeterminada	1 909 527	1 454 219
	<u>4 125 229</u>	<u>3 622 574</u>

As principais contribuições para a reserva de justo valor com referência a 31 de Dezembro de 2006 podem ser analisadas como segue:

	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	202 057	496 097	-	-	698 154
Portugal Telecom	340 074	66 331	-	-	406 405
EDP	218 670	67 986	-	-	286 656
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	2 774	-	(682)	4 572
	<u>763 281</u>	<u>633 188</u>	<u>-</u>	<u>(682)</u>	<u>1 395 787</u>

Nota 20 – Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Aplicações em instituições de crédito no país		
Mercado monetário interbancário	1 034 082	805 696
Empréstimos	748 031	527 936
Depósitos	271 307	154 278
Aplicações de muito curto prazo	56 046	33 916
Outras aplicações	43	523
	<u>2 109 509</u>	<u>1 522 349</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	5 273 111	3 774 565
Aplicações de muito curto prazo	2 166 380	1 859 806
Empréstimos	253 681	355 086
Outras aplicações	6 235	1 373
	<u>7 699 407</u>	<u>5 990 830</u>
Perdas por imparidade	(1 595)	(2 562)
	<u>9 807 321</u>	<u>7 510 617</u>

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de Dezembro de 2006, vencem juros à taxa média anual de 3,64% (31 de Dezembro de 2005: 2,71%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro vencem juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	8 448 940	6 197 111
De 3 meses a um ano	1 105 147	645 246
De um a cinco anos	150 440	256 649
Mais de cinco anos	104 389	414 173
	<u>9 808 916</u>	<u>7 513 179</u>

Os movimentos ocorridos no exercício como perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	2 562	4 082
Dotações	1 300	1 050
Reversões	(1 990)	(3 138)
Diferenças de câmbio e outras	(277)	568
Saldo final	<u>1 595</u>	<u>2 562</u>

Nota 21 – Crédito a clientes

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	6 514 609	6 881 977
Empréstimos	6 181 671	5 024 146
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	1 168 988	1 417 206
Factoring	141 598	67 185
Descobertos	27 654	41 926
Locação financeira	1 987	2 099
Outros créditos	142 070	276 616
A particulares		
Habitação	7 774 554	7 805 305
Consumo e outros	1 943 165	1 288 003
	<u>23 896 296</u>	<u>22 804 463</u>
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	2 254 834	1 757 105
Créditos em conta corrente	421 476	368 728
Descobertos	20 292	27 740
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	41	88 597
Outros créditos	501 531	277 773
A particulares		
Consumo e outros	7 552	796
	<u>3 205 726</u>	<u>2 520 739</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	41 815	33 825
Há mais de 90 dias	359 901	378 387
	<u>401 716</u>	<u>412 212</u>
	<u>27 503 738</u>	<u>25 737 414</u>
Perdas por imparidade		
	(369 366)	(414 457)
	<u>27 134 372</u>	<u>25 322 957</u>

Durante o mês de Setembro de 2006, o BES concretizou uma operação de securitização de crédito à habitação (Lusitano Mortgages No.5), no valor de 1 400 milhões de euros (2005: 1 200 milhões de euros – Lusitano Mortgages No.4) e no mês de Outubro de 2006 concretizou uma operação de securitização de crédito a empresas (Lusitano SME No. 1) no valor de 863 milhões de euros (ver Nota 39).

No exercício de 2006, o Banco procedeu à venda de crédito à habitação vencido no valor de 36,1 milhões de euros, com um crédito vincendo associado no montante de 105,3 milhões de euros (2005: venda de cerca de 71,0 milhões de euros de crédito à habitação vencido e vincendo associado).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	5 170 622	4 822 775
De 3 meses a um ano	3 699 002	4 050 370
De um a cinco anos	5 050 056	4 363 399
Mais de cinco anos	13 182 342	12 088 658
Duração indeterminada	401 716	412 212
	<u>27 503 738</u>	<u>25 737 414</u>

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas como correcção aos valores do crédito no activo foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	414 457	286 036
Dotações	135 257	161 252
Utilizações	(182 076)	(134 078)
Reversões	(1 551)	(42 131)
Diferenças de câmbio e outras	3 279 ^(a)	143 378 ^(b)
Saldo final	<u>369 366</u>	<u>414 457</u>

(a) Inclui 3 050 milhares de euros provenientes da fusão da Crediflash.

(b) Inclui 143 201 milhares de euros provenientes da fusão do BIC.

Adicionalmente, o Banco tem, em 31 de Dezembro de 2006, 385 536 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2005: 321 791 milhares de euros), as quais de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 31).

A distribuição do Crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Taxa fixa	2 987 371	3 756 003
Taxa variável	24 516 367	21 981 411
	<u>27 503 738</u>	<u>25 737 414</u>

Nota 22 – Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisadas como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	567 747	555 480
De outros emissores	-	356
	<u>567 747</u>	<u>555 836</u>
Perdas por imparidade	-	(13)
	<u>567 747</u>	<u>555 823</u>

O escalonamento dos Investimentos detidos até à maturidade por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	38 106	27 354
De 3 meses a um ano	60 146	44 194
De um a cinco anos	462 826	478 123
Mais de cinco anos	<u>6 669</u>	<u>6 152</u>
	<u>567 747</u>	<u>555 823</u>

Nota 23 – Derivados de cobertura

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os derivados de cobertura em balanço analisam-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Derivados de cobertura activos	166 211	88 909
Derivados de cobertura passivos	<u>196 732</u>	<u>87 827</u>
	<u>(30 521)</u>	<u>1 082</u>

As operações de cobertura em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)							
31.12.2006							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
Currency Interest Rate Swaps	Depósitos	Cambial e Taxa de Juro	429 596	2 248	1 060	448	(1 181)
Currency Interest Rate Swaps	Empréstimos	Cambial e Taxa de Juro	191 168	(8 053)	(33 657)	8 027	38 942
Currency Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de Juro	35 854	-	-	-	-
Interest Rate Swaps	Crédito	Taxa de Juro	245 884	(1 244)	3 778	428	(4 309)
Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de Juro	300 373	7 597	3 984	(5 130)	(4 088)
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de Juro	-	-	93	-	(107)
Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de Juro	167 723	(31 069)	(5 476)	29 502	3 034
			<u>1 370 598</u>	<u>(30 521)</u>	<u>(30 218)</u>	<u>33 275</u>	<u>32 291</u>

(1) Inclui juro corrido.

(2) Atribuível ao risco coberto.

(milhares de euros)							
31.12.2005							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Varição do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
Currency Interest Rate Swaps	Depósitos	Cambial e Taxa de Juro	648 511	32 847	27 608	(27 986)	(27 697)
Equity Swap	Obrigações	Taxa de Juro	8 477	(1 208)	244	1 336	127
FX Swap	Depósitos	Taxa de Juro	83 430	(1 574)	(792)	61	61
Interest Rate Swaps	Depósitos	Taxa de Juro	73 599	330	131	29	29
Interest Rate Swaps	Empréstimos	Taxa de Juro	77 821	(4 787)	672	4 858	637
Interest Rate Swaps	Obrigações	Taxa de Juro	320 927	(24 526)	3 876	25 449	(1 358)
			<u>1 212 765</u>	<u>1 082</u>	<u>31 739</u>	<u>3 747</u>	<u>(28 201)</u>

(1) Inclui juro corrido.

(2) Atribuível ao risco coberto.

As variações de justo valor associados aos activos e passivos acima descritas e os respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2006, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor no montante de 5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 3,5 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

As operações com derivados de cobertura em 31 de Dezembro de 2006, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	158 000	2 862	131 487	119
De 3 meses a um ano	57 805	98	69 224	(648)
De um a cinco anos	693 134	(1 897)	558 867	(1 908)
Mais de cinco anos	461 659	(31 584)	453 187	3 519
	<u>1 370 598</u>	<u>(30 521)</u>	<u>1 212 765</u>	<u>1 082</u>

Nota 24 – Outros activos tangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Imóveis		
De serviço próprio	257 460	260 226
Beneficiações em edifícios arrendados	169 893	167 264
Outros	13	14
	<u>427 366</u>	<u>427 504</u>
Equipamento		
Equipamento informático	214 560	211 169
Instalações interiores	86 114	82 428
Mobiliário e material	57 743	62 456
Equipamento de segurança	18 551	15 838
Máquinas e ferramentas	28 875	29 723
Material de transporte	1 787	1 625
Outros	338	437
	<u>407 968</u>	<u>403 676</u>
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	11 726	4 926
Equipamento	13 408	5 575
Imóveis	3 713	1 215
Outros	574	1 125
	<u>29 421</u>	<u>12 841</u>
	<u>864 755</u>	<u>844 021</u>
Depreciação acumulada	(564 516)	(552 427)
	<u>300 239</u>	<u>291 594</u>

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	314 402	324 882	27 768	667 052
Adições	635	10 627	25 593	36 855
Abates / vendas	(53)	(500)	-	(553)
Transferências	31 001	10 314	(41 315)	-
Variação cambial	-	256	-	256
Outros movimentos ^(a)	81 519	58 097	795	140 411
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	427 504	403 676	12 841	844 021
Adições	697	10 444	32 307	43 448
Abates / vendas	(4 302)	(14 977)	-	(19 279)
Transferências ^(b)	983	7 284	(15 726)	(7 459)
Variação cambial	-	(115)	(1)	(116)
Outros movimentos ^(c)	2 484	1 656	-	4 140
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	427 366	407 968	29 421	864 755
Depreciações				
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	172 884	278 390	-	451 274
Amortizações do exercício	11 087	19 831	-	30 918
Abates / vendas	(17)	(478)	-	(495)
Outros movimentos ^(d)	17 490	53 240	-	70 730
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	201 444	350 983	-	552 427
Amortizações do exercício	12 958	17 770	-	30 728
Abates / vendas	(4 125)	(14 375)	-	(18 500)
Transferências ^(b)	(1 090)	(871)	-	(1 961)
Variação cambial	(73)	(289)	-	(362)
Outros movimentos ^(e)	528	1 656	-	2 184
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	209 642	354 874	-	564 516
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	217 724	53 094	29 421	300 239
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	226 060	52 693	12 841	291 594

(a) Fusão do BIC: 81 519 milhares de Euros em Imóveis; 58 097 milhares de Euros em Equipamento.

(b) Transferência para outros activos referente a balcões descontinuados no decorrer do exercício de 2006.

(c) Fusão da Crediflash: 2 484 milhares de Euros em Imóveis; 1 656 milhares de Euros em Equipamento.

(d) Fusão do BIC: 17 489 milhares de Euros em Imóveis; 53 029 milhares de Euros em Equipamento.

(e) Fusão da Crediflash: 528 milhares de Euros em Imóveis; 1 656 milhares de Euros em Equipamento.

Nota 25 – Activos intangíveis

Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	6 532	1 045
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	364 522	341 192
Outras	18 082	17 962
	382 604	359 154
Imobilizações em curso	18 378	18 790
	407 514	378 989
Amortização acumulada	(356 161)	(329 202)
	51 353	49 787

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)		
	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	335 182	13 250	348 432
Adições:			
Geradas internamente ^(a)	4 999	-	4 999
Adquiridas a terceiros	19 993	-	19 993
Outros movimentos	853	4 712	5 565
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	361 027	17 962	378 989
Adições:			
Geradas internamente	5 665	-	5 665
Adquiridas a terceiros	17 467	-	17 467
Variação cambial	(9)	-	(9)
Outros movimentos ^(b)	5 282	120	5 402
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	389 432	18 082	407 514
Amortizações			
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	281 678	13 017	294 695
Amortizações do exercício	29 600	185	29 785
Outros movimentos	12	4 710	4 722
Saldo a 31 de Dezembro de 2005	311 290	17 912	329 202
Amortizações do exercício	22 154	48	22 202
Variação cambial	(9)	-	(9)
Outros movimentos ^(b)	4 644	122	4 766
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	338 079	18 082	356 161
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2006	51 353	-	51 353
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2005	49 737	50	49 787

a) Valor referente a imobilizações em curso.

b) Valores relativos à fusão da Crediflash.

Nota 26 – Investimentos em subsidiárias e associadas

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2006				31.12.2005			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES	2 013 103	57,52%	5,00	9 652	2 035 459	58,16%	5,00	9 760
BES FINANCE	100 000	100,00%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	99,75%	94,80	21 341	199 500	99,75%	106,13	21 341
BES ANGOLA	799 600	79,96%	7,59	9 102	799 600	79,96%	8,47	9 102
BES-VIDA ^(a)	24 999 700	50,00%	5,00	474 994	-	-	-	-
BESI	14 000 000	100,00%	5,00	159 834	14 000 000	100,00%	5,00	159 834
BESIL	0	-	-	-	12 000 000	100,00%	5,00	65 343
BESLEASING E FACTORING	8 777 241	89,36%	5,00	45 934	8 777 241	89,36%	5,00	45 934
BESNAC	1 000	100,00%	0,75	36	1 000	100,00%	0,84	36
BESOL ^(b)	-	-	-	-	1 000	100,00%	0,84	1
BESSA	10 825 000	100,00%	8,00	108 976	9 700 000	89,61%	8,00	93 484
BEST	20 181 680	32,03%	1,00	20 182	18 861 680	30,92%	1,00	18 862
BIC INTERNATIONAL BANK	10 000 000	100,00%	1,00	24 197	10 000 000	100,00%	1,00	24 197
CÊNTIMO	500 000	100,00%	1,00	925	2	95,00%	124 700,00	509
CREDIFLASH ^(c)	-	-	-	-	1 349 997	90,00%	5,00	6 594
E.S. BANK	6 377 050	98,45%	3,78	71 027	6 377 050	98,45%	4,23	71 027
E.S. PLC	29 996	99,99%	5,00	38	29 994	99,98%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	24,99%	5,00	3 749	1 200 000	40,00%	5,00	6 000
E.S. RESEARCH ^(b)	-	-	-	-	10 000	100,00%	5,00	50
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100,00%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	1 645 000	70,00%	5,00	8 205	1 645 000	70,00%	5,00	8 205
ESCLINC	100	100,00%	6 162,45	787	100	100,00%	6 879,67	787
E.S. CONCESSÕES ^(d)	390 000	60,00%	5,00	19 793	20 000	20,00%	5,00	100
ESDATA	686 000	49,00%	5,00	4 114	686 000	49,00%	5,00	4 114
ESEGUR	187 000	34,00%	5,00	2 134	187 000	34,00%	5,00	2 134
ESGEST	20 000	100,00%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
ESOL ^(b)	-	-	-	-	1 000	100,00%	0,85	1
E.S. CONTACT CENTER ^(c)	1 045 900	35,00%	1,00	1 260	1 155 000	32,08%	1,00	1 155
E.S.F. CONSULTANTS	700 000	100,00%	5,00	3 500	700 000	100,00%	5,00	3 500
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99,99%	0,35	39	49 995	99,99%	0,36	39
ESUMÉDICA	74 700	24,90%	5,00	395	74 700	24,90%	5,00	395
EUROP ASSISTANCE	230 000	23,00%	5,00	1 147	230 000	23,00%	5,00	1 147
FIDUPRIVATE	6 190	24,76%	5,00	31	6 190	24,76%	5,00	31
LOCARENT	472 500	45,00%	5,00	2 518	472 500	45,00%	5,00	2 518
QUINTA DOS CÓNEGOS	487 400	65,86%	5,00	3 960	487 400	65,86%	5,00	3 960
PARSUNI	1	100,00%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22,50%	152,45	2 401	15 750	22,50%	152,00	2 401
SPAINVEST ^(b)	-	-	-	-	1 849 999	100,00%	10,00	21 977
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100,00%	25 000,00	65 025	-	0,00%	-	-
				<u>1 130 426</u>				<u>649 706</u>
Perdas por imparidade				<u>(74 508)</u>				<u>(72 144)</u>
				<u>1 055 918</u>				<u>577 562</u>

(a) Participação adquirida em Junho de 2006.

(b) Empresas liquidadas em Novembro e Dezembro de 2006.

(c) Variação nas participações derivada da fusão da Crediflash.

(d) Aquisição de 40% em Junho de 2006 e aumento de capital de Novembro de 2006.

No decorrer do exercício de 2006 ocorreram alterações ao nível dos investimentos em associadas do BES, das quais se destacam as seguintes:

- Em Março de 2006, o BES adquiriu à Espírito Santo Data, SGPS, SA 8 300 acções da ES Innovation, SA. Durante o mês de Abril de 2006, a sociedade ES Innovation, SA foi transformada num Agrupamento Complementar de Empresas, alterando a designação social para Espírito Santo Informática, ACE;
- Em 30 de Maio de 2006 foi concretizada a fusão por incorporação da Crediflash no BES;
- Em Junho de 2006, o BES adquiriu 50% do capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade – Vida e alienou 15% do capital social da Espírito Santo, Companhia de Seguros, S.A (onde mantém actualmente uma participação de 25%). Ambas as seguradoras alteraram os seus nomes, respectivamente, para BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (BES-Vida), e para BES, Companhia de Seguros, S.A. (BES-Seguros).
- Em Novembro de 2006, foi criado o BES Beteiligungs GmbH, sediado na Alemanha, com capital social de 25 milhares de euros, que o BES detém na totalidade. O BES entregou ainda 65 000 milhares de euros como prestações acessórias, os quais foram utilizados na aquisição do BESIL ao BES, por 65 000 milhares de euros.
- Procedeu-se à liquidação da sociedade Spainvest, S.A. em Novembro de 2006, e das sociedades BES Overseas, Ltd., Espírito Santo Overseas, Ltd. e ES Research – Estudos Financeiros e de Mercados, S.A. em Dezembro de 2006.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	72 144	66 036
Dotações	12 103	6 894
Utilizações	(6 487)	-
Reversões	(3 252)	(1 290)
Diferenças de câmbio e outras ^(a)	-	504
Saldo final	<u>74 508</u>	<u>72 144</u>

(a) Em 2005 inclui 503 milhares de euros provenientes da fusão do BIC.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante relativo a Alienação de investimentos financeiros reconhecido na demonstração de resultados refere-se à mais-valia obtida na venda de participações, as quais são detalhadas como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
BES SEGUROS	9 754	-
JAMPUR - Trading Internacional, Lda	-	36 052
Espirito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	17 660
Banque Espirito Santo et de la Vénétie, S.A.	-	7 862
ES INTERACTION - Sistemas de Informação Interactiva, S.A.	-	70
Outras	96	-
	<u>9 850</u>	<u>61 644</u>

Nota 27 – Outros activos

A rubrica Outros activos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

	31.12.2006	31.12.2005
(milhares de euros)		
Devedores e outras aplicações		
Operações sobre títulos	-	125 708
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	32 835	20 607
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	46 779	39 729
Contas caução	51 593	19 682
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	150 024	106 160
Sector público administrativo	641	580
Outros devedores diversos	55 562	71 758
	<u>337 434</u>	<u>384 224</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(4 112)	(4 112)
	<u>333 322</u>	<u>380 112</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	29 445	47 791
Outros activos	99 975	11 400
	<u>129 420</u>	<u>59 191</u>
Proveitos a receber	67 174	40 533
Despesas com custo diferido	205 486	244 817
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	15 941	20 429
Outras operações a regularizar	25 189	-
	<u>41 130</u>	<u>20 429</u>
Activos recebidos em dação por recuperações de crédito	81 071	69 252
Perdas por imparidade para activos recebidos em dação	(8 976)	(6 946)
	<u>72 095</u>	<u>62 306</u>
Pensões de reforma (ver Nota 12)	493 179	538 159
	<u>1 341 806</u>	<u>1 345 547</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de despesas com custo diferido inclui (i) o montante de 53 815 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 42 120 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Sector Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39, o qual é reconhecido em custos durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida activa remanescente do colaborador, e (ii) 139 668 milhares de euros relativo ao regime transitório das pensões de reforma e benefícios de saúde (31 de Dezembro de 2005: 179 446 milhares de euros) – ver Nota 12.

As Operações sobre títulos em 2005 representam valores a receber de clientes, decorrentes de vendas a descoberto a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo inicial	11 058	17 294
Dotações	3 384	431
Utilizações	(612)	(1 409)
Reversões	(1 541)	(8 460)
Transferências	799	-
Diferenças de câmbio e outras ^(a)	-	3 202
Saldo final	<u>13 088</u>	<u>11 058</u>

(a) A 31 de Dezembro de 2005, este valor refere-se à fusão do BIC.

Nota 28 – Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de outras instituições financeiras é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
No país		
Depósitos	251 747	136 854
Mercado monetário interbancário	68 880	38 395
Recursos a muito curto prazo	31 393	32 807
Operações com acordo de recompra	1 340	-
Outros recursos	2 968	1 523
	<u>356 328</u>	<u>209 579</u>
No estrangeiro		
Depósitos	10 665 191	10 312 125
Empréstimos	2 596 237	1 863 503
Recursos a muito curto prazo	105 436	63 087
Operações com acordo de recompra	151 100	243 241
Outros recursos	61 077	155 993
	<u>13 579 041</u>	<u>12 637 949</u>
	<u>13 935 369</u>	<u>12 847 528</u>

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	2 557 476	3 508 248
De 3 meses a um ano	2 812 886	1 098 651
De um a cinco anos	7 291 550	6 043 089
Mais de cinco anos	1 273 457	2 197 540
	<u>13 935 369</u>	<u>12 847 528</u>

Nota 29 – Recursos de clientes

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 600 858	7 969 914
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	6 363 420	6 079 433
Depósitos com pré-aviso	514	1 226
Outros	2 609	3277
	<u>6 366 543</u>	<u>6 083 936</u>
Depósitos de poupança		
Reformados	178 736	218 537
Emigrantes	184	346
Outros	1 931 805	1 989 290
	<u>2 110 725</u>	<u>2 208 173</u>
Outros recursos	<u>959 379</u>	<u>679 518</u>
	<u>18 037 505</u>	<u>16 941 541</u>

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Exigível à vista	<u>8 600 858</u>	<u>7 969 914</u>
Exigível a prazo		
Até 3 meses	7 037 201	6 530 158
De 3 meses a um ano	1 845 019	1 869 678
De um a cinco anos	485 087	429 751
Mais de cinco anos	69 340	142 040
	<u>9 436 647</u>	<u>8 971 627</u>
	<u>18 037 505</u>	<u>16 941 541</u>

Nota 30 – Responsabilidades representadas por títulos

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Certificados de depósitos	4 738 245	3 526 683
Obrigações de caixa	3 653 510	3 792 674
Euro Medium Term Notes	44 764	45 551
Outros	7 593	7 284
	<u>8 444 112</u>	<u>7 372 192</u>

Durante o exercício de 2006, o Banco procedeu à emissão de 1 193,1 milhões de euros de títulos (1 676,2 milhões de euros durante 2005), tendo sido reembolsados 88,1 milhões de euros (260,8 milhões de euros durante 2005).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Até 3 meses	3 540 168	3 036 534
De 3 meses a um ano	1 462 630	652 205
De um a cinco anos	1 299 458	1 107 486
Mais de cinco anos	2 141 856	2 575 967
	<u>8 444 112</u>	<u>7 372 192</u>

As características essenciais destes recursos, para o Banco, são como segue:

Descrição	(milhares de euros)					
	31.12.2006					
	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
Certificados de depósito	EUR	2006	1 316 360	2007	0,00% - 5,60%	
Certificados de depósito	USD	2004 - 2006	1 792 256	2007 - 2008	4,71% - 5,34%	
Certificados de depósito	GBP	2006	1 583 451	2007	2,65% - 5,63%	
BIC 99 - 3ª emissão	EUR	1999	24 000	2008	Taxa fixa - 2,80%	
BES Rendimento Mais - 1ª Série	EUR	2000	10 801	2008	Taxa fixa - 5,80%	
BES Rendimento Mais - 2ª Série	EUR	2000	4 947	2008	Taxa fixa - 5,95%	
BES Rendimento Mais - 3ª Série	EUR	2000	6 865	2008	Taxa fixa - 5,98%	
BES Rendimento Mais - 4ª Série	EUR	2000	7 118	2008	Taxa fixa - 2,76%	
BES Rendimento Mais - 5ª Série	EUR	2000	5 142	2008	Taxa fixa - 5,96%	
BES EURO RENDA Agosto 2001	EUR	2001	15 000	2009	Taxa fixa - 2,75%	
BES Euro Renda	EUR	2002	22 306	2010	Taxa fixa - 5,32%	
BES TARGET 10%	EUR	2005	4 977	2013	Taxa fixa - 5,00%	
BIC EURO 4%	EUR	2005	3 094	2007	Taxa fixa - 4,00%	
BIC EURO VALOR	EUR	2005	34 330	2010	Taxa fixa - 4,25%	
BIC SNOWBL ABR0	EUR	2005	32 326	2012	Indexada a Euribor 6 meses	
BES 12/01/2009	a) USD	2005	812	2005	US Libor 6 meses	
BES 4% DUAL	a) EUR	2005	5 409	2005	4% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)	
BES BRIC MAR.06	a) EUR	2005	5 063	2005	Nifty India + RDX Russia + HK Hang Seng + Bovespa	
BES CHINA FEV05	a) EUR	2005	7 966	2005	FSTE/Xinhua China 25 Index	
BES COMMODIT 7%	a) EUR	2005	1 731	2005	Taxa fixa - 7,00%	
BES CR.JAPÃO PL	a) EUR	2005	4 879	2005	Nikkei 225	
BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	2 103	2005	taxa fixa 4,08% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 561	2005	taxa fixa 4,14% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES ER3,75%0805	a) EUR	2005	2 166	2005	taxa fixa 3,85% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES TARGET 9%	a) EUR	2005	3 039	2005	Euribor 12 meses	
BES TARGET 9% 2	a) EUR	2005	2 895	2005	Euribor 12 meses	
BES-4,25% DUAL	a) EUR	2005	2 870	2005	4,25% (50%) + DJ Eurostoxx 50 (50%)	
BES-CABAZ 2008	a) EUR	2005	8 445	2005	cabaz de acções internacionais	
BES-E.RENDA 4%	a) EUR	2005	7 701	2005	taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.	
BES-GL.TITANS	a) EUR	2005	14 665	2005	0,85% + Índice Eurostat MUICP	
BES-IM JUL.2004	a) EUR	2005	1 441	2005	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES-IN.GL.MAR04	a) EUR	2005	2 153	2005	DJ Eurostoxx 50 + Goldman Sachs CIER + Iboxx Euro Sovereign + USD/EUR	
BES-IND.JUN.03	a) EUR	2005	1 001	2005	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES-IND.M.FEV03	a) EUR	2005	2 293	2005	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES-IND.MAIO 03	a) EUR	2005	2 940	2005	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225	
BES-IND.S.JAN04	a) EUR	2005	1 745	2005	cabaz de índices DJ	

(milhares de euros)

Descrição	31.12.2006					
	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro	
BES-LIBOR NOV04	a)	USD	2005	656	2005	US Llibor 6 meses
BES-R.PR.V. 2007	a)	EUR	2005	12 430	2005	3,90% + DJ Euro Stoxx 50
BES-SETUP JUN04	a)	EUR	2005	952	2005	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES-SETUP MAIO4	a)	EUR	2005	661	2005	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
BES-T.14.5%MAIO	a)	EUR	2005	4 804	2005	Euribor 12 meses
BES-TARG.14.5%A	a)	EUR	2005	4 636	2005	Euribor 12 meses
BES-V.SEG.ÁBR03	a)	EUR	2005	2 355	2005	DJ Eurostoxx 50 + HICP Ex-Tobacco
BES.LIBOR INV04	a)	USD	2005	1 051	2005	US Llibor 3 meses
BIC CAP.MAIS 07	a)	EUR	2005	7 481	2005	DJ Eurostoxx 50 + DJ Industrials
BIC E.RENDA 4%	a)	EUR	2005	2 695	2005	taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BIC GLOBAL IND	a)	EUR	2005	7 537	2005	DJ Eurostoxx 50 + S&P 500 + Nikkei 225
TOP BIC SEL.JUL	a)	EUR	2005	5 759	2005	cabaz de fundos
BES FEV 2009		EUR	2006	6 500	2009	Taxa fixa - 4,00%
BES-SFE 27/11/2008	a)	EUR	2003	44 617	2008	Taxa swap 10 anos EUR
BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	37 965	2011	Taxa fixa - 5,22%
BES CAYMAN 5,22%		USD	2001	37 965	2011	Taxa fixa - 5,22%
BIC CAYMAN 1 2001		EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,48%
BIC CAYMAN 2 2001		EUR	2001	49 978	2011	Taxa fixa - 5,68%
BIC CAYMAN 3 2001		EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,40%
BIC CAYMAN 4 2001		EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,46%
BIC CAYMAN 5 2001		EUR	2001	49 991	2008	Taxa fixa - 5,48%
BIC CAYMAN 6 2001		EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,43%
BIC CAYMAN 7 2001		EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,41%
BIC CAYMAN 8 2001		EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,45%
BIC CAYMAN 9 2001		EUR	2001	49 985	2009	Taxa fixa - 5,42%
BIC CAYMAN 10 2001		EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,53%
BIC CAYMAN 11 2001		EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,57%
BIC CAYMAN 12 2001		EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,58%
BIC CAYMAN 13 2001		EUR	2001	49 980	2010	Taxa fixa - 5,73%
BIC CAYMAN 14 2001		EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,80%
BIC CAYMAN 15 2001		EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,79%
BIC CAYMAN 16 2001		EUR	2001	49 976	2011	Taxa fixa - 5,90%
BIC CAYMAN 17 2001		EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,89%
BIC CAYMAN 18 2001		EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,83%
BIC CAYMAN 19 2001		EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,96%
BIC CAYMAN 20 2001		EUR	2001	49 974	2012	Taxa fixa - 5,94%
BIC CAYMAN 21 2001		EUR	2001	49 971	2013	Taxa fixa - 6,03%
BIC CAYMAN 22 2001		EUR	2001	74 957	2013	Taxa fixa - 6,08%
BIC CAYMAN 23 2001		EUR	2001	74 957	2013	Taxa fixa - 6,03%
BIC CAYMAN 24 2001		EUR	2001	74 953	2014	Taxa fixa - 6,01%
BIC CAYMAN 25 2001		EUR	2001	74 953	2014	Taxa fixa - 6,02%
BIC CAYMAN 26 2001		EUR	2001	74 951	2015	Taxa fixa - 6,16%
BIC CAYMAN 27 2001		EUR	2001	74 951	2015	Taxa fixa - 6,09%
BIC CAYMAN 29 2001		EUR	2001	49 999	2011	Taxa fixa - 5,28%
BIC CAYMAN 30 2001		EUR	2001	49 999	2011	Taxa fixa - 5,42%
BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	52 302	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	86 144	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,90%
BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	2002	110 080	2027	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,74%
BIC CAYMAN 1 2002		EUR	2002	69 998	2012	Taxa fixa - 5,92%
BIC CAYMAN 2 2002		EUR	2002	6 049	2012	Taxa fixa - 4,65%
BIC CAYMAN 3 2002		EUR	2002	30 000	2007	Taxa fixa - 5,42%
BIC CAYMAN 4 2002		EUR	2002	50 000	2007	Taxa fixa - 5,32%
BIC CAYMAN 5 2002		EUR	2002	50 000	2007	Taxa fixa - 5,23%

(milhares de euros)

31.12.2006						
Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade		Taxa de juro
BES CAYMAN 4,82% 01/28/13	USD	2003	56 948	2013		Taxa fixa - 4,82%
BES CAYMAN 4,83% 02/05/13	USD	2003	56 948	2013		Taxa fixa - 4,83%
BES CAYMAN 5,06% 02/11/15	USD	2003	56 948	2015		Taxa fixa - 5,06%
BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	64 484	2028		Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES CAYMAN 5,01% 02/18/15	USD	2003	56 948	2015		Taxa fixa - 5,01%
BES CAYMAN 5,37% 03/12/18	USD	2003	56 948	2018		Taxa fixa - 5,37%
BES CAYMAN Step Up 07/15/13	USD	2003	56 948	2013		StepUp (1º cupão 1,25%)
BES CAYMAN Step Up 07/25/13	USD	2003	56 948	2013		StepUp (1º cupão 1,50%)
BES CAYMAN Step Up 07/28/10	USD	2003	56 948	2010		StepUp (1º cupão 3,50%)
BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	12 258	2028		Cupão Zero - Taxa efectiva 5,75%
BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	75 000	2013		StepUp (1º cupão 3,00%)
BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	75 000	2013		StepUp (1º cupão 3,00%)
BES CAYMAN Step Up 09/16/13	EUR	2003	75 000	2013		StepUp (1º cupão 2,90%)
BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	75 000	2013		StepUp (1º cupão 3,10%)
BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	74 906	2028		Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2003	22 296	2013		Cupão único e pago à cabeça
BES CAYMAN Step Up 02/02/17	USD	2004	37 965	2017		StepUp (1º cupão 1,87%)
BES CAYMAN Step Up 02/11/19	USD	2004	37 965	2019		StepUp (1º cupão 1,78%)
BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	10 445	2014		Cupão único e pago à cabeça
BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	25 770	2014		Cupão único e pago à cabeça
BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	6 175	2014		Cupão único e pago à cabeça
BES CAYMAN - FIXED NOTE	EUR	2004	5 146	2014		Cupão único e pago à cabeça
BES CAYMAN Step Up 07/21/14	USD	2004	56 948	2014		StepUp (1º cupão 2,07%)
BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a)	EUR	4 655	2009		Indexada a Euribor 6 meses
BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a)	EUR	1 695	2009		Indexada a Euribor 6 meses
BES CAYMAN - 4% Mais R.E.	a)	EUR	587	2009		Indexada a Euribor 6 meses
BES CAYMAN - BES Libor 4%		USD	718	2008		Euribor 6 meses + 0,51%
BES CAYMAN - BES Libor 4%		USD	827	2008		Taxa fixa - 4,00%
BES CAYMAN Step Up 06/30/08	USD	2005	1 653	2008		StepUp (1º cupão 4,00%)
BES CAYMAN Step Up 07/11/08	USD	2005	1 665	2008		StepUp (1º cupão 3,60%)
BES CAYMAN Step Up 08/08/08	USD	2005	1 613	2008		StepUp (1º cupão 3,60%)
BES CAYMAN Step Up 08/09/08	USD	2005	647	2008		StepUp (1º cupão 3,75%)
BES CAYMAN Step Up 10/14/08	USD	2005	1 351	2008		StepUp (1º cupão 3,75%)
BES CAYMAN Step Up 11/10/08	USD	2005	1 435	2008		StepUp (1º cupão 3,75%)
BES CAYMAN Step Up 12-15-08	USD	2005	1 576	2008		StepUp (1º cupão 4,25%)
Sub-total			8 306 169			
Juro corrido			137 943			
			8 444 112			

a) Passivos designados ao justo valor através de resultados.

Incluídos nesta rubrica estão cerca de 140 879 milhares de euros de obrigações de caixa e 44 764 milhares de euros de Euro Medium Term Notes relativos a emissões registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 17).

A opção do Banco em designar estes passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do risco do Banco, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Nota 31 – Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)

	Provisão para riscos gerais de crédito	Provisão para reestruturação	Outras provisões	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2005	264 920	-	32 619	297 539
Dotações	14 259	57 554	20 547	92 360
Utilizações	-	(7 892)	(798)	(8 690)
Reversões	(1 212)	-	(2 469)	(3 681)
Diferenças de câmbio e outras ^(a)	43 824	-	11 126	54 950
Saldo a 31 de Dez. de 2005	321 791	49 662	61 025	432 478
Dotações	98 672	10 810	36 451	145 933
Utilizações	-	(57 986)	(297)	(58 283)
Reversões	(36 424)	-	(526)	(36 950)
Transferências	13	(800)	-	(787)
Diferenças de câmbio e outras ^(b)	1 484	-	2 006	3 490
Saldo a 31 de Dez. de 2006	385 536	1 686	98 659	485 881

(a) Inclui 42 815 milhares de euros e 11 053 milhares de euros relativos à fusão do BIC

(b) Inclui 2 271 milhares de euros e 2 497 milhares de euros relativos à fusão da Crediflash

Da provisão para reestruturação constituída em 2005 relativa à fusão do Banco Internacional de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., e que em 31 de Dezembro de 2005 ascendia a 49,7 milhões de euros, foram utilizados 48,9 milhões de euros o exercício de 2006.

Em Maio de 2006 procedeu-se à fusão da Crediflash - Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A., tendo sido preparado e aprovado um plano de reestruturação, no âmbito do qual foi constituída uma provisão de 10,8 milhões de euros para encargos com o referido processo. Durante 2006 foram utilizados 9,2 milhões de euros desta provisão.

As Outras provisões, no montante de 98 659 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 61 025 milhares de euros) destinam-se a cobrir a probabilidade de ocorrência de determinadas contingências relacionadas com a actividade do Banco.

Nota 32 – Impostos

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2006 e 2005 foi apurado pelo BES com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 27,5%, de acordo com a Lei nº 107-B/2003, de 31 de Dezembro.

O cálculo do imposto diferido de 2006 foi apurado com base na taxa de 26,5% e o de 2005 foi apurado com base na taxa de 27,5%, taxa que se encontrava substancialmente aprovada à data do balanço, como resultado da aprovação da Lei das finanças locais que alterou a forma de cálculo da derrama bem como a respectiva taxa a aplicar.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2006 e 2005 podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Líquido	
	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005	31.12.2006	31.12.2005
Instrumentos financeiros derivados	-	-	(44 633)	(22 361)	(44 633)	(22 361)
Activos financeiros disponíveis para venda	1 623	15 505	(181 583)	(146 839)	(179 960)	(131 334)
Crédito a clientes	50 277	33 788	-	-	50 277	33 788
Outros activos tangíveis	-	-	(9 087)	(9 595)	(9 087)	(9 595)
Activos intangíveis	1 040	4 947	-	-	1 040	4 947
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(9 873)	(10 043)	(9 873)	(10 043)
Provisões	10 836	24 322	-	-	10 836	24 322
Pensões	235	-	(65 470)	(81 764)	(65 235)	(81 764)
SAMS	7 468	3 445	-	-	7 468	3 445
Prémios de antiguidade	5 525	5 979	-	-	5 525	5 979
Outros	271	1	(458)	-	(187)	1
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	18 711	18 712	-	-	18 711	18 712
Prejuízos fiscais reportáveis	40 831	86 328	-	-	40 831	86 328
Imposto diferido activo/(passivo)	136 817	193 027	(311 104)	(270 602)	(174 287)	(77 575)
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	-	(47 513)	-	47 513	-	-
Activo / Passivo por imposto diferido	136 817	145 514	(311 104)	(223 089)	(174 287)	(77 575)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Saldo em 1 de Janeiro	(77 575)	17 036
Reconhecido em resultados	(62 362)	(4 517)
Reconhecido em reservas de justo valor	(50 210)	(126 590)
Reconhecido em outras reservas	15 329	36 496
Variação cambial e outros	531	-
Saldo final a 31 de Dezembro (Activo/Passivo)	(174 287)	(77 575)

O imposto diferido reconhecido em resultados e reservas durante 2006 e 2005 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Activos financeiros disponíveis para venda	1 584	(50 210)	(29 741)	(126 590)
Investimentos em associadas e subsidiárias	170	-	(17 510)	-
Crédito a clientes	16 489	-	4 478	-
Outros activos tangíveis	508	-	270	-
Activos intangíveis	(3 907)	-	(6 283)	-
Instrumentos financeiros derivados	(22 272)	-	(19 159)	-
Pensões	6 389	10 140	(29 562)	6 534
SAMS	4 023	-	408	2 602
Provisões	(13 486)	-	20 508	-
Prémios de antiguidade	(454)	-	796	-
Outros	(5 908)	5 189	(2 284)	-
Prejuízos fiscais reportáveis e créditos por dupla tributação internacional	(45 498)	-	73 562	-
Integração do BIC	-	-	-	(59 938)
Ajustamento de transição a 1 de Janeiro de 2005	-	-	-	87 298
	(62 362)	(34 881)	(4 517)	(90 094)

A alteração da taxa de imposto ocorrida no exercício de 2006, de 27,5% para 26,5%, no seguimento da aprovação da nova lei das finanças locais teve um impacto negativo em resultados e um impacto positivo em reservas de 1 132 milhares de euros e 7 610 milhares de euros, respectivamente. Estes valores estão incluídos no quadro acima apresentado.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2006 e 2005 explica-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Imposto corrente	<u>16 299</u>	<u>22 851</u>
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	16 864	78 079
Prejuízos fiscais reportáveis	<u>45 498</u>	<u>(73 562)</u>
	62 362	4 517
Total do imposto registado em resultados	<u><u>78 661</u></u>	<u><u>27 368</u></u>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	31.12.2006		31.12.2005	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		336 112		217 537
Taxa de imposto	27,5		27,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		92 431		59 823
Dividendos excluídos de tributação	(9,4)	(31 572)	(19,4)	(42 121)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(1,4)	(4 631)	-	-
Mais-valias não tributadas	(0,5)	(1 524)	(4,1)	(8 977)
Menos-valias não dedutíveis	0,8	2 651	-	-
Mais-valias geradas no estrangeiro	4,2	14 000	5,4	11 745
Imposto pago pelas sucursais	0,6	2 095	1,7	3 625
Alteração da taxa de imposto	0,6	2 008	-	-
Custos não dedutíveis	2,7	9 087	1,3	2 854
Alterações na base fiscal por alterações na legislação	-	-	3,1	6 751
Alterações nas estimativas	(2,3)	(7 852)	(4,0)	(8 780)
Outros	0,6	<u>1 968</u>	1,1	<u>2 448</u>
	23,4	<u>78 661</u>	12,6	<u>27 368</u>

Nota 33 – Passivos subordinados

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações de caixa	99 861	159 925
Empréstimos	<u>2 507 622</u>	<u>2 052 913</u>
	<u>2 607 483</u>	<u>2 212 838</u>

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

(milhares de euros)

Designação	Moeda	Data de emissão	31.12.2006		Taxa de juro actual	Maturidade
			Valor de emissão	Valor de balanço		
Obrigações de Caixa Subordinadas	EUR	1997	99 762	99 861	4,06%	2007
Empréstimos Subordinados	USD	2000	37 965	38 320	7,90%	2009
Empréstimos Subordinados	EUR	2000	300 000	316 230	6,63%	2010
Empréstimos Subordinados	EUR	2002	400 000	413 566	6,25%	2011
Empréstimos Subordinados	EUR	2002	500 000	517 710	6,63%	2012
Empréstimos Subordinados	EUR	2003	310 000	315 265	5,59%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	100 000	100 989	5,39%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	100 000	100 989	5,39%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2006	12 200	12 528	5,39%	2014
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	500 000	508 823	4,51%	-
Empréstimos Subordinados	JPY	2005	191 168	183 202	5,39%	2015
			<u>2 551 095</u>	<u>2 607 483</u>		

Durante o exercício de 2006, o Banco procedeu à emissão de 12,2 milhões de euros de dívida subordinada (31 de Dezembro de 2005: 247 milhões de euros), tendo sido reembolsados 59,9 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 24,9 milhões de euros).

Nota 34 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006	31.12.2005
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	22 529	20 107
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	28 335	18 577
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	38 565	28 456
Credores por operações sobre valores mobiliários	49 076	25 397
Outros credores	<u>137 965</u>	<u>60 919</u>
	<u>276 470</u>	<u>153 456</u>
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	17 075	16 316
Outros custos a pagar	<u>87 591</u>	<u>61 786</u>
	<u>104 666</u>	<u>78 102</u>
Receitas com proveito diferido	4 561	461
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	55 064	265 393
Outras operações a regularizar	-	82 341
	<u>55 064</u>	<u>347 734</u>
	<u>440 761</u>	<u>579 753</u>

As rubricas Operações sobre valores mobiliários a regularizar, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, evidenciam o saldo líquido das ordens de venda e compra em bolsa do Banco que aguardam a respectiva liquidação financeira (ver Nota 27).

Nota 35 – Capital, prémios de emissão e acções próprias

Acções ordinárias

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social do Banco encontrava-se representado por 500 milhões de acções, com um valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	(milhares de euros)	
	% Capital	
	31.12.2006	31.12.2005
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00%	41,98%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	8,81%
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S.A.	-	6,46%
Bradeport-SGPS, S.A. ⁽¹⁾	3,05%	3,05%
Hermes Pensions Management, Ltd.	2,13%	-
Grupo Portugal Telecom	4,02%	4,02%
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	2,62%	2,62%
Portugal Telecom, S.A.	1,40%	1,40%
Outros	39,99%	35,68%
	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>

(1) Sociedade de direito Português totalmente detida pelo Banco Bradesco (Brasil).

Durante o primeiro semestre de 2006, o Banco aumentou o capital social de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros, mediante a emissão de 200 milhões de novas acções ordinárias, nominativas e escriturais, com o valor nominal de 5 euros cada, nas seguintes modalidades:

- 50 milhões de novas acções atribuídas gratuitamente aos accionistas por incorporação de prémios de emissão, na proporção de uma nova acção por cada seis acções detidas;
- 150 milhões de novas acções reservadas à subscrição pelos accionistas, na proporção de uma nova acção por cada duas detidas. O preço de subscrição foi de 9,2 euros.

Prémios de emissão

Até 31 de Dezembro de 2005, os prémios de emissão totalizavam 300 000 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas no aumento de capital ocorrido no primeiro semestre de 2002.

Durante o primeiro semestre de 2006, no âmbito do aumento de capital, os prémios de emissão aumentaram para 666 327 milhares de euros. Este aumento corresponde a um prémio de 4,2 euros por acção das 150 milhões de acções emitidas reservadas à subscrição pelos accionistas, deduzido das despesas com o aumento de capital líquidas de imposto, bem assim como da parte incorporada no capital (250 milhões de euros).

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções. Na execução deste programa, o qual se iniciou durante o exercício de 2000, encontram-se à data de 31 de Dezembro de 2006 mobilizadas 5 667 mil acções do BES, representativas de 1,13% do Capital Social do BES (31 de Dezembro de 2005: 7 617 mil acções, representativas de 2,54%) no valor total de 63,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 96,3 milhões de euros), as quais no âmbito da política contabilística descrita na Nota 2.14 são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006		31.12.2005	
	Nº de acções	Valor	Nº de acções	Valor
Saldo no início do ano	7 617 500	96 247	7 991 482	100 174
Aquisições	-	-	1 811 774	24 544
Aumento de capital	850 504	-	-	-
Alienações	(2 800 392)	(32 515)	(2 185 756)	(28 471)
Saldo no final do ano	<u>5 667 612</u>	<u>63 732</u>	<u>7 617 500</u>	<u>96 247</u>

Nota 36 – Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquida da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Durante os exercícios de 2006 e 2005, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Res.Trans.
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	(10 509)	2 890	(7 619)	60 065	(159 751)	(99 686)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	2 060	2 060
Alterações de justo valor	459 294	(126 499)	332 795	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	20 500	75 361	95 861
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(29 776)	(29 776)
Impacto da fusão por incorporação do BIC	1 544	(497)	1 047	36 289	167 114	203 403
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	450 329	(124 106)	326 223	116 854	55 008	171 862
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	2 454	2 454
Alterações de justo valor	206 049	(50 210)	155 839	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	24 056	47 779	71 835
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(29 640)	(29 640)
Impacto da fusão por incorporação da Crediflash	-	-	-	-	12 999	12 999
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>656 378</u>	<u>(174 316)</u>	<u>482 062</u>	<u>140 910</u>	<u>88 600</u>	<u>229 510</u>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda	3 517 891	3 224 009
Imparidade acumulada reconhecida	<u>(49 040)</u>	<u>(51 764)</u>
Custo amortizado dos activos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	3 468 851	3 172 245
Valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda	<u>4 125 229</u>	<u>3 622 574</u>
Ganhos potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	656 378	450 329
Impostos diferidos	<u>(174 316)</u>	<u>(124 106)</u>
	<u>482 062</u>	<u>326 223</u>

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Saldo em 1 de Janeiro	326 223	(7 619)
Variação de justo valor	409 623	420 574
Alienações do exercício	(84 901)	3 181
Imparidade reconhecida no exercício	5 433	34 193
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas (ver nota 33)	<u>(174 316)</u>	<u>(124 106)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>482 062</u>	<u>326 223</u>

Nota 37 – Passivos contingentes e compromissos

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os seguintes saldos relativos a contas extrapatri-moniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Passivos e avales prestados		
Garantias e avales prestado	15 828 170	13 868 432
Activos dados em garantia	529 242	527 926
Créditos documentários abertos	582 361	292 512
Outros	<u>120 729</u>	<u>94 343</u>
	<u>17 060 502</u>	<u>14 783 213</u>
Compromissos		
Compromissos revogáveis	21 521 268	14 634 088
Compromissos irrevogáveis	<u>827 952</u>	<u>658 951</u>
	<u>22 349 220</u>	<u>15 293 039</u>

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Em 31 de Dezembro de 2006, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 130 130 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 132 105 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 51 112 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 50 212 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 61 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 61 109 milhares de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 287 000 milhares de euros (31 de Dezembro de 2005: 284 500 milhares de euros);

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Depósito e guarda de valores	48 282 082	40 813 947
Valores recebidos para cobrança	170 507	262 099
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	5 584 353	3 832 591
Outras responsabilidades por prestação de serviços	-	266
	<u>54 036 942</u>	<u>44 908 903</u>

Nota 38 – Transacções com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006					31.12.2005				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias										
BESLEASING E FACTORING	1 244 416	390	-	42 128	-	1 684 503	-	-	40 438	-
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	3 811	-	-	7 535	-	6 465	-	-	4 599
ES CONCESSÕES	59 773	-	-	1 677	-	40 926	-	-	-	-
ES ACE	-	-	-	12 943	37 660	-	3 847	-	11 339	33 576
ES ACE 2	-	-	-	-	532	-	-	-	-	-
ESAF SGPS	-	49 581	-	23 832	992	-	41 075	-	19 493	77
BESSA	1 614 197	260 704	1 158 751	29 383	13 882	727 543	278 095	472 009	11 298	10 262
ESGEST	-	257	-	-	1 052	-	255	-	-	1 068
ESDATA	-	2 417	-	-	11	-	3 972	-	-	4 510
ESINF	-	-	-	-	7 173	-	-	-	-	-
BESNAC	-	1 656	-	-	85	-	1 853	-	-	188
CREDIFLASH	-	-	-	3 063	1 507	25 635	4 794	-	6 485	2 311
CÊNTIMO	4 922	2 865	-	-	-	-	69	-	-	5
BESOL	-	-	-	-	-	-	24	-	-	-
BESI	461 985	55 094	-	15 544	5 454	311 857	16 487	30 000	12 362	375
BES GMBH	-	-	-	20 001	1 277	599 415	57	-	14 367	-
BES ORIENTE	-	62	-	-	-	-	368	-	-	-
BES FINANCE	-	10 288 431	10 380 574	5 452	371 155	-	8 810 664	8 911 032	1 266	280 434
ESOL	-	-	-	-	5	-	323	-	-	6
ES PLC	395 305	37 889	-	2 127	177	174 844	877	-	50	36
ES BANK	-	276	-	-	-	29 128	635	-	-	-
ES TECH VENTURES	97 293	12 310	-	6 749	36	144 723	6 099	-	27	94
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	928	-	-	-	-	-
ES CONTACT CENTER	-	1 291	-	-	3 981	-	1 167	-	-	3 532
ESCLINC	-	-	-	-	1 026	-	-	-	-	1 091
ES RESEARCH	-	-	-	-	-	-	37	-	-	-
BEST	50 000	47 693	-	1 583	95	50 000	13 365	-	1 460	-
BES AÇORES	40 772	63 998	-	695	123	29 184	28 774	-	220	53
INTERACTION	-	-	-	-	-	-	-	-	-	732
BES SPEs	-	-	-	-	-	4 013	-	-	-	-
BES ANGOLA	25 887	74 137	22 779	-	4 798	28 922	43 298	25 430	-	1 669
ES FIN. CONSULTANTS	105	-	-	-	-	90	-	-	-	-
QUINTA DOS CONEGOS	1 209	-	-	-	-	1 174	-	-	-	176
JAMPUR	-	-	-	-	-	-	-	-	2 586	-
BIBL	504 123	120 068	-	11 345	3 886	156 466	-	-	2 874	-
	4 499 987	11 022 930	11 562 104	176 522	463 370	4 008 423	9 262 600	9 438 471	124 265	344 794
Empresas associadas										
BES VIDA	-	434 357	8	2	480	-	312 499	8	-	-
BES VÉNÉTIE	293 977	576	-	-	4	504 614	128 101	-	-	11
LOCARENT	97 175	-	-	3 494	3 214	-	-	-	-	-
BES SEGUROS	-	5 635	-	-	75	-	1 537	-	-	16
EUROP ASSISTANCE	-	1 926	13	-	59	-	2 373	14	-	35
ESUMÉDICA	1 546	54	-	22	-	1 094	80	-	17	1
FIDUPRIVATE	-	475	-	-	-	-	306	-	-	-
ESEGUR	399	243	2 749	8	18	399	1 940	115	19	12
OUTRAS	2 129	1 270	255	78	3	1 668	1 724	5 414	60	2
	395 226	444 536	3 025	3 604	3 853	507 775	448 560	5 551	96	77

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco) resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006					31.12.2005				
	Activos					Garantias	Recursos	Activos	Garantias	Recursos
	Aplicações	Crédito	Títulos	Outros	Total					
BES VÉNÉTIE	284 829	-	-	9 148	293 977	-	576	504 614	-	128 101
GRUPO ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL	-	236 839	-	7 268	244 107	12 819	12 400	176 615	9 885	14 453
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	130 000	-	-	130 000	-	35 765	189 516	-	2 063
ES SAUDE	-	93 500	15 810	4 000	113 310	1 652	2 312	35 400	-	374
LOCARENT	-	7 175	-	90 000	97 175	-	-	-	-	-
PARTRAN	-	70 000	-	-	70 000	-	175	70 176	-	77
BES VIDA	-	-	-	-	-	8	434 357	-	8	312 499
COMPAGNIE BANCAIRE ESPÍRITO SANTO, SA	23 797	-	-	-	23 797	1 298	203 446	16	338	394 258
TRANQUILIDADE	-	2	-	-	2	1 001	117 810	304	811	242 478
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	21 000	90 888	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	4 252	651	-	2 083
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	13	1 926	-	14	2 373
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	221	-	-	19 795
FRAYBELL COMPANY	-	-	-	-	-	-	-	139 352	-	-
OUTRAS	-	42 282	455	1 062	43 799	8 871	12 236	50 903	26	4 312
TOTAL	308 626	579 798	16 265	111 478	1 016 167	25 662	846 476	1 258 435	11 082	1 122 866

No exercício, não se registaram quaisquer transacções adicionais com partes relacionadas entre o Banco e os seus accionistas para além do pagamento de dividendos.

As transacções efectuadas com o Fundo de Pensões encontram-se analisadas na Nota 12.

Nota 39 – Securitização de activos

Em 31 de Dezembro de 2006, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo BES:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Global CDO No.1 plc	Agosto de 2001	1 144 300	275 064	Obrigações domésticas e eurobonds
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	673 140	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	692 275	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	972 185	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	1 081 343	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	1 374 777	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	790 633	Crédito a pequenas e médias empresas

Durante o exercício findo em 2006 o Banco exerceu a *clean up call* relativa à operação de securitização Lusitano finance No.2 plc, tendo adquirido créditos cujo valor nominal ascendia a 13 935 milhares de euros.

As principais características destas operações, com referência a 31 de Dezembro de 2006, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal actual	Interesse retido pelo BES(Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações		
						Fitch	Moody's	S&P
Lusitano Global CDO No.1 plc	Classe A1	350 000	-	-	Dezembro de 2015	-	-	-
	Classe A2	623 800	131 386	105	Dezembro de 2015	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	42 300	42 300	-	Dezembro de 2015	AAA	Aa1	AA
	Classe C	25 200	25 200	15 300	Dezembro de 2015	AA	A1	A+
	Classe D	103 000	103 000	14 000	Dezembro de 2015	-	-	-
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	585 629	196	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA
	Classe C	25 000	25 000	-	Dezembro de 2035	A	A2	A
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	647 821	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	30 000	30 000	5 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA
	Classe C	28 000	28 000	-	Dezembro de 2046	A	A3	A
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	938 166	82	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	27 000	27 000	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA
	Classe C	18 600	18 600	-	Dezembro de 2047	A	A2	A
	Classe D	14 400	14 400	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB
	Classe E	10 800	10 800	-	Dezembro de 2047	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	1 047 648	-	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	22 800	22 800	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA
	Classe C	19 200	19 200	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+
	Classe D	24 000	24 000	-	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	1 323 000	-	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA
	Classe B	26 600	26 600	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA
	Classe C	22 400	22 400	-	Dezembro de 2059	A+	A1	A+
	Classe D	28 000	28 000	-	Dezembro de 2059	BBB+	Baa1	BBB+
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	759 525	1 000	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA
	Classe B	40 974	40 974	-	Dezembro de 2028	AA	-	AA
	Classe C	34 073	34 073	-	Dezembro de 2028	A+	-	A+
	Classe D	28 035	28 035	28 035	Dezembro de 2028	BBB+	-	BBB+
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4, Lusitano Mortgages No.5 e Lusitano SME No.1, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Nota 40 – Justo valor dos activos e passivos financeiros

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Negociação	Designado ao Justo valor	Detido até à Maturidade	Empréstimos e Aplicações	Disponível para Venda	Outros ao Custo Amortizado	Total Valor de Balanço	Justo Valor
31 de Dezembro de 2006								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	961 793	-	-	961 793	961 793
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	532 333	-	-	532 333	532 333
Activos financeiros detidos para negociação	3 211 240	-	-	-	-	-	3 211 240	3 211 240
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 141 854	-	-	-	-	1 141 854	1 141 854
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	4 125 229	-	4 125 229	4 125 229
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	9 807 321	-	-	9 807 321	9 807 321
Crédito a clientes	-	-	-	27 134 372	-	-	27 134 372	27 668 828
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	567 747	-	-	-	567 747	567 907
Derivados de cobertura (activos)	166 211	-	-	-	-	-	166 211	166 211
Activos financeiros	3 377 451	1 141 854	567 747	38 435 819	4 125 229	-	47 648 100	48 182 716
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	1 043 175	1 043 175	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	954 926	-	-	-	-	-	954 926	954 926
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	13 935 369	13 935 369	13 935 369
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	18 037 505	18 037 505	18 037 505
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	8 444 112	8 444 112	8 607 101
Derivados de cobertura (passivos)	196 732	-	-	-	-	-	196 732	196 732
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 607 483	2 607 483	2 747 735
Passivos financeiros	1 151 658	-	-	-	-	44 067 644	45 219 302	45 522 543
31 de Dezembro de 2005								
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	-	-	900 339	-	-	900 339	900 339
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	-	582 704	-	-	582 704	582 704
Activos financeiros detidos para negociação	2 249 710	-	-	-	-	-	2 249 710	2 249 710
Activos finan. ao justo valor através de resultados	-	1 397 101	-	-	-	-	1 397 101	1 397 101
Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	7 510 617	-	-	7 510 617	7 510 617
Crédito a clientes	-	-	-	25 322 957	-	-	25 322 957	25 572 445
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	555 823	-	-	-	555 823	556 328
Derivados de cobertura (activos)	88 909	-	-	-	-	-	88 909	88 909
Activos financeiros	2 338 619	1 397 101	555 823	34 316 617	-	-	38 608 160	38 858 153
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	591 142	591 142	591 142
Passivos financeiros detidos para negociação	953 199	-	-	-	-	-	953 199	953 199
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	12 847 528	12 847 528	12 847 528
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	16 941 541	16 941 541	16 941 541
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	7 372 192	7 372 192	7 422 610
Derivados de cobertura (passivos)	87 827	-	-	-	-	-	87 827	87 827
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	2 212 838	2 212 838	2 452 122
Passivos financeiros	1 041 026	-	-	-	-	39 965 241	41 006 267	41 295 969

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Empréstimos e aplicações em instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Considerando aos prazos curtos associados a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Depósitos de clientes

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas actuais praticadas para instrumentos com características similares. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é substancialmente inferior a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Débitos representados por títulos e Passivos subordinados

Para os instrumentos onde o Grupo adopta a contabilidade de cobertura, o seu justo valor já se encontra reflectido nas demonstrações financeiras. Para os instrumentos remanescentes, o justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis, caso não existam é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Nota 41 – Gestão dos riscos de actividade

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes – e em produtos de negociação – *swaps, forwards* e opções (risco de contraparte).

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objecto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correcto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da actividade corrente das áreas comerciais.

A repartição da exposição ao risco de crédito por sectores de actividade, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Sicultura e Pesca	253 513	(9 268)	-	-	-	-	4 065	-	-	-	32 557
Indústrias Extractivas	76 349	(2 348)	-	-	-	-	110 035	-	-	-	7 746
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	289 460	(10 840)	-	-	3 133	-	19 853	(34)	-	-	95 796
Texteis e Vestuário	311 637	(19 545)	-	-	-	-	24 523	(1 988)	-	-	47 729
Curtumes e Calçado	61 965	(4 922)	-	-	-	-	499	(499)	-	-	5 080
Madeira e Cortiça	127 465	(10 940)	-	-	-	-	-	-	-	-	11 057
Papel e Indústrias Gráficas	87 035	(5 342)	-	-	10 566	-	12 221	-	-	-	34 043
Refinação de Petróleo	53 782	(1 189)	-	-	-	-	-	-	-	-	252 134
Produtos Químicos e de Borracha	378 927	(4 596)	-	-	-	-	5 555	(68)	-	-	42 479
Produtos Minerais não Metálicos	170 275	(7 906)	-	-	-	-	13 006	(469)	-	-	43 663
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	190 803	(8 021)	-	-	-	-	2 008	(6)	-	-	33 148
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	148 963	(5 813)	-	-	5 256	-	17 672	(596)	-	-	118 266
Fabricação de Material de Transporte	191 412	(3 217)	-	-	-	-	83 007	-	-	-	63 506
Outras Industrias Transformadoras	85 268	(5 715)	825	-	-	-	1 146	-	-	-	16 767
Electricidade, Gás e Água	389 928	(4 914)	-	-	-	-	340 022	-	-	-	256 926
Construção e Obras Públicas	3 276 870	(96 146)	-	-	-	-	34 575	(1 691)	-	-	949 507
Comércio por Grosso e a Retalho	1 865 211	(96 408)	-	-	-	-	86 832	(633)	-	-	434 007
Turismo	432 980	(12 891)	-	-	-	-	992	(171)	-	-	79 272
Transportes e Comunicações	1 231 069	(26 937)	-	-	23 743	-	658 405	(3)	-	-	595 662
Actividades Financeiras	958 692	(15 320)	979 107	-	848 914	-	1 512 314	(21 408)	-	-	11 602 704
Actividades Imobiliárias	3 086 527	(64 461)	-	-	-	-	1 499	(387)	-	-	306 069
Serviços Prestados às Empresas	2 078 170	(54 233)	10	-	175 894	-	830 100	(11 104)	-	-	561 290
Administração e Serviços Públicos	709 069	(11 389)	1 141 614	-	-	-	142 799	-	567 747	-	29 908
Outras actividades de serviços colectivos	917 571	(33 085)	93	-	74 348	-	250 953	(7 984)	-	-	104 384
Crédito à Habitação	7 835 181	(130 249)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	2 021 417	(96 767)	-	-	-	-	-	-	-	-	58 692
Outros	274 199	(12 440)	12 701	-	-	-	22 188	(1 999)	-	-	45 778
TOTAL	27 503 738	(754 902)	2 134 350	-	1 141 854	-	4 174 269	(49 040)	567 747	-	15 828 170

(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 369 366 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 385 536 milhares de euros (ver Nota 31).

(milhares de euros)

	31.12.2005										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação		Outros activos fin. ao justo valor através de resultados		Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias prestadas
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Sicultura e Pesca	303 289	(9 835)	-	-	-	-	-	-	-	-	36 364
Indústrias Extractivas	69 154	(2 207)	-	-	-	-	-	-	-	-	9 288
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	319 497	(10 468)	-	-	3 235	-	98 439	(34)	-	-	107 299
Texteis e Vestuário	348 106	(14 492)	-	-	-	-	2 011	(1 972)	-	-	63 848
Curtumes e Calçado	71 036	(5 595)	-	-	-	-	499	(499)	-	-	10 981
Madeira e Cortiça	146 524	(10 046)	-	-	-	-	-	-	-	-	15 659
Papel e Indústrias Gráficas	74 097	(3 998)	-	-	-	-	96	-	-	-	47 744
Refinação de Petróleo	13 728	(269)	-	-	-	-	-	-	-	-	37 858
Produtos Químicos e de Borracha	278 233	(7 156)	-	-	-	-	5 043	(353)	-	-	50 023
Produtos Minerais não Metálicos	177 351	(5 868)	-	-	-	-	1 967	(469)	-	-	55 484
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	206 192	(8 563)	-	-	-	-	6	(6)	-	-	33 436
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	196 374	(5 469)	-	-	-	-	1 378	(596)	-	-	113 436
Fabricação de Material de Transporte	31 072	(2 298)	-	-	-	-	104 034	-	-	-	72 880
Outras Industrias Transformadoras	242 979	(6 652)	-	-	-	-	-	-	356	-	20 449
Electricidade, Gás e Água	270 447	(3 988)	-	-	-	-	39 985	(2)	-	-	374 717
Construção e Obras Públicas	2 839 687	(60 637)	-	-	-	-	16 503	(1 691)	-	-	1 028 759
Comércio por Grosso e a Retalho	2 140 962	(95 836)	-	-	-	-	90 873	(633)	-	-	530 368
Turismo	450 686	(12 537)	-	-	-	-	241	(171)	-	-	99 087
Transportes e Comunicações	1 104 162	(33 409)	14	-	25 238	-	642 167	(428)	-	-	787 893
Actividades Financeiras	815 750	(55 737)	560 492	-	657 886	-	2 080 297	(27 816)	-	-	9 005 322
Actividades Imobiliárias	2 661 002	(43 566)	-	-	-	-	1 727	(467)	-	-	377 311
Serviços Prestados às Empresas	2 192 616	(45 561)	86	-	186 649	-	479 606	(5 808)	-	-	677 810
Administração e Serviços Públicos	284 939	(2 148)	656 997	-	144 122	-	29 993	-	-	-	37 813
Outras actividades de serviços colectivos	1 016 809	(24 705)	642	-	374 576	-	73 457	(10 813)	555 480	(13)	153 950
Crédito à Habitação	7 903 774	(155 498)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a Particulares	1 370 270	(107 670)	-	-	-	-	-	-	-	-	78 328
Outros	208 678	(2 040)	12 303	-	5 395	-	6 016	(6)	-	-	42 325
TOTAL	25 737 414	(736 248)	1 230 534	-	1 397 101	-	3 674 338	(51 764)	555 836	(13)	13 868 432

(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 414 457 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 321 791 milhares de euros (ver Nota 31).

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano.

De forma a melhorar a medida do VaR têm vindo a ser desenvolvidas outras iniciativas, como exercícios de *back-testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efectivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar as capacidades predictivas do mesmo. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do período:

	31.12.2006			31.12.2005		
	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do período	Taxa de juro média
Activos monetários	6 820 966	305 703	4.48%	7 240 048	235 340	3.25%
Crédito a clientes	27 008 013	1 338 265	4.96%	18 604 280	805 888	4.33%
Aplicações em títulos	3 641 665	243 709	6.69%	3 234 157	149 105	4.61%
Aplicações diferenciais	676 373	-	-	708 754	-	-
Activos financeiros	38 147 017	1 887 677	4.95%	29 787 239	1 190 333	4.00%
Recursos monetários	14 194 750	506 261	3.57%	12 536 364	363 863	2.90%
Recursos de clientes	13 569 886	261 489	1.93%	12 206 286	138 992	1.14%
Outros recursos	10 382 381	492 728	4.75%	5 044 589	274 550	5.44%
Recursos diferenciais	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	38 147 017	1 260 478	3.30%	29 787 239	777 405	2.61%
Resultado Financeiro		627 199	1.64%		412 928	1.39%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2006						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	952 176	3 817	3 402	18	900	1 480	961 793
Disponibilidades em outras I.Crédito	491 496	6 137	2 056	30 152	288	2 204	532 333
Activos Financeiros detidos para negociação	2 697 029	421 864	55 388	19 067	-	17 892	3 211 240
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	835 379	289 201	17 274	-	-	-	1 141 854
Activos financeiros disponíveis para venda	2 980 535	233 197	-	-	887 194	24 303	4 125 229
Aplicações em Instituições de Crédito	4 965 745	3 738 939	726 820	61 252	-	314 565	9 807 321
Crédito a clientes	25 190 543	867 233	1 039 663	9 715	-	27 218	27 134 372
Investimentos detidos até à maturidade	-	567 747	-	-	-	-	567 747
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	31 759	496	65 551	63 997	-	4 408	166 211
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	972 102	64 998	-	-	18	18 800	1 055 918
Outros activos não financeiros	(875 715)	1 337 902	1 284 681	17 707	1 625	22 099	1 788 299
Total Activo	38 241 049	7 531 531	3 194 835	201 908	890 025	432 969	50 492 317
Passivo							
Recursos de bancos centrais	125 891	811 657	104 745	-	-	882	1 043 175
Passivos financeiros detidos para negociação	630 445	239 443	45 743	4 424	-	34 871	954 926
Recursos de outras instituições de crédito	10 240 047	2 722 797	777 283	83 207	-	112 035	13 935 369
Recursos de clientes e outros empréstimo	16 230 349	1 000 010	709 996	43 224	-	53 926	18 037 505
Responsabilidades representadas por títulos	4 331 974	2 298 863	1 813 275	-	-	-	8 444 112
Derivados de cobertura	193 323	328	-	-	-	3 081	196 732
Passivos subordinados	2 385 961	38 167	-	183 355	-	-	2 607 483
Outros passivos não financeiros	551 568	409 070	92 714	(177 122)	-	369 518	1 245 748
Total Passivo	34 689 558	7 520 335	3 543 756	137 088	-	574 313	46 465 050
Situação Líquida	3 551 491	12 057	-	-	505 306	2 764	4 071 618
Exposição Líquida	-	(861)	(348 921)	64 820	384 719	(144 108)	(44 351)
Posição cambial de investimento	-	64 998	-	-	18	18 800	83 816
Exposição Operacional	-	(65 859)	(348 921)	64 820	384 701	(162 908)	(128 167)

(milhares de euros)

	31.12.2005						Valor Total
	Euros	Dólares Norte Americanos	Libras Esterlinas	Yenes Japoneses	Reais Brasileiros	Outras Moedas Estrangeiras	
Activo							
Caixa e disponibilidades bancos centrais	889 698	4 305	2 861	33	-	3 442	900 339
Disponibilidades em outras I.Crédito	477 995	72 409	16 587	2 506	5 886	7 321	582 704
Activos Financeiros detidos para negociação	1 915 660	212 513	105 762	3 423	2 752	9 600	2 249 710
Outros Activos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	904 380	492 721	-	-	-	-	1 397 101
Activos financeiros disponíveis para venda	2 794 578	150 584	12 626	-	614 696	50 090	3 622 574
Aplicações em Instituições de Crédito	4 920 476	2 393 630	154 510	13 679	-	28 322	7 510 617
Crédito a clientes	24 175 802	395 013	706 132	16 664	-	29 346	25 322 957
Investimentos detidos até à maturidade	-	555 823	-	-	-	-	555 823
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	41 511	1 592	8 929	36 126	-	751	88 909
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas	491 380	65 117	-	-	18	21 047	577 562
Outros activos não financeiros	2 540 813	580 886	1 177 138	216 320	2 804	2 449 261	6 967 222
Total Activo	39 152 293	4 924 593	2 184 545	288 751	626 156	2 599 180	49 775 518
Passivo							
Recursos de bancos centrais	113 281	380 737	96 179	-	-	945	591 142
Passivos financeiros detidos para negociação	672 195	197 817	61 249	3 465	2 653	15 820	953 199
Recursos de outras instituições de crédito	10 659 250	1 553 258	382 503	14 067	-	238 450	12 847 528
Recursos de clientes e outros empréstimo	15 474 912	834 592	572 276	4 115	-	55 646	16 941 541
Responsabilidades representadas por títulos	4 180 402	1 711 608	1 259 830	-	-	220 352	7 372 192
Derivados de cobertura	83 824	1 902	946	-	-	1 155	87 827
Passivos subordinados	1 923 016	42 581	-	247 241	-	-	2 212 838
Outros passivos não financeiros	4 067 093	190 956	18 682	18 554	5 358	1 990 519	6 291 162
Total Passivo	37 173 973	4 913 451	2 391 665	287 442	8 011	2 522 887	47 297 429
Situação Líquida	1 978 320	11 723	-	-	392 344	9 620	2 392 007
Exposição Líquida	-	(581)	(207 120)	1 309	225 801	66 673	86 082
Posição cambial de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Exposição Operacional	-	(581)	(207 120)	1 309	225 801	66 673	86 082

Risco de liquidez

O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, inte-

grada no Departamento de Risco Global, exclusivamente dedicada a esta tarefa, bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Actividade das sucursais financeiras (*off-shores*)

O Banco dispõe de uma sucursal financeira exterior localizada na Zona Franca da Madeira e uma sucursal financeira internacional localizada nas Ilhas Caimão.

Através da Sucursal Financeira Exterior localizada na Zona Franca da Madeira, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, tanto junto de clientes e de instituições de crédito não residentes, como de emigrantes. Estes recursos são por sua vez objecto de aplicação no exterior de forma a salvaguardar os requisitos exigidos pelo estatuto fiscal desta entidade.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o activo líquido da Sucursal na Zona Franca da Madeira apresentava a seguinte estrutura:

	(milhares de euros)	
	31.12.2006	31.12.2005
Activos financeiros ao justo valor	203	399
Activos financeiros disponíveis para venda	555	682
Aplicações em instituições de crédito	974	385
Crédito a clientes	253	292
Outros activos	13	201
	<u>1 998</u>	<u>1 959</u>
Recursos de instituições de crédito	610	441
Recursos de clientes	1 289	1 325
Outros passivos	62	65
Fundos próprios	37	128
	<u>1 998</u>	<u>1 959</u>

A sucursal financeira exterior utiliza as estruturas de serviços partilhados, pelo que os procedimentos de controlo interno usados por esta estrutura são idênticos aos utilizados pelo Banco.

Através da Sucursal das Ilhas Caimão, o BES desenvolve essencialmente actividades de captação de recursos no exterior, junto (i) de clientes não residentes, por via de depósitos a prazo e emissão de obrigações e (ii) junto de instituições de crédito. Estas duas áreas de actuação representam cerca de 90% do total dos activos da Sucursal que, em 31 de Dezembro de 2006, ascendem a 15 128 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 13 391 milhões de euros). Os fundos gerados pelas actividades de captação servem de suporte à actividade global do Banco e ao desenvolvimento de actividades de investimento, consubstanciadas numa carteira de crédito e de títulos, que em 31 de Dezembro de 2006 ascendia a 295 milhões de euros (31 de Dezembro de 2005: 271 milhões de euros).

Os procedimentos e mecanismos de controlo de risco em vigor na Sucursal das Ilhas Caimão são idênticos aos utilizados na estrutura global do BES.

Nota 42 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IFRIC 8 – Âmbito da aplicação da IFRS 2

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Janeiro de 2006 a IFRIC 8 Âmbito da aplicação da IFRS 2 e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que a IFRS 2 Pagamento com Base em Acções se aplica às situações em que a entidade efectua pagamentos com base em acções por um valor aparentemente nulo ou residual. A IFRIC 8 explica que, se o benefício concedido aparenta ser menor que o justo valor do instrumento de capital atribuído ou das responsabilidades assumidas, esta situação indica, normalmente que outro benefício foi ou irá ser recebido pelo que se aplica o IFRS 2.

Esta IFRIC é mandatária e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Maio de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção da IFRIC 8.

IFRIC 9 – Reavaliação dos derivados embutidos

O International Financial Reporting Committee (IFRIC), emitiu em 12 de Março de 2006 a IFRIC 9 Reavaliação dos derivados embutidos e a sua aprovação pela Comissão Europeia foi em 8 de Setembro de 2006.

Esta interpretação clarifica que o momento de reavaliação da separação dos derivados embutidos deverá ser apenas quando existirem alterações aos próprios contratos.

Esta IFRIC é mandatária e aplicável a períodos anuais que tiveram início em ou após 1 de Junho de 2006.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 9.

IFRIC 10 - Reporte Financeiro Interino e Imparidade

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 20 de Julho de 2006 a IFRIC 10 Reporte financeiro intercalar e imparidade e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

Esta IFRIC proíbe a reversão das perdas por imparidade reconhecidas nos períodos interinos anteriores, relativamente a *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo.

Esta IFRIC é mandatária para exercícios a partir de 2007 e a sua aplicação será prospectiva para *Goodwill*, investimentos em instrumentos de capital ou activos financeiros registados ao custo, a partir da primeira data de adopção do IAS 36 e IAS 39 pela primeira vez.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto material com a adopção do IFRIC 10.

IFRIC 11 – IFRS 2 – Transacções com Treasury shares e Grupo

O International Financial Reporting Committee (IFRIC) emitiu em 2 de Novembro de 2006 a IFRIC 11 IFRS 2 – Transacções com *Treasury shares* e Grupo e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007. Esta IFRIC aborda dois assuntos distintos:

1. a) Contratos onde uma entidade atribui aos seus empregados direitos a instrumentos de capital, e terá que optar em pagar em acções próprias ou terá que adquirir instrumentos de capital de outra entidade para satisfazer a suas obrigações perante os seus colaboradores;
1. b) Contratos onde aos colaboradores de uma entidade são atribuídos direitos a instrumentos de capital dessa entidade.
2. Contratos de pagamento com acções próprias que envolvem duas ou mais entidades do mesmo Grupo.

Esta IFRIC é mandatária para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

O Grupo não espera vir a ter nenhum impacto com a adopção da IFRIC 11.

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e emenda ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 18 de Agosto de 2005 o IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e adenda complementar ao IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras.

O IFRS 7 introduz novos requisitos destinados a melhorar a informação divulgada nas demonstrações financeiras sobre os instrumentos financeiros e substitui o IAS 30 *Divulgações nas Demonstrações Financeiras de Bancos e de Instituições Financeiras Similares* e alguns dos requisitos do IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Divulgação e Apresentação*. A emenda ao IAS 1 introduz novos requisitos em matéria de divulgação relativamente à estrutura de capital das entidades.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Decorrente da adopção da IFRS 7 os impactos esperados são essencialmente ao nível das divulgações a efectuar no que se refere aos instrumentos financeiros.

IFRS 8 – Segmentos operacionais

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em 30 de Novembro de 2006 a IFRS 8 Segmentos operacionais e está prevista a sua aprovação pela Comissão Europeia para o segundo trimestre de 2007.

A IFRS 8 define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma específica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará o IAS 34 Reporte financeiro interino, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Esta norma é de aplicação mandatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

Nota 43 – Fusão da Crediflash

Em 30 de Maio de 2006, foi realizada a fusão por incorporação da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. (Crediflash) no Banco Espírito Santo, S.A.

Por ser detentor de 100% das acções da Crediflash, a integração contabilística dos activos e passivos desta sociedade foi efectuada com base nos respectivos valores contabilísticos à data da fusão. As rubricas relativas à reserva de justo valor e outras reservas e resultados transitados da Crediflash foram adicionadas às respectivas rubricas do capital próprio do BES, tendo o resultado líquido do exercício sido adicionado à rubrica de resultados transitados. A diferença entre o valor do envolvimento e o capital próprio da Crediflash foi reflectida como uma reserva de fusão e adicionada aos capitais próprios do BES.

O balanço da Crediflash à data da fusão pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

30.05.2006

Activo	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 754
Crédito a Clientes	154 723
Outros activos tangíveis	2 127
Activos intangíveis	677
Investimentos em subsidiárias e associadas	105
Activos por impostos diferidos	1 424
Outros activos	2 276
Total de Activo	<u>164 086</u>
Passivo	
Recursos de outras instituições de crédito	131 032
Provisões	4 768
Passivos por impostos correntes	1 852
Outros passivos	6 088
Total de Passivo	<u>143 740</u>
Capital Próprio	
Capital	7 500
Reservas de justo valor	1 719
Outras reservas e resultados transitados	7 516
Resultado do exercício	3 611
Total de Capital Próprio	<u>20 346</u>
Total de Passivo e Capital Próprio	<u>164 086</u>



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 59.138.806 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 4.735.872 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 420.714 milhares de euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das Sociedades incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG
Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SROC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. N.º 189
Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
n.º 715, fls. 178 do Livro C -
2/3



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das Sociedades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação sobre se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 50.536.668 milhares de euros e um total de capital próprio de 4.071.618 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 257.451 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (NCA), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
S.A., uma firma portuguesa membro da KPMG
Internacional, uma cooperativa suíça.

KPMG & Associados - SROC, S.A.
Capital Social: 511.700 Euros
Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078
Inscrito na O.R.O.C. Nº 189
Inscrito na C.M.V.M. Nº 9093

Matriculada na
Conservatória do registo
Comercial de Lisboa sob o
nº 715, lts. 178 do Livro C -
2/3



Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação sobre se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Espírito Santo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2007

**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Representada por

Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida
(ROC n.º 967)

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2006

Exmos. Senhores Accionistas do
Banco Espírito Santo, S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária de Accionistas realizada em 18 de Dezembro de 2006 aprovou uma proposta do Conselho de Administração para reformulação do Contrato de Sociedade do **Banco Espírito Santo, S.A.**, nomeadamente, no que respeita à estrutura de administração e fiscalização da Sociedade.

De acordo com a proposta aprovada, a fiscalização da Sociedade passou a ser da competência de uma Comissão de Auditoria, a qual é um órgão da Sociedade composto por três dos membros não-executivos do Conselho de Administração, formalmente designados para essas funções na mesma Assembleia Geral e que assumiram colectivamente a partir dessa data as responsabilidades do Conselho Fiscal, o qual cessou funções.

Nesta conformidade, e nos termos da legislação em vigor, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, até 18 de Dezembro de 2006, e pela Comissão de Auditoria, a partir dessa data, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Relatório Consolidado de Gestão, as Contas Sociais, individuais e consolidadas, e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração do **Banco Espírito Santo, S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

No exercício de 2006, o órgão de fiscalização da Sociedade em funções acompanhou regularmente, nos termos legais e estatutários, a gestão e a evolução dos negócios do **Banco Espírito Santo, S.A.**, tomou conhecimento dos actos de gestão do Conselho de Administração do Banco e apreciou a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna em vigor. No exercício das nossas competências acompanhámos, ainda, (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pelo Banco, funções estas a cargo da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que foi designada pela Assembleia Geral para proceder ao exame das contas da Sociedade.



A Comissão de Auditoria apreciou, ainda, o Relatório Anual sobre a Fiscalização Efectuada, elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas acima referida e relativo às contas individuais e consolidadas, tendo também tomado conhecimento dos termos das Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2006, ambas emitidas com data de 28 de Fevereiro de 2007, sem reservas, e com as quais concordamos.

Procedemos, também, à análise do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspectos da actividade do Banco no exercício de 2006, tanto numa óptica individual como consolidada, satisfazendo os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral do **Banco Espírito Santo, S.A.** aprove:

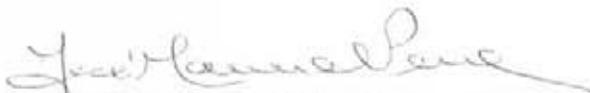
- a) O Relatório de Gestão, bem como os documentos de prestação de contas, tanto individuais como consolidadas, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.
- b) A proposta do Conselho de Administração de aplicação do resultado líquido do exercício de 2006, no montante de 257 451 170,52 Euros.

Lisboa, 13 de Março de 2007

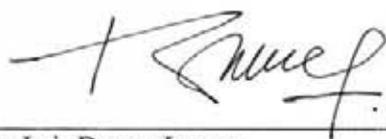
A Comissão de Auditoria



Dr. Mário Martins Adegas (Presidente)



Dr. José Manuel Ruivo da Pena



Sr. Luis Daun e Lorena

Informações Gerais

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital social do Banco Espírito Santo encontrava-se representado por 500 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada, que se encontram admitidas à cotação na Euronext Lisboa. Nesta data, as acções do BES faziam parte de 28 índices bolsistas, entre os quais se destacam os seguintes: PSI 20, Euronext 100, Dow Jones Eurostoxx, Dow Jones Stoxx 600 Banks, FTSE All World Developed. O Grupo BES tem ainda admitidas à cotação na Luxembourg Stock Exchange 600 000 acções preferenciais sem direito a voto com o valor nominal de 1 000 euros, emitidas pela BES Finance, Ltd.

Os accionistas, investidores ou analistas deverão enviar os seus pedidos de informação ou questões para:

Banco Espírito Santo

Gabinete de Relações com Investidores
Avenida da Liberdade, 195 - 11.º • 1250-142 Lisboa
Tel. / Fax: (351) 21 359 7390 • (351) 21 359 7309
<http://www.bes.pt/investidor>
E-mail: accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt

ISIN Code: PTBESOAM0007
Reuters Ticker – BES.LS
Bloomberg Ticker – BESNN PL

Relatório e Contas, comunicados e outras informações encontram-se disponíveis na página do BES na Internet no endereço:
<http://www.bes.pt/investidor>.

Calendário de Eventos Societários em 2007

Data	Evento Societário
1 Fevereiro 2007 (quinta-feira)	Divulgação de Resultados de 2006
29 Março 2007 (quinta-feira)	Assembleia Geral de Accionistas
13 Abril 2007 (terça-feira)	Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2006
26 Abril 2007 (quinta-feira)	Divulgação dos Resultados do 1º Trimestre 2007
Até 15 Abril 2007	Publicação do Relatório e Contas de 2006
18 Maio 2007 (sexta-feira)	Strategy Day 2007
25 Julho 2007 (quarta-feira)	Divulgação dos Resultados do 1º Semestre 2007
Até 28 Setembro 2007	Publicação do Relatório e Contas Semestral
24 Outubro 2007 (quarta-feira)	Divulgação dos Resultados do 3º Trimestre 2007

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., Sociedade Aberta, com sede na Avenida da Liberdade, 195, Lisboa, com número 500 852 367 de pessoa colectiva e de matrícula, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa - 1ª secção, com o capital social de 2 500 000 000,00 euros.

Extracto de Acta nº 69 da Reuniao de Assembleia Geral Anual do Banco Espirito Santo, S.A.

No dia vinte e nove de Marco de dois mil e sete, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz – Salao Nobre, na Rua Rodrigo da Fonseca, numero oitenta e oito, a Assembleia Geral Anual do Banco Espirito Santo, S.A., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º- Deliberar sobre o relatorio de gestao, as contas e os restantes documentos de prestacao de contas individuais, relativos ao exercicio de 2006;
- 2º- Deliberar sobre o relatorio consolidado de gestao, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestacao de contas consolidadas, relativos ao exercicio de 2006;
- 3º- Deliberar sobre a aplicacao de resultados;
- 4º- Proceder a apreciacao geral da Administracao e Fiscalizacao do Banco;
- 5º- Deliberar sobre uma proposta de aquisicao e alienacao de accoes proprias pelo Banco ou por sociedades deste dependentes;
- 6º- Proceder a apreciacao da declaracao da Comissao de Vencimentos sobre a politica de remuneracao dos orgaos sociais;
- 7º- Deliberar sobre o preenchimento de um lugar vago na Comissao de Vencimentos.
- 8º- Deliberar sobre a eleicao do Exmo. Senhor Jean Yves Hocher como membro do Conselho de Administracao ate ao final do mandato em curso (2004/2007), substituindo nesse cargo o Exmo. Senhor Michel Victor Francois Villatte, que renunciou ao seu mandato.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente, Vice-presidente e Secretario eleitos, respectivamente Senhores Prof. Doutor Paulo de Pitta e Cunha, Doutor Fernao de Carvalho Fernandes Thomaz, Doutor Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo e Dr. Eugenio Fernando de Jesus Quintais Lopes, este na qualidade de Secretario da Sociedade. Estavam, tambem, presentes a maioria dos Membros do Conselho de Administracao e todos os Membros da Comissao de Auditoria.

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessao, depois de verificar que se encontravam presentes ou representados Accionistas titulares de 332 465 304 accoes, correspondentes a 66,49 %, do capital social, totalizando 3 324 594 votos, e que a Assembleia Geral havia sido regularmente convocada, mediante avisos publicados no sitio da Internet DGRN-Publicacoes, do Ministerio da Justica, em 19 de Fevereiro de 2007, e nos sites da Comissao do Mercado de Valores Mobiliarios, na mesma data, e, ainda, no do BES. Foi tambem publicada a relacao de Accionistas cujas participacoes excedem 2% do capital social do Banco, nos jornais “Diario de Noticias”, “Publico” e “Diario Economico”, de 23 de Marco de 2007.

Entrando-se na ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa pos a apreciacao da assembleia, em conjunto, os pontos: 1º- Deliberar sobre o relatorio de gestao, as contas e os restantes documentos de prestacao de contas individuais, relativos ao exercicio de 2006 – o Presidente da Mesa colocou a proposta (...) a votacao, tendo a mesma sido aprovada por maioria de votos a favor, com 38 839 votos de abstencao e sem votos contra; 2º- Deliberar sobre o relatorio consolidado de gestao, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestacao de contas consolidadas, relativos ao exercicio de 2006 - o Presidente da Mesa colocou a proposta (...) a votacao, tendo a mesma sido aprovada por maioria de votos a favor com 38 839 votos de abstencao e sem votos contra; e 3º Deliberar sobre a aplicacao de resultados (...) Discutido o assunto (...) - e posta a votacao a proposta apresentada pelo Conselho de Administracao do Banco, que a seguir se transcreve, foi a mesma aprovada por unanimidade:

“O Conselho de Administracao do BANCO ESPIRITO SANTO, S.A. propoe que:

Nos termos e para os efeitos da alinea b) do artigo 376 do Codigo das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatorio de Gestao, que o resultado liquido da sociedade, no valor de 257 451 170,52 euros, tenha a aplicacao:

	Euros
PARA RESERVA LEGAL:	26 000 000,00
PARA DISTRIBUICAO AOS ACCIONISTAS:	200 000 000,00
PARA OUTRAS RESERVAS:	31 451 170,52
	<hr/> 257 451 170,52

(...)

Entrou-se no ponto 8º Deliberar sobre a eleicao do Exmo. Senhor Jean Yves Hocher como membro do Conselho de Administracao ate ao final do mandato em curso (2004/2007), substituindo nesse cargo o Exmo. Senhor Michel Victor Francois Villatte, que renunciou ao seu mandato. (...) – o Presidente da Mesa colocou a proposta a discussao e como ninguem tivesse querido usar da palavra, submeteu-a a votacao, tendo a mesma sido aprovada por maioria de votos a favor com 1 423 votos contra e 3 330 votos de abstencao.

(...)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reuniao por encerrada pelas treze horas e trinta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta que vai assinada pelos Membros da Mesa e pelo Secretario da Sociedade.

Esta página foi propositadamente deixada em branco.

Esta página foi propositadamente deixada em branco.



BES'06

RELATÓRIO DE CORPORATE GOVERNANCE

Volume II



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**

Incontornável na história da arte contemporânea, a fotografia é hoje uma forma de expressão artística notável.

Um vasto e rico universo de linguagens e recursos que questionam e alteram os conceitos tradicionais da expressão plástica, permitindo, novos olhares, novas visões, novas formas de sentir.

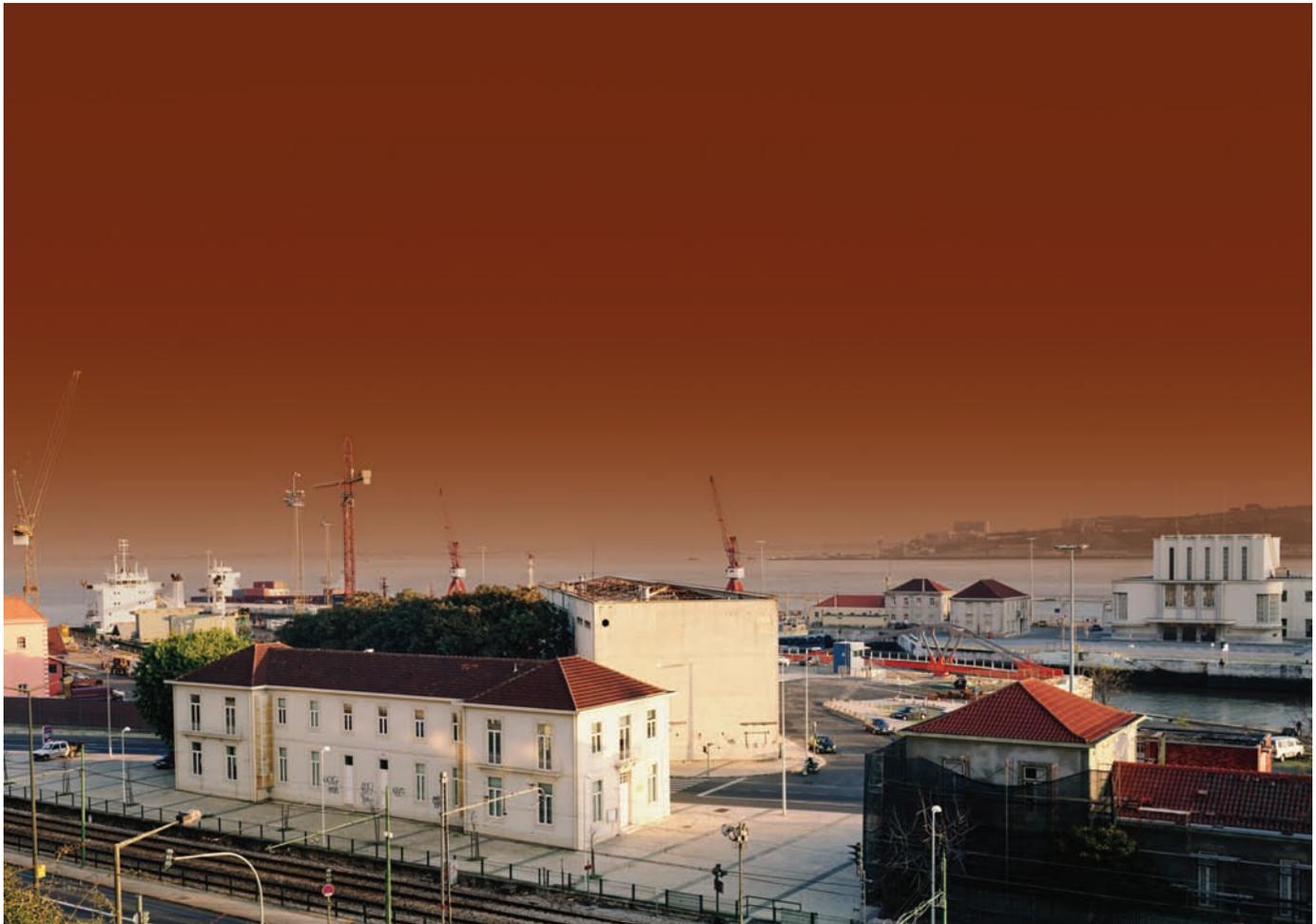
O Grupo BES, tem vindo a assumir um papel central no desenvolvimento desta realidade, assumindo-se, cada vez mais, como Mecenaz da Fotografia em Portugal. Tal estratégia, constitui uma aposta no futuro e o reflexo da orientação pela modernidade que caracteriza o posicionamento da marca BES e a cultura do Grupo.

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

Este Relatório está também ilustrado com algumas imagens de campanhas publicitárias.

BES'06

RELATÓRIO DE CORPORATE GOVERNANCE



Colecção BESart • Hannah Collins
"True Stories (Lisbon 1)", 2006 • Fotografia em impressão digital • 175 x 255cm • Edição: 1/3 • "Courtesy the Artist"



**BANCO
ESPIRITO
SANTO**



BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

Sede Social - Av. da Liberdade, 195 • 1250 - 142 Lisboa - Portugal

Capital Social: 2 500 000 000,00 euros • Mat. Cons. Reg. Com. Lisboa nº 1607 • Pessoa Colectiva 500 852 367

BES'06

RELATÓRIO DE CORPORATE GOVERNANCE

VOL. II

03' RELATÓRIO DE CORPORATE GOVERNANCE

1.0	Introdução	04
2.0	Princípios de Governo do BES e Declaração de cumprimento das Recomendações da CMVM	05
2.1	Princípios de Governo do BES	05
2.2	Declaração de Cumprimentos das Recomendações da CMVM	05
3.0	O modelo de Corporate Governance no BES	06
3.1	Conselho de Administração	06
3.2	Comissão Executiva e outras Comissões	11
3.3	Fiscalização da Sociedade	16
3.4	Remuneração	21
3.5	Normas de conduta e negócios com a sociedade	25
4.0	Accionistas e Acção BES	27
4.1	Capital social e acções BES	27
4.2	Accionistas do BES	30
4.3	Participação em Assembleia Geral	34
5.0	Informação ao Mercado	38

Anexos

Anexo 1	Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas	43
Anexo 2	Cargos Sociais Exercidos pelos Membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo	44

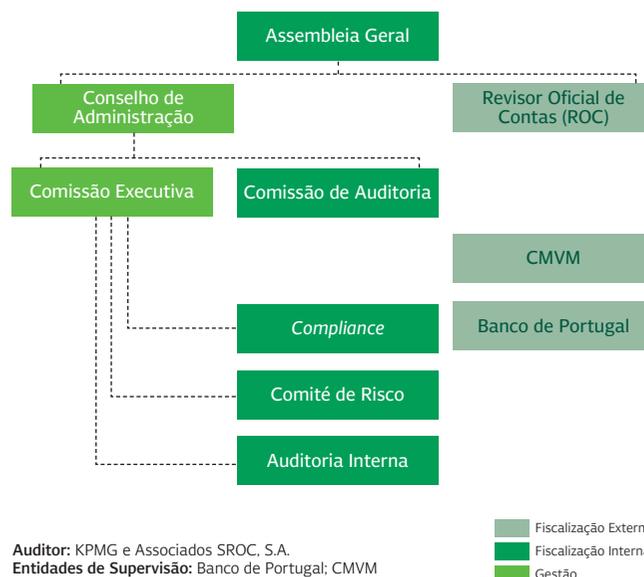
1.0 Introdução

As regras de Corporate Governance existentes no BES têm por objectivo uma governação responsável e orientada para a criação de valor. Neste contexto, e numa perspectiva de reforço e compromisso com as melhores práticas de Corporate Governance, a Assembleia Geral de Accionistas do dia 18 de Dezembro de 2006 aprovou um novo modelo de governo societário, que mantém a condução da Sociedade confiada ao Conselho de Administração, delega a gestão corrente na Comissão Executiva, e atribui a função de fiscalização da actividade social a uma Comissão de Auditoria, juntamente com o Revisor Oficial de Contas.

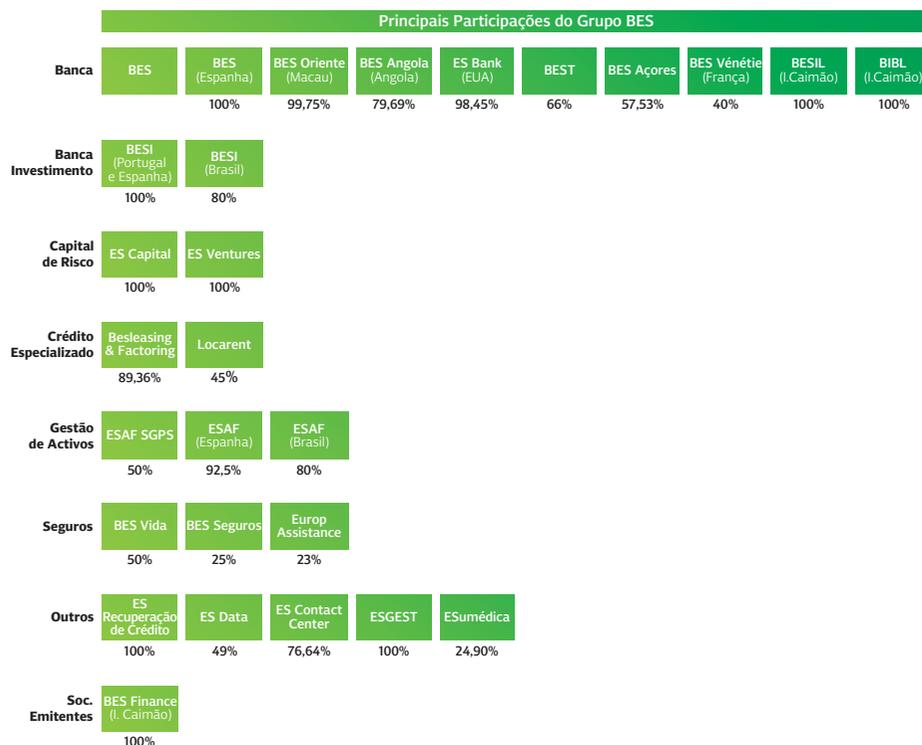
A extinção do Conselho Fiscal do BES e a institucionalização da Comissão de Auditoria, medidas previamente aprovadas pelo Banco de Portugal, justificam-se pela política de adopção das melhores práticas em matéria de Corporate Governance a nível internacional, seguindo Recomendações emitidas a esse propósito por várias organizações, incluindo a Comissão Europeia. Por outro lado, a apresentação deste novo modelo de Governo permite uma fácil e eficiente comparabilidade com as estruturas governativas existentes em diferentes mercados financeiros. Embora não formalmente autonomizada, a Comissão de Auditoria havia já sido criada pelo BES em 2001, dela fazendo parte administradores não executivos.

Simultaneamente, foi também aprovada uma nova versão do contrato de sociedade, com o objectivo de o actualizar e conformar com as recentes alterações introduzidas ao Código das Sociedades Comerciais, destacando-se como principais novidades, para além da reforma do modelo de Governo, uma regulamentação mais extensa das competências dos vários órgãos sociais, a eleição do Presidente do Conselho de Administração directamente pela Assembleia Geral e a regulação das competências do Presidente da Comissão Executiva (a nova versão do contrato de sociedade encontra-se disponível em www.bes.pt).

Estrutura do Governo do BES



Estrutura do Grupo BES



2.0 Princípios de Governo do BES e Declaração de cumprimento das Recomendações da CMVM

2.1 Princípios de Governo BES

• VALOR •

Criação de valor com base numa governação socialmente responsável.

• SABER •

Desenvolvimento da actividade com base na procura do saber, ancorado na transmissão e acumulação de valores ao longo de mais de um século de história.

• RIGOR •

Definição de políticas exigentes na gestão dos vários tipos de risco da actividade bancária.

Actuação de acordo com estritos princípios de legalidade, objectividade e clareza, procurando garantir a confiança e a lealdade dos Accionistas, Clientes, Colaboradores e Fornecedores.

• TRANSPARÊNCIA •

Assunção de compromisso firme:

- na divulgação da informação de modo a que todos os *stakeholders* tenham acesso simultâneo e atempado à mesma;
- na definição de objectivos estratégicos claros e num conjunto de valores que sejam eficazmente disseminados pela Sociedade;
- no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da hierarquia;
- na garantia que os membros do órgão de administração tenham as necessárias qualificações para o desempenho das suas funções, disponham de uma compreensão clara acerca da Sociedade e do seu governo e que não se submetam a qualquer influência indevida que venha do *management* da sociedade ou de qualquer outro grupo de interesses.

2.2 Declarações de cumprimento das recomendações da CMVM

O BES adopta a generalidade das Recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - CMVM (o texto das Recomendações encontra-se em Anexo ao presente Relatório).

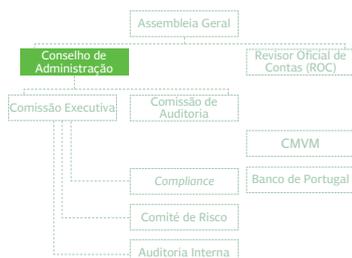
Apenas a Recomendação oitava, relacionada com a remuneração do Órgão de Administração, é parcialmente adoptada, dado que não são divulgadas as remunerações em termos individuais.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva do órgão de administração tem uma componente variável, em função dos resultados da Sociedade. Assim se assegura o alinhamento do desempenho dos Administradores com os interesses da Sociedade. A remuneração é divulgada apenas em termos globais, pelo que a Recomendação não é adoptada na parte relativa à divulgação da remuneração em termos individuais. O Banco Espírito Santo considera que a divulgação da remuneração em termos individuais não acrescenta qualquer valor à informação global colocada à disposição dos accionistas e muito menos permite aferir o desempenho de cada administrador em cada sector da sociedade. A divulgação da remuneração em termos globais garante um adequado conhecimento do custo (fixo e variável) da Sociedade com o seu Órgão de Administração.

3.0 O modelo de Corporate Governance no BES

3.1 Conselho de Administração

3.1.1 Competências do Conselho de Administração



O Conselho de Administração gere as actividades da Sociedade, sendo responsável pela gestão do BES e pela definição da sua estratégia. Compete-lhe, em especial, garantir que o Banco estabeleça políticas adequadas à gestão dos vários tipos de risco com que se confronta a sua actividade, e estabelecer meios que garantam a tomada de decisões independentes com garantia de respeito pelo princípio do igual tratamento dos accionistas.

Enquanto órgão que detém a exclusividade de gestão da sociedade, compete ao Conselho de Administração, nomeadamente:

- Elaborar os relatórios e contas anuais;
- Propor a distribuição de resultados;
- Decidir sobre abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- Deliberar sobre extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade;
- Decidir sobre modificações importantes na organização da empresa;
- Estabelecer ou cessar cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- Deliberar sobre projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações, desde que não convertíveis em acções;
- No BES, o Conselho de Administração não tem qualquer competência para deliberar um aumento de capital.

3.1.2 Composição do Conselho de Administração

	1992	1997	2002	2006
N.º de Administradores	15	19	31	31

Os estatutos da Sociedade prevêem que o Conselho de Administração seja composto por um mínimo de 11 e um máximo de 31 membros. O Conselho de Administração do BES é composto por 31 membros.

Os Administradores podem ser ou não accionistas e são eleitos pela Assembleia Geral, que designa o Presidente do Conselho de Administração e, se assim o entender, um ou mais Vice-Presidentes.

A duração do mandato de cada administrador é de quatro anos, sendo que o presente mandato teve o seu início em 2004. O mandato de todos os administradores termina no final de 2007.

É permitida a reeleição dos administradores, não existindo número limite de reeleições. Não existe também qualquer limite de idade para o exercício do cargo.

A média de idade dos administradores da sociedade é de 59 anos, sendo que o administrador com mais idade tem 87 anos e o mais novo tem 40 anos.

Na falta ou impedimento definitivos de qualquer Administrador, proceder-se-á à cooptação de um substituto, que será ratificada na Assembleia Geral imediatamente subsequente. O mandato do novo Administrador terminará no fim do período para o qual o Administrador substituído tinha sido eleito.

Composição do Conselho de Administração

Administrador	Data Nascimento	Nacionalidade	Primeira Designação	Termo Mandato	Número Acções	Comissão Executiva	Independente	Razão para Não Independência
António Ricciardi	06-04-1919	Portuguesa	Abr-92	2007	150 00	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
Ricardo Salgado	25-06-1944	Portuguesa	Set-91	2007	436 880	Sim	Não	Executivo
Jean Laurent	31-07-1944	Francesa	Set-99	2007	-	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Mário Amaral	14-11-1932	Portuguesa	Set-91	2007	99 998	Sim	Não	Executivo
José Manuel Espírito Santo	02-05-1945	Portuguesa	Abr-92	2007	124 725	Sim	Não	Executivo
António Souto	17-04-1950	Portuguesa	Nov-90	2007	54 730	Sim	Não	Executivo
Jorge Martins	17-07-1957	Portuguesa	Jul-93	2007	72 158	Sim	Não	Executivo
Aníbal Oliveira	24-09-1935	Portuguesa	Abr-92	2007	155 832	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial (Portugal) - SGPS, S.A.
José Neto	08-01-1937	Portuguesa	Abr-94	2007	37 321	Sim	Não	Executivo
Manuel Villas-Boas	29-05-1945	Portuguesa	Abr-92	2007	-	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
Manuel Fernando Espírito Santo	20-07-1958	Portuguesa	Abr-94	2007	1 064	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
José Maria Ricciardi	27-10-1954	Portuguesa	Mar-99	2007	36 055	Sim	Não	Executivo
Jean-Luc Guinoiseau	20-12-1954	Francesa	Set-99	2007	51 507	Sim	Não	Executivo
Rui Silveira	11-12-1954	Portuguesa	Mar-00	2007	56 397	Sim	Não	Executivo
Joaquim Goes	09-09-1966	Portuguesa	Mar-00	2007	53 333	Sim	Não	Executivo
Pedro Homem	19-07-1947	Portuguesa	Jun-00	2007	72 133	Sim	Não	Executivo
Patrick Coudène	24-09-1951	Francesa	Fev-01	2007	91 607	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o accionista Crédit Agricole, S.A.
Michel Villatte ⁽³⁾	30-10-1945	Francesa	Mar-02	2007	-	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o Accionista Crédit Agricole, S.A.
Mário Adegas ⁽¹⁾	25-10-1935	Portuguesa	Jun-80	2007	166 667	Não	Não	Administrador Independente segundo os critérios do regulamento 07/2001 da CMVM. Membro não independente da Comissão de Auditoria, nos termos do artigo 414.º/5 do Código das Sociedades Comerciais, pelo facto de ter sido reeleito por mais de dois mandatos
Luís Daun e Lorena	11-10-1944	Portuguesa	Mar-02	2007	-	Não	Sim	
Lázaro Brandão	15-06-1926	Brasileira	Mar-02	2007	-	Não	Sim	
Ricardo Abecassis Espírito Santo	04-11-1958	Portuguesa	Mar-02	2007	56 783	Não	Não	Administrador da sociedade Espírito Santo Financial (Portugal) - SGPS, S.A.
Bernard De Wit	17-06-1959	Belga	Mai-02	2007	-	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o Accionista Crédit Agricole, S.A.
José Pena	05-11-1940	Portuguesa	Mai-03	2007	-	Não	Sim	
Jean-Frédéric de Leusse	29-10-1957	Francesa	Mar-04	2007	-	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o Accionista Crédit Agricole, S.A.
Amílcar Morais Pires	30-05-1961	Portuguesa	Mar-04	2007	54 133	Sim	Não	Executivo
Bernard Delas	01-08-1948	Francesa	Mar-05	2007	-	Não	Não	Administração ou vínculo contratual com o Accionista Crédit Agricole, S.A.
Miguel Horta e Costa ⁽²⁾	28-07-1948	Portuguesa	Nov-90	2007	-	Não	Sim	
Nuno Godinho de Matos	31-10-1949	Portuguesa	Abr-06	2007	-	Não	Sim	
Alberto de Oliveira Pinto	26-06-1932	Portuguesa	Abr-06	2007	-	Não	Sim	
João Freixa	24-06-1956	Portuguesa	Set-06	2007	-	Sim	Não	Executivo

(1) Mandatos de Novembro de 1990 - Março de 2000; desde Março de 2002

(2) Mandatos de Novembro de 1990-1992; desde Março de 2005

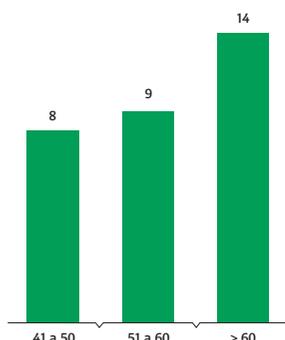
(3) Renunciou ao cargo em 7 de Fevereiro de 2007

A Assembleia Geral de 17 de Abril de 2006 ratificou a cooptação dos administradores Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos e Alberto de Oliveira Pinto.

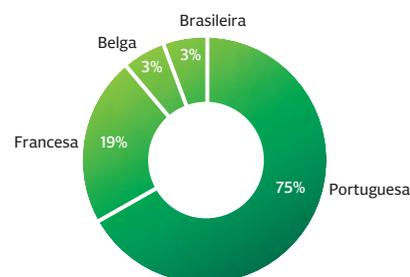
A 31 de Maio, Herman Agneessens renunciou ao seu mandato, tendo sido cooptado para o substituir João Freixa, cooptação que foi ratificada pela Assembleia Geral ocorrida no dia 18 de Dezembro de 2006.

João Freixa foi entretanto designado pelo Conselho de Administração como membro da Comissão Executiva em Setembro de 2006, tendo Patrick Coudène deixado de integrar esta Comissão, mantendo-se embora como administrador não executivo.

Classes Etárias dos Membros do Conselho de Administração



Nacionalidade dos Membros do Conselho de Administração



Administrador

Qualificação Profissional

Percurso Profissional nos últimos cinco anos

António Ricciardi	Faculdade de Ciências de Lisboa; Escola Naval da Marinha de Guerra; Escola da Aviação Naval.	Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo.
Ricardo Salgado	Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Partran, SGPS, S.A., Espírito Santo Financial Group, S.A. e Bespar - SGPS, S.A.. Membro do <i>Executive Committee</i> do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente desde Outubro de 2005; funções que terminaram a 31 de Dezembro de 2006; membro do <i>Supervisory Board</i> da Euronext NV desde 2002 e Administrador do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003.
Jean Laurent	Licenciado em Engenharia Civil de Aeronáutica pela Escola Nacional Superior de Aeronáutica França; <i>Master of Sciences, Wichita State University</i> .	Até 2001 Administrador do <i>Banque de Gestion Privée Indosuez</i> . Até 2002, Administrador do <i>Crédit Agricole Asset Management</i> , da AMACAM, da <i>Union d'Études et d'Investissements</i> e Presidente do Conselho de Administração da Segespar. Até 2003, Administrador da sociedade SA Rue Impériale. Até Setembro de 2005, Membro do Comité Executivo da <i>Fédération Bancaire Française</i> e seu Presidente entre 2001 e 2002. Membro do <i>Conseil de l'Association Française des Banques</i> , Membro do Bureau da AFCEI e seu Presidente entre 2001 e 2002 e Director Geral do <i>Crédit Agricole</i> .
Mário Amaral	Licenciado em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa, Pós-Graduação na <i>London School of Economics</i> .	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
José Manuel Espírito Santo	Licenciado em Economia, com especialização em Direcção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex - Instituto de Estudos Superiores de Évora).	Presidente da <i>Compagnie Bancaire Espírito Santo</i> , Administrador Executivo do Banco Espírito Santo, Presidente do Banco Espírito Santo (Espanha) desde 2000.
António Souto	Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Jorge Martins	Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Aníbal Oliveira	Curso Geral de Comércio (Porto); Curso de Engenharia Química (Alemanha).	Funções executivas nas várias empresas do Grupo Riopele.
José Neto	Licenciado em História pela Universidade de Lisboa.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Administrador Executivo da ESAF. Até 2005 foi Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Banco Internacional de Crédito.
Manuel Villas-Boas	Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.	<i>Senior Vice President</i> da Sociedade Espírito Santo International e Administrador da sociedade Espírito Santo Financial Group. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e do Banco Espírito Santo de Investimento.
Manuel Fernando Espírito Santo	<i>B.A. Business Administration, Richmond College, London International Bankers' Course no Barclays and Midland Bank</i> , em Londres; INSEAD, Fontainebleau - <i>"Inter-Alpha Banking Programme"</i> .	Membro do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo e Presidente da Comissão Executiva da sociedade Espírito Santo Resources. Membro Executivo do <i>World Travel & Tourism Council</i> desde 2003.
José Maria Ricciardi	Licenciado em "Sciences Economiques Appliquées" pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de Louvain, Bélgica.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Administrador Executivo do BES Investimento e, desde 2003, Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva. Administrador da Espírito Santo Financial Group S.A. e Presidente do Conselho de Administração dos BES Investimento do Brasil, S.A. Administrador não executivo da EDP- Energias de Portugal, S.A. de Março a Junho de 2006 e vogal do Conselho Geral e de Supervisão desde Julho de 2006.

Administrador	Qualificação Profissional	Percurso Profissional nos últimos cinco anos
Jean-Luc Guinoiseau	Diplomado em Estudos Superiores Económicos do <i>Conservatoire National des Arts et Métiers</i> (Paris), tendo efectuado o percurso CESA "Management Stratégique" - HEC, Paris.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Rui Silveira	Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e advogado.	Advogado, Assessor Jurídico do Conselho Superior do Grupo Espírito Santo, Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Joaquim Goes	Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Em 1994 obteve o Mestrado em <i>Business Administration</i> pelo INSEAD, em Fontainebleau.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo. Membro do Concelho de Administração da Portugal Telecom desde 2000.
Pedro Homem	Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.	Administrador Executivo do Banco Espírito Santo.
Patrick Coudène	Diplomado pelo IAE (Instituto de Administração de Empresas) - Lyon. É licenciado em Direito pela Universidade de Lyon.	Director Comercial da Pacífica (Grupo Crédit Agricole). Administrador Executivo da Espírito Santo Seguros. Administrador Executivo do Banco Espírito Santo desde 2001 a 2006. Presidente da Comissão Executiva da BES Vida Companhia de Seguros, S.A. e Presidente da Comissão Executiva da BES Companhia de Seguros, S.A.
Michel Villatte	Licenciado em Direito pelo Institut d'Études Politiques de Paris; Diplomado em <i>Études Supérieures de Droit - Certificat d'Études Littéraires Générales Modernes</i> .	Director Geral da PREDICA, exerceu diversas funções no Grupo Crédit Agricole e é Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo.
Mário Adegas	Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.	Administrador do Banco Internacional de Crédito entre 2000 e 2002. Desde 2002 Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e Presidente da Comissão de Auditoria desde 2006.
Luís Daun e Lorena	Frequência do 3º ano do Curso de Direito da Universidade de Lisboa.	Administrador da sociedade Hotéis Tivoli, entre 2001 e 2002. Desde 2002, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, onde é também Membro da Comissão de Auditoria.
Lázaro Brandão	Licenciado em Economia e Administração de Empresas.	Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco e desde 2004 Coordenador do Comité de Remuneração. Presidente do Conselho de Administração da sociedade ELO Participações e Presidente da Directoria da Fundação Bradesco. Desde 2000, Presidente do Conselho de Administração da Bradespar e Director-Presidente da NCF Participações. Até 2001, Membro do Conselho Director da Federação Brasileira de Bancos. Desde 2001, Director-Presidente da Nova Cidade de Deus Participações. Desde 2002, Presidente do Conselho de Administração do Banco Bradesco Luxemburgo. Entre 2002 e 2003, Presidente do Banco Mercantil de São Paulo. Em 2004 Presidente do Conselho de Administração do Banco BEM. Desde 2004 Presidente do Conselho de Administração do Bradesco Leasing e Gerente da Bradport. Até 2005, Presidente do Conselho de Administração da Bradesco Seguros. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo desde 2002.
Ricardo Abecassis Espírito Santo	Licenciado em Economia pela City University, Londres.	Desde 2000 Director, Presidente e Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento desde 2003, tendo sido nomeado Administrador Executivo em Dezembro de 2005. Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo desde 2002.
Bernard De Wit	Mestrado em <i>Applied Economics</i> ; MBA pela <i>Université de Louvain</i> e <i>University of Chicago</i> .	Até 2001, <i>Partner</i> da <i>KPMG Peat Marwick</i> . Desde 2001, responsável pela área de Subsidiárias Internacionais - Linha de Negócio da Banca Internacional de Retalho no <i>Crédit Agricole</i> . Desde 2002, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo.
José Pena	Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE); posteriormente frequentou o <i>International Advanced Executive Program (IAEP)</i> da <i>JL Kellogg Graduate School of Management, Northwestern University, Chicago, EUA</i> .	Até 2001, <i>Partner</i> da <i>Pricewaterhouse</i> . Entre 2002 e 2003, Assessor da Comissão de Auditoria do Conselho de Administração do BES. Desde 2003, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo e Membro da Comissão de Auditoria. Desde 2006, Presidente dos Conselhos Fiscais da BES Seguros, S.A. e da BES Vida, S.A..
Jean-Frédéric de Leusse	<i>École Polytechnique; École Nationale d'Administration</i> .	De 2001 a 2005 Director Geral da <i>Fédération Nationale du Crédit Agricole</i> . Entre 2003 e 2005 foi Director da Área Internacional da Banca de retalho do <i>Crédit Agricole</i> e Presidente do <i>Crédit Agricole Private Equity</i> . É desde 2005, Director da área internacional de <i>Crédit Agricole S.A.</i> e desde de Agosto de 2006 Administrador não executivo da <i>Emporiki Bank of Greece</i> . Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, dese 2004.
Amílcar Morais Pires	Licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.	Até 2004 Assessor do Conselho de Administração do BES e Coordenador do Departamento Financeiro, Mercados e Estudos. Desde 2004, Administrador Executivo do Banco Espírito Santo e desde 2005 Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento. É Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom desde 2006.

Administrador	Qualificação Profissional	Percurso Profissional nos últimos cinco anos
Bernard Delas	Licenciado em <i>Sciences Économiques</i> , pela <i>Université de Paris</i> .	Entre 2001 e 2003, Director Geral da CNP International. Desde 2004, Conselheiro do Presidente da Directoria e Director de l'Assurance à l'International no Grupo Crédit Agricole. Desde 2005, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo.
Miguel Horta e Costa	Licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa; Pós-Graduação em "Alta Direcção de Empresas" pela Universidade de Navarra; Pós-Graduação em "Management de Comunicações" pelo <i>Management College (British Post Office)</i> no Reino Unido.	Membro do Conselho de Administração da Telefónica até Fevereiro de 2006, e Membro do Conselho de Administração da PGA - Portugália Airlines. Até 2002, Membro do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, Presidente do Conselho de Administração da <i>Euroges Factoring</i> e Vice-Presidente Executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Desde 2002 até 2006, Presidente Executivo da Portugal Telecom. Desde 2003, Vice-Presidente da AIP. Desde de Dezembro de 2006 é Vice-Presidente e Membro da Comissão Executiva do BES Investimento. É Administrador não executivo do BES desde 2005.
Nuno Godinho de Matos	Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.	Exerce a actividade de profissional de Advogado.
Alberto de Oliveira Pinto	Licenciado em Ciências Económicas pelo ISCEF.	Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Crédito Imobiliário até Abril de 2005.
João Freixa	Licenciado em gestão de Empresas pelo instituto Superior de Economia; MBA na Universidade Nova de Lisboa.	Em 2003 foi Presidente da Euronext Lisboa e Administrador das Bolsas de Paris, Amsterdão e Bruxelas e, ainda da holding Euronext NV. Entre 2004 e 2005 foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Vice-Presidente do banco de investimento (Caixa BI) e Administrador (não executivo) da EDP-Energias de Portugal. Foi desde Outubro de 2005, assessor do Conselho de Administração do BES e é membro do Conselho de Administração do BES desde Setembro de 2006.

Em anexo ao presente Relatório descrevem-se sumariamente as funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em outras entidades, discriminando as funções exercidas em sociedades do Grupo BES (entendido como o conjunto do BES e das sociedades que consigo consolidam integralmente) (Anexo 2).

3.1.3 Organização e funcionamento do Conselho de Administração

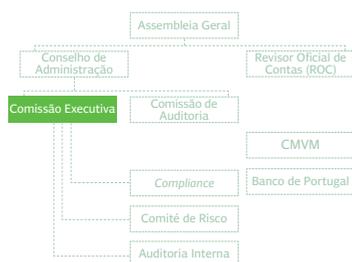
O Conselho de Administração reúne, de acordo com os estatutos do Banco, pelo menos uma vez em cada trimestre, e sempre que for convo-

cado pelo Presidente ou por dois Administradores. Durante o ano de 2006 ocorreram 10 reuniões.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, em regra, uma vez por semana, sem prejuízo do acompanhamento diário que, quando necessário, implica reuniões extraordinárias.

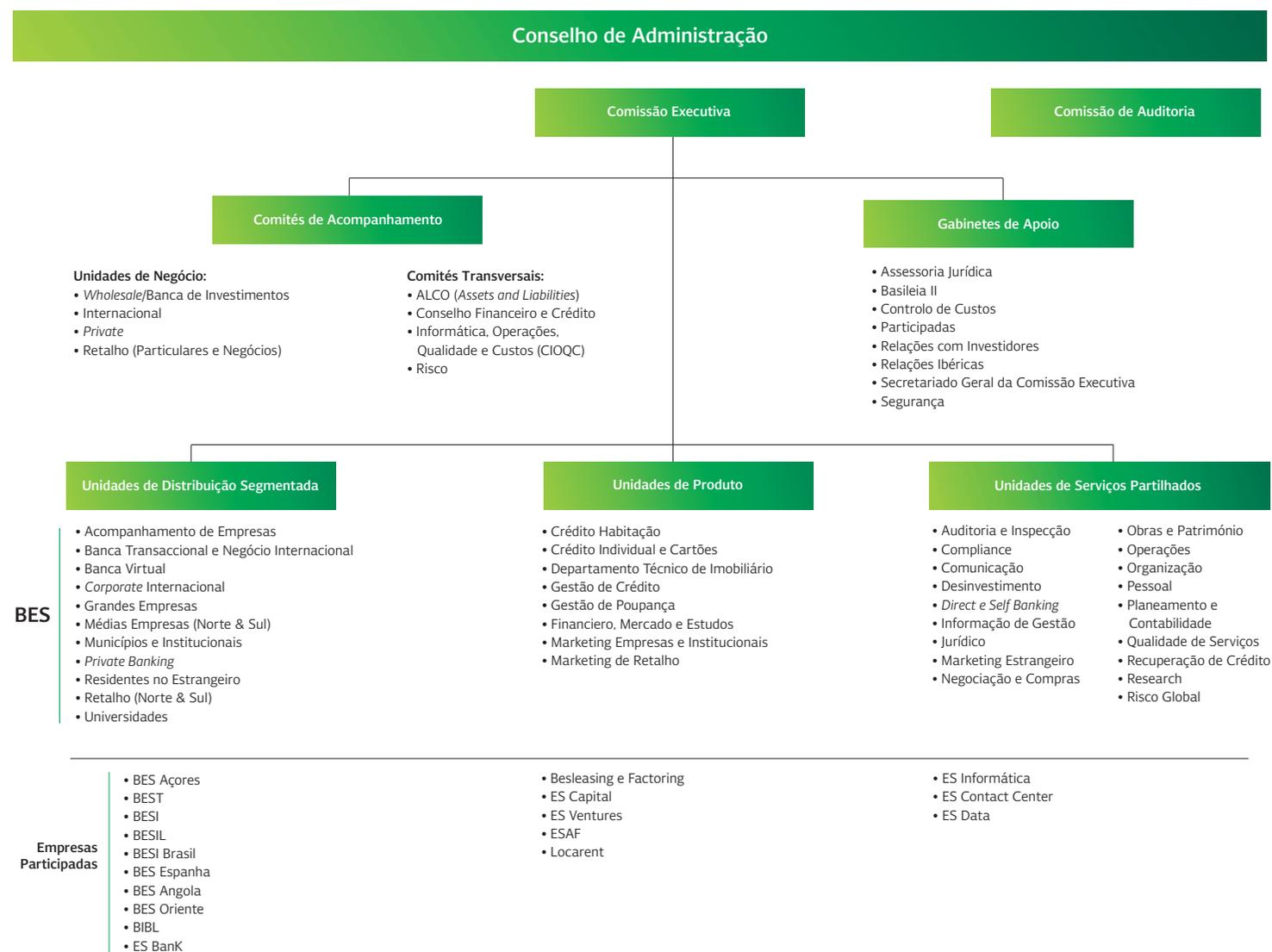
O Secretariado do Conselho de Administração assegura que os membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva recebam atempadamente – em regra com, pelo menos, 48 horas de antecedência - a documentação adequada à apreciação dos pontos em agenda para cada uma das reuniões dos respectivos órgãos.

3.2 Comissão Executiva e outras Comissões



O Conselho de Administração delega a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva constituída por 13 administradores. A média de idades da Comissão Executiva é de 56 anos. O membro da Comissão Executiva com mais idade tem 74 anos e o mais novo tem 40 anos.

3.2.1 Organigrama do BES e do Grupo BES



3.2.2 Composição da Comissão Executiva

	1992	1997	2002	2006
N.º de Administradores	15	19	31	31

Ricardo Espírito Santo Salgado

Nasceu em Cascais (Portugal) a 25 de Junho de 1944. É licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.

Actuais pelouros:

Presidente da Comissão Executiva, do Conselho Financeiro e de Crédito e do Comité ALCO. Responsável directo pelos Departamentos de Planeamento e Contabilidade, Compliance, Comunicação, Controlo de Custos, Desinvestimento, Negociação e Compras, Obras e Património, pelos Gabinetes de Relações com Investidores, Basileia II, Secretariado-Geral da Comissão Executiva, ES Research e Gabinete de Coordenação da Segurança. Assegura ainda a interligação das actividades do BES com as sociedades ESAF, ES Ventures, Banco BEST, BES Angola, ES Bank.

Comissões a que pertence:

Retalho; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Private; Conselho Financeiro e de Crédito.



José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 2 de Maio de 1945. É licenciado em Economia, com especialização em Direcção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex - Instituto de Estudos Superiores de Évora).

Actuais pelouros:

Coordenador do Private Banking do Grupo BES, Residentes no Estrangeiro, Relações Ibéricas, Centro de Estudos da História do BES. Assegura a interligação da actividade do BES com o BES (Espanha), do qual é Presidente do Conselho de Administração.

Comissões a que pertence:

Private; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).



Mário Mosqueira do Amaral

Nasceu no Estoril (Portugal) a 14 de Novembro de 1932. Licenciou-se em Economia no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa e obteve uma Pós-Graduação na London School of Economics.

Actuais pelouros:

Banca Transaccional e Negócio Internacional, Corporate Internacional, Participadas, Sucursais no Exterior (Nova Iorque, Londres e Cabo Verde) e participações internacionais.

Comissões a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



José Manuel Ferreira Neto

Nasceu em Sintra (Portugal) a 8 de Janeiro de 1937. Licenciou-se em História pela Universidade de Lisboa.

Actuais pelouros:

Acompanhamento de Empresas, Departamento Técnico de Imobiliário, Recuperação de Crédito. Assegura a interligação do BES com a empresa ES Recuperação de Crédito.

Comissões a que pertence:

Retalho; Empresas; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



António José Baptista do Souto

Nasceu em Espinho (Portugal) a 17 de Abril de 1950. Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actuais pelouros:

Empresas Norte, Empresas Sul, Grandes Empresas, Marketing de Empresas e Institucionais, Municípios e Institucionais e Departamento de Pessoal. Assegura a interligação com a sociedade Besleasing & Factoring e com a Multipessoal, Soc. de Prestação e Gestão de Serviços.

Comissões a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática; Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



Jorge Alberto Carvalho Martins

Nasceu na Póvoa de Varzim (Portugal) a 17 de Julho de 1957. É licenciado em Economia pela faculdade de Economia da Universidade do Porto.

Actuais pelouros:

Presidência do Conselho de Crédito do Porto, Departamento Comercial Norte e Departamento de Crédito Habitação, assegurando a interligação com a Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas.

Comissões a que pertence:

Retalho; Private; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito.



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 27 de Outubro de 1954. É licenciado em "Sciences Economiques Appliquées" pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais da Universidade Católica de Louvain, Bélgica.

Actuais pelouros:

Risco Global; interligação com o Banco Espírito Santo de Investimento.

Comissões a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC)



Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau

Nasceu em Cossé le Vivien (França) a 20 de Dezembro de 1954. Obteve o Diploma em Estudos Superiores Económicos do Conservatoire National des Arts et Métiers (Paris), tendo efectuado o percurso CESA "Management Stratégique" – HEC, Paris.

Actuais pelouros:

Organização; Direcção Executiva de Operações, interligação com a ES Informática e a ESDATA.

Comissões a que pertence:

Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 11 de Dezembro de 1954. É licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa e advogado.

Actuais pelouros:

Supervisão de toda a Área Jurídica do Grupo BES, Auditoria e Inspeção, Departamento Jurídico, assessoria jurídica ao Conselho de Administração do BES.

Comissões a que pertence:

Risco.



Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 9 de Setembro de 1966. É licenciado em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em Marketing e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Em 1994 obteve o Mestrado em Business Administration pelo INSEAD, em Fontainebleau.

Actuais pelouros:

Marketing Estratégico, Marketing de Retalho, Informação de Gestão, Qualidade de Serviço, Departamento de Direct e Self Banking, Departamento de Banca Virtual, Gabinete Universidades, Gabinete Assurfinance, assegurando a interligação com as sociedades BES Companhia de Seguros e ES Contact Center.

Comissões a que pertence:

Retalho; Empresas; Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.



Pedro José de Sousa Fernandes Homem

Nasceu em Lisboa (Portugal) a 19 de Julho de 1947 e é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Actuais pelouros:

Private Banking, Sucursal Financeira do Exterior e International Private Banking.

Comissões a que pertence:

Private; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).



Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

Nasceu na Beira (Moçambique) a 30 de Maio de 1961. É licenciado em Ciências Económicas pela Universidade Católica Portuguesa.

Actuais pelouros:

Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, Reestruturação e Securitização de Crédito, Gestão da Poupança, Controlo de Gestão (função partilhada com o Presidente da Comissão Executiva), assegurando a interligação com as sociedades BES Vida, Companhia de Seguros, BES Finance, BES Cayman, BESIL e BIBL.

Comissões a que pertence:

Private; Empresas; Internacional; Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco; Conselho Financeiro e de Crédito.



João Eduardo Moura da Silva Freixa

Nasceu em Évora em 1956. É licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia e tem um MBA na Universidade Nova de Lisboa

Actuais pelouros:

Departamento Comercial Sul, de Crédito Individual e Cartões, assegurando ainda a articulação com o BES dos Açores e com o BESSA (função partilhada com o Dr. José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva).

Comissões a que pertence:

Gestão de Activos e Passivos (ALCO); Retalho; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.



3.2.3 Outras comissões

Comissões de acompanhamento das unidades de negócio:

- i) *Empresas / Wholesale / Banca de Investimentos*

Acompanha a evolução destas áreas de negócio, assegurando a articulação entre a actividade de *Corporate Banking* do BES e a do Banco Espírito Santo de Investimento, bem como, a nível internacional, promovendo a coordenação da actividade de *Corporate Banking* do BES com o Banco Espírito Santo (Espanha) e o Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil.
- ii) *Retalho (Banca de Particulares e Negócios)*

Acompanha a evolução da actividade com respeito a cada um dos principais segmentos de Clientes (Afluentes, Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual e outros Particulares) e promove o negócio *cross-segment* com outras Áreas de Negócio (designadamente, Médias e Grandes Empresas). Acompanha ainda a actividade de *Assurfinance*, promovendo a captação e fidelização ao BES de Clientes da Companhia de Seguros Tranquilidade.
- iii) *Private*

Promove o desenvolvimento da actividade a nível internacional e assegura a articulação com outras áreas de Negócio, visando a potenciação do negócio *cross-segment* (quer com Médias e Grandes Empresas, quer com o segmento de Afluentes no Retalho).
- iv) *Internacional*

Acompanha a actividade do Grupo BES a nível internacional e promove o respectivo desenvolvimento, quer contribuindo para a expansão do negócio das empresas participadas e sucursais já existentes, quer avaliando e propondo à Comissão Executiva novas iniciativas em mercados ou tipos de negócio. Contribuiu para a articulação entre a actividade do BES em Portugal e as diversas unidades existentes no estrangeiro - com destaque para Espanha, Brasil e Angola.

Comissões Transversais

- i) *Gestão de Activos e Passivos (ALCO)*

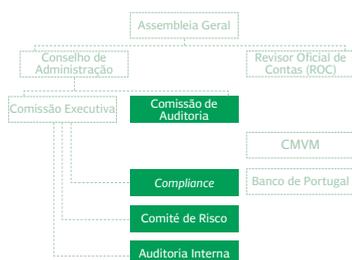
Analisa a informação macroeconómica das principais regiões económicas internacionais e de Portugal, contribuindo para a perspectivação dos respectivos impactos a prazo sobre a actividade bancária. Analisa também a evolução do balanço consolidado do Grupo BES e de cada uma das suas principais unidades, quer em termos de saldos de crédito e recursos de Clientes, quer de margens, facultando à Comissão Executiva os elementos necessários para a definição de objectivos estratégicos em matéria de crescimento da actividade creditícia e de captação de recursos de Clientes, estratégia de financiamento (gestão do *mismatch* do balanço) e de preços / margens. Compete igualmente a este Comité acompanhar e analisar a oferta de bancos concorrentes, bem como, no quadro da estratégia estabelecida, aprovar a oferta de produtos de recursos e os respectivos preços a praticar.
- ii) *Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC)*

Estabelece as prioridades dos investimentos informáticos e operativos, bem como a sua implementação. Acompanha o desenvolvimento de projectos especiais nas áreas operativa, de sistemas, qualidade e custos. Em particular, cumpre-lhe monitorizar a evolução global do Banco em matéria de indicadores de qualidade, quer em termos de atendimento e serviço prestado aos Clientes, quer do apoio prestado pelas áreas centrais às áreas comerciais.
- iii) *Risco*

É responsável por todas as matérias relacionadas com o risco global do Grupo BES, cabendo-lhe, em especial, acompanhar a evolução do risco em cada um dos principais segmentos de Clientes e categorias de produto. Para além disso, é responsável pelo acompanhamento de projectos especiais na área do Risco, com destaque para o Projecto Basileia II.
- iv) *Conselho Financeiro e de Crédito*

Decide acerca das operações de crédito que não se enquadram nos limites de concessão de crédito estabelecidos para cada Administrador.

3.3 Fiscalização da Sociedade



3.3.1 Fiscalização Interna

a) Comissão de Auditoria (*Audit Committee*)

A Comissão de Auditoria foi criada pelo Conselho de Administração do BES, em 26 de Outubro de 2001, e em antecipação de medidas que vieram posteriormente a ser tomadas pelas autoridades de supervisão norte-americanas (a *Securities and Exchange Commission-SEC*) a que o BES estava sujeito.

A Assembleia Geral Extraordinária de 18 de Dezembro de 2006, decidiu que a Comissão de Auditoria passasse a desempenhar, com o apoio independente do Revisor Oficial de Contas (ver Ponto 3.3.2) e até ao fim do mandato em curso para o quadriénio 2004-2007, as funções legais e estatutárias tradicionalmente atribuídas ao Conselho Fiscal, extinguindo este, conforme previsto na reforma do Código das Sociedades Comerciais, levada a cabo pelo Decreto-Lei 76-A/2006, de 29 de Março.

As funções da Comissão de Auditoria são, essencialmente, de supervisão e fiscalização, tendo plena autoridade para conduzir, contratar ou autorizar investigações na sua área de responsabilidade. Nomeadamente, a Comissão tem poderes para:

- Obter de qualquer colaborador das diversas entidades que integram o Grupo BES toda a informação que considere necessária para o desempenho das suas funções;
- Reunir com administradores, directores, Revisores Oficiais de Contas, e/ou membros dos órgãos sociais da Sociedade e das diversas entidades do Grupo BES, na medida em que o considere necessário para o exercício das suas funções.

Nos termos legais e estatutários, à Comissão de Auditoria compete:

- Fiscalizar a administração da Sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do Contrato de Sociedade;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o presidente da respectiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da Sociedade, ou outros;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propôr à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas, no qual a lei prevê que delegue o exercício das funções de verificação documental e contabilística;
- Fiscalizar a revisão de contas realizada pelo Revisor Oficial de Contas;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos membros da Comissão de Auditoria no exercício das suas funções;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do Contrato de Sociedade.

É ainda competência da Comissão de Auditoria assistir o Conselho de Administração no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão dos sistemas de *compliance* adoptados pela Sociedade e pelas suas associadas, com vista a confirmar o efectivo cumprimento das leis e regulamentos que lhes são aplicáveis, bem como a adesão de todos os administradores, directores, restantes colaboradores e, também, de todos os fornecedores, aos respectivos Códigos de Conduta e Ética aplicáveis ao BES e às sociedades do Grupo BES.

A Comissão de Auditoria da Sociedade é composta por um mínimo de três e um máximo de cinco membros do Conselho de Administração, um dos quais é designado seu Presidente, eleitos pela Assembleia Geral. Os membros da Comissão de Auditoria são designados em simultâneo com a designação dos restantes membros do Conselho de Administração por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição. Os membros da Comissão de Auditoria podem ser destituídos pela Assembleia Geral desde que ocorra justa causa.

Os membros da Comissão de Auditoria devem reunir os seguintes requisitos:

- a) Ser membros não executivos do Conselho de Administração e, na sua maioria, ser independentes segundo os critérios legais, ou seja, não estarem associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontrarem em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente, em virtude de (i) serem titulares ou actuarem em nome ou por conta de titulares de participação qualificada igual ou superior a 2% do capital social da Sociedade, e/ou (ii) terem sido reeleitos por mais de dois mandatos, de forma contínua ou intercalada;
- b) Pelo menos um dos membros da Comissão de Auditoria deve ter curso superior adequado ao exercício das suas funções, ter conhecimentos em auditoria ou contabilidade e ser independente nos termos acima definidos;
- c) Os restantes membros da Comissão de Auditoria podem ser sociedades de advogados, sociedades de revisores oficiais de contas, ou pessoas singulares, mas neste último caso, quer sejam accionistas ou não, devem ter capacidade jurídica plena e as qualificações e experiência profissional adequadas ao exercício das suas funções.

Não podem ser eleitos ou designados membros da Comissão:

- a) Os beneficiários de vantagens particulares da própria Sociedade;
- b) Os membros dos órgãos de administração de sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade;
- c) O sócio de sociedade em nome colectivo que se encontre em relação de domínio com a Sociedade;
- d) Os que, de modo directo ou indirecto, prestem serviços ou estabeleçam relação comercial significativa com a Sociedade ou sociedades que com esta se encontrem em relação de domínio ou de grupo;
- e) Os que exerçam funções em empresa concorrente e que actuem em representação ou por conta desta ou que por qualquer outra forma estejam vinculados a interesses de empresa concorrente;
- f) Os cônjuges, parentes e afins na linha recta e até ao 3º grau, inclusivé, na linha colateral, de pessoas impedidas por força do disposto nas alíneas a), b), c) e e), bem como os cônjuges das pessoas abrangidas pelo disposto na alínea d);
- g) Os que exerçam funções de administração ou de fiscalização em cinco sociedades ou mais, exceptuando as sociedades de advogados, as sociedades de revisores oficiais de contas e os revisores oficiais de contas, aplicando-se a estes o regime do artigo 76º. Do Decreto-Lei nº. 487/99, de 16 de Novembro;
- h) Os revisores oficiais de contas em relação aos quais se verifiquem outras incompatibilidades previstas na respectiva legislação;
- i) Os interditos, os inabilitados, os insolventes, os falidos e os condenados a pena que implique a inibição, ainda que temporária, do exercício de funções públicas.

A Comissão de Auditoria da Sociedade é actualmente composta pelos seguintes membros não executivos do Conselho de Administração:

Mário Martins Adegas (Presidente)

Nasceu a 25 de Outubro de 1935. Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em 1959. É membro não independente da Comissão de Auditoria, visto ter sido reeleito por mais de dois mandatos.



José Manuel Ruivo da Pena

Nasceu a 5 de Novembro de 1940. Licenciou-se em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), tendo posteriormente frequentado o International Advanced Executive Program (IAEP) da J.L. Kellogg Graduate School of Management, Northwestern University, Chicago, USA. É Revisor Oficial de Contas (suspensão voluntariamente desde 2003). É qualificado como independente.



Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Nasceu a 11 de Outubro de 1944. Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É qualificado como independente.



A Comissão de Auditoria desenvolve a sua acção de supervisão e fiscalização mediante um acompanhamento permanente e sistemático da actividade da Sociedade. Além disso, em cumprimento da lei e do Contrato de Sociedade, a Comissão de Auditoria reúne, ordinária e formalmente, pelo menos uma vez em cada dois meses e sempre que o Presidente o entender ou algum dos restantes membros o solicitar. As deliberações são tomadas por maioria, dispondo o Presidente, estatutariamente, de voto de qualidade. Os membros da Comissão de Auditoria que falem, sem justificação aceite, a mais de metade das reuniões formais ocorridas durante um exercício, incorrem numa situação de falta definitiva, devendo ser substituídos.

b) Compliance

O *Compliance* tem como missão assegurar o cumprimento, pelo Banco e pelos seus Colaboradores, das regras legais, estatutárias, regulamentares, éticas e de conduta que lhes são aplicáveis, bem como prestar esclarecimentos a quaisquer questões relacionadas com a sua actividade.

As principais actividades de *Compliance* incluem:

- Análise, avaliação de impacto e incidência e formulação de recomendações para adopção ou implementação de normativos oriundos de entidades regulamentares e de supervisão nacionais ou internacionais;
- Assegurar o cumprimento das normas aplicáveis ao exercício das actividades de intermediação financeira que o Banco está autorizado a exercer;
- Responsabilidade pelo acompanhamento da execução dos Códigos de Conduta e de Ética e avaliação de eventuais áreas de conflitos de interesse;
- Assegurar a implementação e cumprimento dos processos relacionados com *Anti Money Laundering* e *KYC (Know Your Customer)*.

Encontram-se integradas no *Compliance* duas unidades, de Gestão do Sistema de Controlo Interno e de Prevenção e Detecção do Branqueamento de Capitais.

Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno:

- Garante o cumprimento da regulamentação aplicável ao BES em matéria de Controlo Interno;
- É responsável por criar um sistema de monitorização e revisão permanente de controlo interno.

Unidade de Prevenção e Detecção de Branqueamento de Capitais:

- Centraliza as funções associadas à prevenção e detecção do crime de Branqueamento de Capitais (*Know Your Customer, Know Your Transaction e Know Your Processes*), assegurando a identificação e aprovação de contrapartes em função do seu risco, e a monitorização de transacções suspeitas;
- Estabelece políticas e procedimentos e o planeamento e realização de acções de formação e comunicação AML (*Anti Money Laundering*), de forma transversal ao Grupo BES.

c) Sistema de Controlo dos Riscos

É da responsabilidade da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo definir o perfil de risco objectivo mediante a fixação de limites globais e específicos. Compete-lhe igualmente fixar os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, assegurando que o Grupo BES detém as competências e recursos necessários para tal.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção de riscos, na actividade do Banco, são o Comité de Risco, o Departamento de Risco Global, a Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito e o Departamento de Auditoria (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 6 do Relatório de Gestão).

O Comité de Risco reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva, e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo e por analisar e propor metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos de avaliação para todos os tipos de risco, nomeadamente de crédito, operacional e de mercados, liquidez e taxa de juro de balanço, assim como por analisar a evolução da rentabilidade ajustada pelo risco e do valor acrescentado dos principais segmentos/Clientes. Para além disso, é responsável pelo acompanhamento de projectos especiais na área do Risco, com destaque para o Projecto Basileia II.

Por seu turno, o **Departamento de Risco Global (DRG)** centraliza a função de Risco do Grupo Banco Espírito Santo.

As principais funções do Departamento de Risco Global são:

- Identificar, avaliar e controlar os diferentes tipos de risco assumidos, por forma a permitir a gestão do risco global do Grupo;
- Implementar as políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo;

- Contribuir para os objectivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, bem como do desenvolvimento de técnicas de avaliação de performance e de optimização da base de capital.

A comissão de acompanhamento de risco de crédito tem

como objectivos:

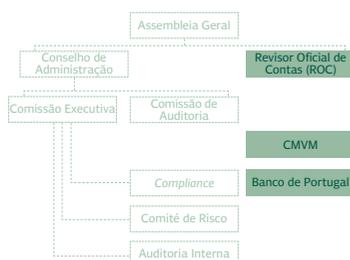
- Proceder à análise e avaliação dos clientes que apresentam sintomas de agravamento da sua qualidade creditícia, tendo por base os seguintes elementos:
 - Perfil económico e financeiro dos Clientes;
 - Tipologia da exposição de crédito nos Clientes;
 - A natureza e valor das garantias recebidas, dando atenção às datas a que se reportam as respectivas avaliações e às entidades que as realizaram;
 - Sinais de alerta ("*warning signals*") detectados no perfil comportamental dos Clientes nas suas relações com o banco e com o sistema financeiro em geral.
- Definir as opções estratégicas de relação comercial e o nível de vigilância activa que, para cada caso, melhor se ajuste ao perfil e quadro específico de situação de cada uma das entidades/grupos analisados;
- Proceder à análise e validação dos níveis de imparidade de crédito previamente determinados para o universo de entidades previamente seleccionado em função dos critérios objectivos estabelecidos.

O Departamento de Auditoria e Inspeção tem por missão avaliar a eficácia e adequação dos processos de gestão de risco, do controlo interno e da governação, inerentes à actividade das sociedades incluídas no perímetro do Grupo BES com vista à diminuição das condições gerais de risco.

No âmbito das suas atribuições, compete-lhe designadamente:

- Analisar os processos operativos e de negócio, avaliando a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos respectivos, bem como a conformidade da actividade com os preceitos legais / regulamentares e os textos normativos internos aplicáveis;
- Colaborar com todos os órgãos do Grupo BES na aplicação e correcta observância das políticas superiormente definidas, particularmente no que respeita a sensibilização/aplicação de procedimentos de controlo interno;
- Conferir e avaliar a defesa e segurança dos valores monetários, escriturais e documentais, de titularidade do Grupo BES ou confiados à sua guarda;
- Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação do Grupo BES com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de supervisão, bem como responder às solicitações de outras instituições públicas e privadas;
- Participar na definição e elaboração dos textos normativos, na óptica da uniformização dos procedimentos de prevenção, controlo e segurança, bem como emitir e fazer publicar comunicações e circulares sobre matérias enquadráveis no âmbito da sua esfera específica de intervenção;
- Zelar para que práticas contrárias aos textos normativos e/ou regulamentos internos sejam prontamente corrigidas, pugnando, paralelamente, para que os procedimentos adoptados na execução das operações se encontrem devidamente regulamentados.

3.3.2 Fiscalização Externa



a) Auditor externo

Nos termos legais e estatutários, o exame das contas da Sociedade cabe a um Revisor Oficial de Contas (individual ou em sociedade), designado pela Assembleia Geral, sob proposta da Comissão de Auditoria, por tempo não superior a quatro anos.

A KPMG & Associados SROC, S.A., representada pela Dra. Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves Girão de Almeida (Revisor Oficial de Contas), é o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo Efectivo da Sociedade, tendo como Revisor Oficial de Contas Suplente o Dr. Jean-Éric Gaign. O mesmo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo Efectivo tem sido responsável pela Certificação Legal das Contas e pelos Relatórios de Auditoria às Contas Individuais e às Contas Consolidadas do Grupo BES desde o exercício de 2002 e pelos Relatórios de Revisão Limitada sobre Informação Financeira Individual e Consolidada relativos ao primeiro semestre de cada ano, desde 2003.

O mandato dos Revisores Oficiais de Contas/Audidores Externos como membros, efectivo e suplente, do Conselho Fiscal da Sociedade, para o qual tinham sido eleitos para o quadriénio 2004-2007, terminou em 18 de

Dezembro de 2006 quando a Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade decidiu alterar o Contrato de Sociedade e extinguir o Conselho Fiscal (ver Ponto 3.3.1). Contudo, por proposta da Comissão de Auditoria, a mesma Assembleia Geral Extraordinária decidiu nomear para o período a decorrer desde a data da referida Assembleia até ao fim do exercício de 2007 os mesmos Revisores Oficiais de Contas/Audidores Externos, efectivo e suplente.

Para realização do exame às contas da Sociedade, e de acordo com o Artigo 446º. do Código das Sociedades Comerciais, deve o Revisor Oficial de Contas (i) verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte, (ii) verificar a extensão da caixa e das existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à Sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título, (iii) verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas e (iv) verificar se as políticas contabilísticas e critérios contabilísticos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

b) Autoridades de supervisão¹⁾

O Banco de Portugal exerce a supervisão das instituições de crédito e das sociedades financeiras, de modo a garantir a estabilidade e a solidez do sistema financeiro, a eficiência do seu funcionamento, a segurança dos depósitos e dos depositantes e a protecção dos consumidores de serviços financeiros.

1) Fontes: Site do Banco de Portugal (www.bportugal.pt) e site da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (www.cmvm.pt).

3.4 Remuneração

De acordo com o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, compete em especial ao Banco de Portugal autorizar a constituição de instituições de crédito e sociedades financeiras nos casos em que a decisão se pauta unicamente por critérios de natureza técnico-prudencial, acompanhar a actividade das instituições supervisionadas, vigiar a observância das normas que disciplinam essa actividade, emitir recomendações para que sejam sanadas as irregularidades detectadas, sancionar as infracções praticadas e tomar providências extraordinárias de saneamento.

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) é a entidade de supervisão a quem compete regular e supervisionar o funcionamento dos mercados de valores mobiliários, a actividade de todas as entidades que intervêm nesses mercados e todas as matérias relacionadas com os mercados de valores mobiliários.

A CMVM supervisiona e regula ainda as ofertas públicas sobre valores mobiliários e, tanto na vertente prudencial como comportamental, as entidades gestoras de mercados e os organismos de investimento colectivo (fundos de investimento mobiliário e imobiliário).

3.4.1 Remuneração do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

A remuneração dos membros da Comissão Executiva comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável (de acordo com o contrato de sociedade do BES, a percentagem global variável destinada aos Administradores não poderá exceder cinco por cento dos lucros líquidos individuais do exercício). Os membros da Comissão Executiva que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com o BES podem ser remunerados pelas referidas sociedades. Neste caso, poderão não ser remunerados pelo exercício de funções executivas no BES.

Os membros da Comissão Executiva estão ainda abrangidos pelo Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA), conforme descrito no ponto 3.4.3, do presente relatório. O número de acções atribuído aos membros da Comissão Executiva é determinado pela Comissão de Vencimentos, conforme prevê o regulamento do SIBA, aprovado em Assembleia Geral de 20 de Junho de 2000.

Podem ser Beneficiários do SIBA aqueles que:

- a) Sejam membros das Comissões Executivas dos Conselhos de Administração de empresas integrantes do Grupo BES;
- b) Sejam trabalhadores, no activo, com vínculo laboral efectivo a qualquer empresa integrante do Grupo BES.

Quando estiverem em causa membros das Comissões Executivas dos Conselhos de Administração do Grupo BES, as decisões sobre quantidade de acções a atribuir a cada administrador serão tomadas pela sua Comissão de Fixação de Remunerações.

A remuneração fixa e variável dos membros da Comissão Executiva é determinada pela Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, e obedece a critérios de alinhamento com os objectivos estratégicos do Grupo, não descurando em simultâneo as práticas do mercado português. Em concreto, são os seguintes os objectivos estratégicos considerados para apreciar a actuação do Conselho de Administração, e em concreto da Comissão Executiva:

- a) Crescimento da actividade, materializado no aumento da quota de mercado média nos diferentes produtos comercializados pelo Grupo. Como oportunamente divulgado ao mercado, o Banco prossegue uma estratégia de crescimento orgânico desde a privatização, e tem actualmente o objectivo de atingir uma quota de mercado média de 20% até 2009, o que compara com uma quota média de 8,5% em 1992, altura em que o Banco foi privatizado, e com uma quota média de 19% em 2006.
- b) Aumento dos resultados em média 20% por ano entre 2006 e 2009, baseado no crescimento da actividade doméstica complementada com uma expansão internacional para mercados com afinidades culturais ou económicas com Portugal, ou mercados com um elevado potencial de crescimento do negócio, entre os quais se encontram Espanha, Angola, Brasil e Reino Unido. A actividade internacional deverá contribuir com 35% dos resultados consolidados do BES.
- c) Manutenção de uma rentabilidade dos capitais próprios em média superior a 15% entre 2006 e 2009.
- d) Aumento da eficiência materializada numa redução do rácio *cost to income* para 50% em 2009.

Os membros não executivos do Conselho de Administração que integram a Comissão de Auditoria têm apenas uma remuneração fixa, de acordo com as funções de supervisão que desempenham.

Os restantes membros não executivos do Conselho de Administração têm uma remuneração sob a forma de senhas de presença, salvo os que desempenharem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de Grupo com o BES, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, podendo nestes casos ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo BES, de acordo com o relevo das funções que desempenham.

O BES não tem compensações negociadas contratualmente ou através de transacção em caso de destituição com os seus administradores, ou outros pagamentos ligados à cessação antecipada dos contratos. Os membros da Comissão Executiva, com excepção de Jean-Luc Guinoiseau, são trabalhadores do BES, embora com o vínculo suspenso.

Os Administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade e o de invalidez, somente caso se venha a verificar esta situação.
- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos.
- O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde, grosso modo, a cem por cento da última remuneração anual ilíquida auferida pelo administrador em causa.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração do BES foi em 2006 a seguinte:

milhares de euros		
	2005	2006
Comissão Executiva	8 156	8 560
Componente Fixa	3 506	3 575
Componente Variável(*)	4 650	5 024
Comissão de Auditoria	652	671
Outros	984	583
Conselho de Administração	9 792	9 854

* As remunerações variáveis dizem respeito às remunerações pagas em 2006 relativas ao exercício de 2005.

No cálculo da remuneração dos membros do Órgão de Administração do BES foram incluídos os montantes auferidos por funções de administração exercidas em outras sociedades do Grupo BES. O montante total pago por outras sociedades do Grupo BES a administradores do BES foi 1 102 milhares de euros.

A remuneração dos administradores executivos representou 87% do total da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração. Por outro lado, verifica-se que a remuneração variável dos administradores executivos representou 58% do total da remuneração auferida por estes administradores e 51% da remuneração total do Conselho de Administração.

No âmbito do Sistema de Incentivos baseado em Acções (SIBA), não foram atribuídas acções aos membros da Comissão Executiva em 2006.

3.4.2 Remuneração do Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo

No exercício fiscal de 2006, o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo e, também, outras entidades pertencentes à mesma rede profissional internacional, prestaram ao Grupo BES não só serviços de auditoria relacionados com o exame das contas da Sociedade, mas também outros serviços profissionais de aconselhamento e consultoria (*non-audit services*), com um encargo total de 53 838 99 euros, como segue:

Tipo de Serviço	valores em euros					
	Total		Nacional		Internacional	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviço de Auditoria e Revisão Legal de Contas	1 913 452	36	1 243 600	38	669 852	32
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	2 130 433	40	1 190 037	36	940 396	45
Serviços de Consultoria Fiscal	464 084	9	372 209	11	91 875	4
Outros Serviços que não de auditoria / revisão legal de contas	875 930	15	473 049	15	402 881	19
Total	5 383 899	100	3 278 895	100	2 105 004	100

A prestação ao Grupo BES de serviços de consultoria fiscal e de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas (*non-audit services*), quer pelo Auditor Externo, quer por outras entidades pertencentes à mesma rede profissional, pressupõe a existência, tanto a nível do Grupo BES como do próprio Auditor Externo, de meios de salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo. Resumem-se seguidamente esses meios:

i) A nível do Grupo BES

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas em relação ao Auditor Externo, a Comissão de Auditoria definiu os critérios que devem ser observados na aprovação dos serviços a serem prestados pelo Auditor Externo, que não sejam de auditoria e ou revisão legal das contas (*non-audit services*).

Neste contexto, todas as propostas de prestação de serviços de consultoria fiscal ou de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas (*non-audit services*) são obrigatoriamente sujeitas a análise e prévia aprovação pela referida Comissão de Auditoria, tendo em vista a salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo.

Por razões de ordem prática, a Comissão de Auditoria definiu um conjunto de *non-audit services* que, dada a sua natureza, não requerem que a sua análise e aprovação tenham de ter carácter prévio se o valor da respectiva remuneração for inferior a um valor pré-determinado. Todavia, e em simultâneo, a Comissão de Auditoria não só estabeleceu a obrigatoriedade de ser informada trimestralmente, para ratificação, sobre todas essas propostas automaticamente aprovadas, como também requereu que todas as propostas do Auditor Externo para prestação de *non-audit services* cuja remuneração exceda aquele limite, e/ou cuja natureza não seja susceptível de permitir a sua aprovação automática, sejam sujeitas a análise e aprovação prévias por aquela Comissão.

ii) A nível do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Grupo BES

O Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Grupo BES preparou instruções internas específicas sobre procedimentos que têm que ser cumpridos obrigatoriamente por todas as entidades pertencentes à mesma rede profissional internacional quando se proponham prestar serviços profissionais a qualquer entidade do Grupo BES.

Adicionalmente, a rede internacional a que pertence o Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo implementou um sistema intranet (designado *Sentinel*) que obriga a que nenhum serviço possa ser prestado por qualquer entidade daquela rede a um Cliente com títulos cotados em bolsa sem a prévia autorização do *Global Lead Partner* responsável por esse

Cliente. Este procedimento obriga qualquer sócio do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, ou de qualquer outra entidade pertencente à mesma rede profissional, que se proponha prestar um serviço a um Cliente de auditoria/revisão oficial de contas, a pedir uma autorização prévia ao respectivo *Global Lead Partner* para a prestação do mesmo. Nesse pedido de autorização, o sócio do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo responsável pela apresentação da proposta ao Cliente é obrigado a fundamentar as razões pelas quais considera não só que o serviço a prestar ao Cliente de auditoria não coloca em causa a independência do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo em relação a esse Cliente, mas também que cumpre com as regras aplicáveis de gestão de risco profissional.

Por outro lado, antes de autorizar a apresentação ao Grupo BES de qualquer proposta de prestação de serviços, é da responsabilidade do *Global Lead Partner* do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, responsável pelas relações profissionais deste com o Grupo BES, verificar se os serviços a propôr estão abrangidos pela necessidade de pré-aprovação de *non-audit services* e, se for caso disso, fazer as diligências necessárias junto da entidade do Grupo BES a quem a proposta é dirigida para se certificar do rigoroso cumprimento das normas de independência aplicáveis. Em caso de dúvida, o *Global Lead Partner* deverá, também, consultar o seu *Risk Management Partner*.

De referir, finalmente, que todos estes procedimentos são sujeitos a testes de cumprimento no âmbito do processo interno de Controlo de Qualidade que é efectuado anualmente pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo do Grupo BES.

3.4.3 Sistemas de Incentivo aos Colaboradores

O BES tem em vigor dois sistemas de incentivos dos seus colaboradores, aplicáveis independentemente do respectivo cargo ou categoria profissional: o Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) e o Sistema de Incentivos Baseado em Acções (SIBA). No entanto, tais sistemas não constituem qualquer plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

O SOI consubstancia-se numa comparticipação dos trabalhadores nos resultados do BES, tendo em conta o respectivo desempenho individual, avaliado em termos qualitativos (através de uma notação profissional dada pela chefia) e quantitativos (objectivos comerciais, *Cost to Income* ou níveis de serviço, tendo em conta o departamento em que o colaborador exerce as suas funções).

O SIBA é um dos principais instrumentos de execução da política de pessoal do Grupo BES, encontrando a sua justificação na vontade de fidelizar os colaboradores e de estimular o seu empenho na constante melhoria da actividade e dos resultados. Este programa de incentivos caracteriza-se pela venda aos colaboradores de um ou mais lotes de acções representativas do capital social do BES, com liquidação do preço em diferido.

Em 31 de Dezembro de 2006, o número de acções detidas por colaboradores no âmbito do SIBA totalizava cerca de 1,13% do capital social do Banco, ou 5 668 milhares de acções.

3.4.4 Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos da Sociedade, eleita em Assembleia Geral de Dezembro de 2002, é composta pelos seguintes accionistas¹⁾:

António Maria Pereira nasceu em Lisboa. É advogado desde 1948, e fundador e presidente honorário da Sociedade de Advogados A.M. Pereira, Saragga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados. Foi deputado à Assembleia da República em 1979/1980 e 1987/1995, e participou em numerosas missões internacionais em representação do Governo Português, da Assembleia da República e do Partido Social Democrata, junto da ONU, UNESCO, OSCE, OMPI, Comissão Europeia, Conselho da Europa e Parlamentos de numerosos países. Tem várias obras publicadas, no domínio político e jurídico.

Filinto Elísio Monteiro Gomes, nasceu em Vila Real. Exerce a actividade de advocacia, tendo sido advogado de várias empresas entre as quais o Banco Borges e Irmão, a Companhia de Seguros de Portugal, da qual foi Presidente da Assembleia Geral, e o Banco FONSECAS & BURNAY.

1) Carlos Olavo, membro da Comissão de Vencimentos eleita em 2002, faleceu em Novembro de 2006, pelo que em 31 de Dezembro a Comissão de Vencimentos era composta por dois membros. Na Assembleia Geral de 29 de Março de 2007 deverá ser eleito o terceiro membro da Comissão de Vencimentos.

3.5 Normas de conduta e negócios com a sociedade

3.5.1 Códigos de Conduta e outros regulamentos internos

a) Aprovação de novo Código de Conduta, comum a todo o Grupo BES

Em Dezembro de 2006, foi aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo BES um novo Código de Conduta aplicável a todas as sociedades do Grupo. Complementarmente, foi ainda aprovado um novo Regulamento Interno relativo às actividades de intermediação financeira.

O Código de Conduta do Grupo BES visa:

- Divulgar os princípios pelos quais as empresas do Grupo BES devem pautar as suas actividades;
- Promover uma conduta ética e alinhada com os valores do Grupo BES por parte dos Colaboradores;
- Promover o respeito e o cumprimento de toda a legislação e regulamentos aplicáveis;
- Criar um regime transparente de relações dos Colaboradores com o exterior.

A aplicação e disseminação de cultura de valores por todo o Grupo é efectuada pelo Departamento de *Compliance*, que dá a conhecer o Código de Conduta e fiscaliza a sua efectiva aplicação. Cada Colaborador do Grupo recebe um exemplar do Código no momento da sua aprovação e posteriores alterações.

Princípios de conduta do Grupo BES

Relacionamento com os Clientes

Assegurar igualdade de tratamento entre todos os Clientes.
Actuar com diligência, neutralidade, lealdade e discrição.
Manter elevados níveis internos de competência técnica, através da prestação de um serviço eficiente e de qualidade.

Accionistas e Mercado

Actuar com lealdade relativamente aos Accionistas, atendendo aos seus interesses.

Concorrência

Respeitar as regras do mercado, promovendo uma concorrência leal.

Colaboradores

Promover o espírito de equipa e de partilha de objectivos comuns.
Respeitar e promover o equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional.

Fornecedores

Escolher os fornecedores com base em critérios imparciais e transparentes, sem concessão de privilégios ou favoritismos e evitando, sempre que possível, relações de exclusividade.

Autoridades Públicas e Entidades de Supervisão

Respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, e prestar às autoridades públicas e às entidades de supervisão e fiscalização toda a colaboração solicitada e exigível.

Meio Ambiente e Comunidade

Adoptar e estimular a adopção das melhores práticas ambientais, assumindo uma atitude socialmente responsável na Comunidade.

Principais deveres dos colaboradores:

Os Colaboradores devem oferecer aos Clientes apenas os produtos e serviços que se adequem efectivamente às suas necessidades, esclarecendo o Cliente antecipadamente dos custos e riscos das operações a efectuar.

Em caso de conflito, os interesses dos Clientes têm prevalência sobre os interesses do Grupo e dos Colaboradores.

Os Colaboradores não participarão em qualquer operação que tenha qualquer relação com os seus interesses particulares.

O Grupo e os Colaboradores actuam no sentido de garantir o respeito das normas legais, regulamentares e internas aplicáveis à prevenção de fraudes e branqueamento de capitais.

b) Política de comunicação de irregularidades

A política de comunicação de irregularidades do BES assenta nas seguintes linhas gerais.

- Natureza complementar: A comunicação de irregularidades, pelos colaboradores do BES, pode apenas ocorrer quando os mecanismos institucionais (auditorias e inspecções) não funcionem ou não funcionem atempadamente.
- Categorias de colaboradores sujeitos ao dever de comunicação: Todos os colaboradores do BES.
- Comunicações anónimas: Não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas, garantindo-se no entanto absoluta confidencialidade acerca da identificação do colaborador que efectuar a comunicação, desde que tal confidencialidade seja solicitada.
- Não retaliação: Não serão tomadas quaisquer medidas contra os colaboradores que notifiquem comportamentos irregulares. Adverte-se contudo de que terão de ser comunicadas práticas concretas e indicada a causa invocada da sua irregularidade, não sendo admissíveis alegações vagas sobre pessoas.
- Entidade que recolhe as comunicações: A Comissão de Auditoria nos termos legais.
- Entidade que investiga as comunicações: Consoante a matéria que for objecto da comunicação, o processo de investigação da mesma poderá ser atribuído pela Comissão de Auditoria, ao Departamento de Auditoria e Inspeção do Banco ou ao *Compliance Officer*.
- Arquivo das comunicações: Quando seja manifesta a falta de credibilidade das comunicações, as mesmas são de imediato destruídas. Quando dêem origem a processos internos de investigação, são arquivadas confidencialmente até à conclusão dos respectivos processos. Caso das investigações efectuadas não resulte qualquer procedimento, disciplinar ou legal, as comunicações serão destruídas no prazo de 3 meses a contar da data em que foram enviadas.

3.5.2 Negócios entre a Sociedade e os Administradores

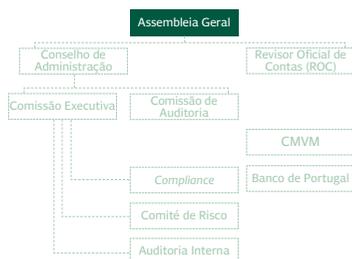
Todos os negócios e operações realizados pela sociedade com os membros do seu Órgão de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo são cumulativamente celebrados condições normais de mercado para questões similares e fazem parte da actividade corrente do Banco.

Carecem, ainda, em diversas situações do parecer da Comissão de Auditoria e posterior aprovação pelo Conselho de Administração.

O montante de crédito concedido a membros do Órgão de Administração do BES foi o seguinte:

	2005	2006
Crédito Concedido (000 euros)	4 952	8 620

4.0 Accionistas e Acção BES



4.1 Capital social e acção BES

O capital social do BES é de 2 500 milhões de euros, representado por 500 milhões de acções com valor nominal de 5 euros cada.

No Banco Espírito Santo,

- Não existe capital subscrito não liberado nem capital autorizado não emitido;
- Não existem quaisquer obrigações convertíveis, *warrants* e/ou acções com direitos especiais ou privilégios;
- Não existem modos de aumento exponencial da influência de Accionistas, não se encontrando figuras como *golden shares* ou *priority shares*;
- Não existem acordos parassociais de que o BES tenha conhecimento com incidência sobre o exercício do direito de voto;
- Não existe voto plural;
- Não estão consagrados limites ao exercício do direito de voto;
- Não existe qualquer restrição estatutária à aquisição ou transmissão de acções;
- Não existem disposições estatutárias especialmente dedicadas às alterações do capital, seguindo tais alterações o regime geral previsto na lei.
- Qualquer aumento do capital social tem de ser previamente autorizado por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas.

Em 20 de Fevereiro de 2006, o Conselho de Administração do BES deliberou propor à Assembleia Geral de 17 de Abril de 2006 o aumento de capital social do Banco Espírito Santo de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros, o qual foi aprovado. As novas acções estão cotadas na Euronext Lisboa desde o dia 1 de Junho de 2006.

O Grupo BES tem também acções preferenciais sem direito a voto emitidas pela subsidiária BES Finance, Ltd. (sociedade detida a 100% pelo BES), que totalizam 600 milhões de euros, representados por 600 000 acções com valor nominal de 1 000 euros cada. Esta emissão é totalmente garantida pelo BES. As acções preferenciais estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

4.1.1 Medidas tendentes a evitar uma oferta pública de aquisição

O BES não dispõe de qualquer medida susceptível de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

- Não existe qualquer acordo parassocial ou aliança estratégica que vise interferir no sucesso de uma oferta pública;
- Não existem defesas estatutárias, como a criação de votos múltiplos ou plurais ou limitações dos direitos de voto;
- Não existem acções preferenciais ou quaisquer acções sem direitos de voto emitidas pelo BES;
- Não existem categorias de acções com direitos especiais;
- Não existem exigências especiais de qualificação para o Conselho de Administração;
- O mandato de todos os administradores termina na mesma data.

4.1.2 Cotação das acções e política de dividendos

a) Cotações das Acções do BES

As acções do BES apresentaram uma valorização anual de 27,6% até 31 de Dezembro de 2006, tendo terminado o ano com uma cotação de 13,62 euros por acção.



Nota: Cotações ajustadas ao aumento de capital realizado em Março de 2006.

Os acontecimentos mais relevantes comunicados ao mercado e ocorridos durante o exercício de 2006 foram os que seguidamente se descrevem.

Os resultados anuais de 2005, com base nos *International Financial Accounting Standards* (IFRS), foram divulgados em **2 de Fevereiro de 2006**, tendo o resultado líquido do exercício atingido os 280,5 milhões de euros, o que equivale a um crescimento anual de 85% em base comparável e a uma rentabilidade dos capitais próprios (ROE) de 13,54%.

No dia **20 de Fevereiro de 2006** o Banco Espírito Santo fez um anúncio sobre a proposta do Conselho de Administração de aumentar o capital de 1 500 milhões de euros até 2 500 milhões de euros, proposta a apresentar na Assembleia Geral do dia 17 de Abril 2006.

A **17 de Abril 2006** realizou-se a Assembleia Geral do BES, onde os Accionistas aprovaram o relatório de gestão, as contas individuais e consolidadas do exercício de 2005 e ainda a respectiva aplicação de resultados. Foi aprovada a proposta de aumento de capital de 1 500 milhões de euros para 2 500 milhões de euros.

Os resultados relativos ao primeiro trimestre de 2006 foram divulgados em **24 de Abril de 2006**. O resultado líquido consolidado totalizou 105,1 milhões de euros, a que corresponde um ROE de 20,5%.

No dia **3 de Maio de 2006** o BES procedeu ao pagamento aos Accionistas de um dividendo bruto por acção de 0,40 euros, relativo aos resultados de 2005. Este valor corresponde a um valor líquido por acção de 0,32 euros. O dividendo distribuído representa um *payout ratio* de 42,8% em base consolidada e de 63,1% em base individual.

Em **1 de Junho de 2006** as novas acções resultantes do aumento de capital foram admitidas à negociação na Euronext Lisbon.

Em **27 de Junho de 2006** o BES anunciou a conclusão da aquisição de uma participação de 50% no capital social da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida (que alterou o seu nome para BES Vida, Companhia de Seguros), tendo mantido uma participação de 25% no capital social da Espírito Santo Seguros (que alterou o seu nome para BES, Companhia de Seguros).

Em **18 de Julho de 2006** o BES anunciou o início do processo de transformação da sua filial em Espanha (o Banco Espírito Santo, S.A) em sucursal, tendo o Banco de Espanha autorizado esta operação em 15 de Janeiro de 2007.

Em **25 de Julho de 2006** o BES anunciou os resultados do primeiro semestre de 2006. O resultado líquido consolidado foi de 200,7 milhões de euros, traduzindo um crescimento em base comparável de 34,7% face ao período homólogo do ano anterior, e correspondendo a um ROE de de 17,6%.

A **12 de Setembro de 2006** o BES anuncia que a sociedade gestora *Hermes Pensions Management*, adquiriu 10 milhões de acções do BES, que representam 2% do Capital Social do Banco.

Em **25 de Setembro de 2006** foi concluída a operação de securitização Lusitano Mortgages No. 5, a oitava operação de securitização realizada pelo Grupo BES no mercado internacional, no montante total de 1,4 mil milhões de euros.

Os resultados relativos aos primeiros nove meses do ano foram divulgados em **24 de Outubro de 2006**, tendo o Grupo apresentado um resultado líquido de 304,7 milhões de euros, a que corresponde um crescimento homólogo em base comparável de 46,5% e um ROE de 15,2%.

A **8 de Novembro de 2006** o BES emite um comunicado na sequência de buscas levadas a cabo em Espanha junto da sua filial Banco Espírito Santo, S.A., lamentando ser conotado com uma alegada operação de fraude fiscal e de branqueamento de capitais, e garantindo prestar toda a colaboração que lhe for solicitada pelas autoridades competentes.

Em **9 de Novembro de 2006** foi concluída a operação de securitização Lusitano PME No. 1, a nona operação de securitização realizada pelo Grupo BES no mercado internacional, no montante total de 863 milhões de euros.

A **18 de Dezembro 2006** realizou-se uma Assembleia Geral extraordinária do BES, onde os Accionistas procederam à designação de membros da Mesa da Assembleia Geral, ratificaram a cooptação feita para preenchimento de uma vaga ocorrida no Conselho de Administração, deliberaram sobre uma proposta de reformulação do contrato de sociedade, procederam à designação dos membros da Comissão de Auditoria, do Revisor Oficial de Contas efectivo e suplente.

A informação relativa aos principais acontecimentos de 2006, incluindo comunicados e apresentações, encontra-se disponível no site do BES (www.bes.pt/investidor).

A evolução mensal da cotação das acções do BES, desagregada pelos seus valores máximo, mínimo, médio e último do mês, no decorrer de 2005, foi a seguinte:

2006	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Máxima	10,99	10,91	12,05	11,88	11,70	11,07	11,60	12,04	12,15	12,50	13,08	13,92
Mínima	10,40	10,44	10,65	11,51	10,73	10,21	10,56	11,46	11,90	11,96	12,18	12,77
Média*	10,57	10,70	11,57	11,72	11,10	10,65	11,06	11,83	12,06	12,28	12,59	13,35
Última	10,53	10,85	11,81	11,53	11,06	10,54	11,50	11,99	12,05	12,42	12,90	13,62

(*) Cotação média ponderada com o volume de transacções; cotações ajustadas pelo aumento de capital realizado em Maio de 2006
Fonte: Bloomberg

b) Descrição da política de dividendos

O Banco procura distribuir aos seus accionistas dividendos que representem, pelo menos, 50% do resultado líquido individual. No entanto, tal intenção está dependente da evolução das condições financeiras e dos resultados do BES e de outros factores que o Conselho de Administração considere relevantes.

Verifica-se, no entanto, que o *payout ratio* em base consolidada nos últimos cinco anos ronda um valor estável em torno de 38% a 43% (calculado com base no resultado líquido consolidado).

Neste contexto, e conforme consta da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2006, o Conselho de Administração do BES vai apresentar à Assembleia Geral a proposta de pagamento de um dividendo bruto por acção no valor de 0,40 euros, correspondente a um *payout ratio* de 47,5% que compara com 42,8% em 2005.

A aplicação dos resultados dos últimos cinco exercícios foi a seguinte:

	Dividendo Bruto (euros)	N.º de Acções Emitidas	Dividendo Bruto por Acções (euros)	Payout Ratio	
				Base Individual	Base Consolidada
2002	86 100 000	300 000 000	0,287	66,6%	38,7%
2003	99 000 000	300 000 000	0,330	51,6%	39,6%
2004	110 400 000	300 000 000	0,368	54,0%	40,1%
2005	120 000 000	300 000 000	0,400	63,1%	42,8%
2006	200 000 000	500 000 000	0,400	77,7%	47,5%

4.2 Accionistas BES

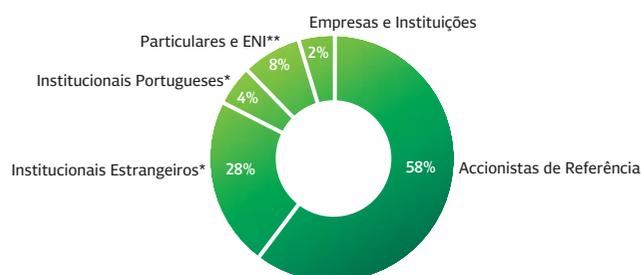
4.2.1 Quadros estatísticos sobre accionistas BES

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital social do BES encontrava-se repartido da seguinte forma:

	% Capital
Particulares e Empresários em Nome Individual	8 %
Empresas	2 %
Institucionais e Bancos Custodiantes ⁽¹⁾	32 %
Accionistas de referência	58 %

(1) Accionistas institucionais e bancos custodiantes registados na Central de Valores Mobiliários.

A estrutura accionista do BES era em 31 de Dezembro de 2006 a seguinte:



* Inclui participações detidas por Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, Sociedade Gestora de Patrimónios, Bancos Custodiantes, entre outros.

** ENI-Empresários em Nome Individual.

4.2.2 Participações qualificadas no BES

Identificação dos titulares de participações qualificadas

Os titulares de participações qualificadas calculadas nos termos do artigo nº 20 do Código dos Valores Mobiliários (CVM) são os seguintes:

Participações Qualificadas	Dez-06	
	N.º acções	% direitos de voto
BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.		
- directamente	200 000 000	40,00%
- através dos membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização	904 274	0,18%
Total imputável	200 904 274	40,18%
CRÉDIT AGRICOLE, S.A. (França)		
- directamente	54 032 850	10,81%
Total imputável	54 032 850	10,81%
BRADPORT, SGPS, S.A.		
- directamente	15 250 000	3,05%
Total imputável	15 250 000	3,05%
HERMES PENSIONS MANAGEMENT, LTD		
- directamente	10 661 215	2,13%
Total imputável	10 661 215	2,13%
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.		
- directamente	7 000 000	1,40%
- através dos Fundos de Pensões cujos associados são empresas do Grupo PT e que são geridos pela PREVISÃO - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	13 107 904	2,62%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT	119 286	0,02%
Total imputável	20 227 190	4,05%
ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A. (Luxemburgo)		
- directamente	9 377 793	1,88%
- através da BESPAR, SGPS, S.A. (sociedade dominada pela Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A. que por sua vez é participada em 100% pela Espírito Santo Financial Group S.A.)	200 904 274	40,18%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	112 228	0,02%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e / ou elementos das suas administrações e fiscalizações	1 940 249	0,39%
Total imputável	212 334 544	42,47%
ESPÍRITO SANTO INTERNATIONAL, S.A. (Luxemburgo)		
- através da ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A.	212 334 544	42,47%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e por elementos das suas administrações e fiscalizações	44 963	0,01%
Total imputável	212 379 507	42,48%

No ano de 2006, registaram-se as seguintes alterações nos titulares e nas percentagens de participações qualificadas no BES.

- A Companhia de Seguros Tranquilidade Vida alienou a totalidade da participação de 6,46% que detinha no capital social do BES.
- O principal accionista, a sociedade Bespar, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., diminuiu a sua participação directa de 41,98% para 40%. A totalidade da participação imputável a esta sociedade diminuiu de 48,68% para 40,18%
- A participação imputável às Sociedades Espírito Santo Financial Group e Espírito Santo International diminuiu de, respectivamente, 49,76% e 49,77%, para 42,47% e 42,48%.
- O accionista Crédit Agricole, S.A., aumentou a sua participação em 2%, para os actuais 10,8%.

Participações relevantes do BES em accionistas titulares de participações qualificadas.

Em 31 de Dezembro de 2006 o BES detinha as seguintes participações nos seus accionistas titulares de participações qualificadas:

Na Portugal Telecom, SGPS, S.A.:

- Uma participação directa de 51 343 28 acções, correspondentes a 4,55% do capital social.
- Nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, ao BES são imputáveis os direitos de voto correspondentes a 87 734 177 acções, representativos de 7,77% do capital social.

No Banco Brandesco, S.A.:

- Uma participação de 24 154 826 acções ordinárias, correspondente a 4,93% do capital social com direito a voto.

4.2.3 Participações dos administradores do BES

As participações accionistas e obrigacionistas dos membros do Órgão de Administração do BES, em 31 de Dezembro de 2006, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo n.º 447 do Código das Sociedades Comerciais, eram as seguintes:

Accionistas/Obrigacionistas	Títulos	N.º títulos a 31/12/2005	Movimentos em 2006			N.º títulos a 31/12/2006
			Data	Aquisições	Alienações	
António Ricciardi	Acções BES	88 500	30-05-2006	46 750		9,20
			30-05-2006	14 750		IR*
Ricardo Espírito Santo Salgado	Acções BES	262 129	30-05-2006	131 064		9,20
			30-05-2006	43 687		0,00
	Acções Fiduprivate	20				20
	Acções Crediflash	1	10-02-2006		1	5,00
Mário Mosqueira do Amaral	Acções BES	59 869	30-05-2006	30 151		9,20
			30-05-2006	9 978		0,00
	Acções Fiduprivate	20				20
	Acções Crediflash	1	10-02-2006		1	5,00
José Manuel Pinheiro E. S. Silva	Acções BES	79 991	24-04-2006		2 754	14,95
			30-05-2006	38 617		9,20
			30-05-2006	12 871		IR*
	Acções Fiduprivate	20	08-09-2006		4 000	12,04
	Acções Crediflash	1	10-02-2006		1	5,00
António José Baptista do Souto	Acções BES	50 722	24-04-2006		17 883	14,95
			30-05-2006	16 419		9,20
			30-05-2006	5 472		IR*
	Obrigações BESI Cabaz Mundial	0	01-03-2006	7 500		10,00
	Obrigações BESI Dual 5%	0	30-06-2006	2 500		10,00
Jorge Alberto Carvalho Martins	Acções BES	46 034	24-04-2006		2 754	14,95
			30-05-2006	21 640		9,20
			30-05-2006	7 213		IR*
			14-12-2006	25		0,00
	Acções BES	110 000	30-05-2006	27 500		9,20
	Obg ES Invest PLC 5% 28/05/2010	25	30-05-2006	18 332		IR*
	Obg BES Inv 30/11/2011	6 000				6 000
	Obg BESI Range Accrual	0	29-03-2006	10 000		50,00
José Manuel Ferreira Neto	Acções BES	52 310	24-04-2006		20 320	14,95
Manuel F. Moniz G. E.S. Silva	Acções BES	912	30-05-2006	5 331		IR*
			30-05-2006	152		IR
José Maria Espírito Santo Ricciardi	Acções BES	46 034	24-04-2006		15 129	14,95
			30-05-2006	5 150		IR*
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau	Acções BES	52 517	24-04-2006		21 612	14,95
			30-05-2006	15 452		9,20
			30-05-2006	5 150		IR*
Rui Silveira	Acções BES	51 715	24-04-2006		17 883	14,95
			30-05-2006	16 927		9,20
			30-05-2006	5 638		IR*
	Obrigações BES Finance 2035	100				56 397
Joaquim Goes	Acções BES	53 612	24-04-2006		6 483	14,95
			30-05-2006	23 565		9,20
			30-05-2006	7 855		IR*
			06-06-2006		15 129	14,95
			06-06-2006		2 522	0,00
	Obrigações BES Finance 2035	160	09-06-2006		7 565	9,20
	Acções BES	46 034	24-04-2006		2 754	14,95
	Acções BES	46 034	30-05-2006	21 640		9,20
	Acções BES	46 034	30-05-2006	7 213		IR*
Patrick Coudène	Acções BES	57 185	30-05-2006	28 592		9,20
			30-05-2006	9 530		IR*
			04-09-2006		3 700	12,00
Mário Martins Adegas	Acções BES	100 000	30-05-2006	50 001		9,20
	Obrigações ES Inv 5% 2024	150				150
	Obrigações BES Finance 2035	50				50
Ricardo Abecassis Espírito Santo	Acções BES	46 756	24-04-2006		13 066	14,95
			04-05-2006	205		11,43
			30-05-2006	17 129		9,20
			30-05-2006	5 614		IR*
			27-07-2006	145		11,40
Amílcar Morais Pires	Acções BES	34 084	24-04-2006		1 604	14,95
			30-05-2006	16 240		9,20
			30-05-2006	5 413		IR*
José Manuel Ruivo da Pena	Obrigações BES Finance 2035	60	07-02-2005			60

*IR = Incorporação por Reservas

As acções BES detidas pelos Administradores do BES totalizaram, em 31 de Dezembro de 2006, 1 770 259 acções, representativas em cerca de 0,35% do capital do Banco.

De acordo com o regulamento do SIBA aprovado em Assembleia Geral de 20 de Junho de 2000, os administradores executivos estão abrangidos pela atribuição de acções ao abrigo do referido programa, nos termos determinados pela Comissão de Vencimentos, conforme descrito no ponto 3.4.1 do presente relatório.

4.2.4 Participações dos Colaboradores do Grupo BES

No próximo quadro, apresenta-se a evolução da participação accionista dos colaboradores do Grupo BES nos últimos três anos, decorrente da atribuição de acções no âmbito do SIBA.

	milhões de euros			
	2003	2004	2005	2006
Nº acções detidas por trabalhadores no âmbito do SIBA	8 359	7 991	7 617	5 668
% do Capital Social	2,79	2,66	2,54	1,13

4.2.5 Aquisição de Acções próprias

	milhões de euros			
	2003	2004	2005	2006
Nº acções próprias	354(*)	354(*)	0	0
% do Capital Social	0%	0%	0%	0%

(*) Acções do BES detidas pela subsidiária BES Açores

Em 31 de Dezembro de 2006, as demonstrações financeiras do Grupo BES incluíam as acções enquadradas no âmbito do SIBA (Sistema de Incentivos Baseado em Acções), cujo tratamento contabilístico obedece às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e se encontra devidamente justificado nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras. Neste contexto, estão contabilizadas como acções próprias 5 667 612 acções com um custo de 63 732 milhares de euros.

A realização de operações sobre acções próprias não é livre, encontrando-se dependente de uma prévia deliberação da Assembleia Geral dos Accionistas. A última autorização para este efeito foi concedida na Assembleia Geral de 17 de Abril de 2006. Esta autorização vigora por um período de 18 meses.

4.3 Participação em Assembleia Geral

Em Portugal, os Accionistas deliberam sobre as matérias que lhes são especialmente atribuídas pela lei ou pelo contrato de sociedade e sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade. Os Accionistas só podem deliberar sobre a prática de actos de gestão ou de administração a pedido do Conselho de Administração. Deve ser realizada pelo menos uma Assembleia Geral anual.

4.3.1 Principais Competências da Assembleia Geral

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- c) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, podendo proceder à destituição, ou manifestar a sua desconfiança, quanto a administradores ou directores;
- d) Proceder à eleição dos administradores e dos membros da comissão de auditoria;
- e) Decidir sobre a remuneração dos administradores, directamente ou através de uma comissão de vencimentos por si eleita;
- f) Autorizar os administradores a exercer actividade concorrente com a da Sociedade;
- g) Deliberar sobre a emissão de qualquer categoria de acções, ordinárias ou preferenciais e também sobre a emissão de obrigações convertíveis em acções (o Conselho de Administração pode deliberar a emissão das restantes obrigações);
- h) Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções próprias;
- i) Deliberar sobre a acção de responsabilidade a intentar pela sociedade contra administradores ou directores;
- j) Deliberar sobre quaisquer alterações ao contrato social, incluindo aumentos de capital, redução, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade.

4.3.2 Composição da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, e podem ser ou não accionistas.

Em Assembleia Geral de 18 de Dezembro de 2006 foram eleitos os seguintes novos membros da Mesa da Assembleia Geral até ao final do mandato dos órgãos sociais do BES (2004-2007):

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é doutorado em Direito (Ciências Jurídico-Económicas) pela mesma Universidade onde é Professor Catedrático desde 1980. Desde 1984 é Professor Catedrático da Universidade Católica Portuguesa. É Presidente da Direcção do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Exerce em Lisboa a actividade de juriconsulto e advogado. É "Advogado Especialista" nas áreas de Direito Fiscal e Direito Europeu.

Fernão de Carvalho Fernandes Thomas (Vice-Presidente)

Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Tem uma pós-graduação em Fiscalidade, ministrada pelo ISG. Exerce, desde 1960, a advocacia em acumulação com a de administrador de empresas e de docente universitário.

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Licenciado em Direito na Universidade Católica Portuguesa. Tem um Mestrado em Direito da mesma Universidade e uma pós-graduação em Fiscalidade, ministrada pelo ISG. Desde Setembro de 1999, é assistente estagiário da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Desde Outubro 2005 exerce as funções de Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ESCOM – Espírito Santo Commerce, S.A.

4.3.3 Regras de funcionamento da Assembleia

A Assembleia Geral é convocada sempre que o Conselho de Administração ou a Comissão de Auditoria o entendam conveniente. Deve ainda ser convocada sempre que o requererem um ou mais accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5% do capital social.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar do final do ano ou no prazo de cinco meses a contar da mesma data quando se tratar de sociedades que devam apresentar contas consolidadas.

Accionistas que possuam acções correspondentes a, pelo menos, 5% do capital social podem requerer que na ordem do dia de uma Assembleia Geral já convocada ou a convocar sejam incluídos determinados assuntos.

Durante os quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral são facultados à consulta dos accionistas, na sede da sociedade:

- Os nomes completos dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como da mesa da assembleia geral;
- A indicação de outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais, com excepção das sociedades de profissionais;
- As propostas de deliberação a apresentar à assembleia pelo órgão de administração, bem como os relatórios ou justificação que as devam acompanhar;
- Quando estiver incluída na ordem do dia a eleição de membros dos órgãos sociais, os nomes das pessoas a propor, as suas qualificações profissionais, a indicação das actividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos, designadamente no que respeita a funções exercidas noutras empresas ou na própria sociedade, e do número de acções da sociedade de que são titulares;
- Quando se tratar da assembleia geral anual, o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas, incluindo a certificação legal das contas e o parecer e o relatório anual da comissão de auditoria.

O BES disponibiliza igualmente esta documentação na página web da Sociedade (www.bes.pt), bem como as convocatórias para a realização de cada Assembleia Geral, juntamente com qualquer outra informação que possa ser considerada relevante pelos accionistas que pretendam exercer o direito de voto, aí se incluindo a indicação de contactos para o esclarecimento de qualquer dúvida.

Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral dos Accionistas não poderá reunir sem estarem presentes ou representados accionistas titulares de acções representativas de pelo menos cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

A Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos. Contudo, as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a Lei exija maioria qualificada de determinada percentagem do capital social ou dos direitos de voto, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira, quer em segunda convocação.

Informação preparatória da Assembleia Geral de Accionistas e meios de informação disponíveis:

	Disponibilidade pelo BES		Outros Canais
	Presencialmente	Internet www.bes.pt/investidor	Site CMVM www.cmvm.pt
Elementos obrigatórios			
Convocatória	X	X	X
Propostas do Conselho de Administração	X	X	-
Relatório de Contas	X	X	X
Outros cargos de administração e fiscalização desempenhados noutras sociedades pelos membros dos órgãos sociais	X	X	X
Elementos adicionais disponibilizados pelo BES			
Minutas para o exercício do direito de voto por representação	X	X	-
Boletins de voto para exercício de voto por correspondência postal	X	X	-
Esclarecimento de questões	X	X	-
Estatutos do BES	X	X	-
Resultados das votações das propostas	X	X	X

4.3.4 Direitos dos Accionistas em Assembleia

a) Introdução

Em Assembleia Geral, todos os accionistas podem requerer que lhes sejam prestadas informações verdadeiras, completas e elucidativas que lhes permitam formar opinião fundamentada sobre os assuntos sujeitos a deliberação. O dever de informação abrange as relações entre a sociedade e outras sociedades com ela coligadas.

As informações referidas só podem ser recusadas se a sua prestação puder ocasionar grave prejuízo à sociedade ou a outra sociedade com ela coligada ou violação de segredo imposto por lei.

b) Presença em Assembleia e regras sobre representação

Só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, os accionistas com direito de voto cujas acções se encontrem inscritas em seu nome em conta de registo de valores mobiliários no quinto dia útil anterior ao designado para a reunião da Assembleia Geral.

Até ao quinto dia antes do dia da reunião devem os accionistas que pretendam fazer-se representar, nos termos da Lei, apresentar na sociedade os instrumentos de representação e bem assim as pessoas colectivas indicar quem as representará. O Presidente da Mesa poderá, contudo, admitir a participação na Assembleia dos representantes não indicados dentro desse prazo, se verificar que isso não prejudica os trabalhos da Assembleia.

A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na Assembleia Geral é de cinco dias úteis.

Os accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas não podem assistir às Assembleias Gerais. No entanto, poderão, se pretenderem assistir à Assembleia Geral, solicitar uma autorização ao Presidente da Assembleia Geral através da página web da Sociedade (accionista@bes.pt) ou através do Secretário do BES (Tel: 21 350 10 10). Os accionistas sem direito de voto e os obrigacionistas que assistam à Assembleia Geral não podem participar na discussão da ordem de trabalhos.

De modo a confirmar a identidade das entidades admitidas a participar na Assembleia, ou de quem validamente os represente, poderá ser solicitada à entrada da Assembleia Geral a identificação pessoal, mediante a apresentação de Passaporte ou Bilhete de Identidade Nacional.

c) Direito de Voto

A cada cem acções corresponde um voto, mas os accionistas titulares de menos de cem acções podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados.

Não existem limites ao direito de voto nem acções que confirmam voto plural ou qualquer direito especial de voto.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, existem impedimentos legais de voto. Um accionista não pode votar, nem por si, nem por representante, nem em representação de outrém, quando a lei expressamente o proíbe e ainda quando a deliberação incida sobre situações como a da existência de um litígio entre a sociedade e o accionista ou de qualquer relação, estabelecida ou a estabelecer, entre a sociedade e o accionista, não prevista no contrato de sociedade.

Um accionista que disponha de mais de um voto não pode fraccionar os seus votos para votar em sentidos diversos sobre a mesma proposta ou para deixar de votar com todas as suas acções providas de direito de voto.

Um accionista que represente outros pode votar em sentidos diversos com as suas acções e as dos representados e bem assim deixar de votar com as suas acções ou com as dos representados.

d) Voto por correspondência e voto por meios electrónicos

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o direito de voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória.

Para facilitar a votação por correspondência, e para os accionistas que o pretendam, o BES disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do Secretário do BES (Fernando Quintais Lopes, Tel: 21 350 10 10) ou no sítio da sociedade (www.bes.pt). Nas minutas disponibilizadas, a declaração de voto indica os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como, quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina.

O voto por correspondência não impede a representação do accionista na Assembleia Geral. O número de votos exercidos por correspondência é incluído para a contagem do quorum constitutivo da Assembleia Geral, devendo valer, igualmente, para a segunda convocação da Assembleia Geral para o qual foi emitido. O prazo mínimo que deve mediar entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data de realização da Assembleia Geral é de cinco dias úteis.

Os votos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data da sua emissão.

O Secretário da Sociedade e o Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificam a autenticidade do voto e asseguram, até ao momento da votação, a sua confidencialidade, nos seguintes termos: os votos por correspondência são imediatamente entregues ao cuidado do Secretário da Sociedade, que os guarda e entrega ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no momento da votação de cada ponto.

O voto por correspondência é revogável a todo o momento. A presença na Assembleia Geral do Accionista que votou por correspondência, bem como a do seu representante, deve ser entendida como revogação do respectivo voto por correspondência. Actualmente não é admitido o voto electrónico.

e) Dados estatísticos sobre presenças em assembleias e votações

Participação dos Accionistas nas Assembleias Gerais

	30.03.2004	30.03.2005	17.04.2006	18.12.2004
% Capital social Presente ou Representado	73%	73%	69,79%	66,76%

Percentagens de aprovação das principais deliberações das Assembleias Gerais ocorridas nos últimos três anos (percentagens aferidas em função da totalidade do capital social e não do capital presente ou representado):

	30.03.2004	30.03.2005	17.04.2006	18.12.2004
Aprovação do Relatório de Gestão e Contas Individuais e Consolidados	73%	72%	70%	-
Aprovação da Proposta de Aplicação de Resultados	73%	72%	70%	-
Apreciação da Administração e Fiscalização	73%	72%	70%	-
Eleição dos Membros dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2004-2007	73%	-	-	-
Ratificação da designação por cooptação dos Administradores José Pena e Michel Le Masson	73%	-	-	-
Deliberação sobre aquisição e posterior venda de acções próprias.	73%	72%	-	-
Eleição dos Administradores Bernard Delas e Miguel Horta e Costa ⁽¹⁾		72%	-	-
Eleição dos Administradores Nuno Godinho de Matos e António Oliveira Pinto			69%	
Aprovação de aumento de capital social por incorporação de reservas e subscrição reservada a accionistas			70%	
Ratificação da designação por cooptação do Administrador João Freixa ⁽²⁾				65%
Alterações dos Estatutos				65%
Comissão de Auditoria e ROC				65%

(1) Para preenchimento de dois lugares vagos no Conselho de Administração por renúncia de Michel Le Masson e Francisco Murteira Nabo.

(2) Para preenchimento de um lugar vago no Conselho de Administração por renúncia de Herman Agneessens

5.0 Informação ao Mercado

Gabinete de Relações com Investidores

O Gabinete de Relações com Investidores comunica ao mercado toda a informação relativa a resultados, eventos, ou quaisquer factos relativos ao Grupo BES com interesse para a comunidade financeira, prestando ainda directamente informação a accionistas, investidores e analistas. O Gabinete organiza reuniões de revisão anual com as agências de *rating*: *Fitch*, *Standard & Poors* e *Moody's*. A relação do BES com a CMVM e a divulgação de informação através desta entidade de supervisão sob a forma de comunicados e/ou factos relevantes é assegurada pelo Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM.

São regularmente elaboradas apresentações, comunicados ou *press releases* sobre os resultados trimestrais, semestrais ou anuais, bem como sobre quaisquer factos relativos à vida societária passíveis de interesse para a comunidade financeira em geral e os accionistas e investidores em particular. São ainda promovidas reuniões regulares com accionistas e potenciais investidores. Adicionalmente, o BES participa em diversas conferências internacionais promovidos por bancos de investimento.

O sítio na internet (www.bes.pt/investidor) e a ValorBES (newsletter trimestral para accionistas) são meios privilegiados na divulgação de toda a informação relevante (incluindo informação de divulgação obrigatória e outra). O BES disponibiliza, ainda, através da internet, informação relativa ao seu Modelo de Corporate Governance, às Assembleias Gerais, o calendário de eventos societários, bem como a possibilidade de contacto ou solicitação de qualquer esclarecimento no âmbito da sua relação com accionistas, investidores e analistas. É ainda possível solicitar o envio regular de informação ou o Relatório e Contas do BES ou de qualquer outra empresa do Grupo. Para além do sítio da internet, a utilização do correio electrónico (accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt) é cada vez mais frequente para resposta ou esclarecimento de questões colocadas ao BES.

Informação disponível no site www.bes.pt

Online

Para download

Sobre o BES

Missão e Objectivos, Principais Marcos Históricos, Estrutura do Grupo, Presença Internacional e Estrutura Accionista, Identidade dos titulares dos órgãos sociais



Governo da Sociedade

Modelo de Corporate Governance do BES, Órgãos Sociais e principais competências, Administração da Sociedade(competências, modelo de gestão , Currícula dos Administradores Executivos e Remuneração). Fiscalização da Sociedade, Estrutura Accionista, Participações Qualificadas e Participações dos Administradores, Política de Dividendos, Direitos dos Accionistas, Planos de Atribuição e Aquisição de Acções, Sociedade, Organização, Divulgação da Informação, Estatutos do BES, Relatório do Governo da Sociedade



Accionista

" Valor BES ", Informação sobre as Assembleias Gerais : Convocatória, Propostas e Boletins de Voto.



Responsabilidade Social

Programa Realizar Mais, Relação com os Colaboradores, Relação com os Clientes, Relação com os Fornecedores, Fotografia, Comunidade e Meio Ambiente.



Informação Financeira

Resultados Trimestrais, Semestrais e Anuais, Relatórios e Contas, Indicadores.



Comunicações ao Mercado

Factos relevantes e outros Comunicados, Apresentações de Resultados e Strategy Day, Apresentações Institucionais, Calendário de Eventos Societários.



Acção BES

Informação sobre Acções (dividendos, aumentos de capital, retorno) e Analistas de Acções.



Informação de Dívida

Acções Preferenciais, EMTN & ECP, securitização, Rating, Analistas de Fixed Income



Informação Útil

Links úteis, questões mais frequentes



Contactos

Gabinete de Relações com Investidores, respectivas funções e meios de acesso. Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM



Qualquer investidor interessado pode contactar o BES por via postal, telefónica ou electrónica, estando os seguintes endereços também disponíveis no site do investidor do BES:

Gabinete de Relações com Investidores

Avenida da Liberdade, 195 – 11.º • 1250-142 Lisboa

Tel. / Fax: (351) 21 359 73 90 • (351) 21 359 73 09

E-mail: accionista@bes.pt ou investidor@bes.pt

Website: <http://www.bes.pt/investidor>

Representante para as Relações com o Mercado e com a CMVM

Júlio André

Avenida da Liberdade, 195 – 14.º • 1250-142 Lisboa

Tel. / Fax: (351) 21 350 88 38 • (351) 21 350 12 89

E-mail: juandre@bes.pt





Coleção BESart • Vasco Araújo
"O que eu fui", 2006 • Fotografia analógica a cor e som incorporado • 94x139cm • Edição única • Cortesia Galeria Filomena Soares

ANEXOS

RESPONSABILIDADE E
RIGOR QUE GERAM
CONFIANÇA.
BES'06

CAPÍTULO 0. Declaração de Cumprimento

Indicação discriminada das recomendações da CMVM sobre governo das sociedades adoptadas e não adoptadas.

1. / Anexo 1

CAPÍTULO I. Divulgação de Informação

1 - Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos da sociedade, incluindo a distribuição de pelouros entre os administradores.	3.2.
2 - Lista das comissões específicas criadas na sociedade, com indicação dos administradores independentes que as integram.	3.3.
3 - Descrição do sistema de controlo de riscos implementado na sociedade.	3.3.
4 - Descrição da evolução da cotação das acções do emitente.	4.1.
5 - Descrição da política de distribuição de dividendos adoptada.	4.1.
6 - Descrição das principais características dos planos de atribuição de acções e dos planos de atribuição de opções de aquisição de acções adoptados ou vigentes no exercício em causa.	N/A
7 - Descrição dos elementos principais dos negócios e operações realizados entre, de um lado, a sociedade e, de outro, os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.	3.5.
8 - Referência à existência de um Gabinete de Apoio ao Investidor.	5
9 - Indicação da composição da comissão de remunerações.	3.4.4.
10- Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede.	3.3.2/ 3.4.2.

CAPÍTULO II. Exercício do direito de voto e representação de accionistas

1 - Existência de regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto.	4.3.
2 - Existência de um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.	4.3.
3 - Possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.	4.3.
4 - Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral.	4.3.
5 - Exigência de prazo que medie entre a recepção da declaração de voto por correspondência e a data da realização da assembleia geral.	4.3.
6 - Número de acções a que corresponde um voto.	4.3.

CAPÍTULO III. Regras societárias

1 - Referência sobre a existência dos códigos de conduta dos órgãos da sociedade ou de outros regulamentos internos.	3.5.
2 - Descrição dos procedimentos internos adoptados para o controlo do risco na actividade da sociedade.	3.3.
3 - Indicação das medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.	4.2.2.

CAPÍTULO IV. Órgão de administração

1 - Caracterização do órgão de administração.	3.1/Anexo 2
2 - Referência à eventual existência de uma comissão executiva ou de outras comissões com competência em matéria de gestão.	3.2.
3 - Descrição do modo de funcionamento do órgão de administração.	3.1/3.2.
4 - Descrição da política de remuneração.	3.4.
5 - Indicação da remuneração, individual ou colectiva, entendida em sentido amplo de forma a incluir, designadamente, prémios de desempenho, auferida, no exercício em causa, pelos membros do órgão de administração.	3.4.1/3.4.3.
6 - Linhas gerais da política de comunicação de irregularidades.	3.5.1.

Anexo 1 Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas

- 1.** A sociedade deve assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade criar um gabinete de apoio ao investidor.
- 2.** Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.
- 3.** A sociedade deve criar um sistema interno de controlo, para a detecção eficaz de riscos ligados à actividade da empresa, em salvaguarda do seu património e em benefício da transparência do seu governo societário.
- 4.** As medidas que sejam adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Consideram-se nomeadamente contrárias a estes interesses as cláusulas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.
- 5.** O órgão de administração deve ser composto por uma pluralidade de membros que exerçam uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis.
- 5-A.** O órgão de administração deve incluir um número suficiente de administradores não executivos cujo papel é o de acompanhar e avaliar continuamente a gestão da sociedade por parte dos membros executivos. Titulares de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.
- 6.** De entre os membros não executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas exista um administrador não executivo este deve ser igualmente inde-

pendente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou, no limite, sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.

7. O órgão de administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.

8. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais.

8-A. Deve ser submetida à apreciação pela assembleia geral anual de accionistas uma declaração sobre política de remunerações dos órgãos sociais.

9. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração.

10. Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros do órgão de administração e/ou trabalhadores. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições gerais a que o mesmo deverá obedecer.

10-A. A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seio da sociedade, com os seguintes elementos: indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações, indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório do governo das sociedades.

11. Os investidores institucionais devem tomar em consideração as suas responsabilidades quanto a uma utilização diligente, eficiente e crítica dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que sejam titulares ou cuja gestão se lhes encontre confiada, nomeadamente quanto aos direitos de informação e de voto.

Anexo 2 Cargos Sociais Exercidos pelos Membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo

António Luís Roquette Ricciardi

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Presidente Honorário)

Assembleia Geral

Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Conselho Superior do Grupo Espírito Santo (Presidente)

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)

Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)

E. S. Control Holding, S.A. (Presidente)

Espírito Santo International, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Resources Limited (Administrador)

Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Presidente)

Espírito Santo Services, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Tourism (Portugal) – Consultoria de Gestão Empresarial, S.A. (Presidente)

Assembleia Geral

Espírito Santo Golfes, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Property Holding (Portugal), S.A. (Presidente)

Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Presidente)

Espírito Santo Tourism (Portugal) - Consultoria de Gestão Empresarial, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, S.A. (Presidente)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Presidente)

Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) (Vogal)

Banque Espírito Santo et de la Vénétie (Vogal)

BES Finance, Ltd. (Vogal)

BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)

ES Tech Ventures - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Bank (Vogal)

Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, A.C.E. (Presidente)

Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Bradesco, S.A. (Vogal)

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Casa dos Pórticos - Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)

Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)

E.S. Control Holding, S.A. (Vogal)

E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Vice-Presidente)

Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Financial Group, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Financial Services Inc. (Vogal)

Espírito Santo International, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Resources Limited (Vogal)

Espírito Santo Saúde - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Partraran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Sociedade de Administração de Bens Pedra da Nau, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)

ESFG Overseas, Limited (Presidente)

Órgão de Fiscalização

Euronext NV - (membro do Supervisory Board)

IIEB - Institut International d'Études Bancaires (Presidente) – cessou funções em 31.12.2006

Jean Gaston Pierre Marie Victor Laurent

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Calyon (Presidente)

Groupe Danone (Administrador; Membro do Comité de Nomination et de Rémuneration)

Institut Europlace de Finance (Presidente)

Órgão de Fiscalização

Eurazeo (Membro do Conseil de Surveillance e Membro do Comité Financier)

M6 Television (Membro do Conseil de Surveillance)

Mário Mosqueira do Amaral

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) (Vogal)

Banco Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)

BES Finance, Limited (Administrador)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Amaral & Pinto - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (Presidente)

Banque Marocaine du Commerce Extérieur (Vogal)

Espírito Santo International, S.A. (Vice-Presidente)

Banco Espírito Santo North American Capital Corporation (Presidente)

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)

Coporgest - Companhia Portuguesa de Gestão e Desenvolvimento Imobiliário, S.A. (Vogal)

E.S. Control Holding, S.A. (Vice-Presidente)

Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Investment Management (Vogal)

Espírito Santo Resources Limited (Vogal)

Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)

Assembleia Geral

Gesfimo - Espírito Santo, Irmãos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)

Banco Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)

Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Bank (Vogal)

Europ Assistance - Companhia Portuguesa Seguros Assistência, S.A. (Vogal)

Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultoria, Administração de Empresas, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Financial Consultants, Gestão de Patrimónios, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Presidente)
E.S. Control Holding, S.A. (Vogal)
ESFG Overseas Limited (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)
Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Perú, S.A. (Presidente)

António José Baptista do Souto

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Besleasing & Factoring, IFIC, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Data - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Angra Moura - Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)
Companhia de Seguros Tranquilidade, SA (Vogal)
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A. (Vogal)

Jorge Alberto Carvalho Martins

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo, S.A. (Espanha) (Vogal)
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Credibom - IFIC, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-o-Douro e Tâmega (Presidente)

Conselho Superior

Primus, Promoção e Desenvolvimento Regional, S.A. (Vogal)

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Diliva - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Financial (Portugal), Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
Olinveste, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. (Gerente)
Saramagos - Sociedade Produtora de Energia, S.A. (Presidente)
Texarte Têxteis, S.A. (Presidente)

Mesa da Assembleia Geral

Olifil Têxteis, S.A. (Presidente)

José Manuel Ferreira Neto

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
ES Recuperação de Crédito, ACE (Presidente)
Parsuni, SGPS, Sociedade Unipessoal, Lda. (Zona Franca da Madeira) (Gerente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Sogesis - Gestão de Investimentos e Serviços, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Fundação Cultursintra (Presidente)

Manuel de Magalhães Villas-Boas

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
BES Finance Limited (Administrador)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

ESFG Overseas Limited (Vogal)
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Investment Management (Vogal)

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo Bank (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Academia de Música de Santa Cecília (Presidente)
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
E.S.Control Holding, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial Group, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Golfes, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Health & SPA, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Hotels, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Industrial S.A. (Presidente)
Espírito Santo International, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources, Limited (Presidente da Comissão Executiva)
Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)
Espírito Santo Tourism (Europe) (Presidente)
Espírito Santo Tourism (Portugal) - Consultoria de Gestão Empresarial, S.A. (Vice-Presidente)
Euroamerican Finance Corporation, Inc. (Presidente)
Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A. (Presidente)
PT Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Santogal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Sociedade de Investimentos Imobiliários Sodim, S.A. (Vogal)

Assembleia Geral

Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Peru, S.A. (Presidente)

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente e Presidente da Comissão Executiva)
BES Investimento do Brasil, S.A. (Presidente)
ES Recuperação de Crédito, ACE (Vogal)
Mesa da Assembleia Geral
ESAF - Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A.

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)

Conselho Geral e de Supervisão

EDP – Energias de Portugal, S.A (Vogal)

Conselho Fiscal

Sporting Clube de Portugal (Vice-Presidente)

Assembleia Geral

Controlled Sport (Portugal) Turismo Cinegética e Agricultura, S.A. (Presidente)

Espart - Espírito Santo Participações Financeiras - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Secretário)

PT Meios – Serviço de Publicidade e Marketing, S.A. (Presidente)

Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau

Não exerce outros cargos

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

ES Recuperação de Crédito, ACE (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral

Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Presidente)

BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

ES Tech Ventures – SGPS, S.A. (Presidente)

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

ESEGUR - Empresa de Segurança, S.A. (Vice-Presidente)

Espírito Santo Data - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A. (Vice-Presidente)

ESAF - Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A. (Presidente)

Esumédica – Prestação de Serviços Médicos, S.A. (Presidente)

SGPICE – Sociedade de Serviços de Gestão de Portais na Internet e de Consultoria de Empresas, S.A. (Secretário)

Espírito Santo Ventures – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A. (Vogal)

Sociedade de Administração de Bens, Casa de Bons Ares, S.A. (Vogal)

Cimigest - Gestão de Participações, S.A. (Vogal)

Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda. (Gerente)

Mesa da Assembleia Geral

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Capital Mais - Assessoria Financeira, S.A. (Presidente)

Casa dos Pórticos – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Secretário) BES, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Equipamentos de Segurança, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Saúde - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Fundo de Turismo - Capital de Risco, S.A. (Presidente)

Fundo de Turismo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)

Oblog Consulting, S.A. (Presidente)

Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. (Vogal)

E.S. Informática A.C.E. (Presidente)

Espírito Santo Data, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

ES Tech Ventures, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, A.C.E. (Vogal)

Espírito Santo Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BES - Companhia de Seguros, S.A (Vogal)

Portugal Telecom, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

PT Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda (Presidente).

Fundação da Universidade Católica Portuguesa (Presidente)

Pedro José de Sousa Fernandes Homem

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Financial Consultants, Gestão de Patrimónios, S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Spinnaker Global Opportunity Fund Ltd. (Administrador)

Patrick Gérard Daniel Coudène

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo (Espanha), S.A. (Vogal)

Besleasing & Factoring, IFIC, S.A.(Vogal)

ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

ES Tech Ventures, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Ventures - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

BES- Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

Credibom, IFIC, S.A. (Vogal)

BES, Companhia de Seguros, S.A., (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

Soparcer – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Michel Victor François Villatte

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal)

Groupe École Nationale d'Assurances (ENASS) (Presidente do Conselho de Administração)

Emporiki Life Insurance Company (Grécia) (Vice-Presidente do Conselho de Administração)

Fondation du Crédit Agricole (Administrador)

Gecina S.A. (Administrador)

Groupement Français de Bancassureurs (Presidente Honorário)

Ifcam (Administrador)

Bancassurance SAL (Libano) (Administrador)

Órgão de Fiscalização

Korian (Membro do Conseil de Surveillance e Membro do Comité d'Étigue)

Mesa da Assembleia Geral

BES, Companhia de Seguros, S.A (Vice-Presidente)

Outros cargos

ENASS, Institut du CNAM (Presidente da Comission Technique)

Mário Martins Adegas

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Conselho Fiscal

E Tempus, SGPS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente).

Outros cargos exercidos

Fundação Económicas (Presidente do Conselho Geral)

Conselho Económico e Social (Membro / Sector Financeiro)

Luís António Burnay Pinto de Carvalho Daun e Lorena

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Campeque, Lda (Gerente)

Lázaro de Mello Brandão

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Bradesco, S.A. (Presidente)

Banco Bradesco Luxembourg, S.A. (Presidente)

Bradesco Leasing, S.A. (Presidente)

Bradespar, S.A. (Presidente)

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Presidente)

Elo Participações e Investimentos, S.A. (Presidente)

Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Presidente)

Conselho Deliberativo

Caixa Beneficente dos Funcionários do Bradesco (Presidente)

Directoria

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Director-Presidente)

Elo Participações e Investimentos, S.A. (Director-Presidente)

NCF Participações S.A. (Director-Presidente)

Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Director-Presidente)

Fundação Bradesco (Director-Presidente)

Fundação Instituto de Moléstias do Aparelho Digestivo e da Nutrição (Director-Presidente)

Top Clube Bradesco, Segurança, Educação e Assistência Social (Director-Presidente)

Gerência

Bradport – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Sociedade Unipessoal, Lda. (Gerente)

Mesa Regedora

Fundação Bradesco (Presidente)

Mesa da Assembleia Geral

Banco Bradesco S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)

Bradespar, S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)

Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)

Elo Participações e Investimentos, S.A. (Presidente da Assembleia Geral de Accionistas)

Fundação Bradesco (Presidente da Mesa Regedora)

Outros cargos

Banco Bradesco S.A (Coordenador do Comité de Remuneração)

Fundação Getúlio Vargas (Membro Vogal do Conselho Curador)

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Conselho de Administração

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Angola (Presidente)

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)

BES Finance Limited (Administrador)

BES Investimento do Brasil, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Investimentos, S.A. (Brasil) (Presidente)

Espírito Santo Bank (EUA) (Vice-Presidente)

Directoria

BES Investimento do Brasil, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Investimentos, S.A (Brasil) (Presidente)

Europ Assistance (Brasil) (Director)

GESPAR S/C Ltda. (Brasil) (Director)

Conselho Fiscal

Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Conselho de Administração

Agribahia, S.A. (Brasil) (Vogal)

Agriways, S.A. (Brasil) (Vogal)

Bradespar, S.A. (Brasil) (Vogal)

E.S. Control Holding, S.A. (Vogal)

E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Brasil) (Vogal)

ESPART - Administração e Participações, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Financeira (Portugal) (Vogal)

Espírito Santo International, S.A (Vogal)

Espírito Santo Resources Limited (Bahamas) (Vogal)

Euroamerican Finance Corporation, Inc. (BVI) (Vogal)

Monteiro Aranha, S.A. (Brasil) (Vogal)

Novagest Assets Management, Ltd. (Vogal)

Pojuca,S.A. (Brasil) (Vogal)

Pojuca Administração, S.A. (Brasil) (Vogal)

Seicor - Comércio Administração e Participações S.A. (Brasil) (Vogal)

USHUAIA - Gestão e Trading International, Ltd. (Vogal)

Directoria

Associação Espírito Santo Cultura (Brasil) (Director)

Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (Director)

Christalutur Empreendimentos e Participações Ltda. (Brasil) (Director)

E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Brasil) (Presidente)

ESAI - Espírito Santo Activos Imobiliários Ltda. (Brasil) (Director)

ESAP Brasil Agro-Pecuária (Director)

ESCAE - Administração e Participações Ltda. (Brasil) (Director)

ES Consultoria, Ltda. (Brasil) (Director)

InterAtlântico S.A. (Brasil) (Presidente)

Joá Imobiliária Ltda. (Director)

Quinta da Baroneza Emp.e Part Ltda. (Director)

Terras de Bragança Participações Ltda.(Director)

Seicor - Comércio Administração e Participações S.A. (Brasil) (Presidente)

Sintra Empreendimentos Imobiliários Ltda (Director)

Conselho Fiscal

Banco Bradesco, S.A. (Vogal)

Conselho Consultivo

Portugal Telecom - Brasil (Vogal)

Bernard Henri Georges De Wit

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco del Desarrollo (Chile) (Administrador)
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Administrador)
Crédit Uruguay Banco, S.A. (Uruguai) (Vice-Presidente)
Emporiki Bank (Grécia) (Administrador)
Europabank, N.V.(Bélgica) (Administrador)
Keytrade Bank, S.A. (Administrador)
Meridian Bank (Sérvia) (Presidente)
Index Bank (Ucrânia) (Administrador)

Outros cargos

Belgium CA S.A.S. (Membro do Managing Committee)
Deveurope, S.A. (França) (Membro do Managing Committee)

José Manuel Ruivo da Pena

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Conselho Fiscal

BES, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)

Jean-Frédéric de Leusse

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banca Intesa, S.P.A.(Itália) (Administrador)
Bank Al Saudi Al Fransi (Arábia Saudita) (Administrador)
Crédit Agricole Egypt (Vice- Presidente)
Crédit Du Maroc (Administrador)
Emporiki Bank (Grécia) (Presidente)

Órgão de Fiscalização

Lukas Bank, S.A. (Wroclav, Polónia) – (Presidente)
De Dietrich (França) (Membro)

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Bank Espírito Santo International Limited (Presidente)
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Vogal)
BES Finance Limited (Vogal).
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
BIC – International Bank, Limited (Presidente)
Espírito Santo PLC (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal)
Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Vogal)

Bernard Delas

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BES- Companhia de Seguros, S.A (Vogal)
BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal)
Corelyon ((Luxemburgo) (Administrador)
Pacifica (França) (Administrador)

Órgão de Fiscalização

Gimar Finance (França) (Membro do Conseil de Surveillance)

Outros Cargos

Crédit Agricole Japan Limited (Membro do Managing Committee)
Crédit Agricole, S.A (Director de l'Assurance à l'International)
Finaref Insurance Company Ltd (Membro do Managing Committee)
Finaref Life Ltd. (Membro do Managing Committee)
Meridian Life (Sérvia) (Membro do Managing Committee)
Space Holding (Irlanda) (Membro do Managing Committee)
Space Reinsurance Company Ltd (Membro do Managing Committee)

Miguel António Igrejas Horta e Costa

A. Cargos sociais exercidos em empresas dentro do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento,S.A. (Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Boston Communications Group Inc. (BCGI) (EUA) (Administrador)
Carbon Assets Fund (EUA) (Administrador)
Portugália –Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (Vogal)
Sociedade de Administração de Bens Casa da Holanda, SA (Administrador Único)

Conselho Consultivo

Companhia Imobiliária do Fez, S.A. (Presidente)

Outros cargos

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC) (Membro do Conselho Consultivo)
Associação Portuguesa da Soberana e Militar Ordem de Malta (Vice-Presidente)
Confederação Internacional dos Empresários Portugueses (CIEP) (Presidente da Comissão Executiva)
Fundação Batalha de Aljubarrota (Administrador)
Fundação Luso Brasileira (Vice-Presidente)
Prémio Infante D. Henrique (Presidente da Direcção)
Club de Golf do Campo Real (Presidente Honorário)
Clube Naval de Cascais (Comodoro)
Cônsul Honorário da República de El Salvador em Portugal
Embaixador da Soberana e Militar Ordem de Malta na República de Cabo Verde

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Mesa da Assembleia Geral

EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (Presidente)
Actel – Actividades Hoteleiras, S.A. (Presidente)

Alberto Alves de Oliveira Pinto

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Galp Energia, SGPS, S.A. (Vogal)

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Vice-Presidente)

BES'06

RELATÓRIO E CONTAS

Fotografias:
Colecção Banco Espírito Santo

BES
art Colecção
Banco
Espírito Santo

Design e desenvolvimento:
Linha 21 Marketing e Publicidade

Linh@



BES'06
RELATÓRIO E CONTAS

